

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	5
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	12
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	14
1.5 Principais clientes	20
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	21
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	24
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	25
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	26
1.10 Informações de sociedade de economia mista	30
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	31
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	32
1.13 Acordos de acionistas	33
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	34
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	35
1.16 Outras informações relevantes	36
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	37
2.2 Resultados operacional e financeiro	59
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	61
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	62
2.5 Medições não contábeis	63
2.6 Eventos subsequentes as DFs	67
2.7 Destinação de resultados	68
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	70
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	71
2.10 Planos de negócios	72
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	74
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	75
3.2 Acompanhamento das projeções	77

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	79
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	111
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	112
4.4 Processos não sigilosos relevantes	114
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	116
4.6 Processos sigilosos relevantes	117
4.7 Outras contingências relevantes	118
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	119
5.2 Descrição dos controles internos	126
5.3 Programa de integridade	129
5.4 Alterações significativas	136
5.5 Outras informações relevantes	137
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	138
6.3 Distribuição de capital	148
6.4 Participação em sociedades	149
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	150
6.6 Outras informações relevantes	151
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	152
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	158
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	159
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	161
7.4 Composição dos comitês	170
7.5 Relações familiares	183
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	184
7.7 Acordos/seguros de administradores	188
7.8 Outras informações relevantes	189
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	193

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	199
8.3 Remuneração variável	203
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	205
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	210
8.6 Outorga de opções de compra de ações	211
8.7 Opções em aberto	212
8.8 Opções exercidas e ações entregues	213
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	214
8.10 Outorga de ações	215
8.11 Ações entregues	217
8.12 Precificação das ações/opções	218
8.13 Participações detidas por órgão	219
8.14 Planos de previdência	220
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	221
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	223
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	224
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	225
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	226
8.20 Outras informações relevantes	228
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	229
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	230
9.4 Outras informações relevantes	231
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	232
10.1 Descrição dos recursos humanos	234
10.2 Alterações relevantes	235
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	236
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	237
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	238
10.5 Outras informações relevantes	239
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	240
11.2 Transações com partes relacionadas	241
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	312
11.3 Outras informações relevantes	314
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	316
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	317
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	318
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	343
12.5 Mercados de negociação no Brasil	344
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	345
12.7 Títulos emitidos no exterior	346
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	347
12.9 Outras informações relevantes	350
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	355
13.1 Declaração do diretor presidente	356
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	359
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	362
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	363

1.1 Histórico do emissor

1. Atividades do Emissor

1.1. Histórico do emissor

As expressões “nós”, “nossas”, “somos” e suas variações utilizadas ao longo deste documento remetem sempre à Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. (“**Companhia**” ou “**Vamos**”).

A antiga controladora da Companhia, a JSL S.A. (“**JSL**”), iniciou suas atividades em 1956, com o transporte de cargas gerais e, atualmente, opera em todo o território nacional, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia, Peru, África do Sul e Gana prestando serviços de alto valor agregado, que vão desde o transporte de cargas até a terceirização total das cadeias logísticas, sempre de forma integrada, flexível, customizada e ágil.

Na década de 1980, com base na demanda dos clientes, a JSL passou também a atuar nos serviços de transporte de seus colaboradores e na terceirização de suas frotas. Na década de 1990, observando a necessidade de redução de custos por parte dos seus clientes, a JSL passou a focar na otimização de suas cadeias de suprimentos, incluindo a conexão da empresa com seus fornecedores e clientes, por meio da prestação de serviços dedicados e customizados. Assim, a partir do ano de 2000, consolidou a prestação de serviços integrados de logística com a implementação de operações inovadoras e customizadas junto aos seus clientes, o que contribui para a redução dos custos logísticos, bem como com o aumento da eficiência das operações dos seus respectivos clientes. Adicionalmente, a JSL realizou aquisições de empresas como principal objetivo de ampliar a carteira de clientes em setores estratégicos.

Nesse contexto, em setembro de 2015, a Companhia foi constituída como sociedade limitada e sob a denominação JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda. A Companhia foi idealizada com vistas a suprir a demanda de clientes do Grupo, consolidando somente na Companhia a locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com ou sem condutor, e a prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota, tanto preventiva, quanto corretiva.

Em 31 de outubro de 2017, a Companhia aprovou (i) a transformação do tipo societário, tornando-se uma sociedade por ações; (ii) alteração da denominação social, por meio da qual passou a ter sua atual denominação; (iii) a incorporação da JSL Holding Financeira Ltda. e da Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda., a qual representa parcela cindida da JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A., ambas sociedades controladas à época pela JSL.

Em 22 de dezembro de 2017, foi concluída a aquisição da totalidade do capital social da Borgato Máquinas S.A., atualmente denominada Vamos Máquinas e Equipamentos S.A., da Borgato Serviços Agrícolas S.A. e da Borgato Caminhões S.A., atualmente denominadas Vamos Seminovos S.A., empresas com forte atuação no setor agrícola, as quais são, atualmente, subsidiárias integrais da Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia aprovou a sua cisão de forma a excluir os serviços financeiros prestados por sua então controlada JSL Arrendamento Mercantil S.A., de sua linha de negócio. Essa operação se deu, principalmente, para aprimorar a sinergia de cada um dos negócios desenvolvidos dentro do conglomerado do qual as companhias fazem parte, sendo que, com a conclusão da operação, a Companhia passou a deter apenas participação em negócios relacionados à sua atividade principal, qual seja, locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados.

1.1 Histórico do emissor

No ano de 2019, a Companhia obteve seu registro de companhia aberta perante a CVM e constituiu a Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda.

Em abril de 2020, a JSL, à época controladora da Companhia, divulgou fato relevante acerca da aprovação do Conselho de Administração para dar continuidade ao projeto de organização de suas operações em empresas independentes, através da incorporação da totalidade de ações de emissão da JSL pela Simpar S.A. ("**Simpar**"), sua controladora e, em seguida, a cisão da JSL, com a versão da parcela cindida para a Simpar ("**Reorganização**").

A Reorganização reflete a estratégia do Grupo Simpar de gerar valor por meio da segregação de suas atividades em sociedades dedicadas, permitindo que cada sociedade se posicione melhor estrategicamente ao passar a atuar com administração própria, com orçamento independente, maior agilidade e foco exclusivo em seu negócio. Nesse sentido, a JSL deixou de exercer a função de *holding* da Companhia.

O Grupo Simpar ("**Grupo**") acredita que a Reorganização propiciou aos participantes do mercado um melhor entendimento e avaliação de modo segregado de cada atividade exercida pelas companhias integrantes do Grupo, o que permitiu levar a mercado companhias com diferentes portfólios de serviços, perfis de alavancagem, necessidades de capital, riscos e retornos, além de garantir a capacidade de crescimento dos negócios das empresas em apartado.

Em 29 de janeiro de 2021 a Companhia realizou sua oferta pública de ações com captação líquida primária de R\$856 milhões, iniciando a negociação das ações através do *ticker* VAMO3 no segmento do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**").

Em 18 de março de 2021, a Companhia anunciou a aquisição da Monarca Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda. ("**Monarca**") pela Vamos Máquinas e Equipamentos S.A., subsidiária integral da Companhia. A Monarca é uma rede de concessionárias da marca Valtra que possui presença no estado do Mato Grosso, a qual atua na comercialização de máquinas, implementos agrícolas, peças e prestação de serviços de manutenção. Em 1 de junho de 2022, a Vamos Máquinas e Equipamentos S.A., realizou a incorporação da Monarca, que tem por objetivo promover benefícios de ordem administrativa e econômica, assim como a consequente simplificação operacional do segmento de concessionárias de máquinas e equipamentos da marca Valtra.

No dia 29 de março de 2021, a Companhia celebrou contrato para nomeação de concessionário da marca ("**Fendt**") para a região de Sorriso, no Mato Grosso, através da Vamos Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda, sua subsidiária integral.

Em 22 de junho de 2021, a Companhia anunciou a aquisição de 70% da BMB Mode Center S.A. ("**BMB Brasil**") e de 70% da BMB Latin America Sociedade Anonima de Capital Variable ("**BMB México**"), pela Vamos Seminovos S.A., subsidiária integral da Companhia. A BMB Brasil foi fundada há 20 anos, sendo o primeiro centro de customização de caminhões e ônibus Volkswagen/MAN do Brasil. Em 2017, foi fundada a BMB México, com o objetivo de realizar a customização de veículos pesados da Volkswagen/MAN no México.

Em 6 de março de 2022, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda, que, após realizar um aporte de capital e uma compra de participação secundária, resultou em uma participação de 70% da Vamos Seminovos na Truckvan Indústria e Comércio Ltda. e na Flal Participações e Empreendimentos Ltda. Ainda, no dia 29 de março de 2022 foi celebrado o "Protocolo e Justificação de Incorporação da Borgato Serviços Agrícolas S.A. pela Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.", com a finalidade de determinar os termos e condições de reorganização societária envolvendo a Companhia, compreendendo a incorporação, pela Companhia, de sua

1.1 Histórico do emissor

controlada Borgato Serviços Agrícolas S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Em 8 de abril de 2022, a Companhia realizou o fechamento da transação para aquisição da HM Empilhadeiras Ltda. (“**HM**”).

Fundada em 1994, a HM é uma empresa de locação e comercialização de empilhadeiras, transpaleteiras, rebocadores, também tendo em seu portfólio outros equipamentos, que contava, no momento da aquisição, com uma ampla frota de 2.810 equipamentos, além de oferecer serviços de pós-venda, planos de manutenção corretiva e preventiva, venda de equipamentos seminovos, peças e pneus industriais. A HM atende a todo o território nacional e conta com sede na cidade de Campinas (SP) e três concessionárias Toyota nas cidades de Ribeirão Preto (SP), de Pouso Alegre (MG) e de Bauru (SP), que abrangem o interior do estado de São Paulo e o triângulo mineiro, além de uma filial na cidade de Cabo de Santo Agostinho (PE), que atua como ponto comercial e de apoio.

Em linha com o planejamento estratégico da Vamos de crescimento e diversificação dos seus setores de atuação e serviços, a aquisição ampliou de forma relevante a atuação da empresa no segmento de locação de empilhadeiras. Dessa forma, a Companhia passou a ocupar a posição de maior plataforma de locação de equipamentos como empilhadeiras, transpaleteiras, rebocadores, entre outros equipamentos, no país.

Em assembleia de acionistas de 28 de abril de 2022, foi aprovada a incorporação, pela Companhia, da sua controlada Borgato Serviços Agrícolas S.A. As administrações das companhias consideraram que, sendo as companhias do mesmo grupo econômico, a incorporação promoveria benefícios de ordem administrativa e econômica, assim como a consequente simplificação operacional acarretará a redução dos custos incidentes sobre as operações e atividades desenvolvidas pelas Companhias.

No primeiro dia do mês de julho de 2022, foram concluídas todas as condições precedentes à aquisição da Truckvan Indústria e Comércio Ltda. e da Flal Participações e Empreendimentos Ltda.

No dia 20 de julho de 2022, a Companhia abriu a maior concessionária de máquinas agrícolas da marca FENDT das Américas, que recebeu o selo EDGE de sustentabilidade, marcando a expansão orgânica da Companhia no agronegócio.

Em 21 de setembro de 2022, a Companhia realizou sua oferta pública subsequente de ações em um montante total de R\$641.432.500,00. Em razão da oferta, o capital social da Companhia passou de R\$632.951.035,79, dividido em 976.987.970 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal para R\$1.274.383.535,79, dividido em 1.025.397.970 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 6 de abril de 2023, a Companhia adquiriu, por meio da Transrio, sua subsidiária integral, a Tietê Veículos Ltda. (“**Tietê**”). A Tietê é uma rede de concessionárias de caminhões e ônibus da marca Volkswagen, com lojas nas cidades de São Paulo (SP), de Campinas (SP) e de Guarulhos (SP). Ainda, em abril do mesmo ano, a Companhia adquiriu, por meio da Vamos Máquinas, sua subsidiária integral, a DHL Distribuidora de Peças e Serviços Ltda. (“**DHL Tratores**”). A DHL Tratores é uma rede de concessionárias de tratores e equipamentos agrícolas da marca Valtra, com lojas nas cidades paranaenses de Ponta Grossa, Araucária, Cambará, Londrina, Ivaiporã e Cornélio Procopio.

Em 29 de junho de 2023, foi realizada a precificação da oferta pública primária e secundária de ações de emissão da Companhia, com preço de emissão por ação de R\$11,00, e distribuição de 118.389.898 ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo: (i) 78.926.599 novas ações, no

1.1 Histórico do emissor

âmbito da oferta primária, e (ii) 39.463.299 ações de emissão da Companhia e titularidade da Simpar. Os recursos líquidos provenientes da oferta primária foram de, aproximadamente, R\$841 milhões, após a dedução de comissões e despesas estimadas. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da oferta primária, o capital social da Companhia passou a ser de R\$2.142.576.124,79, dividido em 1.104.324.569 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Ainda, desde 4 de setembro de 2023, a companhia passou a integrar o Índice Bovespa (“**Ibovespa**” ou “**IBOV**”) da B3. O Ibovespa reúne as empresas com maior negociabilidade e representatividade do mercado de capitais brasileiro, e por ser o principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3, propiciou maior visibilidade da Vamos perante o mercado, sendo a sua carteira reavaliada a cada 4 meses.

Em 07 de setembro de 2023, a VAMOS celebrou acordo para aquisição da frota de caminhões do Grupo Petrópolis (“**Petrópolis**”), no contexto do plano de recuperação judicial da Petrópolis. A arrematação aconteceu em 15 de janeiro de 2024 com a assinatura do contrato de locação, além do cumprimento de outras condições precedentes. Foram adquiridos 2.923 caminhões, dos quais: (i) 2.390 ativos locados para a Petrópolis; e (ii) 533 caminhões a serem desmobilizados e vendidos no mercado secundário pela Companhia. Essa transação demonstra os diferenciais da Companhia e a potencialidade do ecossistema único de seus negócios (comprar, vender, trocar e locar) com a mais alta governança na gestão de suas operações, fomentando negócios rentáveis e de longo prazo, e criando soluções para seus clientes.

Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi impactado por eventos climáticos extremos, que causaram enchentes em grande parte do estado e afetaram 2 lojas da Companhia, no entanto, verificou-se que estas não foram relevantes para o negócio. A Companhia prioriza o atendimento, a segurança e o apoio às pessoas atingidas pela tragédia.

Em setembro de 2024, a SIMPAR, controladora da Companhia, enviou ao Conselho de Administração da Companhia uma correspondência informando da intenção de realizar uma operação com o objetivo de (i) tornar a operação da Vamos exclusiva e inteiramente dedicada ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos; e, conseqüentemente, (ii) combinar os negócios da VAMOS Comércio de Máquinas Linha Amarela S.A (“**VAMOS Concessionárias**”) e da Automob, dando origem ao maior e mais diversificado grupo de concessionárias do Brasil e potencializando o crescimento dos negócios. Em 22 de novembro de 2024, a reestruturação foi aprovada em assembleia de acionistas, e em 30 de novembro de 2024 a operação foi concluída e a denominação da Vamos Concessionárias alterada para Automob Participações S.A.

Em setembro de 2025, a Vamos Europe, subsidiária financeira da Companhia, precificou a emissão de títulos de dívida no mercado internacional no valor total de US\$300.000.000,00 à taxa de 9,200% ao ano e com vencimento em 26 de janeiro de 2031. A operação teve como objetivo o alongamento do prazo médio das dívidas da Companhia, bem como a diversificação de suas fontes de captação.

O ano de 2025 foi marcado por recordes operacionais e financeiros, tanto em locação como em venda de Seminovos, e entrega do nosso *guidance* para o ano. As demonstrações do resultado apresentaram recordes de receita e EBITDA beneficiados pelo positivo desempenho dos serviços de locação, que mais que compensaram a normalização das margens de vendas de ativos e o ano desafiador no segmento de Indústria, resultado de todo o trabalho dedicado ao ganho de eficiência, produtividade e lucratividade.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

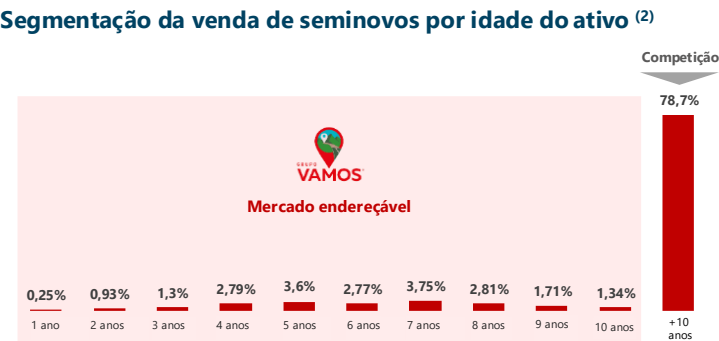
1.2. Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A VAMOS é líder no setor de locação de caminhões¹, máquinas e equipamentos do Brasil, com mais de 20 anos de experiência no segmento através da nossa antiga controladora, JSL, e contava com uma frota de 51.953 ativos, em 31 de dezembro de 2025, sendo 40.293 caminhões e implementos e 11.660 máquinas e equipamentos, representando crescimento de 0,7% em relação ao mesmo período de 2024. Adicionalmente, a Companhia possui cerca de 1.000 clientes, presentes em diversos setores da economia.

O principal negócio da Companhia é a locação de caminhões, máquinas e equipamentos de longo prazo (na grande maioria - caminhões com contratos de prazos em média de 60 meses ou mais) com serviços que asseguram a disponibilidade da frota para seus clientes, viabilizando, assim, uma maior produtividade com menor número de ativos.

Em junho de 2024, lançamos o produto Sempre Novo, que consiste na locação de ativos usados em ótimo estado conservação, com foco em clientes que não precisam de um caminhão zero km. Os ativos destinados para esse produto são, majoritariamente, os ativos retomados antecipadamente dos contratos. Com o contínuo desenvolvimento da VAMOS, a expectativa é que mesmo ativos com 5 anos, em bom estado de conservação, sejam também atrativos para clientes que poderão alugar ativos usados por mais 2 ou 3 anos. O Sempre Novo é uma importante oportunidade para aumento da taxa de ocupação da frota e otimização do capital já investido. Em 2025 foram implantados em nossos clientes R\$ 422 milhões de ativos do produto Sempre Novo.

A Companhia atua de forma integrada e sinérgica em todos os seus negócios, atuando em todas as frentes de seus negócios (compra, venda, troca, locação e manutenção de seus ativos). Isso é possível, visto que a Companhia possui uma estrutura operacional com uma rede de oficinas credenciadas em todo o Brasil para atender com eficiência, assegurando a disponibilidade dos ativos locados pelos clientes da Companhia. A Companhia entende que, seu modelo de negócio permite alcançar a maximização no valor da venda dos ativos em sua rede de lojas de seminovos, sendo considerada uma empresa relevante no segmento de veículos de 4 a 8 anos (especialmente de 5 e 6 anos). A Companhia entrega para seus clientes disponibilidade da frota alugada com redução de custo e com alta rentabilidade para o seu negócio, gerando um ciclo virtuoso. A Companhia está posicionada em um nicho de escassez de oferta com alta liquidez no mercado de seminovos, conforme indicado abaixo:



Fonte: Relatório Fenabrave 2025 ²

¹ De acordo com o Anuário Brasileiro do Setor de Locação de Veículos, divulgado em 2026 pela Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (“ABLA”), a frota de caminhões em locação no Brasil totalizou 56,3 mil veículos pesados (caminhões, ônibus e micro-ônibus) ao final de 2025, sendo que, no mesmo período, nossa frota comparável com esse número correspondia a 39,6 mil, incluindo caminhão-trator, caminhões, implementos, veículos utilitários e ônibus.

² Disponível em: <http://www.fenabrave.org.br/portaltv2/Conteudo/anuarios>.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Atualmente, a Companhia conta com mais de 3.200 fornecedores credenciados, em rede nacional, para fazer a manutenção dos ativos alugados dos contratos em que o cliente optou pela inclusão do serviço, e, dessa forma, a manutenção fica inteiramente sob responsabilidade da Companhia. Sendo assim, a Companhia tem capacidade instalada para atender clientes em todo o território nacional, suportado por sistemas e aplicativos (apps), como, por exemplo, o Portal do Cliente, que asseguram o controle e qualidade dos serviços.

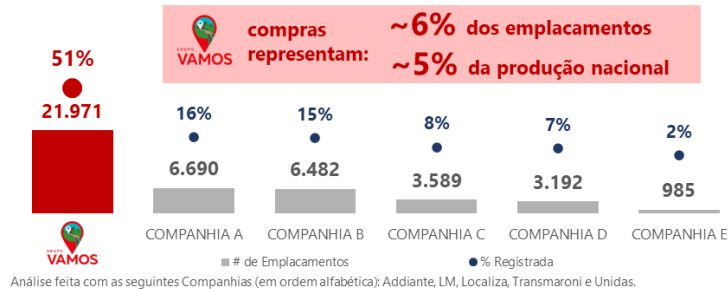
Hoje a estratégia da Companhia é desenvolver e prestar serviços que atendam a necessidade dos seus clientes, com foco em entender, atender e encantar, gerando um ciclo virtuoso, com contratos predominantemente de longo prazo e alto índice de renovação (77% dos contratos têm prazo maior ou igual a 5 anos). Com isso, a Companhia acredita que construiu relacionamentos de longo prazo e expandiu seus negócios, tendo o trabalho em equipe como grande diferencial.



Fonte: Companhia³

A plataforma de negócios da Companhia conta com um amplo portfólio de serviços que permite que a Companhia esteja presente em todo o ecossistema do caminhão/máquina. Conforme análise interna a partir de dados públicos de emplacamentos no Brasil demonstrada no gráfico abaixo, a VAMOS é considerada a maior compradora de caminhões do Brasil, o que lhe confere condições diferenciadas para aquisição junto às montadoras. Como um dos principais diferenciais da Companhia, pode-se citar: (i) seu conhecimento dos ativos e suas atuações em setores diversificados; (ii) sua equipe de gestão com experiência no setor; e (iii) a possibilidade de conversão imediata de sua frota própria para terceirizada (com a aquisição da frota de seus clientes), que contribuem com a produtividade, controle e redução de custos de seus clientes. Contamos com sistemas e aplicativos inovadores que permitem controlar todo ciclo do investimento no ecossistema de caminhões no Brasil.

VAMOS é responsável por mais compras de ativos do que todos os seus competidores somados (2021-2025)



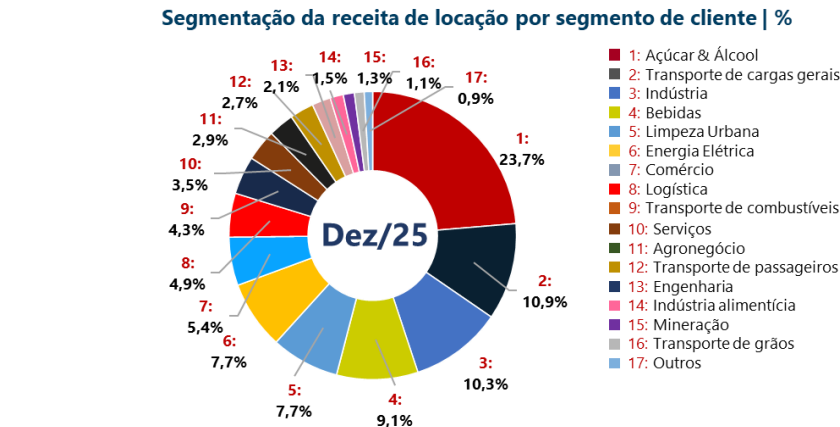
Fonte: Companhia

³ Números referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

O modelo de negócios da Companhia está baseado em contratos de locação de longo prazo (grande maioria com prazo de 60 meses ou mais), de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem serviços de manutenção, preventiva e corretiva, assegurando a disponibilidade da frota locada para os clientes da Companhia. Esses contratos têm um fluxo de caixa com alta previsibilidade, retorno atrativo e resiliente.

Conforme demonstrado no gráfico abaixo, a Companhia atua em diversos setores da economia, principalmente agronegócio (incluindo sucroalcooleiro, frigorífico e produtores rurais), indústria, energia, transporte e serviços com uma carteira diversificada de clientes e ativos locados.



A sólida experiência na gestão da Companhia, a sua manutenção e escala na aquisição de ativos da Companhia, bem como o seu relacionamento de longo prazo com todas as montadoras presentes no país, alavancam seu poder de negociação junto às montadoras e nos permite a aquisição dos ativos com condições diferenciadas de nossos clientes e concorrentes, tendo adquirido 53.565 caminhões, máquinas e equipamentos entre 2020 e 2025.

Os contratos de locação de longo prazo da Companhia, com ativos que são fundamentais para o negócio de seus clientes, visa garantir à Companhia um alto grau de previsibilidade do fluxo de caixa.

Somado a isso, a rede de lojas de seminovos da Companhia, com capilaridade nacional distribuída em 21 lojas, permite que a Companhia possua o domínio de todo o ciclo de seu negócio, com baixo risco de execução visando garantir uma alta capacidade de venda dos ativos locados ao final dos contratos. Além das lojas próprias, atualmente contamos com mais de 100 pontos de vendas de parceiros em todo o Brasil que vendem os ativos seminovos da VAMOS através de um modelo de consignação.

Capilaridade de lojas*



Fonte: Companhia

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Linhas de Negócios

A Companhia atua nos segmentos de (i) locação de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem serviços de manutenção, com contratos de longo prazo; (ii) venda de caminhões, máquinas e equipamentos usados através das nossas lojas de seminovos; (iii) customização e industrialização de caminhões, máquinas e equipamentos. O modelo de negócio da Companhia é único, pois permite gerar valor em todas as etapas do ciclo de nosso investimento através da sinergia dos negócios.

Locação de caminhões, máquinas e equipamentos

A Companhia acredita ser uma das empresas expoentes no setor de aluguel de caminhões e equipamentos pesados, oferecendo soluções sob medida e prontamente disponíveis para os clientes.

Os contratos de locação da Companhia são de longo prazo, com duração de 5 anos em média. A Companhia oferece contratos de locação com ou sem serviços de manutenção, sempre sem operador, e asseguramos a disponibilidade da frota para nossos clientes.

A Companhia oferece aos seus clientes acesso ao sistema desenvolvido pela Vamos, o “Portal do Cliente”, para atender suas demandas de forma personalizada. Este Portal é interativo e possibilita a gestão e controle da frota locada, além da solicitação de agendamento de serviços de manutenção e diversas outras funcionalidades, tais como: controle da frota por região, por faixa de idade, quilometragem, gestão de custo de avaria, entre outros, com aderência para mobile.

A Companhia oferece pacotes de serviços para atender as diversas necessidades de seus clientes, além da possibilidade de criar um plano completamente customizado para gestão da frota alugada. Os pacotes de serviços oferecem aos clientes maior clareza e facilidade na contratação dos serviços que oferecemos e com isso ganhamos velocidade no fechamento de novos negócios.

O Capex Implantado da Companhia – referente aos ativos já entregues aos seus clientes e, portanto, gerando receita, – foi de R\$4.200 milhões no período de um ano findo em 31 de dezembro de 2025. O backlog de receita dos contratos já implantados e entregue aos clientes considerando o prazo remanescente dos mesmos (backlog implantado) somou R\$13,1 bilhões em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia possui uma frota com modelos diversificados, com representatividade em todas as principais marcas atuantes no Brasil, o que viabiliza a aquisição dos ativos com preços e condições diferenciadas, representando uma potencial vantagem competitiva frente aos seus concorrentes e clientes.

Por meio do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, a Companhia oferece aos seus clientes diversos benefícios, incluindo: (i) melhorar a alocação de capital; (ii) focar em suas atividades principais; (iii) eliminar o processo de compra e venda dos ativos e risco do valor residual; (iv) melhorar o controle de gestão, manutenção e administração da frota; (v) garantia de disponibilidade, possibilitando redução da frota; (vi) conhecer o real custo para o seu negócio; e (vii) economia em custos operacionais.

Venda de ativos seminovos

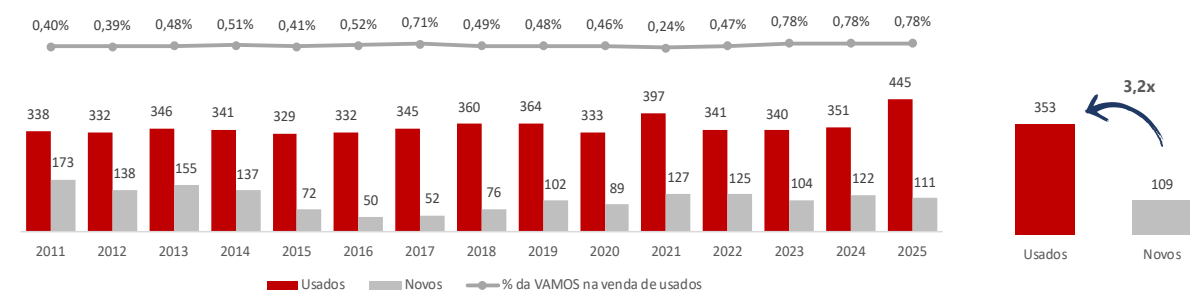
Com intuito de permitir o constante e eficiente fechamento do ciclo do nosso negócio, desenvolvemos o negócio de Seminovos de maneira complementar, o qual está atualmente presente em 9 estados do Brasil, abrangendo todas as regiões do país, reduzindo o custo com transporte e maximizando o valor de venda. Em 31 de dezembro de 2025, o negócio de Seminovos

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

da Companhia contava com uma estrutura de 21 lojas denominadas “VAMOS Seminovos”, que proporciona otimização do giro da frota, volume e valor depreciável mais baixo para rentabilizar ainda mais nossos resultados. Conforme mencionado anteriormente, além das nossas 21 lojas, contamos também com mais de 100 pontos de venda de parceiros em todo o território nacional.

A Companhia buscou se beneficiar da participação no mercado brasileiro de seminovos. Segundo dados da Fenabrave e ACAV, a quantidade média de caminhões novos vendidos (0km) de 2011 a 2025 foi de 109 mil enquanto o volume médio de caminhões seminovos vendidos (mercado secundário) representou mais de 3 vezes o volume da venda de novos, com uma média anual de 353 mil caminhões vendidos. Desse modo, temos que a média anual histórica de vendas de caminhões no Brasil é de 3,2x maior para os veículos usados, usando dados da Fenabrave.

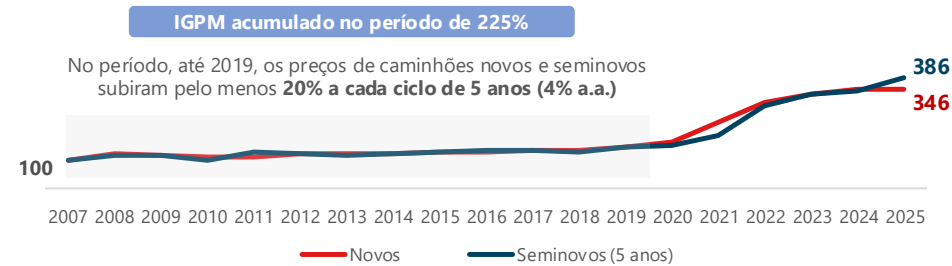
No ano de 2025, o total de caminhões usados vendidos pela VAMOS foi 5.792, o que equivale a 0,78% da venda de usados do mercado. A Companhia entende que isso pode demonstrar a alta capacidade de absorção do nosso produto e a oportunidade que temos de crescer nesse mercado.



Fonte: Fenabrave, ACAV e Companhia

O ecossistema da Companhia e sua estratégia de negócio têm evidenciado considerável transformação no valor dos ativos. Conforme demonstrado abaixo, os preços dos ativos novos e seminovos apresentaram forte valorização nos últimos anos, apresentando estabilidade desde 2022 e comprovando o potencial do mercado de seminovos.

Correlação entre o preço dos ativos novos e seminovos



Fonte: FIPE

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, através de sua base de lojas de seminovos, alcançou receita líquida de venda de ativos seminovos de R\$ 1.336,7 milhões referente a 6.490 ativos vendidos.

Em 2019, desenvolvemos o aplicativo “Vamos Seminovos” que permite a avaliação dos caminhões da Companhia ou de terceiros através de uma plataforma digital. A avaliação é feita online, com consulta da placa, avaliação de itens internos e externos e fotos do caminhão. Este aplicativo

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

permite que a Companhia avalie a frota de seus clientes com agilidade e segurança, gerando também oportunidade de negócio, uma vez que a Companhia tem capacidade instalada em suas lojas de seminovos para revenda dos caminhões adquiridos. Desta forma, a Companhia fomenta o ecossistema do nosso principal negócio (locação), acelerando a conversão de novos clientes de frota própria para frota locada, uma vez que a Companhia compra a frota do cliente, aluga uma frota nova e com isso gera também liquidez para seus clientes, tornando-se um potencial diferencial competitivo nas negociações.

Nossa Estratégia

A Companhia acredita que a implementação das suas principais estratégias comerciais e financeiras proporcionará melhorias no desenvolvimento de suas atividades, de forma a maximizar a lucratividade de seus acionistas, propiciando vantagens sobre seus concorrentes. A estratégia contempla os temas descritos a seguir:

Expansão orgânica com foco em rentabilidade e excelência no atendimento aos clientes

A Companhia dará continuidade ao seu modelo de negócios baseado em eficiência e qualidade no atendimento ao cliente, com uma central de atendimento 24 horas, além de buscar manter seu crescimento, consolidação e aumento de sua participação de mercado por meio do seguinte plano de iniciativas:

- ampliar o portfólio de clientes, continuando a expandir a atuação em setores e segmentos de mercado e oferecendo seus serviços a clientes, tendo em vista que o mercado de locação de caminhões e máquinas ainda é incipiente no Brasil e é caracterizado pela baixa concorrência de empresas relevantes, bem como possui carência de oferta de serviços personalizados e com foco no cliente;
- aproveitar a tendência crescente de clientes, buscando a redução de imobilização de ativos, para se beneficiar, dentre outros, de um serviço que lhes permita conferir maior foco às suas atividades principais e obter redução de custos e na alocação de capital; e
- aproveitar eventuais oportunidades de crescimento por meio de aquisições estratégicas.

Potencialização de sinergias (cross selling) entre nossos segmentos de negócios

A Companhia envida seus melhores esforços para que sua plataforma seja composta por negócios sinérgicos que se complementam e potencializam as oportunidades de oferta (cross selling), otimizando sua estrutura corporativa em razão da utilização da mesma base administrativa para os seus segmentos de negócios, fortalecendo a sua marca de forma integrada. Sua equipe comercial atua na captação e relacionamento de clientes de locação tanto de caminhões como de máquinas e equipamentos, potencializando o resultado de cada abordagem comercial. A Companhia pretende potencializar a exploração comercial dessas oportunidades de cross selling por meio de uma equipe capaz de oferecer a nossos seus clientes soluções integradas, com maior valor agregado em um mercado em expansão. Além disso, a Companhia pretende utilizar a base de informações de cada um dos seus segmentos de negócios de forma a identificar as necessidades de seus clientes e lhes propor diversas soluções de locação e de serviços.

Expansão da equipe comercial com presença nacional e criação de novos canais de venda

Em benefício da potencialização de sinergias entre seus segmentos de negócio, a Companhia visa a expansão da sua força de vendas por meio da expansão da sua equipe comercial e com a criação

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

de novos canais de venda. Sendo assim, sua equipe de vendas comercial passou de 9 membros em 2020 para 57 membros, em 31 de dezembro de 2025.

Eficiência operacional e disciplina financeira

A Companhia busca desenvolver o seu modelo de negócio baseado no pilar de rentabilidade. A Companhia pretende expandir suas operações com eficiência operacional através de ganhos de escala e aumento da geração de caixa com disciplina financeira.

A Companhia está estruturada operacionalmente para continuar gerando rentabilidade e melhorando nossa eficiência operacional e financeira, com a implementação de equipes dedicadas ao monitoramento do mercado e à análise de capacidades operacionais internas. Com isso, a Companhia pode embasar tomadas de decisões estratégicas e executar adequações rapidamente, bem como reagir com agilidade a oportunidades atrativas de negócios que eventualmente surjam nos mercados nos quais atua ou nos quais tem interesses em atuar. A Companhia tem a intenção de continuar adotando sua rígida disciplina de capital, reforçando e introduzindo práticas que busquem melhorar a sua eficiência operacional, de forma que possa continuar crescendo com rentabilidade e eficiência, maximizando o retorno sobre o capital investido aos nossos acionistas e sem prejudicar a nossa solidez financeira.

Ainda, mesmo considerando o contexto de mercado dos juros apresentado ao longo do último exercício social, mantivemos os ratings de escala nacional AA+ (bra) avaliado pela Fitch Ratings, de brAA+ avaliado pela S&P Global Ratings, além do rating AA+ br avaliado pela Moody's Ratings. Além disso, possuímos rating BB- de escala global pela S&P e pela Fitch.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados a potencial concretização dos cenários adversos contemplados nos fatores de risco da Companhia, sobretudo se ocorrem de maneira combinada. Para maiores informações relacionadas aos riscos da Companhia, ver a seção 4 deste Formulário de Referência.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(a) A Companhia junto com suas controladas exerce suas atividades por meio dos seguintes segmentos operacionais, conforme divulgados em suas demonstrações financeiras: (i) locação de caminhões, máquinas e equipamentos; e (ii) industrialização e customização de caminhões, os quais encontram-se descritos a seguir:

Produtos e serviços comercializados

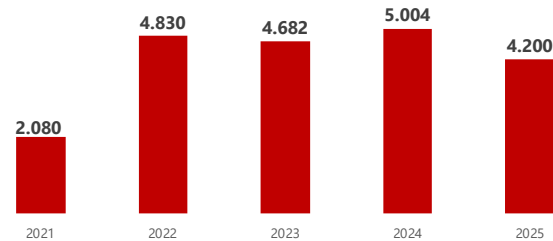
1. Locação de caminhões, máquinas e equipamentos

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos compreende a terceirização de frota por meio da locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas. O modelo de negócios da Companhia está baseado em contratos de locação de longo prazo customizados, com ou sem serviços de manutenção, assegurando a disponibilidade da frota locada para seus clientes. A Companhia atua em diversos setores da economia, principalmente energia, agronegócio, logística, alimentos e bebidas, com uma carteira diversificada de clientes e ativos locados.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha R\$13,1 bilhões em receita futura referente aos contratos já implantados, que totalizaram no mesmo período 4 mil contratos.

O ritmo consistente de implantação demonstra a capacidade de execução da VAMOS e resulta em crescimento e desenvolvimento sustentável do segmento de locação.

Capex Implantado (R\$ milhões)

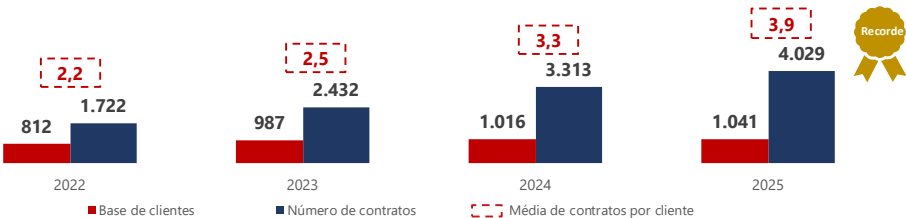


Fonte: Companhia

Evolução da base de clientes e número de contratos

Pioneirismo, escala e liderança de mercado visando expansão do negócio e evolução da base de clientes e número de contratos.

Evolução do número de clientes e contratos | #



Fonte: Companhia

2. Industrialização e Customização de caminhões

Através do segmento de Industrialização e Customização de caminhões a Companhia oferece ao cliente um portfólio variado de implementos rodoviários e soluções customizadas de acordo com

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

as necessidades de cada cliente. A Truckvan, uma de nossas controladas desse segmento, possui um amplo portfólio de implementos rodoviários e soluções móveis para locação, atuando de forma complementar à locação de cavalos mecânicos. Já a BMB, é um centro de customizações exclusivo MAN Latin America, que atua desenvolvendo e realizando adaptações em caminhões e ônibus Volkswagen.

Para realizarmos esse tipo de prestação de serviços, utilizamos tecnologia e nosso expertise em customização de veículos pesados, por meio da capacitação de engenharia diferenciada, oferecendo aos nossos clientes soluções ainda mais completas, inclusive através da criação de novos produtos.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A receita proveniente dos diferentes segmentos operacionais da Companhia, com base nas informações contábeis intermediárias e nas demonstrações financeiras consolidadas, encontra-se evidenciada na tabela abaixo:

(valores em R\$ mil)	Exercício findo em 31 de dezembro de			
	2025	%	2024	%
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	5.409.669	93,99%	4.329.990	92,14%
Industrialização e customização de caminhões	387.725	6,74%	420.625	8,95%
Eliminações	-41.682	-0,72%	-51.304	-1,09%
Receita Líquida	5.755.712	100,00%	4.699.312	100,00%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores em R\$ mil)				
	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Industrialização e customização de caminhões	Eliminações	Consolidado
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	2.624.383	-12.433	-	2.611.950
Participação no lucro operacional consolidado (%) ¹	100,5%	-0,5%		100,0%

¹ A Companhia não reconcilia as informações por segmento até o lucro líquido e sim, até o lucro operacional.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos divulgados no item 1.3, descrever:

(a) Características do processo de produção

Locação de Veículos Pesados

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos está estruturado de forma a permitir o controle da Companhia durante todo o ciclo do negócio, sendo segmentado nas seguintes fases:

(i) Prospecção de clientes: a Companhia conta com uma equipe comercial treinada para mapear oportunidades de negócio em todos os segmentos da economia, de forma a identificar potenciais novos clientes para a locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Nossa carteira de clientes é pulverizada, sem dependência, e acreditamos que existe um enorme mercado, ainda não explorado, a ser conquistado. A prospecção de clientes engloba tanto os clientes que já possuem frota locada, quanto clientes com frota própria. Além do serviço de locação, a Companhia oferece o serviço de manutenção (preventiva e corretiva) dos caminhões locados e garante a disponibilidade da frota aos clientes que contratam o serviço de manutenção. Isso apresenta um grande diferencial na proposta de valor oferecida ao cliente dado que ele não possui tal expertise. E, para tanto, a Companhia aproveita da experiência adquirida com o Grupo Simpar, seu acionista controlador, que, nos mais de 60 anos de história no setor de logística no Brasil, estabeleceu fortes relacionamentos que garantem melhores termos junto aos fornecedores, tanto em relação ao preço quanto à agilidade de serviço.

(ii) Caminhões, máquinas e equipamentos são encomendados às montadoras: A Companhia possui um time especializado na aquisição de tais ativos que atua com todos os principais fornecedores do mercado e com os quais possui relacionamento há mais de 30 anos, possuindo participação representativa nas vendas de cada um deles. Por isso, a Companhia acredita ter acesso a condições diferenciadas na negociação com esses fornecedores tanto em termos de preço, bem como prazo de entrega.

(iii) Assinatura do contrato de locação: A partir do contato inicial, a equipe comercial da Companhia encaminha os dados do potencial cliente para a área de crédito, a qual elabora uma análise da situação econômico-financeira do mesmo para a aprovação de seu crédito. Além disso, a equipe de engenharia de projeto desenvolve um estudo detalhado que considera as necessidades de cada cliente. Por fim, uma proposta comercial é elaborada e, após aprovada internamente, é apresentada ao cliente. A Companhia utiliza uma minuta padrão de contrato para a formalização dos serviços, principalmente no que se refere às cláusulas de reajustes de preços conforme os índices inflacionários e de previsão de multa de 50% do valor remanescente do contrato no caso de rescisão pelo cliente. Geralmente, os contratos da Companhia preveem pagamento mensal e possuem prazo médio de aproximadamente 5 anos. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contava com aproximadamente 4,0 mil contratos firmados com seus clientes.

(iv) Caminhões, máquinas e equipamentos são entregues ao cliente: Além do longo relacionamento que a Companhia tem com as principais montadoras, a sinergia com o Grupo Simpar traz agilidade e flexibilidade na compra desses ativos. Isto permite à Companhia reduzir sensivelmente o prazo de entrega e sua exposição ao risco de fornecimento em períodos de alta demanda, além de ter ativos à pronta entrega pelo aprimoramento do seu

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

modelo de negócio. No caso dos contratos com clientes que também contratam o serviço de manutenção dos veículos, a Companhia desenvolve um plano que contempla: o tipo de ativo, a intensidade no uso do ativo, a localização geográfica prevista no contrato, entre outros. Assim, a Companhia opta entre o modelo que oferece o suporte de oficinas locais próximas às operações de seus clientes e/ou por manter um centro de manutenção próprio localizado no cliente.

Veículos retornam para a Companhia e são disponibilizados à venda: Ao final dos contratos de locação, ou mediante renovação, efetuamos a venda dos caminhões, máquinas e equipamentos. Para tal, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contava com 21 lojas de seminovos e mais de 100 pontos de venda de parceiros espalhados por todo o Brasil. A revenda é a última etapa ciclo do negócio, sendo fundamental para garantir o retorno financeiro esperado pela Companhia nesse segmento. Para garantir a qualidade do ativo na revenda, a Companhia realiza uma vistoria nos ativos que retornam de clientes e, em especial para os contratos sem a contratação do serviço de manutenção corretiva e preventiva. Para isso, a Companhia exige através de cláusulas contratuais que os ativos estejam em boas condições ao retornarem à Companhia no final do contrato. A Companhia vende os ativos de sua frota em sua rede de lojas, espalhadas por 9 estados brasileiros, que impulsionam o giro de seus ativos e através dos pontos de vendas de parceiros através de um modelo de consignação. Além disso, a Companhia conta com a sinergia com o Grupo Simpar para identificar contatos dos potenciais compradores dos seus ativos seminovos.

Industrialização e Customização de Caminhões

O segmento de Industrialização e Customização é complementar ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos possibilitando oferecer ao cliente implementos rodoviários e soluções de customização dos ativos. Dessa forma, no momento da negociação das condições do contrato o cliente pode optar pelos nossos implementos e/ou soluções customizadas.

(b) Características do processo de distribuição

Locação de Veículos Pesados

Em dezembro de 2025, a Companhia possuía um time comercial de 57 gerentes e executivos de negócios, alocados em diversas regiões do Brasil com o objetivo de prospectar clientes para a locação de caminhões, máquinas e equipamentos em todo o território nacional.

As 21 lojas da Companhia focadas na venda de veículos seminovos que são desmobilizados dos contratos de locação estão distribuídas conforme abaixo. Considerando as maiores empresas de locação de caminhões e/ou máquinas e equipamentos do Brasil, a Companhia acredita ser a única empresa que possui uma rede de lojas de seminovos com alcance aos principais mercados nacionais, posicionada de forma estratégica e complementar ao seu negócio de locação.

Industrialização e Customização de Caminhões

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

No segmento de Industrialização e Customização de Caminhões, atuamos através de 51 pontos de venda e 119 pontos de assistência técnica pela Truckvan e pela BMB possuímos um centro de customização no Rio de Janeiro.

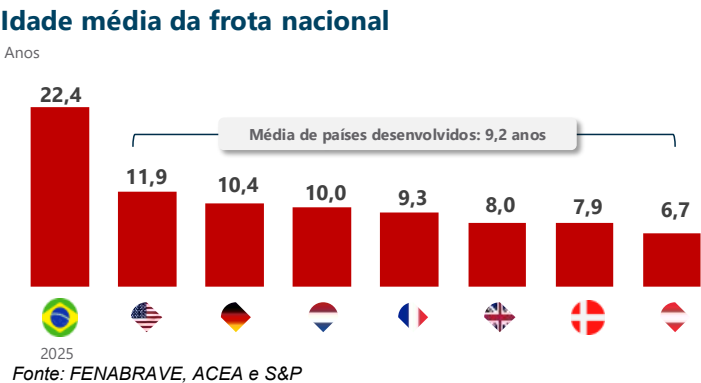
(c) Características dos mercados de atuação

i. Participação em cada um dos mercados

Locação de Veículos Pesados

O Brasil é dependente do transporte de cargas de caminhões, já que representa mais da metade de tudo o que circula no país, especialmente todos os itens indispensáveis para o consumidor, como alimentos e combustível. O sistema ferroviário não é desenvolvido o suficiente para atingir todas as regiões do Brasil e não supre a demanda pelo transporte via rodovias. Conforme os dados públicos do Ministério da Infraestrutura, SENATRAN e RENAVAL, em dezembro de 2025, a frota total brasileira de caminhões era composta por 4,0 milhões de caminhões. De acordo com os dados públicos do Relatório Anual da Fenabrave (Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores), a idade média dos caminhões era de 22 anos em 2025.

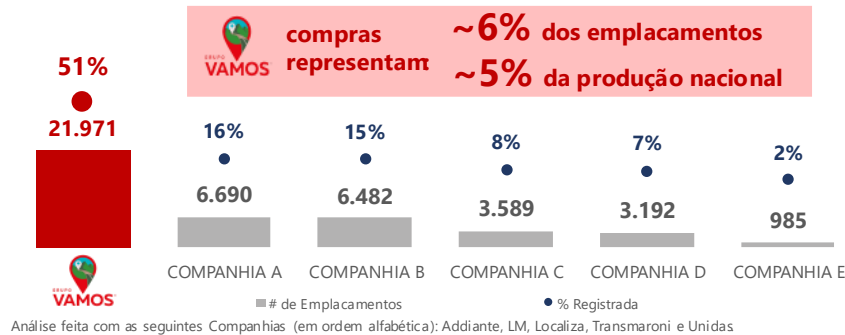
A elevada idade média, comparada à idade média dos veículos pesados em países desenvolvidos, como França, Holanda, Alemanha Áustria, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos com média de 9,2 anos, sinaliza a necessidade de renovação da frota brasileira no curto prazo. Esse fato é positivo para o mercado de locação uma vez que as empresas deverão optar entre renovar sua frota via aquisição de caminhões/equipamentos novos ou alugá-la em uma conjuntura econômica brasileira pouco favorável ao investimento, principalmente em se tratando de ativos non-core para a empresa.



O mercado nacional de locação de caminhões, máquinas e equipamentos pesados encontra-se em um estágio incipiente e, portanto, enxergamos um grande potencial de crescimento nesse mercado. Segundo a Fenabrave, em 2025, foram emplacados 110.872 caminhões. Desse total, as locadoras representam cerca de 11% dos emplacamentos. Se levarmos em consideração os emplacamentos de caminhões realizados por locadoras desde 2021, a VAMOS representou 51% do total dessa amostra, reforçando a liderança na atuação do mercado de locação de pesados.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

VAMOS é responsável por mais compras de ativos do que todos os seus competidores somados (2021-2025)



Fonte: Fenabrave e Companhia

Industrialização e Customização de Caminhões

De acordo com dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários (ANFIR), o mercado nacional de implementos rodoviários registrou o emplacamento de 151.041 unidades em 2023. Foi um ano marcado pela transição para as novas regras de emissões Proconve P8 (Euro 6) para caminhões, o que gerou alguma volatilidade no primeiro semestre, mas terminou com forte demanda por implementos graneleiros e basculantes para escoamento da safra recorde. Em 2024, o setor atingiu o topo do ciclo recente, crescendo 5,4% e encerrando o ano com 159.203 unidades comercializadas. O grande motor do ano foi a recuperação da Linha Leve (carrocerias sobre chassi), que saltou mais de 16% puxada pela forte expansão do *e-commerce* e da logística urbana de distribuição. Em 2025, o volume total recuou 6,28%, fechando em 149.206 unidades emplacadas. O mercado mostrou duas realidades opostas: a linha pesada encolheu de forma visível devido ao encarecimento do crédito de longo prazo e menor ímpeto de grandes frotistas, enquanto a linha leve continuou mostrando resiliência urbana.

A Truckvan, controlada da VAMOS, ocupa uma posição de destaque e alta especialização dentro desse mercado. Originalmente reconhecida como a maior fabricante de unidades móveis da América Latina (voltadas para eventos, saúde, unidades cirúrgicas e furgões especiais), a empresa expandiu fortemente sua atuação no segmento de implementos rodoviários tradicionais, tanto na linha leve quanto na pesada. Historicamente forte em baús de alumínio e carrocerias urbanas (segmento leve que segue aquecido), a empresa expandiu sua planta industrial para uma sede de 70 mil m² em Guarulhos (SP). Esse movimento permitiu escalar a produção de semirreboques (linha pesada), como carretas carga seca, furgões e sider. A Truckvan diferencia-se pela engenharia customizada, tecnologia embarcada e soluções sob medida para setores como alimentos e bebidas, saúde, *e-commerce* e transporte de valores. Além disso, a empresa detém um amplo portfólio de soluções customizadas e ocupa posição de liderança em volume de produção e faturamento da empresa no nicho específico de soluções sobre rodas (unidades médicas, camarins, laboratórios móveis e carretas de eventos).

Já a BMB é uma empresa com um modelo de negócios altamente singular no setor automotivo brasileiro. Diferente da Truckvan, que opera como uma encarroçadora/implementadora multimarca e independente, a BMB atua na área de customização e modificação de caminhões e ônibus em parceria exclusiva com a Volkswagen Caminhões e Ônibus (VWCO). No mercado de veículos comerciais, existe uma lacuna importante entre o caminhão que sai "padrão" da linha de montagem

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

e a necessidade específica do cliente final ou da implementadora. É exatamente nesse nicho que a BMB atua.

ii. Condições de competição nos mercados

Locação de veículos pesados

O mercado brasileiro de locação de caminhões, máquinas e equipamentos encontra-se em um estágio embrionário, com poucas empresas participantes e uma baixa penetração no mercado de veículos pesados, o que gera espaço de crescimento para todos os competidores. Além disso, há diferenças significativas entre as atuais empresas do mercado no que se refere ao tipo de ativo oferecido, nível/qualidade de serviço oferecido, marca dos ativos oferecidos, entre outros.

Ao final de 2025, de acordo com o Anuário Brasileiro do Setor de Locação de Veículos, divulgado em 2026 pela ABLA, a frota de caminhões em locação no Brasil totalizou 56,3 mil veículos pesados (caminhões, ônibus e micro - ônibus), de um total de aproximadamente 4,0 milhões de caminhões. No mesmo período, a frota da Companhia correspondia a 40,3 mil ativos, incluindo caminhão-trator, caminhões, implementos, veículos utilitários e ônibus. Dessa forma, é possível concluir que o market share da Companhia está em aproximadamente 72%.

Adicionalmente, conforme já mencionado, a VAMOS foi responsável por mais de 50% dos emplacamentos de caminhões nos últimos quatro anos, confirmando a nossa liderança e pioneirismo no setor de locação de pesados.

Industrialização e Customização de Caminhões

O mercado de implementos rodoviários no Brasil é altamente competitivo, pulverizado e com barreiras de entrada significativas, principalmente devido à necessidade de ganho de escala, rede de distribuição e homologações técnicas rígidas junto aos órgãos de trânsito (Contran/Denatran). A Truckvan construiu um posicionamento único baseado em customização, flexibilidade e valor agregado. A BMB funciona quase como uma extensão da fábrica da VWCO. O grande trunfo comercial e o diferencial competitivo da empresa frente às oficinas de suspensão e adaptação comuns do mercado é a manutenção da garantia de fábrica. Quando o cliente compra um caminhão Volkswagen que passa pela customização da BMB, o veículo mantém a garantia integral da montadora, pois todo o processo de engenharia é homologado e desenvolvido em conjunto pelas duas empresas.

Além disso, dentre outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia, destaca-se que o custo de matéria prima e outras despesas, considerando os contratos de locação da Companhia em que ela oferece o serviço de manutenção da frota, preventiva e corretiva, utilizamos insumos adicionais, tais como, peças de reposição, lubrificantes, pneus, entre outros. Embora esses insumos não costumem apresentar variações bruscas em seus preços, a Companhia procura mitigar o risco relativo à volatilidade dos preços dos seus insumos por meio da

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

inclusão de cláusulas de reajuste anual, com base na inflação do período, nos contratos celebrados com seus clientes;

(d) Eventual sazonalidade

Os segmentos de atuação da Companhia não apresentam sazonalidade significativa.

(e) Principais insumos e matérias primas, informando:

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável.

A Companhia possui uma base pulverizada de fornecedores não havendo concentração em um único fornecedor. Além de ser reflexo da diversificação geográfica, é parte da estratégia da Companhia possuir uma base diversificada de fornecedores.

Os fornecedores principais da Companhia são os fabricantes de caminhões, máquinas e equipamentos, tais como a Volkswagen, Mercedes, Scania, Iveco, Heli, Case, John Deere, Valtra, entre outros, das quais são adquiridos os ativos para a prestação do serviço de locação aos clientes da Companhia. Cada compra é negociada individualmente, e fatores como preço, condições de pagamento, características do ativo e perfil do caminhão ou máquina no momento da venda são considerados, além do significativo volume de compra, que favorecem a negociação com as montadoras. Os fornecedores da Companhia estão sujeitos à legislação aplicável, bem como à fiscalização de órgãos reguladores.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia não depende de forma relevante de nenhum de seus fornecedores para a realização de suas atividades, uma vez que trabalha com diversas marcas de ativos, mas entende que está relativamente suscetível a variações significativas nos preços, assim como todo o mercado.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

A quantidade relevante de ativos adquiridos pela Companhia comparada com a capacidade instalada de seus fornecedores mitiga essa possível suscetibilidade a volatilidade dos preços dos veículos.

1.5 Principais clientes

1.5. Principais Clientes

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Efeitos relevantes da regulação estatal

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia está sujeita à obtenção de autorizações governamentais necessárias para a operação de suas unidades. Dentre as principais autorizações aplicáveis, destacam-se, conforme o caso, alvarás de funcionamento, licenças do Corpo de Bombeiros, licença de publicidade, regularidade das edificações e autorizações ambientais específicas, emitidas pelos órgãos competentes nas esferas municipal, estadual e federal.

Considerando o modelo de negócios da Companhia, eventuais autorizações regulatórias específicas relacionadas à operação dos ativos locados são de responsabilidade de seus clientes. Nesse contexto, a Companhia, quando necessário e solicitado pelo cliente, presta suporte documental para atendimento a requisitos regulatórios aplicáveis às atividades desenvolvidas por seus clientes.

A Companhia mantém processos estruturados para gerenciamento dessas autorizações, incluindo controle de prazos, responsáveis, acompanhamento de condicionantes e regularização de eventuais pendências identificadas, inclusive em processos de integração de novas unidades e aquisições recentes.

Na data deste Formulário de Referência, as autorizações relevantes ao exercício das atividades da Companhia estão devidamente obtidas ou em processo regular de renovação e/ou regularização, não havendo impedimentos relevantes ao exercício de suas atividades. O histórico de relacionamento com os órgãos públicos responsáveis pela emissão dessas autorizações é considerado adequado, sem registros de contingências relevantes que possam impactar adversamente as operações da Companhia.

Regulamentação Imobiliária

A operação normal dos estabelecimentos da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e licença do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em determinados municípios, a comprovação da regularidade da edificação do ponto de vista urbanístico e construtivo também é exigida, de modo que deve existir um habite-se válido para a edificação.

Em relação a todos os locais que a Companhia ocupa para o exercício de suas atividades, a Companhia deve obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou judiciais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Regulamentação Ambiental

A Companhia conduz suas operações em conformidade com as obrigações legais e regulatórias aplicáveis às questões ambientais e sociais, considerando o perfil de suas atividades e a diversidade de suas unidades operacionais.

No âmbito ambiental, a Companhia mantém práticas estruturadas voltadas à gestão de suas obrigações, com destaque para:

- **licenciamento ambiental**, com avaliação da aplicabilidade por unidade e condução dos processos de obtenção, renovação e regularização conforme exigido pelos órgãos competentes;
- **gestão de resíduos sólidos**, incluindo classificação, armazenamento adequado, utilização de operadores licenciados, emissão de documentos obrigatórios e rastreabilidade da destinação final;
- **gestão de recursos hídricos**, com uso predominantemente proveniente de rede pública e condução de processos de regularização de outorgas para casos específicos de captação própria;
- **prevenção de riscos ambientais**, com adoção de controles operacionais, avaliação de riscos e verificação de conformidade em processos de implantação, operação e aquisição de novos negócios e/ou unidades, não havendo, até o momento, registro de áreas contaminadas em suas operações.

A Companhia mantém rotinas de monitoramento e controle de suas obrigações regulatórias, com acompanhamento de prazos, condicionantes e adoção de medidas corretivas quando necessário, contribuindo para a mitigação de riscos e para a melhoria contínua de seus processos.

Esse conjunto de práticas reforça o compromisso da Companhia com a conformidade legal, a gestão responsável de seus impactos e a evolução contínua de suas práticas de sustentabilidade e governança.

Questões sociais

No Brasil diversos dispositivos legais já estabelecem obrigações vinculantes às empresas em temas relacionados à proteção de direitos humanos, tais como normas trabalhistas, ambientais, de combate à discriminação, de prevenção ao trabalho análogo ao escravo e de proteção de dados pessoais. Paralelamente, observa-se uma tendência crescente de desenvolvimento de novos instrumentos normativos e propostas legislativas que tratam do dever de diligência empresarial, em linha com movimentos internacionais.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Há uma tendência cada vez mais forte de proliferação de novos instrumentos normativos para prever obrigações a serem cumpridas por empresas no que tange à incorporação do respeito aos direitos humanos em toda a estratégia de negócios. A Resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos nº 5/2020 oferece subsídios para a postura a ser assumida pelas empresas com relação ao tratamento dos direitos humanos, indicando que as empresas são responsáveis pelas violações de direitos humanos causadas direta ou indiretamente por suas atividades, o que se estende por toda sua cadeia de produção.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpria, em todos os aspectos relevantes, as obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia é titular de diversas marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, as quais são extremamente relevantes para suas atividades. A Companhia também é titular de alguns nomes de domínios associados a tais marcas, dentre os quais se destacam www.grupovamos.com.br e vamos.com.br.

(d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros: (i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos; (ii) em favor de partidos políticos; (iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não realizou referidas contribuições financeiras diretamente ou por meio de terceiros.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida consolidada auferida pela Companhia no Brasil foi de R\$ 5.748,5 milhões, representando 99,87% da receita líquida total da Companhia.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Desde 2022 a Companhia passou a consolidar o resultado da adquirida BMB, que possui operações no México. A receita dessas operações representa menos de 1% e, portanto, é irrelevante em relação à receita total da Companhia.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Não aplicável pois a Companhia não possui operação significativa em outros países e, portanto, não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

(a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

As informações ASG da VAMOS são publicadas anualmente através do Relatório Anual Integrado, sendo sua última divulgação relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, que pode ser acessado através do link <https://ri.grupovamos.com.br/a-companhia/sustentabilidade/>.

(b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório Integrado Anual relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 da VAMOS atende integralmente às exigências das normas da GRI e é elaborado com base nas diretrizes da estrutura do Relato Integrado, da *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation). O documento é ainda submetido à asseguração limitada, em conformidade com a Resolução nº 14/2020 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Buscamos ainda estarmos alinhados com padrões e *frameworks* disponíveis para orientar a produção de relatórios integrados e, sobretudo, para possibilitar um alcance ainda maior de nossas comunicações ao mercado, usando requisitos como:

- **CPC 09 – Relato Integrado**, alinhado ao *International Integrated Reporting Council* (IIRC), que orienta a comunicação sobre a criação de valor em longo prazo;
- recomendações contidas no *Corporate Sustainability Assessment* (CSA), da S&P Global;
- indicadores do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), que nos permitem aprimorar a nossa divulgação de informações financeiras relevantes aos investidores;
- recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD) e orientações do *Carbon Disclosure Project* (CDP), que fortalecem a nossa abordagem sobre mudanças climáticas e riscos ambientais;
- relacionamento com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** e a **Agenda 2030**, da **Organização das Nações Unidas (ONU)**, reafirmando o nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável.

(c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Para garantir a qualidade e credibilidade das informações reportadas, o conteúdo dos relatórios dos últimos anos, bem como do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, foi assegurado pela KPMG, que verificou o padrão de alinhamento que estamos informando, cujo conteúdo está relacionado à nossa Matriz de Materialidade e às estratégias definidas pela Alta Direção. O documento também é analisado e aprovado pelo Comitê de Sustentabilidade da VAMOS.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório Integrado Anual relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 pode ser acessado em nosso site de Relações com Investidores através do link <https://ri.grupovamos.com.br/a-companhia/sustentabilidade/>.

(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A Companhia revisou seu processo de materialidade em 2022, detectando os aspectos que nos levam à geração de valor e os impactos positivos e negativos de nossas atividades, conforme os princípios estabelecidos nas normas da **Global Report Initiative (GRI)**.

O processo de dupla materialidade será atualizado pela Companhia ao longo do exercício social corrente e será aplicado aos relatórios subsequentes.

Foi considerado no trabalho documentos e premissas que embasam a estratégia corporativa, com a percepção de riscos e oportunidades; conteúdo dos canais de engajamento com stakeholders; e benchmarks nacionais e internacionais do setor, que nos revelam a perspectiva dos principais temas associados à nossa cadeia de valor. Nos amparamos ainda no Relatório de Riscos Globais 2022 do Fórum Econômico Mundial, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e nos parâmetros do Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Todo esse processo resultou na identificação de 13 temas iniciais, submetidos a executivos, conselheiros e outros stakeholders, que os selecionaram em razão de sua importância para os nossos negócios e priorizaram os mais representativos em abrangência e magnitude. A consulta foi ampliada por meio de questionário online, tendo como resultado a seleção de sete temas materiais analisados e validados por nosso Comitê de Sustentabilidade.

Os temas materiais identificados pela Vamos representam elementos centrais para a compreensão e gestão dos riscos e das oportunidades relacionados ao desenvolvimento e à expansão dos nossos negócios. Os temas e os indicadores materiais são:

- Ética, conformidade e boas práticas de governança corporativa
Divulgações GRI: 205-1, 205-2, 205-3, 206-1, 402-1, 406-1, 408-1, 409-1, 418-1
Indicadores materiais: Efetividade do canal de denúncias (número de denúncias, tipos, resolução)
- Estratégia climática e gestão ambiental
Divulgações GRI: 302-1, 302-2, 302-3, 302-4, 303-1, 303-2, 303-3, 303-4, 303-5, 304-2, 305-1, 305-2, 305-3, 305-4, 305-5, 305-6, 305-7, 306-1, 306-2, 306-3, 306-4, 306-5
Indicadores materiais: Emissões de GEE (Escopo 1, 2 e 3), quantidade de resíduos gerados e destinação
- Valorização dos colaboradores e respeito à diversidade
Divulgações GRI: 202-1, 202-2, 401-1, 401-2, 401-3, 404-1, 404-2, 404-3, 405-1, 405-2, 407-1

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Indicadores materiais: Diversidade da força de trabalho (gênero, raça, etc.), Horas de treinamento e desenvolvimento por colaborador

- Saúde e segurança das pessoas

Divulgações GRI: 403-1, 403-2, 403-3, 403-4, 403-5, 403-6, 403-7, 403-8, 403-9, 403-10

Divulgações SASB: TR-RO-000.C

Indicadores materiais: Número de acidentes de trabalho e taxa de frequência

- Crescimento econômico-financeiro, inovação e diversificação de serviços

Divulgações GRI: 201-1, 201-2, 207-1, 207-2, 207-3, 207-4, 416-1, 416-2, 417-1, 417-2, 417-3 Divulgações SASB: TR-CR-250a.1, TR-CR-250a.2

Indicadores materiais: Receita líquida e lucro líquido, Satisfação do cliente (NPS)

- Desenvolvimento da frota brasileira

Divulgações SASB: TR-CR-410a.1, TR-CR-410a.2

Indicadores materiais: Idade média da frota

- Impacto nas comunidades e na cadeia de valor

Divulgações GRI: 203-1, 203-2, 204-1, 308-1, 308-2, 408-1, 409-1, 410-1, 411-1, 413-1, 413-2, 414-1, 414-2

Indicadores materiais: Investimento social

(f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O Relatório Anual Integrado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 da VAMOS considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (“ODS”) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas. Os seguintes ODS são considerados materiais para os negócios da Companhia:

- **Ética, conformidade e boas práticas de governança corporativa** – ODS: 16
- **Estratégia climática e gestão ambiental** – ODS: 3, 7, 12, 13, 14 e 15
- **Valorização dos colaboradores e respeito à diversidade** – ODS: 3, 4, 5, 10, 8
- **Saúde e segurança das pessoas** – ODS: 3
- **Crescimento econômico-financeiro, inovação e diversificação de serviços** – ODS: 8, 9 e 12
- **Desenvolvimento da frota brasileira** – ODS: 9 e 12
- **Impacto nas comunidades e na cadeia de valor** – ODS: 1, 2, 10, 16 e 17

(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório Anual Integrado da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 adota as recomendações do TCFD (Task Force on Climate-related Financial Disclosures) e orientação do CDP – (Carbon Disclosure Project) na apresentação de informações associadas às mudanças climáticas e aos processos de gestão. Adicionalmente, considera ainda os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, integrados à Agenda 2030, com os quais os indicadores estão relacionados.

(h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A VAMOS realiza inventários de emissão de gases de efeito estufa (GEE), considerando os escopos 1, 2 e 3 (Categoria 1 - bens e serviços comprados; Categoria 2- bens de capital; Categoria 3- atividades relacionadas com combustível e energia e não inclusas nos escopos 1 e 2; Categoria 4- transporte e distribuição (upstream); Categoria 5- resíduos gerados nas operações; Categoria 6 - viagens a negócios; Categoria 7- deslocamento de funcionários; Categoria 13 - bens arrendados para terceiros).

A elaboração do inventário de GEE da Companhia segue a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. É realizada verificação de terceira parte para garantir precisão e confiabilidade dos dados. O resultado do inventário é publicado anualmente no Relatório Anual Integrado e no Registro Público de Emissões (<https://registropublicodeemissoes.fgv.br/estatistica/estatistica-participantes/3184>).

(i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, considerando que a Companhia divulga informações ASG.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, considerando que a Companhia adota matriz de materialidade.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, considerando que a Companhia adota indicadores-chave de desempenho ASG.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável, considerando que a Companhia realiza auditoria das informações ASG divulgadas.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável, considerando que a Companhia considera tanto os ODS quanto as diretrizes de reporte climático do CDP Disclosure Insight Action e do Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD).

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, considerando que a Companhia realiza e divulga anualmente inventário de emissão de gases de efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Informações de sociedade de economia mista

(a) Interesse público que justificou sua criação

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) Atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. Os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

ii. Quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições; e

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

iii. Estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) Processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não houve aquisição, alienação ou locação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Operações societárias/Aumento ou redução de capital

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, não houve operações de fusão, cisão, incorporação de ações ou aumento de redução de capital.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Acordos de acionistas

Em 05 de março de 2026, foi celebrado acordo de acionistas entre a SIMPAR S.A. e a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, com a interveniência e anuência da Companhia, nos termos do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, visando regular determinados direitos e obrigações relacionados à participação acionária das partes na Companhia, incluindo matérias relacionadas à governança corporativa e ao exercício de direitos políticos.

O acordo possui vigência até 03 de março de 2036 ou até que a BNDESPAR detenha participação inferior a 5% do capital social da Companhia.

A íntegra do Acordo de Acionistas pode ser encontrada no site da CVM e na página de relações com investidores da Companhia em <https://ri.grupovamos.com.br/>

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Alterações significativas na condução dos negócios

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não diretamente relacionado com suas atividades operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a serem mencionadas no item.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

Introdução

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem nossas expectativas atuais que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos na seção 4 (Fatores de risco) e outros assuntos estabelecidos neste Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas neste item 2.1 devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à “Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços” (“**Receita Líquida**”) para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2025, a Vamos reportou uma receita bruta total de R\$ 5.775.712 milhões comparativamente a R\$ 4.699.312 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação positiva de R\$ 1.056.400 milhões ou 22,48%. Essa variação deve-se, principalmente por conta do aumento no valor de R\$ 610.106 milhões ou 57,75% nas vendas de ativos desmobilizados em seguida de um aumento nas vendas de veículos e acessórios no montante de R\$ 392.240 milhões ou 37,13%.

Principais indicadores de liquidez e desempenho financeiro

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia e suas controladas vendem e operam locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados, gestão de frota nos segmentos de comercialização de veículos pesados, revenda de veículos seminovos, prestação de serviços de customização de caminhões, de mecânica e funilaria, além da produção, locação e comercialização de implementos rodoviários. A Companhia é controlada pela Simpar S.A.

Abaixo são apresentadas as principais métricas financeiras e de liquidez para avaliação do negócio da Companhia, as quais são revisadas regularmente pela administração:

(Em milhares de R\$, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Patrimônio Líquido	2.562.076	2.442.373
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	4.421.661	3.975.367
Receita líquida venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	1.334.051	723.945
Receita líquida total	5.755.712	4.699.312
Lucro Líquido do exercício	328.702	380.974
EBITDA ⁽ⁱ⁾	3.649.781	3.313.654
EBITDA ajudado ⁽ⁱⁱ⁾	3.741.096	3.167.294
EBITDA de serviços ⁽ⁱ⁾	3.599.697	3.167.294
Margem EBITDA ⁽ⁱⁱⁱ⁾	63,4%	70,50%
Margem EBITDA de serviços ⁽ⁱⁱⁱ⁾	81,4%	79,70%
Dívida bruta ^(iv)	16.526.017	14.393.281
Dívida líquida ^(v)	11.808.009	11.605.053
Caixa e equivalente de caixa	(325.423)	(152.938)
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras circulante	(4.392.585)	(2.635.290)
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras não circulante	-	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	72.644	10.812
Alavancagem líquida ^(vi)	3,28	3,50
Liquidez imediata ^(vi)	1,33	1,02
Liquidez corrente ^(vii)	1,81	1,52
Liquidez seca ^(viii)	1,77	1,48

- (i) EBITDA é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro ou prejuízo líquido do exercício ajustado pelo Total do Imposto de Renda e contribuição social, Resultado Financeiro Líquido e Depreciação e Amortização (EBITDA). Por meio da utilização do EBITDA, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia. O EBITDA de serviços é calculado desconsiderando o efeito da receita líquida e dos custos de venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços (ativos desmobilizados).
- (ii) "EBITDA ajudado" é igual ao EBITDA LTM ajustada pela Provisão de Devedores Duvidosos constituída no período e os gastos extraordinários e não recorrentes do período.
- (iii) A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA pela "Receita líquida total" consolidada da Companhia. E a "Margem EBITDA de serviços" consiste no resultado da divisão do EBITDA de serviços pela "Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços".
- (iv) "Dívida bruta" é igual ao total de empréstimos, financiamento e debêntures e a posição líquida de instrumentos financeiros derivativos, todos circulantes e não circulantes.
- (v) Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como o total de empréstimos, financiamento e debêntures e a posição líquida de instrumentos financeiros derivativos, todos circulantes e não circulantes, subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, todos circulantes e não circulantes.
- (vi) A "Alavancagem Líquida" é um indicador não contábil que procura medir o nível do nosso endividamento, em determinado período, em relação ao nosso resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA ajustado.
- (vii) A "Liquidez imediata" é um indicador elaborado pela Companhia e definido como a soma do Caixa e equivalente de caixa mais títulos e valores mobiliários do ativo circulante, dividida pelo passivo circulante.
- (viii) A "Liquidez corrente" é um indicador elaborado pela Companhia e definido como a divisão do Ativo circulante pelo passivo circulante.
- (viii) A "Liquidez seca" é um indicador elaborado pela Companhia e definido como soma de todos do ativo circulante descontado do estoque, dividida pelo passivo circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, a Dívida Bruta da Companhia foi de R\$ 16,5 bilhões, comparado com R\$ 14,4 bilhões em dezembro de 2024, apresentando um aumento de R\$ 2,1 bilhões ou 14,82%.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Este aumento é decorrente, principalmente, de captação de recursos por meio da emissão da dívida internacional do Loan no montante de R\$ 1,6 bilhão (líquido de custo de transações) e da dívida internacional do *Senior Bond* no montante de R\$ 1,6 bilhão (líquido de custo de transações), em contrapartida a companhia realizou o pagamento no montante de R\$ 6,6 milhões de principal mais juros e reconheceu uma apropriação de juros de R\$ 2,1 milhões.

Em 31 de dezembro de 2024, a Dívida Bruta da companhia foi de R\$14,4 bilhões, comparado com R\$ 11,3 bilhões em dezembro de 2023, apresentando um aumento de R\$ 3,1 bilhões. Este aumento é decorrente, principalmente da captação de recursos por meio das emissões da 10ª e 11ª emissão debêntures que em conjunto totalizaram um no montante de R\$ 1,5 milhão (líquido de custos de transação), a aquisição de veículos para locação por meio de Finame Direto no montante de R\$ 1,1 milhão, emissão do Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) no montante de R\$ 826,6 milhões (líquido de custos de transação) e a captação de crédito internacional em moeda estrangeira no montante de R\$ 275,7 milhões (líquido de custos de transação).

Em 31 de dezembro de 2025, a Dívida Líquida da Companhia foi de R\$ 11,8 bilhões em comparação a 31 de dezembro de 2024, quando foi registrado uma Dívida Líquida de R\$ 11,6 bilhões, apresentando um aumento de R\$ 202,9 milhões ou 1,75% na comparação anual. Este aumento decorre das captações efetuadas no período, que elevaram a dívida bruta. Em contrapartida a Companhia registrou um aumento nos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras de R\$ 1,7 bilhão ou 66,68%, o que atenuou um aumento maior na dívida líquida.

Em 31 de dezembro de 2024, a Dívida Líquida da Companhia foi de R\$11,6 bilhões em comparação a 31 de dezembro de 2023, quando foi registrado uma Dívida Líquida de R\$9,0 bilhões, apresentando um aumento de R\$ 2,6 bilhões na comparação anual. Este aumento decorre das captações efetuadas durante o exercício, conforme explicado na variação da dívida bruta, além disso a companhia teve uma redução nos valores a receber sobre os instrumentos financeiros derivativos (variação de R\$ 214,2 milhões) e uma diminuição em sua aplicação financeira de longo prazo no valor de R\$ 10,9 milhões. Em contrapartida a companhia apresentou um aumento de R\$ 439,0 milhões em suas aplicações financeiras de curto prazo e um aumento de R\$ 55,2 milhões no caixa e equivalente.

Demais indicadores

A Alavancagem Líquida em 31 de dezembro de 2025 foi de 3,24x uma redução de 0,26x, comparada com 31 de dezembro de 2024. Apesar da Companhia ter apresentado uma Dívida Líquida no período maior que de 2024 o EBITDA apresentou um aumento de R\$ 336,7 milhões ou 10,14% comparado com o exercício anterior por conta da variação do lucro líquido antes do resultado financeiro em R\$ 48,9 milhões e do aumento nas depreciações e amortização do período de R\$ 287,2 milhões.

A Alavancagem Líquida em 31 de dezembro de 2024 foi de 3,50x sem redução, comparada com 31 de dezembro de 2023. Apesar da Companhia ter apresentado uma Dívida Líquida no período maior que de 2023 o EBITDA também apresentou este aumento por conta da variação do lucro líquido em R\$ 227,3 milhões e do aumento das despesas com imposto de renda, resultado financeiro, depreciação e amortização no montante de R\$ 510,1 milhões.

A Companhia apresentou um aumento em sua liquidez corrente em 31 de dezembro de 2025 em comparação ao mesmo período de 2024 de 0,29x. Este aumento deve-se ao aumento dos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras no montante de R\$ 1,7 bilhão ou 66,68%.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em relação a Liquidez Seca, a Companhia apresentou, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, um aumento em relação ao período anterior, principalmente em função do crescimento dos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, conforme apontado acima.

O modelo de negócios da Companhia é baseado na elaboração de contratos de locação de longo prazo para caminhões, máquinas e equipamentos. Este modelo permite grande previsibilidade no fluxo de caixa e geração de valor dos investimentos da Companhia. Os contratos de locação possuem, em média, 5 anos de duração, com correção de índices de inflação anual e cláusula de rescisão com multa de 50% do valor remanescente do contrato, propiciando ao modelo de negócio um baixo risco de execução.

Assim, considerando o retorno que será obtido com os contratos de locação vigentes e em implantação e com a venda de ativos após o término dos contratos, sua geração de caixa é considerada suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo. A Administração antecipa que, quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais, serão cumpridas mediante recebimentos de dividendos de suas controladas ou captações alternativas de recursos.

A administração da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais do Grupo são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

(b) Estrutura de Capital

Os Diretores entendem que a estrutura de capital da Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, equilíbrio entre capital próprio e de terceiros.

(Em milhares de R\$, exceto índices)	Exercício social encerrado em	
	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante + Passivo não circulante (capital de terceiros)	20.467.511	17.834.654
Patrimônio líquido (capital próprio)	2.562.076	2.442.373
Total Patrimônio Líquido e Passivo circulante e Passivo não circulante	22.964.587	20.277.027
Parcela de capital de terceiros	88,84%	87,95%
Parcela de capital próprio	11,16%	12,05%

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de capital de terceiros foi de R\$ 20,5 bilhões e de R\$ 17,8 bilhões em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$ 2,6 bilhões ou 14,40%, impactado principalmente pelas captações de recursos por meio de instrumentos de dívida, conforme mencionado no tópico de Dívida bruta. Com relação ao capital próprio, também houve um aumento de R\$ 119,7 milhões ou 4,90%, decorrente do aumento nos lucros/prejuízos acumulados no montante de R\$ 178,7 milhões referente ao resultado do exercício.

O capital de terceiros da Companhia é representado, substancialmente, por fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures e cessão de direitos creditórios a pagar.

A dívida financeira bruta da Companhia é composta por empréstimos, financiamentos e debêntures e posição líquida dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção da dívida. A segregação da dívida bruta, conforme exigibilidade, está demonstrada abaixo:

(Em milhares de R\$)	Exercício social encerrado em	
	31/12/2025	31/12/2024
Dívida bruta de curto prazo	1.683.254	942.379
Dívida bruta de longo prazo	14.843.027	13.450.902
Dívida Bruta (i)	16.526.281	14.393.281

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- (i) Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como empréstimos, financiamentos e debêntures e posição líquida dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger eventuais variações das dívidas, todos circulantes e não circulantes.

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis aceitáveis de alavancagem, especialmente considerando o perfil do negócio e a estratégia de crescimento adotada pela Companhia, que tem demandado investimentos em ativos que em geral possuem um mercado secundário líquido.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores entendem que, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentou condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos.

Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2025 foram de 1,13x e 1,81x, respectivamente, contra uma liquidez geral e corrente, em 31 de dezembro de 2024, de 1,14x e 1,52x, respectivamente. O índice de liquidez geral consiste no resultado da divisão do “Ativo circulante” mais “Ativo Realizável a longo prazo” pelo “Total do passivo”, e o índice de liquidez corrente consiste no resultado da divisão do “Ativo circulante” pelo “Passivo circulante”. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía R\$ 16,5 bilhões em empréstimos, financiamentos e debêntures. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

Análise do caixa gerado ou utilizado pelas atividades operacionais, nas atividades de investimento e pelas atividades de financiamento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia utilizou mais caixa nas atividades operacionais e nas atividades de investimento nos montantes de R\$ 3,0 bilhões e R\$ 53,5 milhões respectivamente, e gerou caixa nas atividades de financiamentos no montante de R\$ 3,2 bilhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia utilizou mais caixa nas atividades operacionais e nas atividades e nas atividades de investimento, nos montantes de R\$ 2,7 bilhões e R\$ 100,9 milhões, respectivamente, e gerou caixa nas atividades de financiamentos no montante de R\$ 2,8 bilhões.

A variação no exercício de 2025, em comparação com o exercício de 2024 decorre, principalmente pelas novas captações de empréstimos, financiamentos e debêntures, das novas captações de direito creditórios, bem como das aquisições de ativo imobilizado operacional para locação. Em contrapartida, a companhia apresentou um aumento no consumo de caixa relacionado a pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos e pelos pagamentos de cessão de direitos creditórios.

Como resultado líquido das movimentações do período, o saldo de caixa e equivalente em dezembro de 2025 apresentou um aumento na geração de caixa de R\$ 177,3 milhões em relação ao exercício de 2024.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida bruta em 31 de dezembro de 2025:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Em milhares de R\$)		
Vencimento das parcelas	Valor Total	%
Total passivo circulante	1.683.254	10,19%
Total passivo não circulante	14.842.763	89,81%
2026	1.448.859	8,77%
2027	2.119.006	12,82%
2028	4.757.452	28,79%
2029	2.236.939	13,54%
2030	5.963.761	36,09%
Total	16.526.017	100,00%

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos; e (iii) cessão de direitos creditórios provenientes dos contratos de locação de veículos]. Estes financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócio, (ii) desembolsos de capital, e (iii) exigências de pagamento do endividamento.

A Companhia acredita que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras, bem como, quando aplicável, por meio de emissão de títulos de dívida ou outras operações financeiras no mercado internacional, por intermédio de sua subsidiária no exterior.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a Companhia não possuía saldo com arrendamentos financeiros a pagar.

Em 31 de dezembro de 2025 o prazo médio da dívida ficou em 5 anos, enquanto em 31 de dezembro de 2024 o prazo médio era de 5 anos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

i. Contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures relevantes

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia, em vigor em 31 de dezembro de 2025:

1. Contrato referente à 2ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, assinado em 16 de agosto de 2019, no valor de R\$ 800 milhões. O vencimento da primeira série ocorreu em 20/08/2024, e o da segunda série ocorrerá em 20/08/2026. A remuneração é de 100% CDI + limite de 1,60% a.a. para a primeira série, e 100% CDI + limite de 2,00% a.a. para a segunda série. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor em aberto era de R\$ 68.509.
2. A Companhia mantém diversos contratos de financiamento via Finame Direto junto ao BNDES, contratados ao longo dos últimos exercícios. Os contratos possuem vencimentos finais até fevereiro de 2027 e são remunerados, em média, por IPCA + 6,65% a.a. O saldo devedor consolidado em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 2.389.142 mil.
3. Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido em 15 de novembro de 2019. A quantidade emitida foi de 220.000 CRAs, sendo (i) 98.036 CRA Pré I; e (ii) 121.964 CRA Pré II. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$1.000,00, na data de emissão dos CRA. O valor total ficou em R\$ 220.000,00. O vencimento para o CRA Pré I ocorreu em 18/11/2024, e do CRA Pré II o ocorrerá em 16/11/2026. A remuneração é pré-fixada em 7,6% a.a. para o CRA Pré I, e, 8,0% a.a. para o CRA Pré II, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de *swap* como forma de *hedge* em percentual do CDI. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor em aberto era de R\$ 35.634 mil.
4. CRA com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido em 16 de junho de 2020. A quantidade emitida foi de 500.000 CRA III. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$ 1.000,00, na data de emissão do CRA. O valor total ficou em R\$ 500.000,00. O vencimento para o CRA III ocorrerá em 16/06/2027. A remuneração é pré-fixada em IPCA + 5,7000 a.a., observado ainda que a Companhia celebrou contrato de *swap* como forma de *hedge* em percentual do CDI. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor em aberto era de R\$ 418.881 mil.
5. Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., em 23 de novembro de 2020, no valor de R\$ 400.000,00, e vencimento em 14 de novembro de 2030. A remuneração é pré-fixada em IPCA + 5,7315% a.a., observado ainda que a Companhia celebrou contrato de *swap* como forma de *hedge* em percentual do CDI. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 450.412 mil.
6. CRA com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido em 15 de maio de 2022. A quantidade emitida foi de 600.000 CRA V. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$ 1.000,00, na data de emissão do CRA. O valor total ficou em R\$ 600.000.000,00. O vencimento para o CRA V ocorrerá em 15/05/2037. Emitida em 2 séries, remuneração da primeira é em PCA + 6,5473% a.a. e a segunda é em IPCA + 6,9739% a.a., observado ainda que a Companhia celebrou contrato de *swap* como forma de *hedge* em percentual do CDI. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor em aberto era de R\$ 600,7 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

7. CRA com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido em 15 de janeiro de 2023. A quantidade emitida foi de 650.000 CRA VI. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$ 1.000,00, na data de emissão do CRA. O valor total ficou em R\$ 650.000.000,00. O vencimento para o CRA VI ocorrerá em 15/01/2030. Emitida em 3 séries, a remuneração da primeira é CDI+0,90% a.a., segunda é CDI+1,20% a.a. e a terceira IPCA + 7,1638% a.a., observado ainda que a Companhia celebrou contrato de *swap* como forma de *hedge* em percentual do CDI. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor em aberto era de R\$ 808,3 milhões.

8. CRA com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido em 16 de novembro de 2023. A quantidade emitida foi de 700.000 CRA VII. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$ 1.000,00, na data de emissão do CRA. O valor total ficou em R\$ 700.000.000,00. O vencimento para o CRA VII ocorrerá em 15/11/2033. Emitida em 3 séries, a remuneração da primeira é prefixada em 12,05% a.a., segunda é IPCA + 6,5494% a.a. e a terceira IPCA + 6,8453% a.a. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor em aberto era de R\$ 683,6 milhões.

9. Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido em 15 de setembro de 2024. A quantidade emitida foi de 856.250 CDCA. O valor nominal unitário dos CDCA foi de R\$ 1.000,00, na data de emissão do CDCA. O valor total ficou em R\$ 856.250.000,00. O vencimento para o CDCA ocorrerá em 15/09/2031. Emitida em 2 séries, a remuneração da primeira é prefixada em 13,6232% a.a. e a segunda é IPCA + 7,9148% a.a... Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor em aberto era de R\$ 906,3 milhões.

10. Contrato referente à 3ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 10 de junho de 2021, liquidado em 08 de julho de 2021, no valor de R\$ 1.000.000,00. O vencimento da primeira série ocorrerá em 15/06/2026, o da segunda e terceira série em 16/06/2031. A remuneração é de 100% DI + limite de 2,30% a.a. para a primeira série, 100% DI + limite de 2,75% a.a. para a segunda série, e, IPCA + 6,3605% para a terceira série, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de *swap* como forma de *hedge* em % do CDI. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.011.592 mil.

11. Contrato referente à 4ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em até 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 15 de outubro de 2021, liquidado em 12 de novembro de 2021, no valor de R\$ 2.000.000,00. O vencimento da primeira série ocorrerá em 15/10/2028, o da segunda e terceira série em 15/10/2031. A remuneração é de 100% DI + limite de 2,40% a.a. para a primeira série, 100% DI + limite de 2,80% a.a. para a segunda série, e, IPCA + 7,6897% para a terceira série, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de *swap* como forma de *hedge* em % do CDI para a terceira série. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 2.006.720 mil.

12. Contrato referente à 1ª (primeira) emissão de notas promissórias comerciais, em 14 (séries), para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com o Banco Bradesco BBI S.A, datado e liquidado em 03/12/2021, no valor de R\$ 500.000,00. A remuneração é de 100% DI + limite de 2,40% a.a. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 131.549 mil.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

13. Contrato referente à 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com o Banco Safra S.A, datado e liquidado em 07 de junho de 2022, no valor de R\$ 250.000,00, com vencimento em 07 de junho de 2028. A remuneração é de 114,75% DI a.a. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 251.892 mil.

14. Contrato de *Swap* 2ª Série com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 27 de maio de 2020 no valor Nominal de R\$ 121.964,00 e vencimento em 13 de novembro de 2026. A remuneração é de 133,80% CDI. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo deste instrumento estava passivo em R\$ 2.338 mil.

15. Contrato de *Swap* com o Banco Safra S.A., assinado em 07 de agosto de 2020 no valor Nominal de R\$ 502.652,00 e vencimento em 14 de junho de 2027. A remuneração é de 165% CDI. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo deste instrumento estava ativo em R\$ 88.031 mil.

16. Contrato de *Swap* com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 26 de novembro de 2020 no valor Nominal de R\$ 400.000,00 e vencimento em 14 de novembro de 2030. A remuneração é de 133,60% CDI. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo deste instrumento estava ativo em R\$48.444 mil.

17. Contrato de *Swap* com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 06 de julho de 2021 no valor Nominal de R\$ 311.790,00 e vencimento em 15 de junho de 2029. A remuneração é de 127,20% CDI. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo deste instrumento estava passivo em R\$ 7.750 mil.

18. Contrato de *Swap* com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 06 de julho de 2021 no valor Nominal de R\$ 223.750,00 e vencimento em 16 de junho de 2031. A remuneração é de 131,75% CDI. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo deste instrumento estava passivo em R\$ 10.272 mil.

19. Contrato de *Swap* com o Banco JP Morgan S.A., assinado em 06 de julho de 2021 no valor Nominal de R\$ 464.460,00 e vencimento em 16 de junho de 2031. A remuneração é de 116,50% CDI. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo deste instrumento estava ativo em R\$ 25.660 mil.

20. Contrato de *Swap* com o Banco BTG Pactual, assinado em 10 de novembro de 2021 no valor Nominal de R\$ 567.039,00 e vencimento em 15 de outubro de 2031. A remuneração é de 127,50% CDI. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo deste instrumento estava ativo em R\$ 40.777 mil.

21. Contrato de *Swap* com o Banco BTG Pactual, assinado em 12 de maio de 2022 no valor Nominal de R\$ 296.358,00 e vencimento em 15 de maio de 2037. A remuneração é de 116,50% CDI. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo deste instrumento estava passivo em R\$ 3.221 mil.

22. Contrato de *Swap* com o Banco Santander, assinado em 18 de maio de 2022 no valor Nominal de R\$ 153.642,00 e vencimento em 17 de maio de 2032. A remuneração é de 111,25% CDI. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo deste instrumento estava ativo em R\$ 3.992 mil.

23. Contrato referente à 7ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 1 (uma) série, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 16 de junho de 2023, no valor de R\$ 250.000,00. O vencimento da série única ocorrerá em 15/06/2028. A remuneração é de 100% DI + 2,17% a.a. para a série única. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 250.574 mil.

24. Contrato referente à 9ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 1 (uma) série, para distribuição pública com esforços restritos de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

distribuição, com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 28 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 550.000,00. O vencimento da série única ocorrerá em 15/12/2028. A remuneração é de 100% DI + 2,35% a.a. para a série única. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 249.218 mil.

25. Contrato referente à 12ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, para distribuição pública, com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 29 de julho de 2025, no valor de R\$ 2.050.000.000,00. O vencimento da primeira série ocorrerá em 972 dias contados da sua emissão, em 24/07/2025, e o vencimento da segunda série ocorrerá em 971 dias contados da sua emissão, em 25/07/2025. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.511.695 mil.

26. Contrato referente à 13ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até série única, para distribuição pública com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 17 de setembro de 2025, no valor de R\$ 600 milhões. O vencimento da série única ocorrerá em 20 de setembro de 2032. A remuneração é de 100% DI + 2,25% a.a. para a série única. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 617.382 mil.

27. Contrato referente à 14ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até série única, para distribuição pública com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 03 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 1.603.800.000,00. O vencimento da série única ocorrerá em 20 de janeiro de 2032. A remuneração é de juros prefixados em 15,72% a.a. para a série única. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.557.929 mil.

28. Contrato referente à 10ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 1 (uma) série, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 21 de fevereiro de 2024, no valor de R\$ 500.000.000,00. O vencimento da série única ocorrerá em 21/02/2029. A remuneração é de 100% DI + 2,35% a.a. para a série única. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 528.703 milhões.

29. Contrato referente à 11ª Emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 1 (uma) série, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, datado em 25 de junho de 2024, no valor de R\$ 1.000.000.000,00. O vencimento da série única ocorrerá em 25/06/2029. A remuneração é de 100% DI + 2,35% a.a. para a série única. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.043.179 milhões.

30. Contrato referente ao BID com o Banco IDB INTER-AMERICAN INVEST. CORPORATION, datado e liquidado em 21/01/2025, no valor de \$ 30,000,000.00. A remuneração é de Sofr + 3,11% a.a. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 140.625 milhões.

31. Contrato referente ao Loan com o Banco BOC BANK OF CHINA (BRASIL) BANCO MÚLTIPLO S/A, datado e liquidado em 25/03/2025, no valor de \$ 50,000,000.00. A remuneração é de Sofr6 e cada 6 meses a taxa fixa altera (2,25%, 2,50%, 3,5%, 4,75%, 5,25%, 5,50% respectivamente) a.a. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 277.675 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

32. Contrato referente ao Loan Europe com o Banco HSBC, datado e liquidado em 04/08/2025, no valor de \$ 275,000,000.00. A remuneração é de Sofr6 e cada 6 meses a taxa fixa altera (2,25%, 2,50%, 3,5%, 4,75%, 5,25%, 5,50% respectivamente) a.a. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.539.734 milhões.
33. Contrato referente ao Bond Europe com o Banco Mellon, datado e liquidado em 02/10/2025, no valor de \$ 300,000,000.00. A remuneração é prefixada em 9,20% a.a. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.707.794 milhões.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e internacional. A Companhia não tem outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas acima.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. Grau de subordinação de dívida

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2025 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre, também, todas as demais obrigações previstas nos respectivos contratos de financiamentos, as quais se referem a determinadas restrições – alienação de ativos, alienação de controle societário – dentre outras cláusulas usuais de mercado; e, inclusive, seus *covenants* financeiros, os quais estão apresentados abaixo:

34. Emissões de Debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.” – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
		2025	2024
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,16	3,31

(1) Dívida financeira líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, bem como outras dívidas específicas em determinados contratos e quaisquer outros saldos, positivos e/ou negativos das operações de proteção patrimonial (*hedge*) subtraídos dos valores em caixa e equivalentes de caixa e em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

(2) EBITDA consolidado para fins de *covenants*: significa o lucro ou prejuízo líquido antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização apurado ao longo dos últimos 12 meses ajustada pela Provisão de Devedores de Devedores Duvidosos constituída no período e os gastos extraordinários e não recorrentes do período.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

35. Contrato de crédito internacional com o JP Morgan Chase Bank, N.A., assinado pela Companhia – *covenant* financeiro a ser observado pelo Grupo Vamos:

Restrição	Limites	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
		2025	2024
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,16	3,31

(1) Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, bem como outras dívidas específicas em determinados contratos e quaisquer outros saldos, positivos e/ou negativos das operações de proteção patrimonial (hedge) subtraídos dos valores em caixa e equivalentes de caixa e em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

(2) EBITDA consolidado para fins de *covenants*: significa o lucro ou prejuízo líquido antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização apurado ao longo dos últimos 12 meses ajustada pela Provisão de Devedores de Devedores Duvidosos constituída no período e os gastos extraordinários e não recorrentes do período.

Os *covenants* descritos no contrato de crédito internacional são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas anualizadas do Grupo Vamos e estavam cumpridos em 31 de dezembro de 2025.

36. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
		2025	2024
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,16	3,31

(1) Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, bem como outras dívidas específicas em determinados contratos e quaisquer outros saldos, positivos e/ou negativos das operações de proteção patrimonial (hedge) subtraídos dos valores em caixa e equivalentes de caixa e em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

(2) EBITDA consolidado para fins de *covenants*: significa o lucro ou prejuízo líquido antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização apurado ao longo dos últimos 12 meses ajustada pela Provisão de Devedores de Devedores Duvidosos constituída no período e os gastos extraordinários e não recorrentes do período.

(2) EBITDA Consolidado significa o lucro ou prejuízo líquido antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização apurado ao longo dos últimos 12 meses.

37. Contrato de crédito internacional com o Citibank – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
		2025	2024
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,16	3,31

(1) Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, bem como outras dívidas específicas em determinados contratos e quaisquer outros saldos, positivos e/ou negativos das operações de proteção patrimonial (hedge) subtraídos dos valores em caixa e equivalentes de caixa e em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

(2) EBITDA Consolidado significa o lucro ou prejuízo líquido antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização apurado ao longo dos últimos 12 meses.

38. Nota promissória com o Banco Bradesco S.A. – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
		2025	2024
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,16	3,31

(1) Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, bem como outras dívidas específicas em determinados contratos e quaisquer outros saldos, positivos e/ou negativos das operações de proteção patrimonial (hedge) subtraídos dos valores em caixa e equivalentes de caixa e em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

(2) EBITDA Consolidado significa o lucro ou prejuízo líquido antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização apurado ao longo dos últimos 12 meses.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

39. Nota comercial com o Banco Safra S.A. – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
		2025	2024
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,75	3,16	3,31

(1) Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, bem como outras dívidas específicas em determinados contratos e quaisquer outros saldos, positivos e/ou negativos das operações de proteção patrimonial (hedge) subtraídos dos valores em caixa e equivalentes de caixa e em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

(2) EBITDA Consolidado significa o lucro ou prejuízo líquido antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização apurado ao longo dos últimos 12 meses.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Até a data da publicação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui limites de utilização de financiamentos contratados ou não utilizados.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras apresentadas neste item são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstração do Resultado

DRE	Exercício em 31 de dezembro de				Variações R\$	
	2025	AV	AH	2024	2025 x 2024	2024 x 2023
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados utilizados na locação	5.755.712	100,00%	22,48%	4.699.312	1.056.400	1.150.594
(-) Custo das vendas, locações e prestação de serviços	(1.454.143)	-25,26%	30,26%	(1.116.359)	(337.784)	(540.444)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(1.283.967)	-22,31%	122,30%	(577.585)	(706.382)	30.839
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	(2.738.110)	-47,57%	61,64%	(1.693.944)	(1.044.166)	(509.605)
(=) Lucro bruto	3.017.602	52,43%	0,41%	3.005.368	12.234	640.989
(=) Despesas Gerais e Administrativas	(431.515)	-7,50%	-3,16%	(445.606)	14.091	(110.244)
Despesas comerciais	(152.717)	-2,65%	41,99%	(107.557)	(45.160)	(18.491)
Despesas administrativas	(187.483)	-3,26%	22,19%	(153.437)	(34.046)	8.188
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(91.315)	-1,59%	-50,54%	(184.612)	93.297	(99.941)
Outras receitas operacionais, líquidas	25.863	0,45%	688,75%	3.279	22.584	3.279
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	2.611.950	45,38%	1,91%	2.563.041	48.909	534.024
Receitas financeiras	525.546	9,13%	70,13%	308.912	216.634	155.891
Despesas financeiras	(2.704.093)	-46,98%	40,16%	(1.929.343)	(774.750)	(295.895)
(=) Resultado financeiro líquido	(2.178.547)	-37,85%	34,44%	(1.620.431)	(558.116)	(140.004)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	433.403	7,53%	-54,02%	942.610	(509.207)	394.020
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.885)	-0,03%	-55,75%	(4.260)	2.375	2.941
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(102.816)	-1,79%	-51,82%	(213.421)	110.605	(169.587)
(=) Total do imposto de renda e contribuição social	(104.701)	-1,82%	-51,90%	(217.681)	112.980	(166.646)
(=) Lucro líquido das operações continuadas	328.702	5,71%	-54,66%	724.929	(396.227)	227.374
(=) Prejuízo das operações descontinuadas	-	0,00%	-100,00%	(343.955)	343.955	(433.359)
(=) Lucro líquido do exercício	328.702	5,71%	-13,72%	380.974	(52.272)	(205.985)
(=) LL básico e diluído por ação no final do exercício (Em R\$)	0,3111			0,3504	(0,0393)	(0,1204)
LL básico e diluído por ação no final do exercício (Em R\$)	0,3111			0,3503	(0,0392)	(0,1204)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços ("Receita Líquida")

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 5,7 bilhões comparativamente a R\$ 4,7 bilhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação positiva de R\$ 1,0 bilhão ou 22,48%. Essa variação foi impactada principalmente pelo aumento na receita na venda de ativos desmobilizados de R\$ 610,1 milhões e R\$ 392,2 milhões referente a venda de veículos e acessórios.

Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados

O Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 2,7 bilhões comparativamente a R\$ 1,7 bilhão no exercício de 2024, o que representou uma variação de R\$ 1,0 bilhão ou 61,64%, principalmente por conta do aumento no volume de novos contratos de ativos e aumento na depreciação dos ativos, que totalizam R\$ 243,3 milhões, aumento no custo de manutenção por conta da preparação de ativos realocados no mercado como Sempre Novo e aumento no custo das vendas de ativos desmobilizados no montante de R\$ 706,3 milhões.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 3,017 bilhões comparativamente com o ano de 2024 no montante de R\$ 3,005 bilhões, o que representou uma variação de R\$ 12,2 milhões ou 0,41%. A margem bruta, que corresponde ao lucro bruto sobre a receita líquida, foi de 52,43% e 63,95% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, devido principalmente ao aumento na depreciação do período e a menor margem na venda dos ativos desmobilizados.

Despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas (impairment) de contas a receber

As despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$ 431,5 milhões comparativamente a R\$ 445,6 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma diminuição de despesas operacionais de R\$ 14,1 milhões ou 3,16%. Esta diminuição no volume de despesas é atribuída principalmente pela menor provisão de perda de créditos de liquidação duvidosa em 2025, devido ao reconhecimento extraordinário de R\$ 78,6 milhões registrado em junho de 2024. No exercício corrente, não houve eventos e/ou reconhecimentos não usuais.

Outras receitas operacionais, líquidas

Não foram observadas variações significativas em outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 2,2 bilhões comparativamente a R\$ 1,6 bilhão no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 558,1 milhões ou 34,44%. Este aumento é decorrente principalmente do aumento da dívida bruta da companhia, dado a captação de novos empréstimos. Importante mencionar que tais investimentos estão relacionados às compras de ativos para locação, e, portanto, vinculados a contratos de longo prazo que contribuirão para geração de EBITDA.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 433,4 milhões comparativamente a R\$ 942,6 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação negativa de R\$ 509,2 milhões ou 54,02%. O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 7,53% e 20% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 104,7 milhões comparativamente a R\$ 217,7 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação negativa de R\$ 112,9 milhões ou 51,90%. Essa variação é decorrente principalmente por conta da diminuição do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$ 509,2 milhões que impactou em uma variação no IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais de R\$ 173,1 milhões. Assim, a alíquota efetiva em 2025 foi de 24,16%, em comparação com 23,09% apresentado em 2024.

Lucro líquido do exercício

O lucro do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 328,7 milhões comparativamente a R\$ 724,9 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação negativa de R\$ 396,2 milhões ou 54,66%. Esta variação é atribuída, principalmente aos fatores mencionados de diminuição da margem bruta e variação no resultado financeiro. A margem líquida, que corresponde o lucro líquido sobre a receita líquida, foi de 5,71% e 15,4% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Balanços Patrimoniais

Balanco Patrimonial	Exercício em 31 de dezembro de				Varição R\$
(Em milhares de R\$)	2025	AV	AH	2024	2025 x 2024
ATIVO	22.964.587	100,00%	13,25%	20.277.027	2.687.560
Circulante	6.431.157	28,00%	55,17%	4.144.511	2.286.646
Caixa e equivalentes de caixa	325.423	1,42%	112,78%	152.938	172.485
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	4.392.585	19,13%	66,68%	2.635.290	1.757.295
Instrumentos financeiros derivativos	55.455	0,24%	100,00%	-	55.455
Contas a receber	667.582	2,91%	23,57%	540.228	127.354
Estoques	130.585	0,57%	25,69%	103.894	26.691
Tributos a recuperar	57.846	0,25%	72,59%	33.517	24.329
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	253.296	1,10%	30,35%	194.322	58.974
Ativos imobilizado disponível para venda	502.821	2,19%	17,55%	427.756	75.065
Despesas antecipadas	15.483	0,07%	14,47%	13.526	1.957
Adiantamentos a terceiros	15.934	0,07%	-41,15%	27.074	(11.140)
Outros créditos	14.147	0,06%	-11,39%	15.966	(1.819)
Não circulante	16.533.430	72,00%	2,49%	16.132.516	400.914
Realizável a Longo Prazo	351.108	1,53%	24,03%	283.078	68.030
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	-	0,00%	0,00%	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	236.145	1,03%	112,20%	111.285	124.860
Contas a receber	23.213	0,10%	-28,48%	32.455	(9.242)
Tributos a recuperar	-	0,00%	-100,00%	37.694	(37.694)
Fundo para capitalização de concessionárias	-	0,00%	0,00%	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	68.130	0,30%	12,08%	60.789	7.341
Ativo de indenização	18.454	0,08%	-49,97%	36.883	(18.429)
Depósitos judiciais	1.799	0,01%	-1,42%	1.825	(26)
Outros créditos	3.367	0,01%	56,82%	2.147	1.220
Imobilizado	15.995.284	69,65%	2,08%	15.669.649	325.635
Intangível	176.962	0,77%	-1,57%	179.789	-2.827

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Em milhares de R\$)	2025	AV	AH	2024	2025 x 2024
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.964.587	100,00%	13,25%	20.277.027	2.687.560
Circulante	3.552.723	15,47%	30,17%	2.729.224	823.499
Fornecedores	696.798	3,03%	7,15%	650.291	46.507
Risco sacado a pagar	-	0,00%	0,00%	-	-
Floor Plan	-	0,00%	0,00%	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.669.708	7,27%	77,18%	942.379	727.329
Arrendamentos por direito de uso	20.684	0,09%	38,60%	14.923	5.761
Cessão de direitos creditórios	666.483	2,90%	19,69%	556.847	109.636
Obrigações trabalhistas	48.591	0,21%	39,56%	34.818	13.773
Instrumentos financeiros derivativos	69.001	0,30%	100,00%	-	69.001
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	0,00%	0,00%	-	-
Tributos a recolher	51.482	0,22%	110,11%	24.502	26.980
Adiantamentos de clientes	64.488	0,28%	-9,89%	71.562	(7.074)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	132.628	0,58%	-46,87%	249.606	(116.978)
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	85.698	0,37%	-15,99%	102.011	(16.313)
Outras contas a pagar	47.162	0,21%	-42,68%	82.285	(35.123)
Não circulante	16.849.788	73,37%	11,55%	15.105.430	1.744.358
Fornecedores	37.434	0,16%	14,32%	32.744	4.690
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.928.953	65,01%	10,90%	13.461.714	1.467.239
Arrendamentos por direito de uso	70.869	0,31%	-4,42%	74.149	(3.280)
Tributos a recolher	-	0,00%	0,00%	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	973.954	4,24%	12,98%	862.041	111.913
Provisão para demandas judiciais e administrativas	25.474	0,11%	-36,69%	40.236	(14.762)
Cessão de direitos creditórios	637.736	2,78%	27,79%	499.048	138.688
Instrumentos financeiros derivativos	149.955	0,65%	49,25%	100.473	49.482
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	22.667	0,10%	14,31%	19.829	2.838
Outras contas a pagar	2.746	0,01%	-81,93%	15.196	(12.450)
Patrimônio Líquido	2.562.076	11,16%	4,90%	2.442.373	119.703
Índices					
Liquidez geral (Ativo circulante+ realizável a longo prazo/passivo circulante e não circulante)	0,33			0,25	
Liquidez corrente (ativo circulante/ passivo circulante)	1,81			1,52	

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo circulante era de R\$ 6,4 bilhões em comparação com R\$ 4,1 bilhões em 31 de dezembro de 2024. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 55,17% em 31 de dezembro de 2025 e 30,44% em 31 de dezembro de 2024. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, as rubricas de “caixa e equivalentes de caixa” e “títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras” apresentaram saldo de R\$ 325,4 milhões e R\$ 4,4 bilhões, respectivamente e para 31 de dezembro de 2024 os saldos foram de R\$ 152,9 milhões e R\$ 2,6 bilhões. Este aumento decorreu, principalmente, das captações de empréstimos, debêntures e cessão de direitos creditórios, cujos recursos foram devidamente aplicados e serão utilizados conforme as necessidades operacionais da Companhia.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de “contas a receber” apresentou saldo de R\$ 667,6 milhões e R\$ 540,2 milhões para 31 de dezembro de 2024. Este aumento de R\$ 127,3 milhões ou 23,57%, decorrente, substancialmente, do crescimento da receita, impulsionado pela expansão da base de clientes, especialmente em razão da captação de novos contratos de locação ao longo do exercício.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de “estoques” apresentou saldo de R\$ 130,6 milhões e R\$ 103,9 milhões para 31 de dezembro de 2024. Este aumento de R\$ 26,7 milhões ou 25,69% decorreu principalmente da compra de matérias prima para industrialização e customização.

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

O saldo de ativos disponibilizados para venda demonstrou um aumento de R\$ 75,1 milhões ou 17,55%, apresentando um saldo de R\$ 502,8 milhões em 31 de dezembro de 2025 contra R\$ 427,7 milhões em 31 de dezembro de 2024. O aumento dos saldos reflete a maior desmobilização por término de contrato e aumento dos ativos recuperados.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2025 o ativo não circulante era de R\$ 16,5 bilhões em comparação com R\$ 16,1 bilhões em 31 de dezembro de 2024. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 2,49% em 31 de dezembro de 2025 e 79,56% em 31 de dezembro de 2024. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de “instrumentos financeiros derivativos” apresentou saldo de R\$ 236,1 milhões e R\$ 111,3 milhões para 31 de dezembro de 2024. Este aumento de 112,20% decorreu principalmente das adições de contratos de swap para as dívidas captadas em 2025.

Ativos de indenização

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica “ativos de indenização” apresentou saldo de R\$ 18,4 milhões em comparação com R\$ 36,9 milhões em 31 de dezembro de 2024. A diminuição de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R\$ 18,4 milhões, ou 49,97%, decorreu, substancialmente da prescrição de determinados processos oriundos da combinação de negócios, em contrapartida a companhia desconheceu esse valor na provisão para demandas judiciais às e administrativas.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de “imobilizado” apresentou saldo de R\$ 15,9 bilhões e R\$ 15,7 bilhões para 31 de dezembro de 2024. Este aumento de R\$ 325,6 milhões ou 2,08% decorreu principalmente de adições ao ativo imobilizado no valor de R\$ 2,7 bilhões, relativas a aquisições de veículos, máquinas, equipamentos e benfeitoria em imóvel de terceiro. Esse crescimento foi parcialmente compensado pelo aumento no volume de bens destinados a venda (ativo disponível para venda), no montante líquido de R\$ 1,3 bilhão e pela depreciação do exercício no montante de R\$ 1,0 bilhão.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2025 o passivo circulante era de R\$ 3,5 bilhões em comparação com R\$ 2,7 bilhões em 31 de dezembro de 2024. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 15,47% em 31 de dezembro de 2025 e 13,12% em 31 de dezembro de 2024. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de “Fornecedores” apresentou saldo de R\$ 696,8 milhões e R\$ 650,3 milhões para 31 de dezembro de 2024, este aumento de R\$ 46,5 milhões ou 7,15% decorreu, principalmente do aumento no volume de compras de matéria prima para industrialização e customização de veículos, refletindo no aumento do saldo a pagar a fornecedores de veículos no montante de R\$ 68,7 milhões em 31 de dezembro de 2025, frente aos R\$ 10,9 milhões registrados no mesmo período de 2024.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de “empréstimos, financiamentos e debêntures” apresentou saldo de R\$ 1,7 bilhão em comparação com R\$ 942,4 milhões em 31 de dezembro de 2024. O aumento decorre, principalmente, dos juros acruados no exercício, bem como da captação de recursos por meio da emissão de novas debêntures, operações e BID, LOAN, BOND, além da aquisição de veículos para locação por meio de Finame.

Cessão de direitos creditórios

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de “cessão de direitos creditórios” apresentou saldo de R\$ 666,5 milhões em comparação com R\$ 556,8 milhões em 31 de dezembro de 2024. O aumento de R\$ 109,6 milhões, ou 19,69%, decorre, principalmente, das parcelas de curto prazo referente a novas cessões de direitos creditórios realizadas em 2025, pela qual a Companhia captou no montante total de R\$ 1,4 bilhão. Esse movimento foi parcialmente compensado pelas liquidações de cessões anteriores no montante de R\$ 1,3 bilhão, além dos juros acruados no exercício no montante de R\$ 162,9 milhões.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de “instrumentos financeiros derivativos”, no passivo circulante, apresentou saldo de R\$ 69,0 milhões contra saldo zero em 31 de dezembro de 2024. Isso ocorreu pela reclassificação de parte do saldo de instrumentos financeiros derivativos do passivo não circulante para o passivo circulante, por se tratar de um passivo de curto prazo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de “obrigações a pagar por aquisição de empresas” apresentou saldo de R\$ 85,7 milhões em comparação com R\$ 102,0 milhões em 31 de dezembro de 2024. Esta diminuição decorre, principalmente, dos valores baixados da opção de compra da Truckvan no montante R\$ 14,0 milhões.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2025 o passivo não circulante era de R\$ 16,8 bilhões em comparação com R\$ 15,1 bilhões em 31 de dezembro de 2024. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 73,37% em 31 de dezembro de 2025 e 74,50% em 31 de dezembro de 2024. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de “empréstimos, financiamentos e debêntures” apresentou saldo de R\$ 1,7 bilhão em comparação com R\$ 13,5 bilhões em 31 de dezembro de 2024. Este aumento de R\$ 727,3 milhões ou 77,18% se deve principalmente à captação de recursos por meio da emissão de novas debêntures, operações de BID, LOAN, BOND, além da aquisição de veículos para locação por meio de Finame.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de “Imposto de renda e contribuição social diferidos” apresentou saldo de R\$ 973,9 milhões em comparação com R\$ 862.041 milhões em 31 de dezembro de 2024. Este aumento de R\$ 111,9 milhões ou 12,98% é substancialmente das variações nos saldos diferido de instrumentos financeiros e variação cambial, em função das novas contratações de swap realizadas no período.

Provisão para demandas judiciais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica “provisão para demandas judiciais e administrativas” apresentou saldo de R\$ 25,5 milhões em comparação com R\$ 40,2 milhões em 31 de dezembro de 2024. A diminuição de R\$ 14,7 milhões, ou 36.69%, decorre, substancialmente, da baixa por prescrição de processos no montante de R\$ 22,2 milhões em comparação com o montante de R\$ 6,7 milhões baixados em 31 de dezembro de 2024.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de “obrigações a pagar por aquisição de empresas” apresentou saldo de R\$ 22,7 milhões em comparação com R\$ 19,8 milhões em 31 de dezembro de 2024. Este aumento de R\$ 2,8 milhões, ou 14,31% decorre, principalmente, das atualizações monetária do período.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de “instrumentos financeiros derivativos”, no passivo, apresentou saldo de R\$ 149,9 milhões e R\$ 100,5 milhões para 31 de dezembro de 2024. Este aumento decorreu principalmente da adição de novos contratos de swap para a dívidas captadas em 2025.

Cessão de direitos creditórios

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de “cessão de direitos creditórios” apresentou saldo de R\$ 637,7 milhões em comparação com R\$ 499,0 milhões em 31 de dezembro de 2024. O aumento] de R\$ 138,7 milhões, ou 27,79%, decorre, principalmente, das novas cessões de direitos creditórios junto a instituição financeira realizados no ano de 2025, na qual foi captado

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

pela Companhia o montante total de R\$ 1,4 bilhão. Esse movimento foi parcialmente compensado pelas liquidações de parcelas de cessões anteriores no montante de R\$ 1,3 bilhão, além de juros acruados no exercício no montante de R\$ 162,9 milhões.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025 o patrimônio líquido era de R\$ 2,6 bilhões em comparação com R\$ 2,4 bilhões em 31 de dezembro de 2024. Este aumento de R\$ 119,7 milhões ou 4,90%, decorreu principalmente, da retenção dos lucros do exercício no montante de R\$ 154,8 milhões, pela baixa dos prejuízos acumulados em R\$ 23,9 milhões e baixa das ações em tesouraria em R\$ 62,0 milhões.

Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

Fluxo de Caixa				
(Valores em milhares de R\$)	31/12/2025	AV	31/12/2024 (*)	2024 x 2023
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(874.643)	-507,08%	(725.386)	20,58%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(53.505)	-31,02%	(106.840)	-49,92%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	1.100.633	638,10%	887.396	24,03%
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	172.485	100,00%	55.170	213%
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	152.938	88,67%	97.768	56,43%
No final do exercício	325.423	188,67%	152.938	112,78%
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	172.485	100,00%	55.170	333,40%

(*) O saldo comparativo de 2024 está sendo reapresentado em decorrência de uma reclassificação na linha de juros e variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos e outros passivos financeiros, que anteriormente estava sendo apresentada na atividade de financiamento, mas que passou a ser apresentada em atividades operacionais.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O caixa utilizado nas atividades operacionais totalizou R\$ 874,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado a um caixa utilizado de R\$ 725,4 milhões no mesmo período de 2024, representando um aumento no consumo na utilização de caixa no montante de R\$ 149,2 milhões, em função, principalmente dos resgates de investimentos e um maior valor de pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 53,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado a R\$ 106,8 milhões no mesmo período do ano anterior. Esta redução de utilização no montante de R\$ 53,3 milhões, ou 49,92%, é justificada principalmente pela absorção do caixa líquido decorrente a cisão que em 31 de dezembro de 2024 teve um efeito no fluxo de caixa no montante de R\$ 68,7 milhões.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 1,1 bilhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado com uma geração de caixa de R\$ 887,4 milhões no mesmo período de 2024. Este aumento na geração de caixa de R\$ 213,2 milhões, ou 24,03%, é justificado, principalmente pelo menor volume de captação de recursos por meio de captação de dívidas e cessão de direitos creditórios que aumentou em R\$ 3,5 bilhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das nossas operações, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é mensurada pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento.

Os negócios da Companhia foram divididos em 2 segmentos operacionais: (i) locação de veículos pesados; e (ii) customização. O detalhamento referente a cada categoria dessas receitas consiste em:

1. Locação de caminhões, máquinas e equipamentos: locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas.;
2. Industrialização e customização de caminhões.

As informações da receita por segmento de negócios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são as seguintes:

Receita por segmento	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025			Variações %
	2025	AV	2024	2025 x 2024
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	5.409.669	93,99%	4.329.990	19,96%
Industrialização e customização de caminhões	387.725	6,74%	420.625	-8,49%
Eliminações	-41.682	-0,72%	-51.303	-23,08%
Receita Líquida	5.755.712	100,00%	4.699.312	18,35%

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Além da contribuição do resultado das empresas adquiridas em 2024 e 2025, conforme descrito no item 2.4 (b), não foram identificados fatores que pudessem afetar os resultados da Companhia materialmente.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os diretores da Companhia entendem que as variações positivas na receita dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão principalmente relacionadas ao crescimento das atividades da Companhia através do aumento da base de clientes e aumento do número de novos contratos.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não foi constatado variações em nossas receitas diretamente decorrentes a modificações de taxas de câmbio, dado que os contratos são precificados em Reais.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Administração supervisiona a gestão dos riscos financeiros com o suporte de um Comitê Financeiro, que presta assessoria na avaliação dos referidos riscos financeiros.

Em decorrência dos instrumentos de dívida obtidos no último exercício social, um dos principais indexadores da Companhia é o CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI poderá impactar o montante dos juros a serem pagos das dívidas da Companhia.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Por fim, os Diretores da Companhia esclarecem que no último exercício social e no exercício social corrente, não houve nenhum impacto que represente montante relevante em função da inflação tanto pouco da variação de preços dos insumos e do câmbio.

Risco de variações de taxas de câmbio: O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional da Companhia. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerado pelas operações comerciais da Companhia, principalmente em Reais, mas também em Dólares Americanos. Esse empréstimo foi protegido contra a variação de taxa de câmbio por um instrumento de swap, que troca a indexação cambial por CDI, limitando a exposição à eventuais perdas por variações cambiais.

Risco de taxas de juros: É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, da Companhia, sujeitas a taxas de juros.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresentou lucro líquido de R\$ 328.702 milhões, EBITDA de R\$ 3.649.751 milhões e margem EBITDA de 67,06% (EBITDA de serviços de R\$ 3.599.697 milhões e margem EBITDA de serviços de 81,41%). Na comparação ano a ano, o aumento nos indicadores do Grupo está em linha com a estratégia de expansão operacional, impulsionada pelo maior volume de aquisição de imobilizado, devido ao crescimento da base de clientes e pelo consequente aumento da frota de locação.

O EBITDA do período foi impactado pela maior depreciação, efeito natural do aumento dos investimentos em novos ativos, uma vez que a depreciação acompanha a expansão da frota e o crescimento dos contratos de locação.

Em 31 de dezembro de 2025, a receita a receita futura contratada de locação ("**backlog**") totalizava R\$ 13.050.139 milhões de frota total locada.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Grupo apresentou lucro líquido de R\$380.974 milhões, EBITDA de R\$3.313.654 milhões e margem EBITDA de 70,51% (EBITDA de serviços de R\$3.167.294 milhões e margem EBITDA de serviços de 79,67%). Na comparação ano a ano, o aumento nos indicadores do Grupo está em linha com a estratégia de expansão operacional, impactados também pelas aquisições ocorridas no período. Em 31 de dezembro de 2024, o backlog totalizava R\$13,6 bilhões e a frota total locada.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia não teve mudanças significativas em suas práticas contábeis para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia não teve efeitos significativos decorrentes de mudanças em suas práticas contábeis para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, considerando que, no exercício social encerrado em 2025, não houve nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, considerando que, no exercício social encerrado em 2025, não houve operações de constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável, considerando que, no exercício social encerrado em 2025, não houve eventos ou operações não usuais na Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

Medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as seguintes medições não contábeis:

(Em milhares de reais, exceto alavancagem líquida)		Exercício social encerrado em	
		2025	2024
(1)	EBITDA	3.649.781	3.313.654
(1)	EBITDA de serviços	3.599.697	3.167.294
(1)	Margem EBITDA	63,41%	70,51%
(1)	Margem EBITDA de serviços	81,41%	79,67%
(2)	Dívida Bruta	16.526.017	14.393.281
(2)	Dívida Líquida	11.808.009	11.605.053
(3)	Alavancagem Líquida (vezes - "x") ^(a)	3,24x	3,50x

(a) A alavancagem líquida, está sendo calculada considerando os valores a dívida líquida desconsolidada dos valores da Vamos Linha amarela (operação descontinuada), uma vez que o ativo e passivo apresentado nesse formulário considera os saldos patrimoniais "Nova Vamos e Vamos Linha Amarela". O índice de alavancagem líquida pode ser encontrado em nosso relatório de resultado divulgados junto com as demonstrações financeira findas nesse período.

EBITDA (LAJIDA), EBITDA (LAJIDA) DE SERVIÇOS, MARGEM EBITDA E MARGEM EBITDA DE SERVIÇOS

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 156, de 23 de junho de 2022 ("**Resolução CVM nº 156/22**"), e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços.

DÍVIDA BRUTA E DÍVIDA LÍQUIDA

Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) empréstimos, financiamentos e debentures, (ii) arrendamentos financeiros a pagar, (iii) risco sacado a pagar e (iv) saldos ativos e/ou passivos de instrumentos financeiros derivativos, todos circulantes e não circulantes. Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como o saldo de Dívida Bruta, subtraída do caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, todos circulantes e não circulantes.

Os valores mencionados de Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

ALAVANCAGEM LÍQUIDA

A "Alavancagem Líquida" é um indicador não contábil que procura medir o nível do endividamento da Companhia, em determinado período, em relação ao seu resultado operacional. O cálculo é

2.5 Medições não contábeis

feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA (ajustada pela Provisão de Devedores Duvidosos constituída no período e os gastos extraordinários e não recorrentes do período).

Os valores mencionados de Alavancagem Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa, e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA Ajustada, da Dívida Líquida e da Alavancagem Líquida com os valores das demonstrações financeiras auditadas:

R\$ - Milhares	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	328.702	380.974
(+) Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	104.701	217.681
(+) Resultado financeiro, líquido	2.178.547	1.620.431
(+) Depreciação e amortização	-1.037.799	750.613
(+) Prejuízo após os tributos provenientes de operações descontinuadas	-	343.955
EBITDA	3.649.781	3.313.654
(-) Receita líquida de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	1.334.051	723.945
(+) Custo de venda de ativos desmobilizados	1.283.967	577.585
(+) Despesas comerciais de venda de ativo	-	-
EBITDA de serviços	3.599.697	3.167.294
Receita líquida de locação, venda e prestação de serviços	4.421.661	3.975.367
Receita líquida de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	1.334.051	723.945
Receita líquida total	5.755.712	4.699.312
EBITDA	3.649.781	3.313.654
EBITDA de serviços	3.599.697	3.167.294
Margem EBITDA	63,4%	70,5%
Margem EBITDA de serviços	81,4%	79,7%

Reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida

R\$ - Milhares	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Circulante)	1.669.708	942.379
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Não Circulante)	14.928.953	13.461.714
(+) Instrumentos financeiros derivativos (passivo circulante)	69.001	-
(+) Instrumentos financeiros derivativos (passivo não circulante)	149.955	100.473
(-) Instrumentos financeiros derivativos (ativo circulante)	-	-
(-) Instrumentos financeiros derivativos (ativo não circulante)	55.455	-
(-) Instrumentos financeiros derivativos (ativo não circulante)	(236.145)	(111.285)
Dívida Bruta	16.526.017	14.482.353
(-) Caixa e Equivalentes de caixa	(325.423)	(152.938)
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Circulante)	(4.392.585)	(2.635.290)
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Não Circulante)	-	-
Dívida Líquida	11.808.009	11.694.125

2.5 Medições não contábeis

Reconciliação da Alavancagem Líquida

(Em milhares de reais, exceto alavancagem líquida)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Dívida Líquida	11.808.009	11.605.053
EBITDA	3.649.781	3.313.654
Alavancagem Líquida (vezes – “x”) ^(a)	3,24x	3,50x

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que devido a necessidade de maior agilidade na tomada de decisão e tendo em vista a dinâmica dos atuais negócios, faz-se necessário a implementação e análise de medidas não contábeis, além das medidas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia utiliza os indicadores não contábeis EBITDA e o EBITDA Ajustado, e suas respectivas margens, para medir sua performance operacional, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos que refletem diretamente em seu fluxo de caixa.

A Companhia ressalta que o EBITDA e o EBITDA Ajustado, e suas respectivas margens, são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA e o EBITDA ajustado não são medidas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, estes não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; ou (iii) indicadores de liquidez.

Quanto aos índices de Endividamento (Dívida Líquida e Alavancagem Líquida) são importantes indicadores, que objetivam medir a capacidade de pagamento da Companhia em relação ao seu endividamento com terceiros.

Apesar de serem medidas não contábeis, estes índices são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade de negócios semelhantes ao da Companhia.

Outras medidas operacionais

RETORNO SOBRE O PATRIMONIO LÍQUIDO – ROE

O ROE - *Return On Equity* (em português: Retorno sobre o Patrimônio) é uma medida não contábil que reflete em percentuais o retorno sobre o patrimônio líquido médio da Companhia, evidenciando assim a capacidade da Companhia em agregar valor à ela mesma utilizando os seus próprios recursos. Seu cálculo é feito a partir da divisão do resultado líquido do exercício pelo patrimônio líquido médio que é obtido através da média entre os patrimônios líquidos finais dos períodos apresentados.

R\$ - Milhares	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro Líquido do Período (LTM)	328.703	779.200
Patrimônio Líquido (Final de Período)	2.562.076	2.442.373
Patrimônio Líquido Médio (Média do mesmo período)	2.502.225	2.363.200
ROE	13,14%	33,0%

2.5 Medições não contábeis

RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO – ROIC

O ROIC - *Return On Invested Capital* é uma medida não contábil que é utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, o lucro gerado pelas operações da Companhia. É calculado a partir do lucro operacional (“**EBIT**”), subtraído do Imposto de Renda calculado através da alíquota efetiva de determinado período, dividido pela média do capital investido, a qual é representado pela soma da dívida líquida média e pela média do patrimônio líquido.

R\$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	2.611.951	2.563.041
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social do período	24,16%	24,01%
Imposto	104.701	-245.700
NOPAT	2.716.653	2.011.300
Patrimônio Líquido	2.562.076	2.442.373
Patrimônio Líquido Médio	2.502.225	2.374.400
Dívida Líquida	11.808.009	11.605.053
Dívida Líquida média	11.706.531	10.491.900
Capital Empregado Médio	14.208.756	12.866.400
ROIC	19,12%	15,60%

Os valores mencionados de ROE e ROIC não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa, e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, aprovadas em 25 de março de 2026, não apresentaram evento subsequente.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Destinação dos resultados sociais

	2025
Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.
Valores das retenções de lucros	154.819.000,00
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	49,21%
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Durante o exercício de 2025, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.

Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

	Exercício Social 31/12/2025	Exercício Social 31/12/2024
Lucro líquido ajustado (R\$)	328.702.280,59	380.973.534,93
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	45,63%	76,12%
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	19,12%	15,60%
Dividendo distribuído total (R\$)	150.000.000,00	290.000.000,00
Lucro líquido retido (R\$)	154.819.000,00	207.611.004,56
Data da aprovação da retenção	02/04/2026	02/05/2025

2.7 Destinação de resultados

Dividendo distribuído (por classe e espécie de ações)	31/12/2025		31/12/2024	
	Montante	Forma e data de pagamento	Montante	Forma e data de pagamento
Ações ordinárias	11.692.173,14	Dinheiro em 27/02/2026	-	-
Ações ordinárias	150.000.000,00	Dinheiro em 02/04/2026	290.000.000,00	Dinheiro em 02/05/2025

Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos, tampouco reservas constituídas em exercícios anteriores.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

iii. Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em 24 de março de 2026, a companhia realizou a 15ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única no total de R\$ 500.000 milhões, divididos em 500.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), remunerados a DI + 2,1700 com vencimento em 20 de outubro de 2031. Os papéis foram distribuídos por meio de oferta pública com esforços de distribuição sob regime de garantia firme, destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme Resolução CVM nº 160.

Além disso, não há outros contratos de recebimentos futuros de financiamentos da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme descrito no item 2.8.a.iv, a Companhia realizou a 15ª emissão de debêntures no valor de R\$ 500.000 milhões em série única, que impactam em um aumento em suas despesas financeiras quanto ao fluxo de caixa, considerando a entrada de recursos em caixa, os juros apropriados e os pagamentos de juros.

(b) Natureza e o propósito da operação

O propósito da 15ª emissão foi a reestruturação da dívida, realizando a substituição de dívidas existentes onde os juros eram superiores. Além disso a Companhia passa a reforçar seu capital de giro, permitindo a execução de investimentos em Capex.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A 15ª emissão de debêntures foi firmada em 16 de março de 2026 com a emissão de 500.000 debêntures com valor unitário de 1.000 (mil reais) remunerados a DI + 2,1700 com vencimentos em 20 de outubro de 2031 com pagamentos de juros semestralmente.

2.10 Planos de negócios

2.10. Plano de Negócios

(a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício social encerrado em 2025, a Companhia realizou investimentos totais em CAPEX no montante de R\$ 2.679.456, destinados principalmente à renovação e expansão da frota. Desse total, aproximadamente R\$ 2.357.629 referem-se à aquisição de veículos pesados, incluindo caminhões, carretas e cavalos mecânicos e o montante de R\$ 321.827 de máquinas e equipamentos que representam a base operacional essencial para o desenvolvimento das atividades do negócio de locação.

Os investimentos realizados seguem diretamente a dinâmica comercial da Companhia, que tem sua política de CAPEX estruturada para atender demandas de clientes e ampliações de operações já existentes. Assim, o volume de investimentos reflete tanto a manutenção da frota atual quanto o crescimento orgânico atrelado à expansão da carteira de locação.

Para 2026, conforme guidance divulgado Companhia são esperados investimentos entre R\$ 3.000.000 e R\$ 3.500.000, voltados para aquisição de ativos novos. Essa expectativa reforça a resiliência da estratégia comercial e operacional, sustentada pela conquista de novos clientes e pela diversificação dos setores atendidos, com destaque para segmentos de infraestrutura, logística, agronegócio e serviços industriais.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos é caracterizado pela necessidade de uso intensivo de capital e, dessa forma, o acesso ao mercado financeiro e de capitais é fundamental para financiar a expansão e renovação da frota. Atualmente, as principais fontes de financiamento dos investimentos da Companhia correspondem a emissão de títulos de dívida patrimoniais (debêntures). A Companhia também utiliza de recursos próprios para financiar seus investimentos.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não está em andamento ou prevista a realização de quaisquer desinvestimentos que não estejam no curso normal das operações da Companhia.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

Não há pesquisas de novos produtos/serviços em andamento previstas pela Companhia.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O setor de locação de caminhões, máquinas e equipamentos permanece diretamente exposto a riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, dada sua relevância em emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e sua interação com a transição para uma economia de baixo carbono. A Companhia reconhece que as mudanças climáticas podem impactar seu modelo de negócio por meio de:

2.10 Planos de negócios

A Companhia reconhece que as mudanças climáticas podem impactar seu modelo de negócio por meio de:

- **Risco físico:** maior variabilidade climática, eventos extremos e possíveis efeitos sobre a disponibilidade e uso dos ativos.
- **Riscos de transição:** mudanças regulatórias, evolução tecnológica, pressões de mercado e expectativas de stakeholders relacionadas a emissões e eficiência energética.
- **Riscos reputacionais:** aumento das exigências por transparência ESG e cumprimento de compromissos climáticos.

Esses fatores podem afetar receitas, custos operacionais, captação de recursos e a competitividade no setor.

Desde a implementação da Política de Mudanças Climáticas (2022) e em alinhamento à Política de Sustentabilidade, a VAMOS vem fortalecendo sua governança e incorporando mecanismos contínuos de monitoramento, mitigação e neutralização de emissões. Em 2025, destacam-se:

- **Renovação e eficiência da frota:** A empresa mantém uma frota com idade inferior à média nacional, utilizando veículos mais eficientes e menos poluentes. O ano foi marcado pelo lançamento do caminhão Aura pela BMB e oportunidade de aluguel com a VAMOS - veículos movidos a GNV/biometano, contribuindo para a redução de emissões e para a transição energética no setor de transporte.
- **Promoção de energias renováveis:** A VAMOS busca ampliar o uso de fontes de energia renovável em suas operações de forma eficiente.
- **Neutralização de emissões:** A empresa neutraliza suas emissões diretas e indiretas de energia (escopos 1 e 2) através da compra de créditos de carbono. Além disso, oferece aos clientes a oportunidade de compensar as emissões de carbono geradas pela utilização da frota alugada, por meio do Programa Vamos Carbono Zero.
- **Melhoria contínua:** A empresa busca constantemente melhorar o monitoramento de suas emissões e aprimorar seus processos.

A VAMOS está atenta às estratégias e às inovações do mercado relacionadas à transição para a economia de baixo carbono. A Companhia faz parte do Hub de Biocombustíveis e Elétricos do Pacto Global da ONU. No ano de 2025 passou a integrar os projetos Laneshift da C40 e E-Dutra, ambos voltados à mitigação de emissões no setor de transportes de carga. Dessa forma, pretende contribuir para a redução da intensidade das emissões em 15% até 2030 – objetivo assumido pela holding em 2021 com vistas aos *Sustainability-Linked Bond*, títulos do mercado financeiro emitidos por empresas que estabelecem metas ambientais e/ou sociais.

O inventário de emissões é compilado e apresentado ao Comitê de Sustentabilidade bimestralmente, além de passar por auditoria independente a cada ano, englobando os escopos 1, 2 e 3. Desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol – um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia obteve em 2025 a nota B no Carbon Disclosure Project (CDP), mantendo-se acima da média global entre empresas de transporte e logística mais comprometidas com a agenda climática.

Consequentemente, o Grupo Vamos anualmente vem renovando sua frota de veículos locados e o impacto pode ser verificado através da aquisição de novos veículos, máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 2.667.872 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.034.260 em 31 de dezembro de 2024).

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Outros fatores com influência relevante

A Companhia não identificou outros fatores com influência relevante além dos já comentados nos demais itens deste Formulário de Referência.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 - Projeções divulgadas e premissas

As projeções divulgadas constituem-se em premissas da administração da Companhia, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras dependem, substancialmente, das condições de mercado, regras governamentais, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores, dados operacionais podem afetar o desempenho futuro da Companhia e podem conduzir a resultados que diferem materialmente das projeções. As projeções estão sujeitas à riscos e incertezas, não constituindo promessa de desempenho futuro.

a. Objeto da projeção

A Companhia divulgou, em 25 de março de 2026, fato relevante com projeções para o exercício de 2026 referente à taxa de ocupação, Compra de Ativos, produto Sempre Novo, Extensão de contratos, Receita Bruta de Venda de Ativos, Receita Líquida consolidada EBITDA consolidado, Depreciação e Amortização e Alavancagem.

Indicadores Operacionais e Financeiros (R\$ milhões)	Guidance 2026			Resultados 2025	% A/A		
	Menor	Média	Maior		Menor	Média	Maior
Taxa de Ocupação da Frota em 31/12	88%	90%	92%	87%	1p.p.	3p.p.	5p.p.
Compra de ativos novos (A)	3.000	3.250	3.500	3.001	0%	8%	17%
Sempre Novo (B)	400	500	600	422	-5%	18%	42%
Extensão de contratos (C)	600	750	900	777	-23%	-3%	16%
Capex Implantado Total (A+B+C)	4.000	4.500	5.000	4.200	-5%	7%	19%
Receita Bruta de Venda de Ativos (D)	1.600	1.700	1.800	1.382	16%	23%	30%
Capex Líquido (A-D) ¹	1.200	1.550	1.900	1.619	-26%	-4%	17%
Receita Líquida Consolidada	6.300	6.600	6.900	5.756	9%	15%	20%
EBITDA Consolidado	3.750	3.875	4.000	3.635	3%	7%	10%
Depreciação e Amortização	1.150	1.175	1.200	1.038	11%	13%	16%
Alavancagem em 31/12 ^{2 3}	2,9x	3,0x	3,1x	3,2x	-0,3x	-0,2x	-0,1x

¹ Valor menor calculado com o montante menor de compra de ativos novos e o valor maior de Receita Bruta de Venda de Ativos. Valor maior calculado de forma inversa. ² Para fins de *covenants*. ³ Valor menor calculado com o valor menor de Dívida Líquida e o valor maior de EBITDA. Valor maior calculado de forma inversa.

b. Período projetado e prazo de validade da projeção

As projeções divulgadas se referem ao exercício social de 2026 e são válidas até o encerramento do exercício.

c. Premissas da projeção, com indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Tais projeções baseiam-se na premissa que no exercício de 2026, incluídos no número da estimativa acima, a Companhia tem como estratégia a implantação de ativos Sempre Novo que totalizará entre R\$ 0,4 bilhão e R\$ 0,6 bilhão, bem como a extensão de contratos a vencer no exercício de 2026 que totalizaria entre R\$ 0,6 bilhão e R\$ 0,9 bilhão.

Com isso, o Capex de ativos novos a serem adquiridos está estimado entre R\$ 3,0 bilhões e R\$ 3,5 bilhões e a taxa de ocupação estimada ao final de 2026 é entre 88% e 92%. A Companhia também estima a venda de ativos seminovos/usados no montante entre R\$ 1,6 bilhão e R\$ 1,8 bilhão, fazendo com que o Capex Líquido dessas vendas para o exercício de 2026 seja entre R\$ 1,2 bilhão e R\$1,9 bilhão.

Com a evolução operacional, a Companhia espera encerrar o ano de 2026 com Receita líquida consolidada entre R\$ 6,3 bilhões e R\$ 6,9 bilhões e EBITDA consolidado entre R\$ 3,7 bilhões e R\$4,0 bilhões. A Companhia estima também ter Depreciação e Amortização entre R\$ 1,1 bilhão e

3.1 Projeções divulgadas e premissas

R\$ 1,2 bilhão em 2026 e nível de alavancagem entre 2,9x e 3,1x no mesmo período.

Os indicadores mencionados dependem de fatores externos, como taxas de juros, que são influenciados diretamente pelo cenário macroeconômico e portanto escapam ao controle da Companhia.

A administração considera que as estimativas divulgadas podem variar para mais ou para menos em 5%. A estratégia da Companhia tem por objetivo a criação de valor para seus acionistas e consiste em manter um ritmo de crescimento sustentável, contratos com rentabilidade adequada e combinada com a trajetória de desalavancagem (Dívida líquida/ EBITDA).

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia divulgou, em 25 de março de 2026, fato relevante com as seguintes projeções para o exercício de 2026:

Indicadores Operacionais e Financeiros (R\$ milhões)	Guidance 2026		
	Menor	Média	Maior
Taxa de Ocupação da Frota em 31/12	88%	90%	92%
Compra de ativos novos (A)	3.000	3.250	3.500
Sempre Novo (B)	400	500	600
Extensão de contratos (C)	600	750	900
Capex Implantado Total (A+B+C)	4.000	4.500	5.000
Receita Bruta de Venda de Ativos (D)	1.600	1.700	1.800
Capex Líquido (A-D) ¹	1.200	1.550	1.900
Receita Líquida Consolidada	6.300	6.600	6.900
EBITDA Consolidado	3.750	3.875	4.000
Depreciação e Amortização	1.150	1.175	1.200
Alavancagem em 31/12 ^{2 3}	2,9x	3,0x	3,1x

¹ Valor menor calculado com o montante menor de compra de ativos novos e o valor maior de Receita Bruta de Venda de Ativos. Valor maior calculado de forma inversa. ² Para fins de *covenants*. ³ Valor menor calculado com o valor menor de Dívida Líquida e o valor maior de EBITDA. Valor maior calculado de forma inversa.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 - Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Em 12 de novembro de 2024, a Companhia divulgou fato relevante informando a estimativa de Capex total a implantar de R\$ 4,9 bilhões no exercício de 2024 e de R\$ 5,0 bilhões para o exercício de 2025.

Em 06 de maio de 2025 a Companhia divulgou fato relevante com projeções complementares para o exercício de 2025.

Em 11 de agosto de 2025, a Companhia divulgou fato relevante com a revisão de suas projeções para o exercício de 2025.

A revisão decorreu de mudanças macroeconômicas e consequente alteração de premissas operacionais. As novas estimativas refletem as melhores expectativas da administração da Companhia com base nas informações disponíveis à época da divulgação, podendo estar sujeitas a riscos e incertezas que podem fazer com que os resultados reais venham a diferir, total ou parcialmente, das projeções.

Com o encerramento do exercício social de 2025 e atingimento das estimativas divulgadas, a Companhia divulgou, em 25 de março de 2026, fato relevante novas projeções para o exercício social de 2026.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Demonstramos abaixo o resultado realizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(R\$ milhões)	Resultado 2025	Guidance 2025	% do Guidance atingido em 2025*
Compra de ativos (A)	3.001	2.800 - 3.100	107,2%
Sempre Novo (B)	422	500 - 700	84,4%
Extensão de contratos (C)	777	800 - 900	97,1%
Capex Implantado Total (A+B+C)	4.200	4.100 - 4.700	102,4%
Receita Bruta de Venda de Ativos (D)	1.382	1.300 - 1.500	106,3%
Capex Líquido (A-D)	1.619	1.300 - 1.800	124,5%
EBITDA	3.635	3.500 - 3.900	103,9%
Lucro Líquido	319	300 - 450	106,3%
Alavancagem para fins de covenants	3,16x	3,1 - 3,4x	107,7%

* Considera o limite inferior dos intervalos do Guidance.

3.2 Acompanhamento das projeções

Abaixo demonstramos o acompanhamento das projeções vigentes para o exercício social de 2026.

Indicadores Operacionais e Financeiros (R\$ milhões)	Guidance 2026			1T26
	Menor	Média	Maior	
Taxa de Ocupação da Frota em 31/12	88%	90%	92%	88%
Compra de ativos novos (A)	3.000	3.250	3.500	610
Sempre Novo (B)	400	500	600	152
Extensão de contratos (C)	600	750	900	283
Capex Implantado Total (A+B+C)	4.000	4.500	5.000	1.044
Receita Bruta de Venda de Ativos (D)	1.600	1.700	1.800	471
Capex Líquido (A-D) ¹	1.200	1.550	1.900	139
Receita Líquida Consolidada	6.300	6.600	6.900	1.620
EBITDA Consolidado	3.750	3.875	4.000	951
Depreciação e Amortização	1.150	1.175	1.200	284
Alavancagem em 31/12 ^{2 3}	2,9x	3,0x	3,1x	3,2x

¹ Valor menor calculado com o montante menor de compra de ativos novos e o valor maior de Receita Bruta de Venda de Ativos. Valor maior calculado de forma inversa. ² Para fins de *covenants*. ³ Valor menor calculado com o valor menor de Dívida Líquida e o valor maior de EBITDA. Valor maior calculado de forma inversa.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

As projeções divulgadas em Fato Relevante de 25 de março de 2026 permanecem válidas para o exercício social de 2026.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos, devendo os potenciais investidores analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, as demonstrações financeiras da Companhia e as respectivas notas explicativas, antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia.

Os negócios, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira material e adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de riscos, hipóteses em que poderá haver perda no investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia aos seus titulares.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção “4. Fatores de Risco”.

(a) Riscos relacionados ao emissor

A Companhia pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento.

A capacidade de crescimento da Companhia depende de diversos fatores, incluindo:

(a) a habilidade de captar novos clientes ou aumentar receitas de clientes existentes em seus setores de atuação; (b) a capacidade de financiar investimentos para crescimento da frota (seja por meio de endividamento ou não); e (c) o aumento da capacidade operacional e expansão da capacidade atual para atendimento de novos clientes. Um desempenho insatisfatório da Companhia no que tange aos referidos fatores, entre outros, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores de custo ou ainda limitação à capacidade de fazer investimentos, pode limitar a implementação com sucesso da sua estratégia de crescimento. É possível que, para a implementação de sua estratégia de crescimento, a Companhia precise financiar seus novos investimentos por meio de endividamentos adicionais. Para maiores informações sobre os riscos associados ao endividamento da Companhia, vide fator de risco intitulado “*A Companhia pode vir a obter capital adicional no futuro por meio da emissão de ações ou títulos conversíveis em ações, o que poderá resultar numa diluição da participação dos acionistas em seu capital social*” deste Formulário de Referência.

O crescimento e a expansão em seus mercados atuais e nos mercados em que poderá vir a atuar poderão requerer adaptações da estrutura operacional da Companhia, incluindo, mas não se

4.1 Descrição dos fatores de risco

limitando, investimentos significativos na expansão e gerenciamento de sua frota de caminhões, máquinas e equipamentos. Os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser adversamente afetados se a Companhia não responder de modo rápido e adequado a tal expansão e necessidade de adaptação.

O sucesso da Companhia depende de sua habilidade de atrair, contratar, treinar, motivar e reter profissionais capacitados.

O sucesso da Companhia depende da sua habilidade de atrair, contratar, treinar, motivar e reter profissionais capacitados para a condução de seu negócio. Há competição na contratação de profissionais qualificados no setor de aluguel de caminhões, máquinas e equipamentos e carência de mão de obra especializada e qualificada, sendo certo que tal competição e carência têm efeitos também sobre a Companhia. Ainda, a Companhia não pode garantir que não incorrerá em custos substanciais para contratar, treinar e manter profissionais qualificados.

Adicionalmente, os negócios da Companhia são altamente dependentes dos membros de sua alta administração, os quais têm desempenhado papel fundamental para sua construção. A perda de membros-chave da alta administração, sem que haja substitutos internos devidamente preparados, pode gerar descontinuidade na execução da estratégia e impactar negativamente a confiança de investidores, clientes e parceiros comerciais. Não há garantia de que as práticas de desenvolvimento e planejamento de sucessão da Companhia serão suficientes para assegurar a disponibilidade de sucessores qualificados no momento necessário. Se a Companhia não for capaz de atrair, manter ou substituir adequadamente profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, a Companhia pode não ter capacidade para conduzir seu negócio com sucesso e, consequentemente, seus negócios e resultados operacionais poderão ser material e adversamente afetados.

A Companhia pode não ser capaz de assegurar a continuidade de sua liderança e a adequada sucessão em posições-chave da administração

A Companhia depende, em grande medida, de sua alta administração para a definição e execução de estratégias, bem como para a condução eficiente de suas operações. A eventual perda de membros-chave da administração, seja por desligamento, aposentadoria ou outros fatores, pode resultar em descontinuidade na gestão, perda de conhecimento institucional e impactos adversos na tomada de decisões estratégicas. Tais eventos podem afetar negativamente o desempenho operacional e financeiro da Companhia, especialmente em contextos que exijam elevada capacidade de liderança e experiência acumulada.

Adicionalmente, a inexistência ou inadequação de um planejamento sucessório estruturado para posições críticas pode ampliar a exposição da Companhia a riscos de transição, dificultando a rápida reposição de lideranças e a manutenção da continuidade dos negócios. A falta de sucessores devidamente preparados pode gerar ineficiências operacionais, atrasos na implementação de estratégias e eventual perda de competitividade, impactando a capacidade da Companhia de sustentar seus resultados e capturar oportunidades de crescimento.

A Companhia depende de sistemas automatizados e informatizados, de tal forma que qualquer interrupção pode ter um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia.

A Companhia é dependente de sistemas automatizados para operar os negócios, inclusive para o seu canal de vendas. Além disso, a tecnologia da informação é essencial para manter o sistema de controles internos da Companhia. Adicionalmente, os sistemas de informação estão expostos a vírus, softwares nocivos e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação,

4.1 Descrição dos fatores de risco

além de falhas nos controles de segurança de rede que podem também afetar o desempenho, uma vez que os servidores estão vulneráveis a vírus, quebras ou panes, que podem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de aceitar e atender as reservas dos clientes. Qualquer interrupção nos sistemas ou sua infraestrutura subjacente poderia resultar em um efeito material adverso sobre os negócios como perdas financeiras, aumento dos custos e prejudicar de forma geral a Companhia.

Adicionalmente, os sistemas da Companhia podem sofrer violações resultando no acesso não autorizado, apropriação indébita de informações ou dados, supressão ou modificação de informações sobre clientes, ou ataques de negação de serviço ou outra interrupção das operações comerciais. Dado que as técnicas utilizadas para obter o acesso não autorizado e sistemas de sabotagem mudam constantemente e poderão não ser conhecidos até que sejam lançados contra a Companhia ou seus prestadores de serviços terceirizados, a Companhia poderá não ser capaz de antecipar ou implementar medidas adequadas para fornecer proteção contra esses ataques. Caso não seja possível evitar essas violações de segurança, a Companhia poderá estar sujeita às obrigações legais e financeiras, sua reputação seria prejudicada e poderia sofrer perda substancial de receita decorrente da perda de vendas e descontentamento dos clientes.

Os resultados da Companhia poderão ser afetados por erros no estabelecimento de preços em decorrência de falhas no cálculo da desvalorização estimada de sua frota em relação à sua desvalorização efetiva no futuro.

Os preços do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos inclui uma estimativa do valor futuro das vendas e, conseqüentemente, de sua depreciação efetiva (ou seja, custo de aquisição dos caminhões, máquinas e equipamentos menos o preço de venda da receita adicional obtida da venda menos despesas com vendas). Superestimar o valor de venda futuro dos caminhões, máquinas e equipamentos resultará em custos de depreciação supervalorizados, que poderão impactar no aumento das tarifas de aluguel, impactando a competitividade da Companhia no segmento de mercado de locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Por outro lado, subestimar o valor de venda futuro dos caminhões, máquinas e equipamentos resultará em custos de depreciação menores e custos de venda de veículos maiores, podendo causar uma redução na margem operacional da Companhia. Em qualquer um dos casos, o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados adversamente por estimativas imprecisas da depreciação efetiva.

O financiamento da estratégia de crescimento da Companhia requer capital intensivo de longo prazo, o qual pode não estar disponível, ou não estar disponível em condições favoráveis à Companhia.

A competitividade e a implementação da estratégia de crescimento da Companhia dependem de sua capacidade de fazer investimentos, renovar e expandir sua frota. Para financiar esse crescimento da frota de caminhões e equipamentos, a Companhia depende do seu desempenho operacional e da sua capacidade da obtenção de financiamentos de longo prazo. Não é possível garantir que a Companhia será capaz de obter financiamento suficiente para custear a totalidade dos investimentos previstos em seu plano de negócios atual e para financiar sua estratégia de expansão. Além disso, não é possível garantir que tais financiamentos, inclusive via emissões de dívidas e/ou operações securitizadas, serão obtidos em custos ou com taxas de desconto razoáveis. Adicionalmente, condições macroeconômicas adversas, condições específicas da indústria em que a Companhia atua, desempenho operacional da Companhia ou outros fatores externos ao ambiente de negócios da Companhia, poderá afetar de forma adversa seu crescimento. Além disso, por força de determinados contratos financeiros, a Companhia está sujeita a certas

4.1 Descrição dos fatores de risco

limitações de margens de endividamento e outras métricas financeiras, que podem restringir a sua capacidade de investimento e de captação de novos financiamentos.

Caso a capacidade da Companhia de captar recursos para financiamento de suas atividades ou para a sua expansão seja afetada, poderá haver impacto negativo na renovação e expansão da frota e, consequentemente, na competitividade da Companhia, o que pode afetar negativamente os negócios, resultados e, consequentemente, a condição financeira da Companhia.

A Companhia não mantém seguro contra todos os riscos a que está exposta e está sujeita à ocorrência de eventos não segurados. A Companhia não tem a garantia de que os seguros serão renovados em condições favoráveis ou similares.

A Companhia está sujeita à ocorrência de eventos não segurados (tais como caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades), ou de danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes nas respectivas apólices pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado.

Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como, exemplificativamente, guerra, caso fortuito, força maior, atos de terrorismo, interrupção de certas atividades e riscos cibernéticos.

Proporcionalmente, os ativos não cobertos por seguros correspondem a aproximadamente 80% do total de ativos da Companhia, considerando que tais ativos são assegurados pelos clientes da Companhia durante o período do contrato. Ainda, no caso de eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Caso a Companhia esteja inadimplente com o pagamento do prêmio de uma apólice, na eventualidade de um sinistro, a Companhia estará exposta tendo em vista que a apólice não proporcionará cobertura para esse sinistro.

Os ativos locados podem eventualmente não ter seguro contra terceiros ou ter cobertura limitada para danos materiais, roubo, morais e corporais durante o período em que estão alugados pelos clientes, a depender da modalidade de seguro contratada pelo cliente, ou ainda caso o cliente opte pela não contratação de cobertura securitária, ou caso o sinistro não esteja coberto pelo seguro contratado ou se enquadre nas hipóteses de não cobertura. Dessa forma, a Companhia está exposta a responsabilidades para as quais pode não estar segurada, decorrentes de dano material aos ativos alugados acima do valor coberto pelo seguro contratado ou para os ativos não segurados. Na eventualidade da ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, podemos sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o andamento normal de nossas atividades.

Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia pode não ser capaz de prevenir ou mitigar riscos decorrentes do uso indevido e não autorizado de ferramentas de Inteligência Artificial generativa, incluindo vazamento de informações e uso inadequado de dados

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está exposta a riscos decorrentes do uso não autorizado de ferramentas de Inteligência Artificial generativa por seus colaboradores, parceiros ou terceiros, sem a devida validação e governança interna. A ausência de diretrizes claras ou o descumprimento de políticas corporativas relacionadas a essas tecnologias pode resultar em práticas inconsistentes com os padrões de segurança da informação, confidencialidade e integridade de dados adotados pela Companhia. Além disso, o uso inadequado dessas ferramentas pode levar à geração de conteúdos incorretos, enviesados ou não aderentes às diretrizes corporativas, com potenciais impactos negativos sobre processos decisórios, qualidade das informações e reputação institucional.

Adicionalmente, o compartilhamento indevido de informações corporativas em plataformas de Inteligência Artificial generativa — especialmente por meio do upload de dados sensíveis, estratégicos ou confidenciais — pode resultar em vazamento de informações, violação de obrigações legais e regulatórias, e exposição a riscos reputacionais e financeiros relevantes. A Companhia também pode ser impactada pelo uso incorreto das informações obtidas por meio dessas ferramentas, incluindo interpretações equivocadas ou utilização sem a devida validação, o que pode comprometer a confiabilidade de análises, relatórios e decisões de negócio. Tais eventos podem ocasionar perdas financeiras, sanções regulatórias e danos à imagem da Companhia perante investidores, clientes e demais stakeholders.

Dificuldades na gestão dos riscos de crédito e liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o crescimento da Companhia.

A Companhia possui créditos com prazos variáveis e seus clientes possuem diversos graus de solvabilidade, o que expõe a Companhia ao risco de não recebimento ou inadimplementos no âmbito de seus contratos e outros acordos com eles. Caso um número significativo de clientes inadimpla suas obrigações de pagamento com a Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa podem ser adversamente afetados.

Por fim, eventual impacto na capacidade da Companhia de honrar seus compromissos pode levar a perda de seus ativos, em virtude dos contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro (*Leasing*) firmados pela Companhia junto a instituições financeiras, os quais preveem a reintegração de posse dos ativos em caso de inadimplemento, podendo impactar adversamente os seus resultados financeiros e operacionais e, por consequência, seu crescimento.

A Companhia pode ser afetada de forma material e adversa por decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos.

A Companhia enfrenta e/ou pode vir a enfrentar processos judiciais, administrativos e arbitrais ou inquéritos nas esferas cível, tributária, trabalhista, ambiental, e criminal, além de processos administrativos sancionadores, no âmbito de órgãos reguladores tais como CVM, SUSEP ou CADE, no curso de nossos negócios cujos resultados desfavoráveis podem impactar de forma relevante a Companhia. Além dos custos com honorários advocatícios para o patrocínio dessas causas, a Companhia poderá se ver obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que poderia afetar a sua capacidade financeira ou sua liquidez. Os valores provisionados para tais processos, quando existentes, podem não ser suficientes para cobrir todas as eventuais condenações que a Companhia venha a sofrer.

Ainda, a Companhia está sujeita a fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas e ambientais. Essas autoridades poderão autuar a Companhia e tais autuações podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, os quais, caso decididos de forma desfavorável para a Companhia, poderão ter um efeito negativo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Da mesma forma, os membros do conselho de administração, da diretoria e acionistas controladores da Companhia podem vir a se tornar réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista, entre outros. Podem também ser alvo de investigações, por exemplo em decorrência de violações relacionadas a atos de corrupção e/ou atos de improbidade administrativa, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente em se tratando de processos de natureza criminal. Isso poderia, eventualmente, impossibilitá-los do exercício de suas funções na Companhia e/ou impedir a Companhia e suas controladas de contratar com o Poder Público, o que poderia causar efeito adverso relevante em sua reputação, nos seus negócios ou nos seus resultados, direta ou indiretamente. Para maiores informações sobre os procedimentos dos administradores da Companhia, vide item 4.4 ou 7.8 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode vir a obter capital adicional no futuro por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar numa diluição da participação dos acionistas em seu capital social

A Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações para financiar suas iniciativas de crescimento que pode resultar em uma alteração no preço de mercado de suas ações ordinárias e diluir a participação dos acionistas no capital social da Companhia.

Qualquer captação de recursos por meio da distribuição pública de parcela primária de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações que seja feita sem que seja ofertado aos acionistas o respectivo direito de preferência, ou em que os acionistas optem por não exercer tal direito, nos termos da regulamentação aplicável, poderá resultar na diluição da participação destes investidores no capital social da Companhia.

Não há como garantir o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia no futuro.

Qualquer decisão futura de pagar dividendos para as ações de emissão da Companhia será discricionária, observado também o disposto na Lei das Sociedades por Ações e demais regulamentação aplicável. A decisão de distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio dependerá da rentabilidade, condição financeira, plano de investimentos e restrições impostas pela legislação aplicável. Além disso, a capacidade da Companhia de pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio dependerá da sua capacidade de gerar lucro líquido. Deste modo, a depender do desempenho da Companhia na geração de lucros, não há como assegurar que a Companhia irá pagar ou será capaz de pagar proventos aos seus acionistas.

Até o exercício de 2025, os lucros e dividendos pagos ou creditados por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado eram isentos de Imposto de Renda ("IR") na fonte e não integravam a base de cálculo do IR do beneficiário, fosse ele pessoa física ou jurídica domiciliada no País.

Com a entrada em vigor da Lei nº 15.270, de 26 de novembro de 2025 ("Lei 15.270/25"), passou a haver incidência de IR retido na fonte à alíquota de 10% sobre lucros ou dividendos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos: (i) a um mesmo acionista pessoa física residente no Brasil, quando o montante ultrapassar R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no mesmo mês; e (ii) a beneficiários no exterior, independentemente de valor. A retenção incide sobre o total do valor distribuído nas hipóteses mencionadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, com o advento da Lei Complementar 224, de 26.12.2025 (“**LC 224/25**”) os juros sobre o capital próprio encontram-se atualmente sujeitos ao IRRF à alíquota de 17,5% no momento do pagamento ou crédito ao beneficiário, majorando-se a carga anteriormente aplicável até 2025, que correspondia a 15%.

A maior parte das lojas de seminovos da Companhia não estão localizadas em imóveis próprios. Caso a Companhia não seja capaz de manter ou renovar as locações de suas lojas ou caso renove em termos menos favoráveis, suas operações poderão ser material e adversamente afetadas.

Em 31 de dezembro de 2025, todos os estabelecimentos comerciais da Companhia estavam localizados em imóveis alugados de terceiros e sobre os quais a Companhia não possui plena propriedade, apenas posse direta. Se seus contratos de locação forem extintos, se não conseguir renová-los ou se a renovação implicar em condições desfavoráveis aos seus interesses, a Companhia poderá ser obrigada a alterar a localização das suas lojas para locais que podem não oferecer a mesma visibilidade que possuem atualmente ou que não sejam tão adequados considerando as localidades em que estão situadas o público-alvo da Companhia. A renovação de contratos de locação em termos menos favoráveis do que os atuais, poderá reduzir a rentabilidade de suas lojas de seminovos e afetar material e adversamente suas receitas operacionais. Um eventual aquecimento do mercado imobiliário pode, ainda, inviabilizar ou retardar seus planos de expansão, na medida em que torne mais onerosa a locação de espaços para a implantação de novas lojas, caso se faça necessária.

Ademais, a Companhia não possui todos os contratos de locação registrados e averbados nas matrículas dos imóveis correspondentes, hipótese em que, caso os respectivos proprietários decidam vender os imóveis durante a vigência dos contratos de locação, as cláusulas que preveem a manutenção do contrato pelos eventuais compradores podem não serem suficientes para mantê-lo, caso em que os novos proprietários poderão solicitar a sua desocupação no prazo de 90 dias contados da aquisição, ainda que o prazo locatício esteja em vigor por prazo determinado, livre de qualquer penalidade. Adicionalmente, em caso de alienação dos imóveis locados, o direito de preferência da Companhia só será oponível a terceiros se os respectivos contratos de locação estiverem averbados nas respectivas matrículas.

Além disso, se a Companhia fechar qualquer uma de suas unidades localizadas em imóveis alugados de terceiros antes do fim do prazo contratual da locação, poderá ser obrigada a pagar uma multa contratual ao proprietário como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. A quantidade de tal multa poderia afetar adversamente a Companhia, principalmente se a decisão desta de fechamento antes do prazo estimado inicialmente se aplicar a mais de uma unidade.

A Companhia pode não conseguir obter, manter ou renovar suas licenças e alvarás para operação de seus estabelecimentos.

A Companhia depende de diversos cadastros perante órgãos e autarquias da administração pública federal, estadual e municipal e também de permissões, autorizações, licenças e alvarás para ocupação dos imóveis e funcionamento das operações. Parte das licenças municipais de funcionamento e dos alvarás do corpo de bombeiros ainda está em processo de obtenção ou de renovação ou, ainda, os processos de pedido de emissão não foram iniciados. Os alvarás de funcionamento e os alvarás do corpo de bombeiros em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Em razão de eventual dificuldade da Companhia em fornecer ou obter documentos

4.1 Descrição dos fatores de risco

relativos aos imóveis, a Companhia pode não ser capaz de obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ou, ainda, não obter as suas renovações de forma tempestiva.

A não obtenção ou a não renovação das nossas licenças poderá, caso a caso (i) resultar em autos de infração; (ii) nos sujeitar ao pagamento de multas; (iii) nos impedir de abrir e operar as nossas unidades; (iv) resultar na interdição ou fechamento das nossas unidades; (v) expor-nos a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; (vi) resultar na aplicação de outras penalidades, tais como advertência e apreensão de produtos, de acordo com a legislação específica aplicável (federal, estadual e municipal); e (vii) expor-nos, bem como os representantes da Companhia, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais.

A nossa estratégia de negócios poderá ser substancialmente e adversamente afetada se não conseguirmos abrir e operar novas unidades, se tivermos que suspender ou fechar algumas das nossas unidades em consequência da nossa incapacidade de obter ou renovar as licenças, ou se um acidente afetar adversamente uma unidade enquanto estiver com uma licença pendente.

O valor de revenda de ativos utilizados nas operações da Companhia é parte importante de contribuição para o retorno consolidado dos resultados da Companhia

O modelo de negócios da Companhia consiste em um ciclo que se inicia com a compra financiada de ativos a serem utilizados na prestação de serviços a seus clientes e sua posterior revenda ao final dos contratos. A restrição ao crédito e aumento da taxa de juros, por exemplo, podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses ativos e reduzir de forma significativa a liquidez dos mesmos. A volatilidade de preços de mercado pode também reduzir o valor de revenda do ativo, criando um maior deságio em relação ao preço em que a Companhia o adquiriu. A Companhia não pode assegurar o comportamento do mercado na absorção destes ativos para a conclusão do seu ciclo de negócio, sendo que a piora em qualquer dessas variáveis, que dificultará a revenda dos ativos, pode afetar de forma adversa seus negócios.

Os processos de governança da Companhia, gestão de riscos e compliance podem falhar ou não ser suficientes para detectar ou evitar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, podendo ocasionar impactos materiais e adversos em seus negócios, situação financeira, reputação, resultados operacionais e cotação de mercado de suas ações ordinárias.

A Companhia está sujeita a regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei nº 2.848/1940 ("Código Penal"), a Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), a Lei nº 14.133/2021 ("Lei de Licitações"), a Lei nº 9.613/1998 ("Lei de Lavagem de Dinheiro"), a Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), o Decreto nº 11.129/2022, assim como outras normas relacionadas ao combate a corrupção (em conjunto, a "Legislação Brasileira de Combate à Corrupção").

A Lei Anticorrupção, nesse sentido, impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos lesivos contra a Administração Pública praticados em interesse ou benefício da Companhia, exclusivo ou não. Dentre as sanções aplicadas àqueles considerados responsáveis estão: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, (ii) perdimento de bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito, direta ou indiretamente, obtidos da infração, (iii) suspensão ou interdição parcial de suas atividades, ou (iv) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos provenientes da Administração Pública ou proibição de contratar com a Administração Pública, em ambos os casos por até 5 anos, entre

4.1 Descrição dos fatores de risco

outras. Essas sanções, se aplicadas, podem ter efeito adverso relevante sobre a Companhia, bem como afetar material e adversamente seus resultados.

Os processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia, incluindo o Comitê de Auditoria Interna e as áreas de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade da Companhia, nos termos descritos nos itens da Seção 5 deste Formulário de Referência, podem não ser capazes de detectar ou evitar: (i) violações à Legislação de Combate à Anticorrupção, exemplificada acima ou outras violações relacionadas, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos que sejam praticados em seu interesse ou benefício (exclusivo ou não), inclusive por parte de administradores, empregados, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes ou terceiros que possam representar ou atuarem nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, (iii) mitigação dos riscos que a sua política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, e (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com a legislação ou com princípios éticos e morais por parte dos funcionários da Companhia, ou pessoas físicas e jurídicas e outros agentes agindo em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, que possam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Da mesma forma a Companhia não pode evitar que seu nome venha a ser envolvido em investigações, inquéritos e/ou processos judiciais ou administrativos, visando a apuração de infrações contra a Administração Pública, praticadas por ela ou terceiros em seu nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, como os previstos não somente na Lei Anticorrupção e seu Decreto regulamentador 11.129/2022, mas também na Lei o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992, a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 9.613/1998, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006, assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE, que podem resultar nas sanções exemplificadas acima e em resultados como, por exemplo, (i) ações coercitivas ou responsabilização pela violação a leis aplicáveis e (ii) vencimento antecipado de determinados contratos.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas. Todas essas situações, podem afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

A materialização desses riscos pode acarretar perdas financeiras, impactos adversos à reputação da Companhia e a aplicação de sanções legais e regulatórias, incluindo autuações por órgãos competentes, perda de certificações, exclusão de índices de mercado e eventual vencimento antecipado de contratos financeiros. Ademais, a Companhia pode ser afetada por crises reputacionais decorrentes de denúncias ou ocorrências de assédio moral ou sexual, discriminação ou outras condutas inadequadas, que podem ganhar ampla repercussão pública e mobilizar partes interessadas, como sindicatos, organizações não governamentais e autoridades. Falhas no cumprimento de compromissos contratuais, em decorrência da ausência ou insuficiência de mecanismos de controle e monitoramento dos níveis de serviço acordados, também podem resultar em penalidades, litígios e deterioração de relações comerciais, afetando negativamente os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

Os instrumentos de financiamento celebrados pela Companhia possuem certas cláusulas restritivas (covenants). O não cumprimento desses covenants pode desencadear o

4.1 Descrição dos fatores de risco

vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (cross-default e cross-acceleration) de outras obrigações da Companhia.

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (*covenants*) de acordo com os termos e as condições dos documentos dos seus títulos de dívida e contratos de financiamento, que incluem disposições de vencimento antecipado, como a não manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas suas demonstrações financeiras. Caso os índices financeiros ultrapassem os limites fixados nos *covenants* previstos nos referidos documentos, a Companhia pode ser obrigada a pagar algumas dívidas de forma antecipada gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata, afetando seu planejamento financeiro. Adicionalmente, tal evento pode resultar no vencimento antecipado ou vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration* e *cross default*, respectivamente), o que pode afetar negativamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia. Para mais informações, ver Seção 2.1.(f) do Formulário de Referência.

A Companhia pode sofrer impactos negativos em suas despesas financeiras devido a necessidades emergenciais de contratação de empréstimos e financiamentos.

Caso haja retração do mercado financeiro ocasionada por instabilidade econômica ou fator correlacionado, a Companhia poderá ter dificuldades para realizar captações para fazer expandir seus investimentos nas condições financeiras adequadas. Isto poderá obrigar a Companhia a reduzir seus investimentos e, como resultado, reduzir seu crescimento e/ou, contratar empréstimos com custos maiores que os planejados, aumentando assim suas despesas financeiras, prejudicando seu resultado econômico e financeiro, bem como afetando sua liquidez.

As despesas financeiras da Companhia podem ainda ser negativamente afetadas, pela eventual necessidade de contratação emergencial de empréstimos ou financiamentos necessários para cobrir compromissos não contemplados no planejamento de suas operações, ou por eventuais descasamentos entre as receitas e os custos/investimentos realizados.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de controles poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderia afetar adversamente seus negócios.

Os sistemas, políticas e procedimentos da Companhia de controles internos podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar ou evitar práticas inapropriadas, erros ou fraudes.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes por parte dos funcionários ou membros da alta administração da Companhia, ou mesmo terceiros agindo em seu nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não). Caso os funcionários ou outras pessoas relacionadas à Companhia, ou agindo em seu nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não), se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou as políticas da Companhia, a Companhia poderá ser responsabilizada por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente os negócios e a reputação da Companhia.

Essa responsabilização pode sedar, inclusive, mas não se limitando, por aplicação de multa prevista na Lei Anticorrupção, que pode chegar até 20% do faturamento bruto da Companhia. Além disso, a falha ou a ineficácia nos controles internos, tais como aquelas apontadas pelos auditores da Companhia, poderá ter um efeito adverso significativo em sua reputação e seus negócios. Para mais informações a respeito do tema, vide Seção 5.2. deste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

O tratamento de dados pessoais no Brasil e outras jurisdições em que a Companhia opera é regulamentado por uma série de normas previstas de forma esparsa na legislação, como por exemplo na Constituição Federal, no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14). Ainda, no ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados - "LGPD" (Lei nº 13.709/18) que está transformando o sistema de proteção de dados pessoais no Brasil. A LGPD entrou em vigor em setembro de 2020 e as sanções administrativas ali estabelecidas são aplicáveis desde agosto de 2021.

A LGPD estabelece um marco legal a ser respeitado nas operações de tratamento de dados pessoais. Especificamente para dados pessoais sensíveis, a LGPD traz um regramento específico prevendo obrigações adicionais a serem observadas. Ademais, a LGPD estabelece, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, requisitos para obtenção de consentimento, obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e transferências de dados, bem como remete à criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. A Companhia não pode garantir que terá proteção de dados totalmente adequada e que atendam às regras estabelecidas na legislação vigente.

Caso seja configurada uma violação à LGPD, a Companhia pode estar sujeita às sanções de advertência, obrigação de divulgação de incidente, eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, podendo alcançar, no total, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração, além de estar sujeita ao pagamento de indenizações aos titulares dos dados pessoais. Adicionalmente, a Companhia mantém um banco de dados com informações sobre as pessoas físicas devidamente cadastradas como seus clientes, inclusive informações envolvendo seus cartões de crédito, débito e contas bancárias, o qual pode ser objeto de acesso não autorizado. Caso a Companhia sofra uma quebra em um incidente de segurança, a integridade do seu banco de dados pode ser afetada. Dúvidas ou desconfiças quanto à segurança e privacidade dos dados de seus clientes podem afetar a reputação da Companhia, fazendo com que os clientes resistam em se matricular nas suas unidades, o que pode afetar a Companhia de forma significativa. Ademais, qualquer uso indevido ou não autorizado de informações dos clientes ou qualquer percepção pública de que a Companhia divulgou informações de clientes sem sua autorização prévia poderão sujeitar a Companhia a processos judiciais e impactar a manutenção ou obtenção de clientes, o que pode afetá-la adversamente.

Adicionalmente às sanções administrativas previstas pela LGPD, desde já o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD também apresenta os seguintes riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da Agência Nacional de Proteção de Dados ("ANPD") ter iniciado o seu trabalho, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Ainda, os esforços para proteção desses dados inseridos e/ou disponibilizados em sistemas da Companhia podem não garantir que essas proteções sejam adequadas e que atendam às regras estabelecidas na legislação vigente relativa à coleta, tratamento e uso de dados dos usuários no

4.1 Descrição dos fatores de risco

ambiente da Internet. A não observância de determinados termos da legislação aplicável, especialmente no que tange (i) ao processamento de dados pessoais de acordo com uma das bases legais que permitam o seu tratamento sob a égide da LGPD; (ii) aos limites legais de armazenamento e exclusão de dados dos usuários; e (iii) à adoção dos padrões de segurança legalmente exigidos para a preservação e inviolabilidade dos dados coletados e armazenados, pode gerar penalidades à Companhia, tais como multas e a suspensão temporária ou definitiva das atividades de tratamento de dados pessoais. Desta forma, eventual inadequação de suas práticas e modelo de negócio à LGPD, bem como o uso inadequado dos dados de terceiros em seus sistemas e/ou a ausência de medidas suficientes para proteger tais dados podem resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção da administração da Companhia, o que poderá adversamente afetar seus negócios, posição competitiva, situação financeira, reputação, resultados operacionais e fluxos de caixa.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de TI da Companhia podem resultar em danos financeiros e à reputação da Companhia.

Incidentes de segurança cibernética podem resultar em apropriação indevida de informações da Companhia e/ou das informações de seus clientes ou em tempo de inatividade em seus servidores ou operações, o que pode afetá-la material e adversamente. Eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das suas operações podem afetar negativamente os resultados financeiros da Companhia.

A infraestrutura de Tecnologia da Informação da Companhia está sujeita a problemas em sua segurança cibernética, que podem englobar: ataques cibernéticos, os quais podem incluir invasão das plataformas e dos sistemas de tecnologia da informação com os objetivos de acessar, alterar, furtar, corromper ou destruir plataformas e sistemas utilizados pela Companhia, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas da Companhia ou de parceiros de negócio; e violação de privacidade e dados pessoais, bem como acesso ou divulgação não autorizados, de dados confidenciais e/ou particulares de clientes por pessoas dentro ou fora da Companhia.

Os fatores acima podem ser decorrentes de malware (como vírus de computador), ransomware, worm, phishing, engenharia social, exploração de fraquezas do ambiente e sistemas, contaminação (seja intencional ou acidental) das redes e sistemas por terceiros com os quais existe a troca de dados, bem como outros tipos de ataques. Além disso, devido à pandemia da COVID-19, as práticas de trabalho remoto pelos colaboradores da Companhia aumentaram, o que pode tornar as nossas plataformas e sistemas de tecnologia de informação mais suscetíveis às falhas de segurança cibernética acima citados.

Quaisquer ataques cibernéticos bem-sucedidos podem resultar em impactos na imagem e reputação da organização, na paralisação de sistemas ou na indisponibilidade de serviços. Em consequência, é possível que haja perdas de negócios, contaminação, corrupção ou perda de dados de clientes e outras informações sensíveis armazenadas, violação de segurança de dados, divulgação não autorizada de informações ou, ainda, perda de níveis significativos de ativos líquidos (incluindo valores monetários).

Tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, e a Companhia pode incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou melhorar as medidas de proteção, ou para investigar ou remediar quaisquer vulnerabilidades ou violação, ou, ainda, para comunicar ataques cibernéticos a seus clientes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso a Companhia não seja capaz de proteger de maneira eficiente seus sistemas e plataformas contra ataques cibernéticos, isso pode ocasionar: violações à privacidade, de dados pessoais e confidencialidade de clientes; prejuízos decorrentes de danos à segurança de rede e violação de dados de clientes; conflitos com clientes; danos de imagem e reputação da Companhia; responsabilidade de mídia e custos relacionados; processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenções, reembolsos e outros custos de indenização; custos decorrentes de gerenciamento de crises para identificação e preservação de dados, consultoria jurídica, contratação de terceiros, defesas emergenciais e indenizações; custos necessários à restauração de ambientes (custos relativos à utilização da estrutura de backup da Companhia para restaurar informações ou sistemas da Companhia); e custos relacionados a indenizações decorrentes de ações judiciais.

Além disso, a Companhia administra, retém e mantém parcerias com terceiros para o arquivamento, processamento, manutenção e disponibilização, na internet, de dados eletrônicos que contêm informações pessoais confidenciais de clientes no curso regular de suas operações, as quais podem ser objeto de acesso e divulgações não autorizados.

Qualquer uso indevido ou não autorizado de informações de clientes, ou qualquer percepção pública de que a Companhia divulgou informações de clientes sem sua autorização prévia, poderá sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, que podem afetar de forma prejudicial e substancial sua reputação e situação financeira.

Ainda, é importante ressaltar a LGPD estabelece responsabilidade solidária entre os controladores de dados, como a Companhia, e os operadores de dados, definidos como os agentes que realizam tratamento de dados pessoais em seu nome e no seu interesse, sempre que os controladores de dados estiverem diretamente envolvidos no tratamento de dados pessoais pelos operadores. Isto significa que as violações à legislação de proteção de dados por contratados e subcontratados da Companhia que realizem tratamento de dados em seu interesse, inclusive os provedores de aplicativos e conexão na internet, poderão resultar em deveres de compensação e indenização perante terceiros à Companhia, que poderão gerar custos e despesas relevantes e impactar os resultados financeiros da Companhia e sua reputação.

A Companhia está sujeita a potenciais conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas.

A Companhia possui transações com partes relacionadas, conforme indicado no item 11.2 deste Formulário de Referência. Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso as situações de conflito de interesses com partes relacionadas se configurem, elas poderão causar um impacto adverso na condução dos negócios, reputação e resultados operacionais da Companhia.

(b) Riscos relacionados aos seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os interesses do atual acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

Os interesses do nosso acionista controlador poderão não coincidir com os interesses dos demais acionistas, uma vez que ele tem o poder de nos controlar, inclusive com poderes para: (i) eleger e destituir os membros do nosso Conselho de Administração, estabelecer a nossa política administrativa e exercer o controle geral sobre a nossa administração e nossas Controladas; (ii) vender ou de alguma forma transferir ações que representem o nosso controle por ele detidas, nos termos do nosso Estatuto Social; e (iii) determinar o resultado de qualquer deliberação da Companhia, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias,

4.1 Descrição dos fatores de risco

aquisições e alienações de ativos, submetidos à aprovação dos acionistas, incluindo a venda de todos ou substancialmente todos os ativos, ou a retirada das nossas ações do Novo Mercado, assim como determinar a época de distribuição e o pagamento de quaisquer dividendos futuros. Para mais informações sobre as transações com partes relacionadas da Companhia, vide Seção 11 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não ser capaz de mitigar integralmente os riscos decorrentes da concentração em determinados setores ou clientes

A Companhia pode apresentar, em determinados períodos, grau relevante de concentração em setores específicos ou em determinados clientes, de modo que a redução significativa de demanda, a interrupção operacional, ou a eventual rescisão de contratos com tais contrapartes pode impactar adversamente suas receitas, margens e geração de caixa. Esse risco é inerente ao modelo de negócios e pode se intensificar em cenários de volatilidade econômica, mudanças regulatórias ou eventos específicos que afetem direta ou indiretamente os principais segmentos ou clientes atendidos.

A Companhia pode não ser capaz de assegurar a adequada gestão de obrigações operacionais e a efetiva salvaguarda e controle de seus ativos e estoques

A Companhia está exposta a riscos operacionais decorrentes de eventuais falhas ou ausência na gestão de obrigações associadas à regularidade de sua frota e ativos operacionais, incluindo o pagamento de IPVA, taxas de licenciamento e o controle de infrações de trânsito. A não observância tempestiva dessas obrigações pode resultar em penalidades financeiras, restrições à circulação dos veículos e impactos negativos na continuidade das operações, além de potenciais reflexos reputacionais e de conformidade regulatória.

Adicionalmente, riscos relacionados à administração inadequada, à proteção insuficiente e à ausência de mecanismos eficazes para rastreamento, controle e salvaguarda física dos ativos e estoques utilizados nos processos do negócio podem acarretar perdas operacionais, desvios, uso indevido ou indisponibilidade de recursos essenciais. Tais eventos podem comprometer a eficiência das operações, gerar impactos financeiros adversos e afetar a capacidade da Companhia de cumprir seus objetivos estratégicos e operacionais.

(c) Riscos relacionados à suas controladas e coligadas

A Companhia pertence a um grupo econômico do qual fazem parte outras sociedades operacionais, incluindo-se sociedades adquiridas pela Companhia ao longo do tempo.

No curso de suas atividades, essas sociedades são ou poderão vir a ser parte em processos administrativos ou judiciais cujo resultado, caso desfavorável, poderá afetar a Companhia de forma solidária ou subsidiária. Caso alguma das sociedades do grupo econômico da Companhia sofra qualquer condenação ou julgamento desfavorável nesse sentido e a Companhia seja requerida a responder subsidiária ou solidariamente por referida condenação, seus resultados reputacionais, operacionais e financeiros poderão ser adversamente afetados.

Os demais riscos relacionados às Controladas e coligadas são os mesmos relacionados à Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(d) Riscos relacionados aos seus administradores

Decisões desfavoráveis ou desdobramentos de investigações em processos judiciais ou administrativos que envolvam administradores da Companhia podem ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia podem vir a ser partes ou serem envolvidos e/ou requeridos a depor em processos administrativos e judiciais, incluindo processos nas esferas cível, criminal, tributária e/ou trabalhista, cuja instauração e/ ou cujos resultados, caso desfavoráveis, podem vir a afetá-los negativamente, impactando negativamente a reputação da Companhia direta ou indiretamente, e eventualmente impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia, sobretudo caso sejam condenados em processos de natureza criminal. A Companhia não pode prever se surgirão futuras investigações, desdobramentos de eventuais investigações em curso ou alegações envolvendo diretores ou membros do Conselho de Administração da Companhia. Eventuais investigações ou alegações desfavoráveis aos administradores da Companhia, bem como seus possíveis desdobramentos, poderão afetar adversamente a reputação, os negócios, a situação financeira e patrimonial da Companhia, bem como a cotação das ações da Companhia.

(e) Riscos relacionados aos seus fornecedores

As atividades da Companhia dependem de seu relacionamento com seus fornecedores.

O sucesso das atividades da Companhia relacionadas à aquisição e venda de ativos depende, em grande medida, da condição financeira, da reputação, do marketing, da estratégia gerencial e, principalmente, do relacionamento comercial da Companhia com tais fornecedores e da capacidade de seus fornecedores de projetarem, produzirem e distribuírem ativos desejados pelo público.

As atividades da Companhia e de suas controladas relacionadas ao setor de locação de caminhões, máquinas e equipamentos dependem de seu relacionamento com as montadoras desses ativos e fornecedores de peças para celebrar contratos de concessão, sem os quais a Companhia não pode revender ou prestar serviços de manutenção autorizada.

Caso a Companhia tenha desentendimentos comerciais com seus fornecedores e/ou caso os ativos produzidos por seus fornecedores não tenham aceitação pelo público, os resultados operacionais e financeiros da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

Os resultados da Companhia poderão ser afetados caso esta não consiga manter suas atuais condições comerciais favoráveis de descontos na aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos novos junto aos fornecedores.

Os investimentos feitos pela Companhia em expansão e renovação da frota de veículos, máquinas e equipamentos, podem ser afetados caso a Companhia não consiga manter suas atuais condições comerciais junto aos fornecedores para aquisição dos referidos ativos, o que pode ser provocado, por exemplo, pela diminuição do volume de compras pela Companhia, pelo aumento na demanda por tais ativos no mercado, por uma alteração na política de venda praticada pelos fabricantes, por outras alterações macroeconômicas, dentre outros fatores. Nesse caso, a Companhia pode não mais usufruir, ou não usufruir na mesma medida, de tais condições.

Como os preços que a Companhia cobra de seus clientes levam em consideração o custo de aquisição de ativos novos para a prestação de seus serviços, tais preços poderão ser aumentados, diminuindo, assim, a competitividade da Companhia, ou esta poderá ter que reduzir suas margens para manter os preços praticados, impactando negativamente a rentabilidade de seus contratos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Consequentemente, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente impactados nas referidas hipóteses.

Há poucas montadoras de caminhões com capacidade instalada e de fabricantes de determinados tipos de máquinas e equipamentos no Brasil, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia renovar e expandir sua frota operacional.

O principal grupo de fornecedores da Companhia é composto por montadoras com fábricas e de fabricantes de determinados tipos de máquinas e equipamentos localizadas no Brasil, das quais a Companhia adquire caminhões para locação. Caso tais fornecedores decidam alterar as condições de compra de forma adversa, por quaisquer razões, incluindo econômicas ou ainda em decorrência de transferência de localidade de suas fábricas, a Companhia poderá ser afetada negativamente na medida em que sua capacidade de renovar e expandir sua frota operacional será prejudicada e, consequentemente, seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas serão diretamente afetados.

Aumentos significativos nos custos dos insumos necessários às atividades da Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a aumentos, por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como, peças de reposição ou mão de obra. A Companhia não pode prever quando os preços destes insumos e serviços sofrerão aumentos ou reajustes, inclusive aqueles provocados por aumento de demanda ou das políticas de venda praticadas pelos fabricantes, além de fatores externos como inflação e aumento da alíquota de tributos incidentes ou do preço de determinados commodities no mercado internacional. Caso haja um aumento na demanda ou uma mudança desfavorável na política de venda, a Companhia poderá enfrentar aumento de custos e consequente diminuição de suas margens. Como os preços cobrados pela Companhia de seus clientes nas atividades de locação de caminhões, máquinas e equipamentos levam em consideração o custo de aquisição dos seus insumos, principalmente nos casos em que há a contratação do serviço de manutenção, caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos custos aos clientes, os negócios, sua condição financeira e resultados podem ser impactados material e adversamente.

(f) Riscos relacionados aos seus clientes

A Companhia está sujeita ao risco de não renovação de contratos com seus clientes, bem como de rescisão antecipada dos contratos existentes.

O plano de negócios e estratégia da Companhia é baseado em contratos de longo prazo com clientes e a ampliação e diversificação desta carteira é um elemento importante na estratégia de negócios da Companhia. Dessa forma, a Companhia depende da manutenção e renovação de contratos com seus clientes de locação de caminhões, máquinas e equipamentos após seus respectivos vencimentos. Assim, a redução do nível de renovações por qualquer motivo, inclusive por crise econômica do setor, dificuldades financeiras do cliente, ou ainda outras circunstâncias alheias ao controle da Companhia, poderá resultar em uma redução de sua receita e afetar negativamente sua estratégia de crescimento. A Companhia não pode garantir que será bem-sucedida na renovação de todos ou parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes, em termos razoáveis, bem como poderão migrar para outros concorrentes do mercado, o qual ainda não é consolidado e é pouco explorado, ou que seus clientes não irão rescindir antecipadamente os contratos existentes, de forma a impactar a receita futura da Companhia. A rescisão ou a não renovação de parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes poderá resultar na

4.1 Descrição dos fatores de risco

redução da receita da Companhia e impactar adversamente seus negócios, condição financeira e seus resultados.

A busca de alternativas na forma de transporte por nossos clientes pode impactar adversamente a Companhia

Aumentos significativos nos custos do transporte rodoviário, incluindo em tributos, fretes, pedágios, burocracias logísticas, entre outros, podem impactar clientes que utilizam nossa frota como sua fonte de prestação de serviço. Caso esses clientes optem por alternativas de transporte, como por exemplo, ferroviário, náutico ou aéreo, os negócios da Companhia, sua condição financeira e/ou seu resultado operacional poderão sofrer um impacto negativo adverso.

A inadimplência e o atraso nos pagamentos dos clientes da Companhia podem afetar negativamente os seus negócios.

A Companhia pode incorrer em perdas decorrentes da inadimplência e do atraso de pagamentos por parte de seus clientes, de forma que não pode garantir que receberá o saldo total de contas a receber indicado em suas demonstrações financeiras, o que pode afetar negativamente o nosso fluxo de caixa e consequentemente os nossos negócios.

Adicionalmente, caso os ativos caracterizados pela Companhia como estimativa de perda de créditos duvidosos em suas demonstrações financeiras não sejam efetivamente pagos, a situação financeira da Companhia pode ser negativamente afetada.

Ainda, caso a Companhia tenha um grupo de clientes com alta participação na receita da Companhia e esses clientes se tornarem inadimplentes, o resultado da Companhia pode ser afetado negativamente. Além disso, a devolução antecipada dos ativos por parte de clientes inadimplentes pode incorrer em aumento de custos de manutenção e depreciação e prejudicar o balanço da Companhia, caso não seja possível vender os ativos devolvidos.

(g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue

Caso o governo crie uma linha de crédito com taxa de juros subsidiadas para aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos, ou tome decisões que reduzam os custos de aquisição de tais bens, a Companhia poderá ter dificuldades em expandir seus negócios

Caso o Governo venha a criar linhas de crédito para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos com a concessão de taxas de juros subsidiadas, ou tome decisões que reduzam os custos de aquisição de tais bens, o acesso à compra dos referidos ativos por seus concorrentes, clientes e mercado em geral poderá ser facilitado. Diante dessa situação, a Companhia poderá enfrentar dificuldades em expandir seus negócios, dada a vantagem econômica que seus concorrentes e clientes poderiam ter para a aquisição dos ativos, em detrimento à opção de locação da frota, o que poderia impactar de maneira adversa o crescimento e fechamento de novos contratos pela Companhia, assim como aumentar a depreciação da frota existente.

A redução na demanda ou no valor de revenda de caminhões, máquinas e equipamentos usados no mercado secundário pode impactar material e adversamente os negócios da Companhia.

A venda de caminhões, máquinas e equipamentos usados é um importante fator do ciclo de negócios, sendo o seu volume e preço elementos importantes para o atingimento do retorno esperado de cada operação. Uma redução na demanda pelos ativos desmobilizados da Companhia, bem como restrições à concessão de crédito e aumento das taxas de juros aplicáveis a financiamentos de aquisição de veículos podem afetar direta ou indiretamente o mercado

4.1 Descrição dos fatores de risco

secundário desses ativos e reduzir de forma significativa sua liquidez. A volatilidade de preços de mercado pode, ainda, reduzir o preço dos ativos desmobilizados da Companhia ou de seu valor de venda, criando um maior deságio em relação ao preço em que são adquiridos. Todos estes fatores podem afetar a capacidade de venda destes ativos desmobilizados aos preços inicialmente estimados, o que pode afetar material e adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Além disso, uma queda no nível de atividade econômica no Brasil também poderá afetar negativamente os resultados do segmento de terceirização de frotas e de venda de usados.

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos no Brasil é altamente competitivo, o que pode impactar material e adversamente os negócios da Companhia.

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos é uma atividade incipiente no Brasil, sendo amplamente segmentado e pulverizado. Sua atratividade poderá resultar no aumento da concorrência no futuro próximo, tanto em termos de preços como em termos de atendimento. Qualquer alteração no ambiente competitivo pode implicar em uma queda de demanda nos segmentos de negócios nos quais a Companhia opera ou um aumento nos custos de captação ou retenção de seus clientes, afetando adversamente seu crescimento e rentabilidade.

Adicionalmente, fatores políticos e econômicos nacionais ou internacionais que influenciem as condições concorrenciais do setor podem impactar os resultados e as operações da Companhia, tais como alterações da carga tributária, principalmente por meio da majoração das alíquotas de impostos sobre produtos industrializados e da criação de tributos temporários, alterações das taxas de juros, flutuações da taxa de câmbio, concessão de benefícios a importadores, diminuição de barreiras alfandegárias para produtos provenientes de determinados países, modificação legislativas, entre outros.

Nesse sentido, em um cenário onde a Companhia passe a enfrentar maior concorrência, seja com empresas nacionais ou estrangeiras (sendo que parte delas conta com significativos recursos financeiros próprios e de terceiros, podendo suportar estratégias de expansão de sua participação de mercado através de políticas comerciais mais agressivas) e de diferentes portes, não é possível garantir que a Companhia será capaz de manter ou aumentar sua participação de mercado no segmento em que atua de acordo com a sua estratégia atual e na forma pretendida.

Tendo em vista que uma parcela das receitas da Companhia está concentrada no setor de agronegócio, condições adversas que afetem esse setor podem impactar negativamente suas operações.

Em 2025, aproximadamente 24% do Capex (investimentos em veículos pesados e bens de capital) contratado da Companhia era decorrente de seus serviços prestados para o setor do agronegócio. A indústria do agronegócio está sujeita a diversos fatores internos e externos que influenciam materialmente seu desempenho, tais como sazonalidade de safras, condições meteorológicas e preços de mercadoria no mercado de commodities. Assim, oscilações adversas neste setor da economia que afetem negativamente os clientes da Companhia podem impactar de maneira adversa seus negócios e resultados operacionais.

Riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue

4.1 Descrição dos fatores de risco

Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem afetar a Companhia e, por fim, a demanda dos clientes por seus produtos e serviços. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários ou permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, sua carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobram por seus produtos e serviços, restringir suas respectivas capacidades de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa seus negócios e resultados operacionais e financeiros.

A título exemplificativo, citamos a recente instituição da Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), do Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS") e do Imposto Seletivo ("IS"), no âmbito da reforma tributária dos tributos sobre o consumo ("Reforma Tributária"), bem como discussões sobre a possibilidade de instituição de empréstimo compulsório e contribuição sobre transações financeiras. Adicionalmente, foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos.

Especificamente sobre a Reforma Tributária, a Emenda Constitucional 132/2023 ("EC 132/23") implementou alterações relevantes no ordenamento jurídico relativo aos tributos indiretos e estabeleceu a substituição gradativa de tributos federais, estaduais e municipais, pela CBS, IBS e IS. Na esfera federal, a CBS e o IS substituirão a Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS"), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e o Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"). Já nas esferas estadual e municipal, o IBS substituirá o Imposto sobre Circulação de Mercadorias ("ICMS") e o Imposto sobre Serviços ("ISS"), respectivamente. Há um período de transição que se iniciou em 2026 e se estenderá até 2033 para substituição completa dos tributos atualmente existentes pelos novos tributos trazidos pela EC 132/23. Durante a transição, os tributos atualmente existentes coexistirão com a CBS, com o IBS e com o IS.

Em 16.1.2025, foi editada a Lei Complementar nº 214 ("LC 214"), que institui e regulamenta o IBS, a CBS e o IS. De modo geral, a LC 214 estabelece as diretrizes gerais de incidência desses tributos, como, por exemplo, fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e sujeitos passivos, imunidades, regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação e regras de não cumulatividade e creditamento.

Não há, até o momento, a definição exata das alíquotas dos tributos instituídos pela Reforma Tributária, pois tal definição ainda depende de estudos específicos do Governo Federal, além da edição de lei específica dos Estados e Municípios. Não obstante, ao fixar sua alíquota, cada ente federativo poderá vinculá-la à alíquota de referência da respectiva esfera federativa (alíquota-padrão), por meio de acréscimo ou decréscimo de pontos percentuais ou defini-la sem vinculação à alíquota de referência da respectiva esfera federativa. A alíquota de referência combinada de IBS e CBS foi estimada em torno de 28%. Embora vise à simplificação do sistema, a reforma contempla, entre outros, novas alíquotas, bases de cálculo, a redução ou extinção de benefícios fiscais, o que poderá resultar na majoração da carga tributária. De acordo com a LC 214, as alíquotas de referência serão fixadas por resolução do Senado Federal: (i) para a CBS, de 2027 a 2035; (ii) para o IBS, de 2029 a 2035; e (iii) para o IBS e a CBS, após 2035, as vigentes no ano anterior.

Adicionalmente à Reforma Tributária, foram publicados em 22.5.2025 e 23.5.2025, em edições extras do Diário Oficial da União, os Decretos nºs 12.466 e 12.467, com o objetivo de introduzir

4.1 Descrição dos fatores de risco

modificações relevantes no Decreto 6.306/2007, que regulamenta a incidência do Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF"). Dentre as diversas alterações promovidas pelos Decretos 12.466 e 12.467, destacamos a majoração do IOF sobre certas operações de câmbio para 3,5% (como, por exemplo, no caso de empréstimos de curto prazo), a majoração das alíquotas diárias aplicáveis a operações de crédito em que o mutuário seja pessoa jurídica, a equiparação da operação de antecipação de pagamentos a fornecedores e demais financiamentos a fornecedores ("forfait" ou "risco sacado") a uma operação de crédito, dentre outras mudanças relevantes.

Ainda, foi publicada, em 26 de novembro de 2025, a Lei nº 15.270, que estabelece novas regras de tributação sobre rendas, lucros e dividendos, com vigência a partir do ano calendário de 2026. A referida lei prevê que: (i) desde janeiro de 2026, o pagamento, crédito, repasse ou distribuição de lucros ou dividendos por uma mesma pessoa jurídica a uma mesma pessoa física residente no Brasil, em valor superior a R\$ 50.000,00 no mesmo mês, está sujeito à retenção de IRPFM à alíquota de 10% sobre o valor total distribuído, sem qualquer dedução permitida; (ii) os lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025, cuja distribuição tenha sido formalmente aprovada até 31 de dezembro de 2025, permaneceram isentos de Imposto de Renda na Fonte ("IRPFM"), desde que pagos a pessoas físicas residentes no Brasil e observados os termos da deliberação societária; e (iii) dividendos pagos a beneficiários não residentes estarão sujeitos à retenção na fonte à alíquota de 10% no momento da remessa, independentemente do valor distribuído, ressalvadas as hipóteses de não incidência previstas em lei.

Portanto, os acionistas pessoas físicas da Companhia passarão a ser diretamente impactados pela nova tributação, uma vez que os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir de janeiro de 2026 estarão sujeitos à retenção de 10% de IRPFM na fonte, caso ultrapassem o limite mensal estabelecido. A reforma tributária ou outras mudanças legislativas que afetem os tributos ou incentivo fiscais aplicáveis à controladas da Companhia podem impactar, direta ou indiretamente, os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

A implementação dessas e de novas alterações na legislação tributária está sujeita ao processo legislativo, o qual inclui avaliação, votação, veto e emendas, todos realizados pelo Poder Legislativo, por meio do Congresso Nacional, e pelo Poder Executivo, na figura do Presidente da República. Por isso, não é possível determinar, desde logo, quais propostas de modificação serão efetivamente implementadas e como elas podem vir a afetar direta ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

Quaisquer mudanças na legislação e regulamentação tributária, que alterem os tributos aplicáveis, benefícios fiscais ou regimes especiais da Companhia, durante ou após seus prazos de vigência, os negócios e resultados da Companhia poderão ser direta ou indiretamente afetados, e a Companhia poderá não ser capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às suas operações.

Além disso, novas pandemias, como a pandemia da COVID-19 e a decretação do estado de calamidade pública, podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia. Tais medidas, se concretizadas, poderão afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira

4.1 Descrição dos fatores de risco

inconsistente com as interpretações da Companhia, as empresas poderão ser adversamente afetadas, inclusive pela cobrança de tributos, acrescidos de juros e multa, sem prejuízo de multas pelo descumprimento de obrigações acessórias. Inclusive, seus resultados poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

Não é possível saber, na data deste Formulário de Referência, quais serão os efeitos efetivos da Reforma Tributária em andamento ou se novas leis tributárias implicarão alteração no atual regime tributário e carga tributária a que se submete a Companhia. Caso essas mudanças aumentem, direta ou indiretamente, a carga tributária sobre a Companhia pode aumentar de forma relevante, impactando material e adversamente os seus negócios e resultados operacionais.

(h) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue

As operações internacionais representaram menos de 1% do faturamento da Companhia em 2024. A Companhia reforça que tem operações em outros países com receitas, custos e financiamentos relacionados a essas operações em moedas estrangeiras, estando, portanto, exposta a variação cambial bem como a regulações, legislações, políticas governamentais e estatais locais.

(i) Riscos relacionados às questões sociais

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que a Companhia atualmente incorre para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

A Companhia está sujeita à legislação federal, estadual e municipal, bem como a regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Tais normas obrigam a Companhia a obter licenças, permissões e autorizações para suas operações e eventuais projetos de ampliação. As dificuldades para obter licenças, permissões e autorizações podem levar a atrasos na instalação de projetos.

Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades criminais e administrativas (Companhia e seus administradores), além da obrigação de reparação dos danos ambientais na esfera cível.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e autoridades governamentais que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância à legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas – variando de R\$50,00 a R\$50.000.000,00, de acordo com o Decreto Federal nº 6.514/2008, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia, sem prejuízo da condenação para reparação de possíveis danos ambientais causados. Esses fatores podem afetar adversamente a reputação da Companhia, assim como sua disponibilidade de caixa e seus resultados operacionais.

Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos poderão aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. Quaisquer custos ambientais relevantes não previstos poderão prejudicar de modo relevante seus negócios, resultados, situação financeira e perspectivas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além de penalidades administrativas, se a Companhia não observar a legislação relativa à proteção ao meio ambiente, poderá sofrer a imposição de sanções penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados ao meio ambiente e a terceiros afetados (responsabilidade civil). A Lei Federal nº 9.605/1998 (“Lei de Crimes Ambientais”) prevê a responsabilidade da pessoa jurídica, não excluindo, contudo, a das pessoas físicas. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o Poder Público, podendo ter impacto negativo em suas receitas e, ainda, inviabilizar a captação de recursos no mercado financeiro. Para mais informações acerca da legislação ambiental a que a Companhia está sujeita vide item 1.6 deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita a obrigações relativas ao respeito aos direitos humanos de todos os stakeholders, que podem fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, bem como em contingências significativas referentes a questões sociais.

De forma geral, os riscos sociais decorrem dos potenciais e efetivos impactos adversos das atividades empresariais da Companhia nos direitos humanos de todos os stakeholders envolvidos em sua operação, incluindo seus próprios funcionários, consumidores, fornecedores, investidores e comunidade local onde a Companhia atua, sendo estes conectados direta ou indiretamente às suas atividades.

A Companhia também deve garantir condições dignas de trabalho aos seus empregados, zelando por sua saúde, segurança e bem-estar e assegurando seu direito de associação e participação em entidades sindicais, em conformidade com leis e regulamentos locais, respeitando os direitos humanos. Um local de trabalho identificado como perigoso, hostil ou discriminatório pode resultar em contingências legais e inibir a capacidade da Companhia de atrair e reter talentos, negociar junto a entidades associativas e sindicais, prevenir incidentes de saúde e segurança do trabalho, e impulsionar a inovação.

(j) Riscos relacionados às questões ambientais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentações ambientais.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentações federais, estaduais e municipais referentes à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essas leis e regulamentações estabelecem padrões e exigências de licenciamento ambiental e padrões para emissões atmosféricas, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis pode submeter a Companhia a sanções administrativas e penais, além da obrigação de remediar os danos causados ou indenizar terceiros. A Companhia também está sujeita a normas do Poder Público relacionadas ao descarte de resíduos sólidos.

A Companhia não pode garantir que essas leis e regulamentações não ficarão mais rigorosas. Caso fiquem mais rigorosas, a Companhia poderá ter que aumentar significativamente os seus gastos para cumprimento dessas leis e regulamentações ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem afetar substancial e negativamente os negócios da Companhia. Com relação especificamente à resíduos de serviço de saúde gerados, inclusive caso o acidente seja causado por alguma empresa contratada pela Companhia para fazer a coleta, transporte e destinação adequada desse tipo de material, a Companhia poderá vir a ser objetiva e solidariamente responsabilizada por eventuais

4.1 Descrição dos fatores de risco

danos ambientais causados pelos terceiros contratados, de forma que os negócios e imagem da Companhia poderão ser adversamente afetados.

(k) Riscos relacionados às questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A escassez de recursos naturais ocasionada por fatores climáticos ou antrópicos pode afetar as operações da Companhia, implicando na necessidade de adoção de medidas de contingência complementares.

A falta de recursos como água e energia, ocasionada por alterações climáticas associadas ao aquecimento global e à atuação do homem sobre o ambiente, pode impactar as operações da Companhia, dependentes destes recursos. A imprevisibilidade dos regimes de chuvas e a sazonalidade do clima e das temperaturas nas diferentes estações do ano impactam as estimativas de consumo dos recursos. As recentes crises hídrica e energética demonstram ser este um tema atual e ponto de preocupação para os diferentes segmentos econômicos brasileiros. Caso quaisquer dos riscos apontados acima se materialize, a Companhia poderá sofrer impactos relevantes em suas operações.

Mudanças climáticas, ou medidas legais, regulamentares ou de mercado para enfrentar as mudanças climáticas, podem afetar negativamente os negócios ou operações da Companhia.

A Companhia e o segmento em que ela atua podem ser negativamente afetados em caso de paralisações dos serviços de seus clientes e/ou fornecedores em decorrência de impactos climáticos, tal como a tragédia ocorrida em decorrência das enchentes no estado do Rio Grande do Sul no primeiro semestre de 2024.

Há uma preocupação crescente sobre os impactos adversos causados pelas emissões de dióxido de carbono e de outros gases de efeito estufa na atmosfera, o que incluem riscos que podem ser classificados como de transição ou físicos:

Riscos de transição: são aqueles que surgem no processo de ajustamento para uma economia de baixo carbono e são classificados em regulatórios e tecnológicos. Se destacam: implantação de mecanismos de precificação de carbono; riscos emergentes relacionados à criação de mecanismos legais limitando o consumo de combustíveis fósseis e/ou estabelecimento de limites de emissão para os setores das empresas controladas.

Riscos físicos: são riscos relacionados às alterações climáticas, podem ser riscos agudos (aumento da gravidade e frequência de eventos climáticos extremos, como ciclones e inundações) e crônicos (mudanças nos padrões de precipitação; extrema variabilidade nos padrões climáticos e; temperaturas médias crescentes).

Diante de tais cenários, é possível que as operações da Companhia sejam interrompidas ou negativamente afetadas, além de poderem ser estabelecidas novas medidas legais e regulamentares que imponham novas obrigações à Companhia e à economia em geral. Tais obrigações poderão resultar em aumento do custo da energia e do transporte e podem exigir que a Companhia faça investimentos adicionais em instalações e equipamentos. Eventual aumento das pressões regulatórias e/ou sociais acerca do tema também poderão gerar custos adicionais à Companhia, afetando negativamente seus resultados operacionais e sua situação econômico-financeira.

Assim, considerando as expectativas públicas para redução das emissões de gases de efeito estufa, pode-se ter como resultado o aumento do custo da energia, transporte e matérias-primas e,

4.1 Descrição dos fatores de risco

consequentemente, investimentos adicionais pela Companhia em instalações e equipamentos com menor potencial de emissão de carbono ou como forma de adaptação ao cenário de mudanças climáticas. Assim, os efeitos das mudanças climáticas poderiam causar impactos materiais adversos de longo prazo nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

(I) Riscos relacionados à outras questões não compreendidas nos itens anteriores

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países da América Latina, de países de economia emergente, nos Estados Unidos da América (“Estados Unidos”), na China ou na União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive de países da América Latina, de países de economia emergente, dos Estados Unidos, da China ou da União Europeia. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores.

Potenciais crises nos países da América Latina, em outros países de economia emergente, nos Estados Unidos, na China ou na União Europeia podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Ademais, fatores relacionados à geopolítica internacional podem afetar adversamente a economia brasileira e, por consequência, o mercado de capitais. O conflito envolvendo a Federação Russa e a Ucrânia, por exemplo, traz como risco uma nova alta nos preços dos combustíveis e do gás, os quais são produzidos em larga escala pela Federação Russa e importados pelos países da União Europeia; ocorrendo simultaneamente à possível valorização do dólar, esses aumentos causariam ainda mais pressão inflacionária e poderiam dificultar a retomada econômica brasileira.

Adicionalmente, o conflito armado atualmente em curso no Oriente Médio, envolvendo diretamente Irã, Israel e Estados Unidos e com desdobramentos em outros países da região, representa um fator relevante de instabilidade geopolítica com potenciais impactos econômicos e financeiros significativos em escala global. A intensificação das hostilidades, com ataques militares, retaliações e ameaças a infraestruturas estratégicas, tem elevado o grau de incerteza nos mercados internacionais e ampliado o risco de interrupções na produção e no transporte de petróleo e gás natural.

Eventuais ataques a instalações de produção, refinarias, terminais portuários ou rotas marítimas estratégicas podem reduzir a oferta global de energia ou gerar receios de escassez, provocando elevação e maior volatilidade nos preços internacionais do petróleo e do gás natural, resultando em efeitos inflacionários globais, pressionando custos de transporte, insumos e bens intermediários, com reflexos sobre cadeias produtivas e sobre o poder de compra de consumidores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O aumento da inflação em economias relevantes pode levar à manutenção ou à elevação das taxas de juros por parte de bancos centrais, inclusive em mercados emergentes, o que pode encarecer o crédito, reduzir a liquidez internacional e desacelerar o crescimento econômico global. Esse ambiente pode resultar em maior aversão a risco, redução de fluxos de capital para o Brasil e Estados Unidos, volatilidade cambial e oscilações nos mercados de capitais, afetando o custo de financiamento e o acesso a recursos pela Companhia.

Diante das invasões, afloram-se as animosidades não apenas entre os países diretamente envolvidos, mas outras nações indiretamente interessadas na questão, trazendo um cenário de alta incerteza para a economia global. Nesse sentido, a incerteza da economia global está produzindo e/ou poderá produzir uma série de efeitos que afetam, direta ou indiretamente, os mercados de capitais e a economia brasileira, incluindo as flutuações de preços de títulos de empresas cotadas, menor disponibilidade de crédito, deterioração da economia global, flutuação em taxas de câmbio e inflação, impactar negativamente a cadeia de fornecimento de suprimentos de matéria-prima primordial às montadoras de caminhões e maquinários, com consequente aumento inflacionário e de taxas e juros sobre as mercadorias, entre outras, e que podem afetar negativamente a situação financeira da Companhia.

A volatilidade e incertezas nos preços dos combustíveis podem afetar as margens operacionais e as posições competitivas de negócio da Companhia

Os preços de combustíveis estão historicamente sujeitos a volatilidade, podendo continuar dessa forma no futuro. Os preços dos combustíveis são influenciados por inúmeros fatores, incluindo, entre outros, o nível da demanda de petróleo pelo consumidor, o fornecimento e o processamento contingentes, a disponibilidade de transporte, o preço e disponibilidade de fontes de combustível alternativas, condições climáticas, catástrofes naturais e condições políticas ou hostilidades nas regiões produtoras de petróleo, além de outros fatores políticos relacionados à política de preços do governo seguida pela Petrobras.

O conflito armado atualmente em curso no Oriente Médio, envolvendo diretamente Irã, Israel e Estados Unidos e com desdobramentos em outros países da região, representa um fator relevante de instabilidade geopolítica com potenciais impactos econômicos e financeiros significativos em escala global. O bloqueio do Estreito de Ormuz, rota marítima de 20% da produção mundial de petróleo e gás natural liquefeito e, o bombardeio ao complexo de Ras Laffan, responsável por um quinto da oferta mundial de gás natural liquefeito, têm desencadeado sucessivos aumentos no preço do barril de petróleo e gás natural liquefeito. Caso o bloqueio perdure e/ou outras usinas não sejam capazes de suprir a demanda de gás natural liquefeito, há possibilidade de haver uma crise de desabastecimento.

Os preços do petróleo estão altamente sujeitos a fatores políticos e econômicos nacionais e internacionais que fogem ao controle da Companhia. Incertezas internacionais podem provocar flutuações e os negócios da Companhia dependem fortemente do uso de combustíveis.

Alterações significativas nos preços dos combustíveis podem impactar a saúde financeira dos clientes da Companhia e consequentemente afetar o fluxo de pagamento das parcelas de locação, causando um eventual aumento de inadimplência e prejudicando o resultado da Companhia.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a

4.1 Descrição dos fatores de risco

economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do coronavírus causador da COVID-19, a Varíola dos Macacos, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Caso a Organização Mundial da Saúde (OMS) venha a decretar novos surtos de doenças, e os países adotem medidas restritivas para contenção da propagação de tais surtos de doenças, tais como restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, como realizado em 2020 quando da pandemia da COVID-19, poderá ser verificada uma volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Tais impactos também podem repercutir negativamente na economia e no mercado de capitais global e do Brasil, e diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro. A Companhia poderá vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- (a) expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- (b) inflação;
- (c) taxas de câmbio;
- (d) taxas de juros;
- (e) aumento do desemprego;
- (f) mudanças nas leis fiscais e tributárias;
- (g) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- (h) restrições nas remessas de fundos ao exterior;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- (i) racionamento de água e/ou energia
- (j) política monetária;
- (k) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- (l) política fiscal; e
- (m) outros fatores políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente nossas atividades e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

A instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, e pode vir a impactar os negócios da Companhia e o preço de negociação de suas ações.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal, incluindo a maior investigação conhecida como “Lava Jato”. Tais investigações tiveram um impacto negativo na economia e no ambiente político do país. Os efeitos da Lava Jato, assim como outras investigações relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e do mercado de capitais. A Companhia não tem controle e não pode prever se tais investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou funcionários ou executivos de empresas surgirão no futuro.

A economia brasileira experimentou uma queda acentuada nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do governo brasileiro e à queda global nos preços das commodities.

As incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, principalmente considerando que a maioria eleita para o legislativo federal é de partido de oposição do presidente eleito, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como o clima político instaurado após as eleições, com manifestações massivas e/ou greves, podem contribuir para a instabilidade econômica do país. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas

4.1 Descrição dos fatores de risco

o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

Tais acontecimentos podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira. Em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil, o que, consequentemente, pode impactar a cotação das ações de emissão da Companhia.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre a Companhia e sobre o preço de mercado das ações ordinárias da Companhia.

O Brasil já experimentou, no passado, índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de controlar a inflação ou até mesmo por receio e especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas. Esse cenário contribuiu diretamente para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo IBGE, as taxas de inflação do Brasil foram de 4,26% em 2025, 4,83% em 2024 e 4,62% em 2023. O Brasil pode experimentar taxas de inflação mais altas no futuro, e pressões inflacionárias podem levar o governo brasileiro a intervir na economia e introduzir políticas que impactem negativamente os negócios e o preço de negociação das ações da Companhia. O Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com taxas de juros elevadas, o que torna mais custoso os empréstimos e financiamentos, o que pode restringir a disponibilidade de crédito e reduzir o crescimento econômico.

Políticas do Governo Federal e do Banco Central mais lenientes e a variação nas taxas de juros já causaram e podem vir a causar aumento na inflação e, consequentemente, volatilidade na taxa de crescimento da economia e a necessidade de aumentos repentinos e significativos nas taxas de juros.

Caso uma inflação ou deflação substancial venha a ocorrer no Brasil, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os valores cobrados de seus clientes para compensar o impacto da inflação nas suas despesas, o que geraria um aumento de despesas e redução na margem operacional líquida da Companhia.

Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia importa diversos insumos, peças e equipamentos, de forma que possui alta exposição em Dólar, inclusive sendo parte em contratos de swap. Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar, e a instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito negativo significativo sobre os resultados operacionais da Companhia. Por exemplo, a moeda brasileira durante as últimas décadas experimentou variações frequentes e significativas em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2023, a taxa de câmbio de venda do dólar foi de R\$4,86 por US\$1,00, refletindo uma valorização do Real em relação ao dólar norte-americano de 8,12% em comparação a 31 de dezembro de 2022. Em 31

4.1 Descrição dos fatores de risco

de dezembro de 2024, a taxa de câmbio de venda do dólar foi de R\$6,18 por US\$1,00 refletindo uma depreciação do Real em relação ao dólar norte-americano de 27,18% em comparação a 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de câmbio de venda do dólar foi de R\$5,50 por US\$1,00 refletindo uma apreciação do Real em relação ao dólar norte-americano de 11% em comparação a 31 de dezembro de 2024.

As variações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, por conta da retração no consumo e aumento dos custos da Companhia. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Desta forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários.

Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e custo em emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores.

A dificuldade em promover crescimento sustentável da economia e promover o equilíbrio fiscal, dentre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos do risco de crédito soberano. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderá aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

A desvalorização em condições econômicas e de mercado, em geral, ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições

4.1 Descrição dos fatores de risco

econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as nossas ações ordinárias. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das nossas ações ordinárias, restringir o nosso acesso aos mercados de capitais internacionais, afetando as condições de financiamento necessárias às nossas operações no futuro.

Uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e por sua vez levar a uma menor atividade comercial e de consumo, bem como a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou aos aumentos nas taxas domésticas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios.

Na medida em que problemas econômicos em países de mercados emergentes ou em outros lugares afetem o Brasil negativamente, o negócio e o preço de mercado das ações ordinárias da Companhia também podem ser afetados negativamente.

A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, pode ter um impacto negativo sobre os nossos negócios.

A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

A volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço desejado e no momento desejado.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações da Companhia, envolve um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários políticos e econômicos são mais estáveis, e, em geral, tais investimentos são considerados especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, tais como, dentre outros:

- (a) alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de receber pagamento, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos; e
- (b) restrições ao investimento estrangeiro e à repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos.

A Companhia não pode garantir que haverá um mercado líquido ou que não haverá restrição possível à negociação das ações ordinárias, o que pode limitar consideravelmente a capacidade

4.1 Descrição dos fatores de risco

dos titulares das ações da Companhia de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização das ações da Companhia.

Além disso, o preço das ações está frequentemente sujeito a volatilidade. Se um mercado de negociação ativo e líquido de ações ordinárias emitidas pela Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação de suas ações ordinárias poderá ser negativamente afetado.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e mercados emergentes, o que poderá afetar negativamente a economia brasileira, inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários, o que pode impactar o preço de negociação de nossas ações.

O crescimento da Companhia está diretamente atrelado à expansão do mercado interno brasileiro, estando os negócios da Companhia bastante integrados às operações de seus clientes, distribuídos em diversos setores econômicos. A redução do ritmo de crescimento econômico do país, com retração da demanda no atacado e varejo, a redução de investimentos em bens de capital e infraestrutura, além do acirramento da concorrência no setor, podem afetar diretamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Além disso, o valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas como Estados Unidos e certos países europeus, e emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Qualquer aumento nas taxas de juros de outros países, especialmente os Estados Unidos, pode reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais brasileiros, afetando negativamente nossas ações. Ainda, crises ou acontecimentos relevantes em outros países e mercados de capitais podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia e o seu respectivo preço de negociação, tal como a recente crise entre Estados Unidos e Irã, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos da Companhia poderá ser afetado pela queda no nível de confiança e na atividade econômica do Brasil.

A demanda por locação de caminhões, máquinas e equipamentos poderá ser afetada pelo nível de confiança e de atividade econômica no Brasil. A redução na atividade econômica implica em redução na empregabilidade, em investimentos, transporte e, conseqüentemente, na redução da demanda por locação de caminhões, máquinas e equipamentos, o que poderá levar a Companhia a reduzir o tamanho de sua frota. Esses fatores poderão acarretar perda de escala com o conseqüente aumento dos seus custos fixos e na diminuição da receita do segmento de terceirização de frotas, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, especialmente os Estados Unidos e países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros

Os investidores internacionais consideram, geralmente, o Brasil como um mercado emergente. Historicamente, a ocorrência de fatos adversos em economias em desenvolvimento resultou na percepção de um maior risco pelos investidores do mundo, incluindo investidores dos Estados Unidos e de países europeus. Tais percepções em relação aos países de mercados emergentes afetam significativamente o Brasil, o mercado de capitais brasileiro e a disponibilidade de crédito no Brasil, tanto de fontes de capital nacionais como internacionais.

Adicionalmente, a economia brasileira e o valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras são influenciados, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado do Brasil e de outros países, inclusive Estados Unidos, países da Europa e de economias emergentes. Ainda que as condições econômicas nesses países possam diferir consideravelmente das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso na economia brasileira e no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros. No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil.

O Brasil está sujeito à acontecimentos que incluem, por exemplo, (i) a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, (ii) o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, que desencadeou a invasão pela Rússia em determinadas áreas do território ucraniano, dando início a uma crise militar e geopolítica com reflexos mundiais, (iii) o conflito armado entre os Estados Unidos e Israel contra o Irã, (iv) a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, e (v) crises na Europa e em outros países, que afetam a economia global, que estão produzindo e/ou poderão produzir uma série de efeitos que afetam, direta ou indiretamente, os mercados de capitais e a economia brasileira, incluindo as flutuações de preços de títulos de empresas cotadas, menor disponibilidade de crédito, deterioração da economia global, flutuação em taxas de câmbio e inflação, impactar negativamente a cadeia de fornecimento de suprimentos de matéria-prima primordial às montadoras de caminhões e maquinários, com conseqüente aumento inflacionários e de taxas e juros sobre as mercadorias, entre outras, e que podem afetar negativamente a situação financeira da Devedora.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Descrição dos 5 (cinco) principais fatores de risco

1. A inadimplência e o atraso nos pagamentos dos clientes da Companhia podem afetar negativamente os seus negócios.
2. O financiamento da estratégia de crescimento da Companhia requer capital intensivo de longo prazo, o qual pode não estar disponível, ou não estar disponível em condições favoráveis à Companhia.
3. A Companhia pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento.
4. As atividades da Companhia dependem de seu relacionamento com seus fornecedores.
5. O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países da América Latina, de países de economia emergente, nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), na China ou na União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de mercado

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros.

(i) Risco de variação de taxa de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro oscila devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures, cessão de direitos creditórios, obrigações a pagar por aquisição de empresas e arrendamento por direito de uso da Companhia, sujeitas a taxas de juros.

(ii) Risco de variação de taxa de câmbio:

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional da Companhia. Em geral, os empréstimos são contratados em Reais, mas também em dólares norte-americanos (“**dólar**”).

Análise de sensibilidade

A Companhia efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis:

- CDI em 13,4% a.a., com base na curva futura de juros (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão);
- SELIC de 13,82% a.a. (fonte: Banco Central do Brasil);
- IPCA de 3,71% a.a. (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão); e
- Taxa do Dólar norte-americano (“**Dólar**”) de R\$ 5,88 (fonte: Banco Central do Brasil).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia nas receitas e despesas financeiras, considerando os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados abaixo.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Controladora e Consolidado

Operação	Taxa média provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Derivativos designados como hedge accounting				
Saldo sujeito a exposição em variação do CDI	7.143.659	957.250	1.196.563	1.435.875
Saldo sujeito a exposição em variação do USD	(41.639)	(5.580)	(6.975)	(8.370)
Efeito líquido das operações de hedge accounting	7.102.020	951.670	1.189.588	1.427.505
Demais operações - Pós-fixada				
Saldo sujeito a exposição em variação do CDI	(8.677.618)	(1.162.800)	(1.453.505)	(1.744.206)
Saldo sujeito a exposição em variação do SELIC	(4.675.976)	(646.220)	(807.775)	(969.330)
Saldo sujeito a exposição em variação do IPCA	(3.979.134)	(147.563)	(184.454)	(221.345)
Saldo sujeito a exposição em variação do USD	(1.055.000)	(390.853)	(488.568)	(586.284)
Efeito líquido das operações pós fixado	(18.387.728)	(2.347.436)	(2.934.302)	(3.521.165)
Demais operações - Pré-fixadas				
Saldo sujeito a exposição em variação do Pré Fixado	(4.484.138)	(600.877)	(751.091)	(901.310)
Efeito líquido das operações pré fixado	(4.484.138)	(600.877)	(751.091)	(901.310)
Saldo sujeita a exposição líquida	(15.769.846)	(1.996.643)	(2.495.805)	(2.994.970)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Processos não sigilosos relevantes

Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas:

A Companhia e/ou suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, ambiental e trabalhista, cujas chances de perda podem ser classificadas como provável, possível ou remota. As provisões de tais processos são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como individualmente relevantes processos em que as controladas da Companhia figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a ter um impacto negativo relevante na imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que as controladas da Companhia estavam sujeitas na data deste Formulário, segregados conforme sua natureza.

Processos Tributários

Processo administrativo n. 10880-659.782/2024-69.	
(a) juízo	Delegacia da Receita Federal de Julgamento /SP.
(b) instância	1ª instância administrativa.
(c) data de instauração	07/08/2024.
(d) partes no processo	Autuante: Receita Federal do Brasil. Autuada: Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A
(e) valores, bens ou direitos envolvidos	Em 31/03/2025, R\$ 21.074.496,48 (vinte e um milhões, setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos).
(f) principais fatos	Manifestação de Inconformidade em face do Despacho decisório por meio do qual não se reconheceu o direito creditório no valor de R\$ 13.820.292,76, com origem em pagamento de Juros sobre Capital Próprio. Valor do débito na data da intimação do despacho decisório: R\$ 17.554.535,86. Esse valor do crédito corresponde a pagamento a maior sob o código de arrecadação 5706-02, que foi alocado para pagamento de IRRF a título de JCP pagos a acionistas domiciliados no exterior, com código de arrecadação 9453-02. Contra referido despacho decisório a Vamos apresentou manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento.
(g) resumo das decisões de mérito proferidas	Não há decisões.
(h) estágio do processo	Apresentação de manifestação de inconformidade. Aguardando julgamento.
(i) chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo administrativo n. 10880-659.782/2024-69.	
(j) motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Desembolso de caixa.
(k) análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Não há valores provisionados para o processo descrito no item 4.4.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas neste item 4 do Formulário de Referência.

Para informações sobre as ações envolvendo membros da administração da Companhia, vide item 7.8 deste Formulário de Referência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos alinhada com aquela de sua controladora SIMPAR S.A. e tais diretrizes aplicam a todas as empresas controladas, incluindo a Companhia. Referida política foi avaliada e ratificada pelo seu Conselho de Administração, em 05 de fevereiro de 2024. O referido documento encontra-se disponível no website de Relações com Investidores da Companhia através do link <https://ri.grupovamos.com.br/estatuto-codigo-politicas-regimentos-internos-e-relato-anual/>.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre o processo de gestão de riscos corporativos, de forma possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos, de forma a conduzir o apetite à tomada de risco no processo decisório e contribuir para o cumprimento dos objetivos estratégicos, bem como para a criação, preservação e crescimento de valor.

Além disso, descreve as etapas deste processo de gestão para: (i) identificação dos eventos de risco, (ii) instrumentos utilizados para o gerenciamento dos riscos, (iii) estrutura organizacional de gerenciamento dos riscos e (iv) as responsabilidades de cada um dos envolvidos neste processo, estabelecendo limites para estas responsabilidades conforme os níveis de risco identificados.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1. deste formulário de referência e busca prevenir, mitigar e tratar os riscos que possam impactar as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico. Tais riscos foram classificados em 8 principais grupos:

- **Riscos estratégicos:** são riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente. Entre os riscos estratégicos, incluem-se a incapacidade de captar recursos financeiros suficientes para custear a totalidade dos investimentos previstos e para financiar sua estratégia de expansão.
- **Riscos operacionais:** São aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, ou ainda relacionados a situações de força maior, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados tanto à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetos sociais), bem como às demais áreas administrativas de suporte. Entre os riscos operacionais, incluem-se impactos relevantes de incidentes de segurança cibernética, falhas nos sistemas, falta de informatização nos processos e decisões desfavoráveis em processos judiciais e/ou administrativos.
- **Riscos de mercado:** são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, inflação, das

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). A Companhia define regras próprias para essa modalidade de risco na Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado (política apartada).

- Riscos de liquidez: são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- Riscos de crédito: são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria (aplicação financeira, empréstimo, gestão da dívida, cobrança e recuperação).
- Riscos de imagem: são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa das empresas por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais e demais partes interessadas (“terceiros”), em suma, que possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia, com consequentes perdas financeiras relevantes.
- Riscos de conformidade (compliance): decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, principalmente, mas não se limitando à Lei nº 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção e respectivo regulamento - Decreto nº 11.129/22 e a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações, bem como acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado. Entre os riscos de conformidade, inclui-se a possibilidade das controladas da Companhia não conseguirem obter ou renovar suas licenças e alvarás para as respectivas operações.
- Riscos Socioambientais: riscos relacionados aos problemas e processos sociais e ambientais relevantes; potenciais danos gerados ao meio ambiente, às relações sociais e às comunidades relacionadas com as atividades econômicas das empresas controladas pela Companhia.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia define a necessidade de instrumentos utilizados para proteção de seus riscos de acordo com as seguintes etapas: (i) identificação do risco, (ii) avaliação e análise dos riscos, (iii) tratamento dos riscos, incluindo a definição da resposta ao risco, que poderá envolver evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar os riscos identificados, conforme o apetite a risco da Companhia. O processo de gerenciamento de riscos está detalhado na Política de Gerenciamento de Riscos.

A Companhia utiliza, ainda, metodologias como self assessment, mapeamento de processos e matriz de impacto e probabilidade para identificação, avaliação e priorização dos riscos.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia utilizava o monitoramento e acompanhamento, por órgãos e processos internos e, quando necessário, com apoio de prestadores de serviços externos, como ferramenta de gerenciamento dos riscos operacionais, de liquidez, de crédito, de imagem e de conformidade.

Já o risco de mercado (cambial e juros), era gerenciado por meio de instrumentos financeiros derivativos (i.e. contratos de swap) não especulativos para proteção da sua exposição à variação desses fatores de risco decorrentes de certos empréstimos e financiamentos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos é composta pelos seguintes órgãos e funções:

Conselho de Administração: Reporta as situações de gerenciamento de riscos ao Comitê de Auditoria e ao Diretor Presidente. É responsável por avaliar periodicamente a exposição dos riscos aos quais a Companhia está exposta, a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*). Caberá, ainda, ao Conselho de Administração:

- (i) zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, incluindo o programa de integridade da Companhia, visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas;
- (ii) validar o nível de apetite a riscos da Companhia aprovado pela Administração;
- (iii) deverá garantir que o Comitê de Auditoria tenha orçamento próprio para a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo;
- (iv) aprovar a presente política e futuras revisões;
- (v) aprovar as atribuições da área de Auditoria Interna.

Administração: Cabe aos Administradores responsáveis por cada respectiva área de negócio da Companhia a atribuição de atuar diretamente no gerenciamento de riscos, entendendo e se responsabilizando pelas seguintes etapas: a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento. Os Administradores se reportam ao Diretor Presidente.

Assim, considerando o papel dos gestores no processo de gerenciamento de riscos e controles internos, cabe à Administração:

- (i) assegurar a implementação dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos;
- (ii) auxiliar a Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade nos processos de identificação e desenvolvimento dos portfólios de riscos, respondendo aos questionários de auto avaliação de riscos e possibilitando o mapeamento dos processos sob sua responsabilidade;
- (iii) desenvolver e executar planos de ações para as falhas, ausências e insuficiências identificadas dentro do prazo adequado para cada apontamento formalizado pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade;
- (iv) justificar a impossibilidade de atendimento de um plano de ação e/ou atraso no atendimento de um;
- (v) justificar eventual assunção de risco para validação pela estrutura de governança;
- (vi) prestar esclarecimentos sob a condução do gerenciamento dos riscos sob sua reponsabilidade ao Comitê de Auditoria, sempre que solicitado;
- (vii) prestar as necessárias atualizações sobre os riscos da sua atividade à Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Diretoria: É de responsabilidade de cada diretoria executiva:

- (i) garantir e facilitar o acesso dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês, do Conselho Fiscal (quando instalado), das auditorias interna e externa e dos órgãos de assessoramento, às instalações da Companhia e às informações, aos arquivos e aos documentos comprovadamente necessários ao desempenho de suas funções;
- (ii) garantir que todos os seus liderados estejam em dia com os treinamentos obrigatórios.

Cada Diretoria executiva se reporta ao Diretor Presidente.

Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade (Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade): A Simpar mantém uma Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade, responsável por liderar o trabalho de monitoramento dos riscos de conformidade com o objetivo de identificar, mitigar e prevenir referidos riscos estratégicos, operacionais, de imagem, socioambiental e de conformidade, bem como orientar os funcionários da empresa e terceiros sobre as normas internas do Grupo Simpar.

A Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Simpar designa pessoas para desempenhar funções de controles internos, riscos e conformidade e dedicar-se a cada sociedade do Grupo, incluindo à Companhia (**“Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade”**).

A Companhia mantém uma Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, responsável por liderar os trabalhos de monitoramento de riscos e teste da eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigá-los.

São principais atribuições dessa Diretoria, desempenhadas por meio da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade na Companhia:

- (iii) monitorar as não conformidades com as leis e regulamentos aplicáveis;
- (iv) atualizar as diretrizes do Código de Conduta sempre que necessário e disseminá-las entre funcionários;
- (v) atualizar as diretrizes do Código de Conduta de Terceiros sempre que necessário e disseminá-las;
- (vi) Informar ao Comitê de Ética e Conformidade: a) situações que caracterizem um risco de conformidade e de imagem para a Companhia, b) informações sobre as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncia e status das investigações de acordo com a matriz aprovada pelo Comitê de Auditoria; c) as sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia; d) eventuais descumprimentos das Políticas Anticorrupção da Companhia e validar a aplicação de medidas disciplinares sobre referidos descumprimentos; e) informações sobre doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública para validação;
- (vii) avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal da Companhia que tratem sobre (i) desvios de conduta, (ii) descumprimento do Código de Conduta, das Políticas Anticorrupção ou dos demais procedimentos da Companhia; (iii) situações de conflito de interesses;
- (viii) reportar o status dos planos de ação para ações preventivas e a aplicação de eventuais medidas disciplinares;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (ix) apoiar os administradores na definição dos planos de ações necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos;
- (x) apoiar o departamento jurídico na avaliação das cláusulas de conformidade/compliance dos contratos da Companhia;
- (xi) avaliar e apontar os riscos para validação da diretoria das obrigações que envolvam o tema conformidade/compliance impostas por clientes e terceiros.

O responsável pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade e a Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade reportam, com relação a situações de gerenciamento de riscos da Companhia, aos Comitês de Auditoria da Companhia, além de ter o Comitê de Ética e Conformidade como órgão consultivo.

As funções de Controles Internos, Riscos e Conformidade não exercem atividades operacionais na Companhia ou na Simpar.

Comitê de Auditoria Estatutário: Supervisiona a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades da auditoria interna e dos auditores independentes. O Comitê de Auditoria se reporta ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria acompanha os temas:

- (i) opinar sobre a contratação, avaliação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) avaliar e opinar sobre o relatório de controles internos emitidos pelos auditores independentes e propor recomendações à administração e Conselho de Administração;
- (iv) acompanhar as atividades da Área de Controles, Internos Riscos e Conformidade da Companhia, podendo receber ou solicitar reportes da Diretoria de Controles, Internos Riscos e Conformidade sobre a execução e cumprimento do Programa de Conformidade da Companhia. Assessorar o Conselho na avaliação, sobre a efetividade das atividades e propor recomendações, sempre que necessário, quanto a atividades, estrutura, qualificação e orçamento para apreciação da Diretoria e do Conselho de Administração;
- (v) assessorar o Conselho de Administração no gerenciamento de riscos e monitorar as exposições de risco, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia;
- (vi) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas, a Política de Gerenciamento de Riscos, o Código de Conduta, os demais normativos do Programa de Conformidade da Companhia;
- (vii) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, incluindo potenciais violações à Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida, bem como recomendar e verificar a aplicação de medidas disciplinares pelas áreas responsáveis, ou, no caso de denúncias contra diretores da Companhia, pelo Conselho de Administração;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (viii) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado exclusivamente ao Conselho de Administração, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e suas recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da companhia;
- (ix) acompanhar e avaliar se as transações com partes relacionadas estão sendo realizadas dentro de condições de mercado, nos termos da política de transações com partes relacionadas vigente da Companhia. Para o desempenho de suas funções, o Comitê de Auditoria disporá de autonomia operacional e dotação orçamentária, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia;
- (x) Avaliar anualmente a estrutura e orçamento da área de Auditoria Interna, a fim de que sejam suficientes ao desempenho das suas funções;
- (xi) Reportar o resultado das atividades da área de Auditoria Interna ao Conselho de Administração.

Auditoria Interna: Trata-se de estrutura independente que atua com apoio de empresa terceira para o desempenho de suas funções. O plano de trabalho anual é avaliado e aprovado pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração. A Auditoria Interna é responsável por:

- (i) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações;
- (ii) fornecer ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas;
- (iii) consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos da Companhia ao Comitê de Auditoria;
- (iv) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da companhia.

A Auditoria Interna deverá reportar suas atividades ao Comitê de Auditoria que, por sua vez, se reportará ao Conselho de Administração.

Alternativamente à constituição de área própria de Auditoria Interna, a Companhia poderá contratar auditor independente registrado na CVM para executar essa função.

Comitê de Ética e Conformidade: Reporta ao Comitê de Auditoria e é responsável por assessorar o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e a Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade, da Companhia:

- (i) no cumprimento, disseminação e atualização do Código de Conduta e normas internas da Companhia;
- (ii) na recomendação e acompanhamento de ações preventivas para os casos de violação à legislação nacional aplicável aos negócios da Companhia, principalmente o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida;
- (iii) na avaliação da eficiência e da eficácia dos requisitos legais do Programa de Integridade, exigidos pelo Decreto nº 11.129/22 e demais normas do Ministério de Estado da

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU, visando enraizar a cultura de conformidade, a mitigação e a prevenção de riscos e prejuízos;

- (iv) na validação de sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia;
- (v) na validação pedidos de doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública;
- (vi) na avaliação dos casos relevantes que envolverem ações e omissões dos colaboradores da Companhia e de terceiros, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios que mantenham alguma relação com a Companhia,
- (vii) no acompanhamento dos indicadores relacionados ao Programa de Conformidade e sugerir melhorias e ajustes para os resultados identificados.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia separa áreas, funções e profissionais, definindo de forma clara as responsabilidades de cada um e estabelecendo limites para estas responsabilidades, conforme descritas na seção (b) acima. Cabe ao Conselho de Administração avaliar periodicamente a eficácia dos sistemas de gerenciamentos de riscos, controles internos e do sistema de conformidade, ao Comitê de Auditoria avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas e controles de gerenciamento de riscos e, finalmente, cada Diretoria, em conjunto com a Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade avaliar o ambiente de controle a fim de assegurar a governança de gestão de riscos da Companhia, apoiando os Administradores na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos.

A área de Auditoria Interna também é responsável por monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, reportando-se ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria.

Adicionalmente, a Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Simpar reporta à Administração, Comitê de Auditoria e demais comitês e órgãos internos da Companhia.

O Comitê de Auditoria tem competência para tratar dos assuntos de responsabilidade da Auditoria Interna e da Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade. Sua criação e atribuições foram aprovadas pelo Conselho de Administração, e seu orçamento será avaliado e aprovado pelo mesmo órgão durante o exercício social corrente.

Além disso, as práticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia são revisadas ao menos uma vez ao ano e sempre que necessário pela Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade, sendo que as revisões deverão ser submetidas ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Dessa forma, a Administração entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada, eficaz e eficiente para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos. Além disso, a Companhia realiza investimentos financeiros contínuos de forma a melhorar a performance de seu sistema de controles internos e a adequar-se às melhores práticas e manter seu negócio sustentável.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Descrição dos controles internos

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos utilizados pela Companhia objetivam: (i) a manutenção de registros que, em detalhe razoável e de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa; (ii) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro; e (iii) o fornecimento de uma garantia razoável relativa à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da Companhia o que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

O processo de avaliação dos controles internos da Companhia prevê atuação conjunta das áreas de negócio para validação dos riscos, mapeamento dos processos e validação de controles aplicáveis que visam a mitigação dos riscos que podem afetar a capacidade da Companhia em iniciar, autorizar, registrar, processar e divulgar informações.

Adicionalmente, durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, o conjunto de processos que regem os procedimentos de controles internos são executados, a fim de fornecer confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

Nesse contexto, as principais práticas de controles internos adotadas pela Companhia são:

- Mensalmente, são realizadas reconciliações das contas contábeis, fornecendo segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras;
- Validação dos controles existentes que mitigam ou detectam irregularidades e/ou falhas, garantindo a eficácia operacional dos controles internos;
- Definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e controles e assegurar a implementação destes planos visando a eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigar os riscos da Companhia;
- Ações preventivas, orientativas e de monitoramento, comunicações internas, treinamentos e aplicação de medidas disciplinares para garantir a aplicação das normas internas da Companhia e da legislação aplicável aos negócios; e
- Durante o exercício, quaisquer falhas identificadas na execução de controles são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício e evitar recorrências.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

5.2 Descrição dos controles internos

As áreas da Companhia responsáveis pelos controles internos e pela elaboração das Demonstrações Financeiras, além das descritas no item 5.1.(b), são: a Controladoria e o Departamento de Demonstrações Financeiras.

A Controladoria e o Departamento de Demonstrações Financeiras são as áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia com a adoção dos princípios contábeis aplicáveis. A Controladoria também realiza mensalmente as reconciliações das contas contábeis, fornecendo segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Quaisquer exceções identificadas são direcionadas para as áreas envolvidas para as devidas correções.

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade avalia periodicamente os controles internos aplicáveis que visam a mitigação e detecção de irregularidades e/ou falhas que possam acarretar a formalização de registros contábeis errôneos, a fim de assegurar a efetividade e eficácia operacional de tais controles. Para as exceções identificadas, são definidos em conjunto com os gestores dos processos os planos de ação necessários para o tratamento dos riscos e implementação destes planos.

Por sua vez, o Comitê de Auditoria supervisiona o processo de avaliação de controles internos executada pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade por meio de reuniões periódicas para apresentação e reporte dos resultados dos trabalhos e respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, o conjunto de processos que regem nossos procedimentos de controles internos são executados, a fim de fornecer confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

A estrutura de controles internos, riscos e conformidade da Companhia pode ser encontrada no item 5.1 deste formulário de referência.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade identifica os riscos e controles, conforme disposto no item 5.1.(b) acima. As deficiências são reportadas para o gestor responsável pelo processo avaliado, que apresenta o(s) plano(s) de ação adequado(s) e estipula prazos para o cumprimento do(s) mesmo(s). Ademais, como já mencionado, o Comitê de Auditoria supervisiona o processo de avaliação de controles internos executado pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, bem como os respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório

5.2 Descrição dos controles internos

circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. e suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com o objetivo de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, os auditores externos não identificaram deficiências significativas.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

O auditor independente obteve entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e conduziu procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias em conexão com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Durante este trabalho, o auditor independente não identificou deficiências significativas.

5.3 Programa de integridade

5.3. Programa de integridade

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Simpar, controladora da Companhia, tem um Programa de Conformidade aplicável a todas as empresas do Grupo, incluindo a Companhia. O Programa tem o objetivo de prevenir, detectar e remediar a ocorrência de desvios, fraudes, irregularidade e atos ilícitos, principalmente no ambiente público, bem como fortalecer os princípios éticos e padrões de transparência dentro do Grupo Simpar. Conheça mais sobre o Programa de Conformidade no site <https://simpar.com.br/conformidade/>.

De modo a orientar a interação entre o Grupo Simpar com a Administração Pública, o Programa de Conformidade foi construído com base nos ditames do Decreto nº 11.129/2022, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e nos pilares e normas estabelecidas pela Controladoria Geral da União – CGU, também considerando as disposições previstas em outras legislações aplicáveis aos negócios da Companhia, como por exemplo: (i) Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro); (ii) Lei nº 12.529/2011 (Lei de Defesa da Concorrência); (iii) Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal); (iv) Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa); Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Nesse sentido, o Programa de Conformidade tem como normativos internos principais as seguintes políticas, implementadas diariamente no dia-a-dia de suas atividades: (i) Código de Conduta, o qual foi aprovado também pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de setembro de 2024 e, posteriormente, ratificada em 5 de outubro de 2024; e (ii) Política Anticorrupção, composta pelas seguintes políticas (doravante denominadas “**Políticas Anticorrupção**”): Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidade; Doações e Patrocínios; Participação em Licitações Públicas e Interação com o Poder Público.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia descreve a seguir as principais políticas e procedimentos de integridade adotados no âmbito do Programa de Conformidade da Simpar e suas controladas, que inclui a Companhia:

- Código de Conduta: O Código de Conduta da Companhia foi aprovado em reunião de seu Conselho de Administração, realizada em 05 de fevereiro de 2024 (“**Código de Conduta**”) é aplicável a todos os seus conselheiros, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários, trainees, prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral. O Código de Conduta é composto por um conjunto de orientações sistematizadas que retratam os valores da Companhia e que devem nortear sua atuação. Os assuntos tratados no Código de Conduta incluem, sem limitação: (i) nossos inegociáveis; (ii) cumprimento de leis e regulamentos; (iii) respeito aos direitos humanos e às relações de trabalho; (iv) condutas esperadas do colaborador; (v) combate à corrupção; (vi) conflito de interesses; (vii) doações e patrocínios; (viii) presentes, brindes, entretenimento e hospitalidade; (ix) relações com o ambiente externo; (x) descumprimento e medidas disciplinares; e (xi) Linha Transparente e (xii) Canal de denúncia.

5.3 Programa de integridade

- Código de Conduta de Terceiros: O Código de Conduta de Terceiros do Grupo Simpar impõe a esse público as regras e obrigações que deverão se comprometer na relação estabelecida com a Companhia. Trata-se do compromisso com a conformidade à legislação, com o comportamento ético, transparente e íntegro com a sustentabilidade inclusive nas relações dos terceiros com a sua cadeia de valor, para que se estejam alinhados com os objetivos e práticas da Companhia.
- Política de Doações e Patrocínios: A Companhia aplica a Política de Doações e Patrocínios da Simpar, a qual é aplicável a todos os colaboradores, independente do cargo ou função, bem como a qualquer pessoa, física ou jurídica, interessada em receber doação ou patrocínio de qualquer empresa do Grupo Simpar, incluindo da própria Companhia, e/ou do Instituto Júlio Simões. A Política de Doações e Patrocínios define as diretrizes que devem ser observadas a fim de manter registros que garantam a rastreabilidade do processo, a observância da legislação vigente, a ausência de conflito de interesse e o atendimento das premissas estabelecidas na Política.
- Política de Participação em Licitação Pública: A Companhia aplica a Política de Participação em Licitação Pública do Grupo Simpar a todos os seus colaboradores, e define as diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados quando estes estiverem atuando em processos de licitações públicas, além de estabelecer premissas para que a empresa participe de certames.
- Política de Interação com o Poder Público: A Companhia aplica a Política de Interação com o Poder Público do Grupo Simpar a todos os seus colaboradores e terceiros que atua em seu nome, define as diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados no exercício de atividades e sempre que interagirem com os membros da Administração Pública em todas as suas esferas – Legislativo, Judiciário e Executivo, a fim de garantir o cumprimento da legislação aplicável e evitar a ocorrência de fraudes, corrupção e outros ilícitos.
- Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidades: A Companhia aplica a Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidades do Grupo Simpar a todos os seus colaboradores e terceiros, definindo as diretrizes e orientações que devem ser observadas durante o oferecimento e recebimento de brindes presentes, hospitalidades e entretenimento, com regras especiais aplicáveis a órgãos da Administração Pública.
- Linha Transparente: Canal dedicado ao recebimento de dúvidas, solicitações e/ou sugestões de melhoria sobre o Código de Conduta, normas internas e as políticas do Grupo Simpar, bem como a comunicações previstas pelas Políticas Anticorrupção. Esse canal está disponível por meio do telefone 0800 726 7250 (atendimento das 8h00 às 17h48), ou pelo e-mail conformidade@grupavamoscom.br, por qualquer colaborador, fornecedor, prestador de serviços, terceirizados, clientes e outras partes interessadas;
- Canal de Denúncia: atendido por empresa totalmente independente, visando dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia. Este canal está acessível ao público interno e externo.

O Canal de Denúncia da Companhia funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sendo conferido ao denunciante a possibilidade de formalizar sua denúncia pelos

5.3 Programa de integridade

seguintes canais de comunicação: telefone e site, administrados exclusivamente por empresa terceirizada. O anonimato é garantido ao denunciante de boa-fé, bem como a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia de forma independente por meio de número de protocolo. O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias, principalmente em caso de denúncias em face da alta administração, Conselho de Administração, Comitê de Ética e Conformidade e membros da Área Compliance.

Após a conclusão da apuração das denúncias o fluxo prevê duas frentes de atuação e utilizando a ferramenta própria: (i) a documentação e tratativa de planos de ação (corretivos, preventivos e/ou de melhoria de processos) e (ii) apontamentos para a célula de Controles Internos e Riscos visando atuar na melhoria dos controles internos e atuar de forma preventiva.

- Processo de Homologação de Terceiros: para que os objetivos do Programa de Conformidade sejam de fato atingidos, o mesmo padrão adotado pela Companhia deve ser exigido dos terceiros com os quais ela se relaciona, desta forma, a empresa aplica o processo de homologação e faz a gestão do monitoramento dos mesmos e impõe obrigações para execução do contrato firmado com a Companhia. Referido processo possui níveis de aprofundamento de avaliação que variam de acordo com o risco representado pelo terceiro.

No momento do cadastro do terceiro no sistema da Companhia, para que ele possa prestar o serviço ou fornecimento, são realizadas consultas que permitem avaliar a sua regularidade mínima, como: cadastro da situação da empresa (CNPJ); inscrição estadual/municipal; certidão de regularidade de tributos Municipais, Estaduais e Federais; certidão de regularidade com a Seguridade Social, cadastro de empresas punidas ou impedidas de contratar com a administração Pública (CEIS e CENEP), pesquisa em lista de trabalho escravo.

Ainda no momento do cadastro, o terceiro responde a um questionário que visa identificar a criticidade da sua atividade e do negócio que manterá com a Companhia. Por fim, ele deve ler e declarar ciência do Código de Conduta de Terceiros.

Caso terceiros sejam identificados como “de alto risco” em razão da natureza e/ou da relação de contratação, eles são submetidos a um questionário de homologação de terceiros (*due diligence*), avaliação de documentos, pesquisas (mídia e processos judiciais e administrativos) e assinatura de declaração de conformidade. A Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade da própria Companhia é responsável por realizar pesquisas complementares, avaliar as respostas prestadas no questionário e apontar os riscos da contratação.

A Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia monitora periodicamente o cumprimento e execução do Programa de Conformidade por parte da Companhia, suas controladas, funcionários, administradores colaboradores e terceiros realizando, entre outras atividades: (i) avaliação das doações e patrocínios a órgãos públicos e privados; (ii) avaliação de todas as cláusulas de conformidade dos contratos da Companhia; (iii) condução de processo de homologação/*due diligence*/similares que são aplicados quanto a terceiros contratados pela Companhia; (iv) promoção da transparência das informações prestadas; (v) orientações em caso de dúvidas sobre o Programa de Conformidade; (vi) emissão de pareceres sobre as algumas obrigações legais aplicáveis aos negócios da companhia; e (vii) homologação de terceiros que são contratados pela Companhia para prestarem serviços que compreendem interação com órgãos públicos.

No momento da integração (contratação) todos os novos colaboradores recebem um treinamento sobre os principais pontos do Programa de Conformidade e Privacidade de Dados Pessoais.

5.3 Programa de integridade

A Companhia possui treinamentos obrigatórios a todos os colaboradores que abrangem o Código de Conduta, as Políticas Anticorrupção, os Canais de Comunicação do Programa. Além disso, a Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade realiza treinamentos complementares, presenciais e online, a todos os seus colaboradores, independente do cargo, para reforçar os temas tratados nos treinamentos obrigatórios.

Todos os processos relacionados ao Programa de Conformidade são revisados pelo Grupo Simpar com periodicidade não superior a 2 anos, sendo que, dos resultados dessas revisões, são implementados os eventuais ajustes dos processos e dos normativos internos do Grupo, bem como os específicos de cada uma das companhias.

Além dos procedimentos acima, a Companhia realiza anualmente a avaliação dos riscos junto aos gestores avaliando a probabilidade de efetivação das referidas consequências e seu impacto em caso de eventual ocorrência. Após a identificação dos riscos, os mesmos são gerenciados, na forma descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, de acordo com sua criticidade e avaliadas as melhores alternativas para mitigação, definição de controles ou aceitação do risco cujo impacto seja menor que o custo-benefício de seu gerenciamento.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As estruturas organizacionais envolvidas no funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, incluindo o Programa de Conformidade da Companhia, são o Comitê de Auditoria, a Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade, o Comitê de Ética e Conformidade, a área de Auditoria Forense e a área de Conformidade.

O Comitê de Auditoria da Companhia é órgão de assessoramento do Conselho de Administração e, com relação a temas de conformidade e integridade, tem como objetivo fiscalizar o cumprimento do Código de Conduta, bem como das políticas e demais normas internas das Empresas do grupo, assim como em todas as questões que envolverem violações aos valores éticos da Companhia, visando enraizar a cultura de conformidade e ética, a mitigação de riscos e prejuízos e a observância da legislação vigente, conforme determina o seu Regimento Interno.

A Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade, tem como missão zelar pelo cumprimento de leis, regulamentações, autorregulações, normas internas e os mais altos padrões éticos, orientando e conscientizando quanto à prevenção de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à instituição, clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores e sociedade, permitindo o crescimento sustentável e a melhoria contínua dos negócios da Companhia.

O Comitê de Ética e Conformidade, por sua vez, é órgão consultivo da Companhia, que assessora o Comitê de Auditoria, a Diretoria Executiva e o principal responsável pela manutenção do

5.3 Programa de integridade

Programa de Conformidade de forma adequada à estrutura de negócios da Companhia, com base na legislação aplicável, melhores práticas de mercado e sustentabilidade.

A Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade e o Comitê de Ética e Conformidade são responsáveis por monitorar o funcionamento e a eficiência do Programa de Conformidade da Companhia e se reportam ao Comitê de Auditoria.

A área de Auditoria Forense é responsável por conduzir as investigações internas com a Área de Conformidade, de acordo com a classificação das denúncias, bem como investigar fraudes, desvios e/ou má utilização de bens da Companhia, roubo, furto, apropriação, entre outras condutas.

A área de Conformidade, por sua vez, é responsável por investigar denúncias comportamentais, descumprimento de leis ambientais, tributárias, LGPD, trabalhista, corrupção pública.

As áreas de Auditoria Forense e de Conformidade se reportam ao Comitê de Auditoria.

O reporte das áreas envolvidas no Programa de Conformidade ao Comitê de Auditoria garantem a independência das pessoas envolvidas, uma vez que o Comitê de Auditoria conta com membros independentes e se reporta ao Conselho de Administração, órgão que também possui membros independentes para garantir a imparcialidade das decisões.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando (i) se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados, (ii) as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas, e (iii) órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 23 de setembro de 2024 e, posteriormente, ratificado em 5 de outubro de 2024.

O Código de Conduta se aplica a todas as empresas controladas, às suas coligadas e consorciadas da Companhia, no âmbito de seus respectivos contratos, e a todos os conselheiros, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários e trainees, assim como prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral da Companhia (em conjunto, “**Colaboradores**”).

Conforme disposto no próprio Código de Conduta, o descumprimento de quaisquer das suas diretrizes ou das demais normas internas adotadas pela Companhia poderão ensejar a aplicação das seguintes medidas disciplinares, independentemente do nível hierárquico e sem prejuízo da sujeição a outras medidas legais pertinentes:

- (i) advertência, oral ou por escrito;
- (ii) suspensão; ou
- (iii) rescisão do contrato de trabalho, com ou sem justa causa.

No caso de comprovação de descumprimento das normas do Programa de Conformidade por terceiros, a Companhia poderá resilir a relação comercial, aplicar as sanções contratuais, solicitar a substituição de mão de obra interna, buscar ressarcimentos e indenizações, tudo nos termos do previsto no contrato firmado entre as partes e a legislação aplicável.

5.3 Programa de integridade

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

O Canal de Denúncia da Companhia é o mesmo do Grupo Simpar, conforme descrito abaixo.

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Denúncia do Grupo Simpar foi criado em 2010, e em novembro de 2016 foi terceirizado para atendimento por empresa totalmente independente, visando dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia. Desde então o Canal de Denúncia funciona 24 horas por dia e 7 dias por semana, sendo conferido ao denunciante a possibilidade de formalizar sua denúncia pelos seguintes canais de comunicação: telefone e site, todos administrados exclusivamente por empresa terceirizada.

O anonimato é garantido, bem como a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia de forma independente por meio de número de protocolo. O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias, principalmente em caso de denúncias em face da alta administração, Conselho de Administração, Comitê de Ética e Conformidade e membros da Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia.

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Denúncias está disponível para todos os colaboradores, bem como para terceiros, prestadores de serviços e clientes que tenham interesse em denunciar ações, omissões, irregularidades, desconformidades, bem como qualquer fato que viole a legislação vigente e/ou as diretrizes do Código de Conduta ou das demais políticas internas da Companhia, ou, ainda, que possam causar algum dano a qualquer atividade da Companhia, aos seus Colaboradores, acionistas e demais interessados.

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa - fé

O Canal de Denúncia foi projetado de forma a manter a confidencialidade das denúncias e informações comunicadas. Todas as comunicações realizadas ao Canal de Denúncias são confidenciais o denunciante poderá optar pela forma anônima. A proteção do anonimato é garantida por mecanismos adotados pela empresa terceirizada que administra o Canal de Denúncias.

As denúncias são recebidas por empresa terceirizada e a Companhia não tem acesso a qualquer informação do denunciante, exceto se o mesmo opta por se identificar. Adicionalmente, de acordo com o Código de Conduta, a Companhia não tolera qualquer tipo de retaliação contra aquele que, de boa-fé, relate uma preocupação sobre uma conduta ilegal ou não conforme com as instruções estabelecidas no Código de Conduta e qualquer conduta dessa natureza ensejaria a aplicação de medidas disciplinares.

A Companhia garante a possibilidade de acompanhamento da denúncia pelo denunciante, inclusive quando a denúncia é feita de forma anônima. Por meio de sistema eletrônico, todo o processo de tratativa da denúncia é evidenciado. O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias.

O Canal de Denúncia da Companhia passa por auditoria do Auditor Independente, a fim de garantir a ocorrência do processo descrito.

Após a conclusão do processo de investigação, o denunciante recebe o retorno sobre a conclusão deste processo por meio do sistema do canal de denúncia terceirizado, acessível com o número de

5.3 Programa de integridade

protocolo que recebe no momento que realiza a denúncia. Além da aplicação de medidas disciplinares, quando cabível, são gerados planos de ação em conjunto com as áreas envolvidas para mitigar os riscos identificados, como ação preventiva e melhorias nos controles internos. O Canal de Denúncia é objeto de periódicas campanhas internas de comunicação.

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As denúncias são recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal e transmitidas para a área de Conformidade e/ou de Auditoria Forense, ambas da Companhia, que são responsáveis por avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias.

Cumprе ressaltar que conforme matriz aprovada pelo Conselho de Administração, denúncias contra diretores estatutários, membros do Comitê de Auditoria, Conselho de Administração, Comitê de Ética e Conformidade, da Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade ou das áreas de Conformidade ou Auditoria Forense, são destinadas a pessoas diferentes do fluxo padrão, a depender do denunciado, de forma a garantir a ausência de conflito de interesse.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos três exercícios sociais, não houve casos confirmados de fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, já que a Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito nesta seção 5.3.

5.4 Alterações significativas

5.4. Alterações significativas

Não houve alterações significativas quanto às práticas adotadas para gerenciamento de riscos em relação ao último exercício social.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BNDESPAR						
00.383.281/0001-09	Brasil	Não	Não	15/05/2026		
Não	BNDESPAR		Jurídica	00.383.281/0001-09		
65.796.752	5,385	0	0,000	65.796.752	5,385	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JSP HOLDING S.A.						
32.392.209/0001-34	Brasil	Não	Sim	15/05/2026		
Não						
11.838.990	0,969	0	0,000	11.838.990	0,969	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SIMPAR S.A.						
07.415.333/0001-20	Brasil	Não	Sim	15/05/2026		
Não						
625.121.741	51,163	0	0,000	625.121.741	51,163	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
519.069.382	42,483	0	0,000	519.069.382	42,483
TOTAL					
1.221.826.865	100,000	0	100,000	1.221.826.865	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
JSP HOLDING S.A.			32.392.209/0001-34		
FERNANDO ANTONIO SIMÕES					
088.366.618-90	Brasil	Não	Sim	30/04/2024	
Não	FERNANDO ANTONIO SIMÕES		Física	088.366.618-90	
148.917.114	52,000	0	0,000	148.917.114	52,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
JULIO EDUARDO SIMÕES					
524.947.648-15	Brasil	Não	Sim	30/04/2024	
Não					
34.365.489	12,000	0	0,000	34.365.489	12,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
JUSSARA ELAINE SIMÕES					
933.515.508-04	Brasil	Não	Sim	30/04/2024	
Não					
34.365.489	12,000	0	0,000	34.365.489	12,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JSP HOLDING S.A.				32.392.209/0001-34		
MARITA SIMÕES						
076.697.098-12	Brasil	Não	Sim	30/04/2024		
Não						
34.365.489	12,000	0	0,000	34.365.489	12,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SOLANGE MARIA SIMÕES REIS						
906.438.528-91	Brasil	Não	Sim	30/04/2024		
Não						
34.365.489	12,000	0	0,000	34.365.489	12,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JSP HOLDING S.A.				32.392.209/0001-34	
286.379.070	100,000	0	100,000	286.379.070	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SIMPAR S.A.				07.415.333/0001-20		
BNDESPAR						
00.383.281/0001-09	Brasil	Não	Não	09/05/2026		
Não						
58.375.789	10,000	0	0,000	58.375.789	10,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FERNANDO ANTONIO SIMÕES						
088.366.618-90	Brasil	Não	Não	30/04/2025		
Não						
26.664.637	4,568	0	0,000	26.664.637	4,568	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JSP HOLDING S.A.						
32.392.209/0001-34	Brasil	Não	Sim	30/04/2025		
Não						
284.410.266	48,720	0	0,000	284.410.266	48,720	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SIMPAR S.A.				07.415.333/0001-20		
207.164	0,035	0	0,000	207.164	0,035	
OUTROS						
214.101.435	36,676	0	0,000	214.101.435	36,676	
TOTAL						
583.759.291	100,000	0	100,000	583.759.291	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JSP HOLDING S.A.				32.392.209/0001-34		
FERNANDO ANTONIO SIMÕES						
088.366.618-90	Brasil	Não	Sim	30/04/2024		
Não						
148.917.114	52,000	0	0,000	148.917.114	52,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JULIO EDUARDO SIMÕES						
524.947.648-15	Brasil	Não	Sim	30/04/2024		
Não						
34.365.489	12,000	0	0,000	34.365.489	12,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JUSSARA ELAINE SIMÕES						
933.515.508-04	Brasil	Não	Sim	30/04/2024		
Não						
34.365.489	12,000	0	0,000	34.365.489	12,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JSP HOLDING S.A.				32.392.209/0001-34		
MARITA SIMÕES						
076.697.098-12	Brasil	Não	Sim	30/04/2024		
Não						
34.365.489	12,000	0	0,000	34.365.489	12,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SOLANGE MARIA SIMÕES REIS						
906.438.528-91	Brasil	Não	Sim	30/04/2024		
Não						
34.365.489	12,000	0	0,000	34.365.489	12,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JSP HOLDING S.A.				32.392.209/0001-34	
286.379.070	100,000	0	100,000	286.379.070	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	56.235
Quantidade acionistas pessoa jurídica	215
Quantidade investidores institucionais	552

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

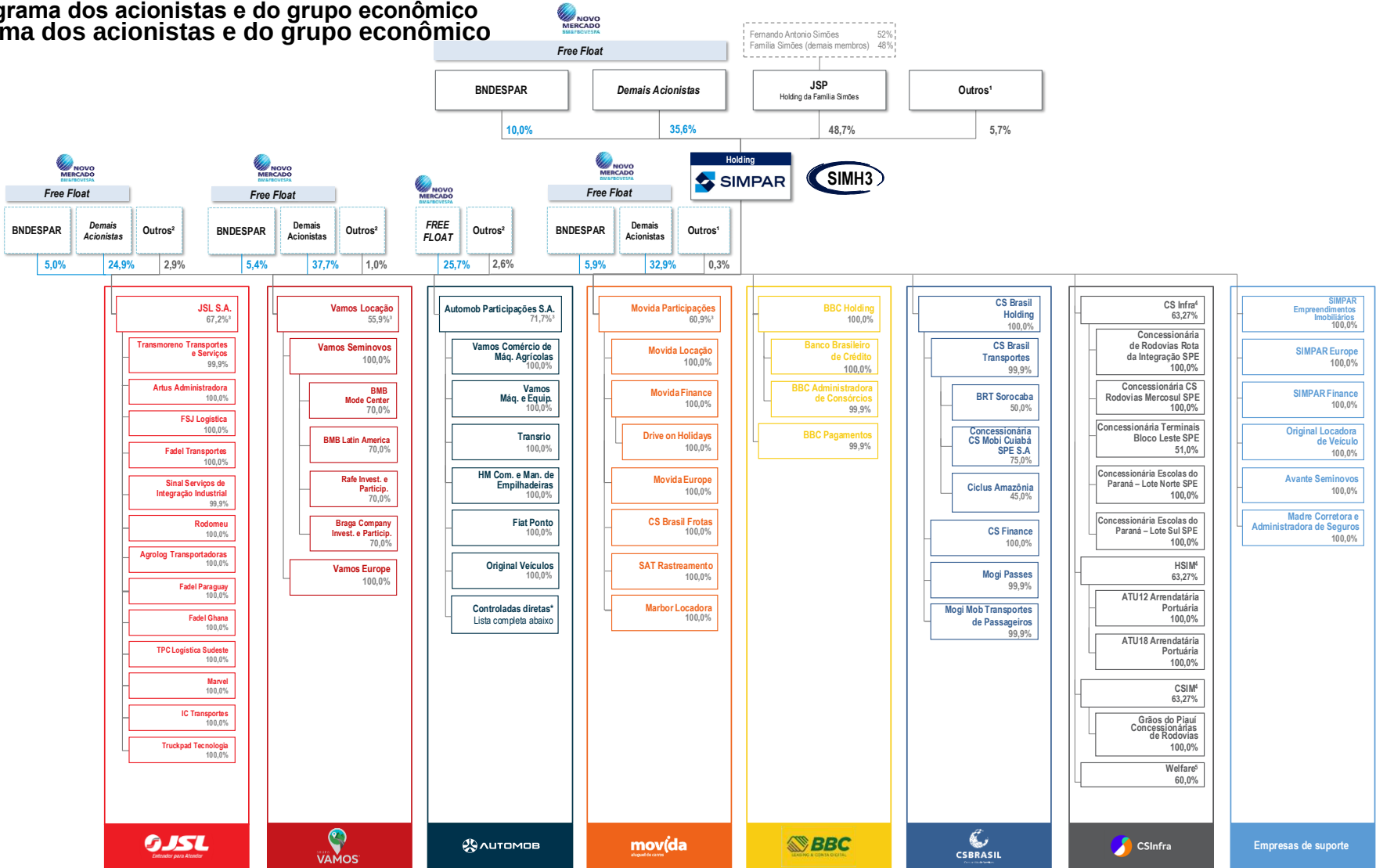
Quantidade ordinárias	527.021.942	43,134%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	527.021.942	43,134%

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
VAMOS SEMINOVOS S.A.	18.163.414/0001-05	100
VAMOS EUROPE SOCIÉTÉ ANONYME N/A 100	00.000.000/0000-00	100
BSIM PARTICIPAÇÕES E HOLDING LTDA.	58.534.632/0001-15	12,5

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



Notas: (1) Posições detidas diretamente na pessoa física por membros da Família Simões, Administradores e Ações em Tesouraria; (2) Posições detidas diretamente na pessoa física por membros da Família Simões, Administradores, Ações em Tesouraria e JSP Holding; (3) Composição societária informada acima considera a participação direta da SIMPAR nas subsidiárias e a posição via derivativos referenciados em ações contratado pela CS Brasil Holding e Locação S.A. Subsidiária integral da SIMPAR, conforme comunicado ao mercado divulgado em 22/12/2023; (4) A participação remanescente é detida pela CS Brasil Holding; (5) 20% da participação remanescente é detida pela CS Brasil Holding

Controladas diretas Automob*

- Original Guangzhou – 100%
- Original Nacional Com. de Veículos – 100%
- Original Estação Ásia – 100%
- Original Ibero – 100%
- Original Indiana – 99%
- Original New Pacific – 100%
- Original Provence – 100%
- Original New Xangai – 100%
- United Auto Nagoya – 100%
- Original Tokyo – 100%
- Euro Import Comércio – 100%
- Original New Suécia – 100%
- Sul Import – 100%
- Euro Import Motos – 100%
- Original New England – 100%
- MotoStar – 100%
- Original Milwaukee – 100%
- Original Veículos – 100%
- Original Xangai – 100%
- Original Xian – 100%
- SBR Comércio e Serviços de Blindagem – 100%
- Original Nara – 100%
- UAB Motors Participações Ltda – 100%*
- MAQMOB Comércio de Maq. Amarelas – 100%
- Original Hangzhou Comércio de Veículos – 100%
- United Auto São Paulo Comércio de Veículos – 100%
- Ponto Veículos – 100%

6.6 Outras informações relevantes

6.6. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a serem mencionadas neste item.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A estrutura administrativa da Companhia é constituída pelos seguintes órgãos: (i) Conselho de Administração, (ii) Diretoria e (iii) Conselho Fiscal não permanente, os quais possuem as atribuições indicadas abaixo. Adicionalmente, a Companhia possui comitês que assessoram o Conselho de Administração, conforme indicado no item 7.2(a) deste Formulário de Referência.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 e, no máximo, 7 membros eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, podendo ser reeleitos. O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe as atribuições previstas em lei e no estatuto social da Companhia.

Destaca-se que determinadas matérias de caráter de urgência poderão ser objeto de deliberação sem a observância do disposto no Estatuto Social da Companhia no que diz respeito aos prazos de convocação e quórum instalação da reunião do Conselho de Administração, mas desde que ao menos a maioria de seus membros em exercício concordem tratar-se de matéria urgente e que seja assegurada a ciência inequívoca de todos os Conselheiros.

Os exemplos de matérias urgentes estão descritos no Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, conforme disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia.

Diretoria

A Diretoria será composta de, no mínimo, 3 e, no máximo, 15 membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo designado um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente Executivo de Finanças Corporativo, um Diretor Vice-Presidente Executivo de Planejamento e Gestão e um Diretor de Relações com Investidores e os demais diretores sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração, autorizada a cumulação de mais de um cargo por qualquer Diretor, exceto a cumulação dos cargos de Presidente do Conselho de Administração e o Diretor Presidente da Companhia. O mandato da Diretoria é unificado e por 2 anos contados da eleição, sendo permitida a reeleição.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de um ano, sendo permitida a reeleição. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Para mais informações sobre descrições, competências e atribuições do conselho de administração, diretoria e conselho fiscal, vide estatuto social e respectivos regimentos internos, conforme o caso, disponíveis para consulta no site de relações com investidores da Companhia (<https://ri.grupovamos.com.br>).

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado.

A Companhia possui “Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria” que prevê para o Conselho de Administração uma composição com diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e de gênero para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança, enquanto que para a Diretoria Executiva é desejável profissionais que saibam combinar, de modo harmônico, o interesse da Companhia, dos acionistas, gestores e associados, bem como a responsabilidade social e ambiental da Companhia, pautados pela legalidade e pela ética. Também, a indicação para a Diretoria Executiva deve visar a formação de um grupo alinhado com os princípios e valores da Companhia tendo em vista a diversidade, inclusive de gênero, almejando sua ocupação por pessoas com competências complementares e habilidades para implementar as estratégias, enfrentar os desafios e atingir os objetivos da Companhia. A Política pode ser consultada no site: www.ri.grupovamos.com.br.

De maneira geral, a indicação de membros do Conselho de Administração, incluindo os membros independentes, e da Diretoria, deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado e demais pactos societários porventura existentes que tenham a Companhia como objeto:

- (i) Possuir alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia e suas políticas internas;
- (ii) Ter reputação ilibada, conforme estabelecido pelo artigo 147, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) Ter formação acadêmica, conhecimento e experiência profissional compatíveis com as suas atribuições, conforme descritas no Estatuto Social da Companhia;
- (iv) Não ter sido objeto de decisão irrecorrível que o suspendeu ou o inabilitou, por parte da CVM, que o tornou inelegível aos cargos de administrador de companhia aberta;
- (v) Não tenha sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos; e
- (vi) Esteja isento de conflito de interesse com a Companhia.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho de Administração realizará, ao menos uma vez por mandato, a avaliação formal do desempenho da efetividade do próprio Conselho, como órgão colegiado, dos Comitês e da Diretoria. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o Conselheiro, Presidente do Conselho ou Diretor Presidente, que estiver na função por, pelo menos, 9 meses do respectivo mandato.

O processo de avaliação foi estruturado levando em consideração as características/responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente e de cada um dos Comitês, buscando, assim, alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho, sendo facultativa a utilização de assessoria externa especializada. Para esta responsabilidade, o Presidente do Conselho de Administração conta com o apoio e assessoramento das áreas de Governança Corporativa e Recursos Humanos para operacionalizar todo o processo de avaliação.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Em relação à metodologia adotada, o processo da última avaliação realizada compreendeu as seguintes etapas: (a) aplicação de instrumentos, questionários, entrevistas individuais e de escuta para a coleta dos dados necessários; e (b) análise das respostas fornecidas para a produção do relatório e consequente apresentação ao Conselho de Administração.

Os principais critérios utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração e dos Comitês foram: (i) dinâmica do colegiado; (ii) alinhamento estratégico; (iii) alinhamento cultural; (iv) alinhamento com a gestão; (v) consciência digital; e (vi) assiduidade nas reuniões.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia realizou internamente o procedimento de avaliação da efetividade do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a “Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesses”, revista e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 9 de maio de 2026, os potenciais conflitos de interesse são aqueles nos quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da Companhia em matérias específicas.

Tendo em vista o potencial conflito de interesses nestas situações, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus acionistas, administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionadas, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia.

Nas situações em que as Transações com Partes Relacionadas necessitem de aprovação nos termos da referida Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e a da Política, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração.

Ademais, o Regimento Interno do Conselho de Administração prevê, ainda, que é dever de todo Conselheiro declarar, previamente à deliberação, que, por qualquer motivo, tem interesse particular ou conflitante com o da Companhia quanto à determinada matéria submetida à sua apreciação, abstendo-se de sua discussão e voto, em conformidade com o previsto na Lei das Sociedades por Ações.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.

A Política de Indicação da Companhia considera aspectos de diversidade relacionados à complementariedade de experiências, faixa etária e gênero.

A cada novo processo de indicação, são consideradas essas diretrizes, além de outros critérios, para garantir o atendimento às demandas organizacionais e refletir a pluralidade da sociedade, em consonância com o fortalecimento da governança e o desenvolvimento sustentável da Companhia, no entanto, sua Política ainda não aborda expressamente temas como orientação sexual, cor ou raça e inclusão de pessoa com deficiência.

A Companhia vem implementando ações concretas, que incluem programas de desenvolvimento de lideranças diversas e revisões nos critérios de seleção em diferentes níveis hierárquicos, que irão contribuir com a evolução dessa frente em linha com uma governança alinhada aos princípios ASG e objetivos do Grupo. A cada novo processo de indicação, são levadas em consideração diretrizes ASG e outros critérios como forma de assegurar o atendimento às demandas organizacionais e para que reflitam a pluralidade da sociedade e o compromisso da Companhia com temas relacionados à diversidade, ao fortalecimento da governança e do desenvolvimento de forma sustentável da Companhia.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A governança em sustentabilidade da Companhia tem instâncias formais, como os comitês de sustentabilidade na Companhia e nas controladas, além de grupos de trabalho e uma Academia Executiva de Sustentabilidade.

O Conselho de Administração, mais alto órgão de governança, tem olhar atento no acompanhamento do desempenho socioambiental e financeiro, sendo responsável pela validação de estratégia e alinhamento da visão do negócio.

O Comitê de Sustentabilidade possui caráter corporativo e está diretamente vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, ao qual reporta os resultados das ações realizadas e dos indicadores monitorados para uma atuação equilibrada entre as buscas por desempenho econômico e socioambiental. Nesse contexto, realiza análises de cenários de riscos e de oportunidades. É também responsável por zelar pelo cumprimento de obrigações, investimentos e projetos socioambientais. Para tanto, é liderado por um conselheiro e um membro independente e conta com a participação de diretores da Companhia, somando seis integrantes. Para garantir o compromisso com a sustentabilidade e aspectos ASG, compartilha experiências e projetos com os demais comitês de sustentabilidade das controladas.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Os diretores e demais colaboradores são orientados a considerar riscos e oportunidades associados ao meio ambiente e ao clima, a mitigação de impactos e a identificação de oportunidades de eficiência na operação e na cadeia de valor, com a proteção dos recursos naturais.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 9	2	7	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 9	0	9	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 9	0	9	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Comitê de Auditoria

A Companhia possui Comitê de Auditoria estatutário, que é órgão de assessoramento e reporte direto ao Conselho de Administração, com as atribuições e encargos estabelecidos na regulamentação em vigor e no seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração quanto à supervisão da qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes, o Comitê exerce suas funções em conformidade com as disposições do Estatuto Social, de seu regimento interno, e com as regulamentações da CVM e B3 aplicáveis, e suas deliberações são meramente opinativas, não vinculadas àquelas do Conselho de Administração. O comitê responde e reporta suas atividades ao Conselho de Administração, por intermédio do Coordenador do Comitê.

A íntegra do regimento interno do Comitê de Auditoria poderá ser acessada no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria “Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário”, e no site de relações com investidores da Companhia (<http://ri.grupovamos.com.br>), na aba “Governança Corporativa” e no ícone “Estatuto, Código, Políticas, Regimentos internos e Relato Anual”.

Comitê de Sustentabilidade

O Comitê de Sustentabilidade será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 anos. O Comitê de Sustentabilidade é um órgão não estatutário, responsável por assessorar o Conselho de Administração nas questões de sustentabilidade, formular recomendações sobre os objetivos de sustentabilidade e acompanhar as políticas, estratégias, ações e projetos que se relacionem ao desenvolvimento sustentável dos negócios da Companhia e de suas controladas.

O Comitê de Sustentabilidade possui regimento interno, o qual poderá ser consultado no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria “Regimento Interno de Comitês”, e no site de relações com investidores da Companhia (<http://ri.grupovamos.com.br>), na aba “Governança Corporativa” e no ícone “Estatuto, Código, Políticas, Regimentos internos e Relato Anual”.

Comitê Financeiro

O Comitê Financeiro é um órgão não estatutário, e será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 anos. Possui a competência de assessorar o Conselho de Administração da Companhia nas questões relacionadas às operações financeiras, incluindo captações e recomendar ações para aprimorar a gestão financeira e monitorar a implementação dessas medidas.

O Comitê Financeiro possui regimento interno, o qual poderá ser consultado no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria “Regimento Interno de Comitês”.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui política de contratação de serviços de extra-auditoria. O Conselho de Administração da Companhia seleciona o serviço de auditoria independente dentre as empresas com melhores reputação e experiência no mercado. Nos termos do Estatuto Social da Companhia, os resultados e apontamentos de risco da auditoria deverão ser reportados ao Conselho de Administração, adicionalmente, compete ao Comitê de Auditoria opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia possui um canal de denúncias como meio de comunicação disponibilizado para os colaboradores, terceiros, prestadores de serviços e clientes denunciarem ações, omissões, irregularidades, desconformidades, qualquer fato que contrarie a legislação e regulamentações vigentes e/ ou as normas e condutas descritas no Código de Conduta e demais políticas e normas internas da Companhia. Dentre esses temas, estão incluídos temas ligados a práticas ASG e de conformidade.

O resultado das investigações é reportado ao Comitê de Ética e Conformidade e ao Conselho de Administração e, cabe a esse órgão informar ao Conselho de Administração nos termos das suas atribuições, bem como eventuais riscos de alta criticidade identificados.

Nos casos de denúncias que envolvam diretores estatutários, membros dos Conselhos de Administração, Comitê de Auditoria e Comitê de Ética e Conformidade, esta é encaminhada diretamente aos membros do Conselho de Administração ou do Comitê de Auditoria (considerando critérios definidos na Matriz de Comunicação do Canal), exceto para a pessoa denunciada. O Conselho de Administração e/ou Comitê de Auditoria tem a prerrogativa de contratar empresas que apoiem neste processo e de conduzir a investigação de forma independente, bem como de aplicar as medidas que julgar necessárias a cada caso.

O canal poderá ser acessado 24 horas, 7 dias por semana, pelos seguintes meios:

- Ligar no nº 0800 726 7111; ou
- Registrar a denúncia através do endereço www.contatoseguro.com.br/grupovamos; ou
- Enviar um e-mail para: canaldedenuncia@grupovamos.com.br

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome	CHRISTIAN HAHN DA SILVA	CPF:	046.253.396-42	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	08/11/1981
Experiência Profissional:	Christian Hahn da Silva é graduado em Ciência Política (UEMG), especialização em gestão de negócios e marketing (UNIMONTES), Controladoria e Finanças (FG), MBA em Gestão de Concessionários (Fundação Dom Cabral). Atua há 15 anos no mercado de concessionárias de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Foi Diretor Executivo do Grupo Tracbel, por onde atuou 8 anos. O Sr. Christian Hahn da Silva foi admitido como Diretor Geral das concessionárias Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. em 2018 e como Diretor da Vamos em 2019. Em 2024 passou a integrar a Diretoria Executiva da Automob e em 2026 retornou à Vamos como Diretor Presidente da Companhia. O Sr. Christian não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.										

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/05/2026	20/05/2028	Diretor Presidente / Superintendente		27/05/2026		27/05/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome DENYS MARC FERREZ **CPF:** 009.018.327-40 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 20/07/1970

Experiência Profissional: Denys Marc Ferrez é graduado em administração de empresas e pós-graduado em corporate finance. Possui experiência como diretor de relações com investidores da Redecard (administradora de cartões de crédito), em 2008, tendo ainda atuado por 10 anos na tesouraria e relações com investidores da Aracruz (setor de celulose) e 5 anos na PricewaterhouseCoopers (empresa de auditoria independente). Foi admitido como diretor Administrativo e Financeiro da JSL S.A. em 2008 e em 2009 passou a cumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores. Atualmente é Vice-Presidente Executivo de Finanças Corporativas e Diretor de Relações com Investidores da Simpar e também ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração na Companhia e nas empresas JSL, Movida e Automob e compõe os respectivos Comitês Financeiros. O Sr. Denys não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2025	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2025	Sim	18/01/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome

FERNANDO ANTONIO
SIMÕES

CPF:

088.366.618-90

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis
são:

Empresário

Data de
Nascimento:

13/06/1967

Experiência Profissional:

Há 40 anos na Companhia, Fernando Antonio Simões é presidente da SIMPAR, holding de capital aberto (B3) que controla as empresas: Movida, JSL, Vamos, Automob, CS Brasil, CS Infra e banco BBC Digital. O empresário é também presidente do Conselho de Administração da JSL, Movida, Vamos e Automob e membro do Conselho de Administração da SIMPAR. Trabalhando na Companhia desde os 14 anos de idade, o empresário tem se dedicado ao desenvolvimento da Companhia fundada pelo seu pai, Julio Simões, em 1956. Entre as décadas de 1990 e 2000, compartilhando a gestão com o pai, Fernando liderou o processo de diversificação das operações e serviços logísticos e, na sequência, a abertura de capital da JSL, em 2010.Dando continuidade à essa transformação, o empresário estruturou a Companhia em unidades de negócios e, depois, em empresas independentes, vindo a liderar o processo de reorganização societária que simplificou a estrutura do grupo dentro de um modelo de gestão que tem a SIMPAR como holding e controladora das empresas com gestão e operação totalmente independentes e alinhadas pelo seu modelo de gestão. O Sr. Fernando não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2025	AGO 2027	Presidente do Conselho de Administração		28/04/2025	Sim	18/01/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome

JOSÉ GERALDO SANTANA FRANCO JUNIOR

CPF:

158.510.708-54

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Diretor Comercial

Data de Nascimento:

30/03/1975

Experiência Profissional:

José Geraldo Santana Franco Júnior, 43 anos, graduado em Engenharia Industrial Mecânica (Unimep), com especialização em Propaganda e Marketing (Universidade Toledo) e MBA em Gestão de Negócios (FIA SP). Atua há 15 anos no mercado de veículos comerciais pesados, máquinas e equipamentos, com especialidade no mercado de terceirização de frota e especificação de produtos com implementos e equipamentos. Foi Superintendente Comercial na Rodobens; Gerente Comercial Nacional na Klin Calçados Infantis Ltda., Gerente Comercial Nacional na Indústria Metalúrgica Natalaço e engenheiro na IBM Brasil. O Sr. José Geraldo Santana Franco Júnior é Diretor Comercial da Companhia desde maio de 2011. O Sr. José Geraldo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	20/05/2026	2 anos	Outros Diretores	N/A	20/05/2026		30/10/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome

JULIANA SÁ VIEIRA BAIARDI

CPF:

930.530.705-10

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Engenheira

Data de Nascimento:

14/02/1974

Experiência Profissional:

A Sra. Juliana Baiardi é graduada em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia e possui MBA pela Columbia Business School, em Nova York. A Sra. Juliana Baiardi trabalhou no Dresdner Bank no Brasil no setor de Project Finance de 1997 a 1999. Ela também trabalhou 10 anos no JP Morgan nas áreas de Investment Banking na América Latina e Private Equity. A Sra. Juliana Baiardi entrou no Grupo Novonor em agosto de 2011 e atuou como Diretora de Logística da OTP de agosto de 2011 a fevereiro de 2016, Diretora Financeira da Odebrecht Ambiental de fevereiro de 2016 a setembro de 2016, Diretora Presidente da Odebrecht Ambiental de setembro de 2016 a abril de 2017, Diretora Presidente da OTP de maio de 2017 a maio de 2019 e Diretora Presidente da Atvos de maio de 2019 a fevereiro de 2021. De abril de 2021 a junho de 2022, foi assessora do presidente da Novonor, e de junho de 2022 a outubro de 2023 foi Líder de Negócios-Participações da Novonor. Além disso, a Sra. Juliana é conselheira de administração da Braskem S.A. e foi vice-presidente do Conselho de Administração da Odebrecht Engenharia e Construção de outubro de 2019 até junho de 2022. A Sra. Juliana Baiardi ingressou no Grupo SIMPAR em 02/10/2024 e foi eleita Diretora Vice-Presidente Executiva de Planejamento e Gestão da Companhia em 07/11/2024. A Sra. Juliana Baiardi declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	05/12/2025	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		01/01/2026	Sim	01/01/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARCOS ALBERTO PEREIRA MOTTA **CPF:** 008.528.317-73 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 19/04/1971

Experiência Profissional: O Sr. Marcos é formado em engenharia de transportes pela UERJ (1995), mestre em Sistemas de Transportes pelo Instituto Militar de Engenharia – IME (1999), especialista em Desenvolvimento Econômico pela UFRJ (2004) e, atualmente, está cursando PhD em Planejamento de Transportes – área de Concentração Machine Learning no MIT Portugal/Universidade de Lisboa. Possui MBA em Finanças pela UFRJ/COPPEAD (2008), MBA Management pela IAG-PUC-Rio (2015) e realizou o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) – Fundação Dom Cabral (FDC)/2017. Atualmente, é Presidente do Conselho Fiscal da AES ELPA, membro titular do Conselho Fiscal da TUPY S.A. e membro suplente do Conselho Fiscal da JBS S.A. Ingressou no BNDES em 2003 como engenheiro, tendo posteriormente ocupado as posições de Assessor de Diretoria (2008 - 2012), Gerente de Comércio Exterior (2012 - 2018) e Engenheiro/Auditor (12/2021 - 12/2022) e, desde 2022, é assessor CD da Presidência. Anteriormente, trabalhou na Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro, tendo ingressado em 1994 como técnico de estradas (1994-1995) e ocupado as posições de Engenheiro (1996 - 1998), Chefe da Divisão de Engenharia de Controle de Tráfego (1999 - 2000), Gerente de Controle de Tráfego do Rio de Janeiro (2001 - 2002) e assessor da Presidência (2002 - 2003).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/08/2026	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		17/08/2026	Não	17/08/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome MARIA FERNANDA TEIXEIRA

CPF: 765.087.908-97

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administradora de Empresas

Data de Nascimento: 10/08/1952

Experiência Profissional:

Maria Fernanda Teixeira é bacharel em administração pela Universidade Metodista, com cursos de Executive leadership na INSEAD, "How to have efficient Boards & Board members" na Harvard Business School, Organizational Digital Transformation no MIT, Leadership at Global economy em Thunderbird, dentre outros. A Sra. Maria Fernanda trabalhou na General Motors do Brasil entre 1975 e 1985, onde liderou diversas áreas de tecnologia da informação. Entre 1985 e 2006 foi Vice-Presidente Comercial e Vice-Presidente de Operações para América Latina da EDS - Electronic Data Systems. Posteriormente, foi Presidente América Latina do ICT Group Corporation, entre 2007 e 2009, quando assumiu os cargos de Presidente First Data Brasil, Vice-Presidente Senior e Vice-Presidente de Operações da América Latina da First Data Corporation, onde trabalhou entre 2009 e 2015. A Sra. Maria Fernanda Teixeira teve uma carreira de mais de 30 anos em multinacionais chegando ao C-Level das maiores empresas de tecnologia e meios de pagamento do mundo. Foi premiada pela Forbes como a Mulher Executiva mais influente em Negócios e Tecnologia. É Conselheira de empresas como, Amcham, Claranet Technology, Raia Drogasil, Grupo Moura, Magazine Luiza, Simpar, Vamos, World Bank Council on Gender and Development, Inter-American Dialogue for Américas, Presidente do Conselho da Pérola, Co-fundadora e Conselheira do Grupo Mulheres do Brasil. A Sra. Maria Fernanda não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2025	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2025	Sim	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome

RENATO HORTA FRANKLIN

CPF:

043.417.436-00

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Administrador de Empresas

Data de Nascimento:

15/07/1980

Experiência Profissional:

Renato Horta Franklin é graduado em Administração de Empresas pela PUC Minas, e bacharel em Ciências Contábeis com ênfase em controladoria, com MBA em Finanças pelo IBMEC, Especialização em Gestão Estratégica de Pessoas pela FDC e INSEAD/França, e Liderança Executiva pelo IMD (Institute of Management Development)/Suíça. Trabalhou por mais de 10 anos na Vale S.A., empresa do setor de mineração, tendo ocupado as posições de Gerente Geral no período de 2010 a 2013, nas áreas de Finanças, Suprimentos e Planejamento Estratégico, e no período de 2013 a 2014 trabalhou como Líder da área de Suprimentos da Suzano Papel e Celulose, empresa do setor de papel e celulose. Atuou como Diretor Executivo na Movida Rent a Car de 2014 a 2015, e neste mesmo ano foi eleito como CEO da Movida. Em maio de 2023 foi eleito CEO da Via Varejo. Desde 2020, Sr. Renato também atua como Conselheiro Emerito na ONG Capitalismo Consciente Brasil. O critério utilizado na determinação de sua independência foi o previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. O Sr. Renato não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2025	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2025	Sim	28/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome

RODRIGO ARAUJO DE FARIA

CPF:

110.511.857-69

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Administrador de Empresas

Data de Nascimento:

13/12/1984

Experiência Profissional:

Bacharel em Administração Pública e de Empresas pela FGV/EBAPE e MBA em Finanças pela FIA, com passagem pela University of La Verne (EUA). Iniciou a carreira em 2008 na área de Relações com Investidores da TIM Participações, e posteriormente passou por Contax, Oi e CSU CardSystem. Entre 2011 e 2013, foi analista sell-side no Banco Fator, com cobertura dos setores de Educação, Telecomunicações, Mídia & Tecnologia, Serviços Financeiros e Transportes. Em 2018, assumiu a gerência de RI da Unidas/Locamerica e de 2020 a 2025 atuou como analista buy-side na SulAmérica Investimentos. Em 2025, ingressou na Vamos como Diretor Executivo de Relações com Investidores e em 2026 assumiu a posição de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Interino.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/08/2026	20/05/2028	Diretor de Relações com Investidores		18/08/2026		18/08/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome: ARIEL MARCELO DOCTOROVICH

CPF: 076.434.557-59

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administrador

Data de Nascimento: 09/09/1977

Experiência Profissional:

Graduado em Administração de Empresas pelo IBMEC, possui MBA em Finanças pela mesma instituição e MBA pela ESADE, na Espanha, com extensão na NYU Stern School of Business, em Nova York. Com mais de 25 anos de experiência profissional, integra o quadro do BNDES desde 2009, onde construiu carreira em diferentes áreas da instituição, incluindo as áreas Industrial, de Comércio Exterior e Financeira. De 2020 a 2023, inclusive, esteve cedido à CVM, onde atuou na Superintendência de Relações com Empresas. Atualmente, trabalha na Área de Mercado de Capitais, Investimentos e Participações (BNDESPAR). Antes de ingressar no BNDES, atuou em auditoria na Arthur Andersen e na área de planejamento financeiro da L'Oréal Brasil.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)		20/05/2028			17/06/2026	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: CELY DE CAMPOS MANTOVANI **CPF:** 034.618.888-18 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 10/10/1960

Experiência Profissional: A Sra. Cely DE CAMPOS MANTOVANI bacharelada e licenciada em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de SP, com pós-graduação em Gestão e Negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável pela INEPAD/UFMT. Iniciou sua carreira profissional no Banco Real, tendo posteriormente trabalhado na CAIXA ECONOMICA FEDERAL por 36 anos, onde atuou em diversas posições executivas, com destaque para Superintendente Regional nas regiões de São Paulo - Capital, Osasco e Municípios e Zona Leste e Municípios Alto Tiete. Posteriormente, assumiu funções executivas em diversas empresas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, dentre elas: - Diretora Presidente Emplasa, - Diretora Presidente CODASP, - Diretora Presidente CPOS (Cia Paulista de Obras e Serviços) - Diretora Administrativa e de Processos da DSP (Desenvolve São Paulo), - Diretora Administrativa e Financeira do MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação), - Diretora Administrativa e Financeira da ADESEMPA (Agencia São Paulo de Desenvolvimento). É certificada pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, com diversas especializações na área de governança corporativa. Atuou também como Conselheira de Administração titular nas empresas CODASP, EMPLASA e CPOS, Conselheira fiscal titular na DSP, COSESP e IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de SP (suplente). Atou ainda no Conselho Municipal de Habitação da Cidade de SP. Atualmente, atua como instrutora certificada em Programas de Capacitação para alta Administração através da Federação Nacional dos Gerentes da CAIXA. Em 31/05/2023 foi eleita membro do Comitê de Auditoria da Companhia. A Sra. Cely não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	31/05/2023	5 anos			31/05/2023	31/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

CHRISTIAN HAHN DA SILVA

CPF:

046.253.396-42

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Administra
dor de
Empresas

Data
de
Nas
cime
nto:

08/11/1981

Experiência Profissional:

Christian Hahn da Silva é graduado em Ciência Política (UEMG), especialização em gestão de negócios e marketing (UNIMONTES), Controladoria e Finanças (FG), MBA em Gestão de Concessionários (Fundação Dom Cabral). Atua há 15 anos no mercado de concessionárias de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Foi Diretor Executivo do Grupo Tracbel, por onde atuou 8 anos. O Sr. Christian Hahn da Silva foi admitido como Diretor Geral das concessionárias Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. em 2018 e como Diretor da Vamos em 2019. Em 2024 passou a integrar a Diretoria Executiva da Automob e em 2026 retornou à Vamos como Diretor Presidente da Companhia.

O Sr. Christian não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/05/2026	2 anos	Comitê de Sustentabilidade		27/05/2026	27/05/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: DENYS MARC FERREZ

CPF: 009.018.327-40

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administra
dor de
Empresas

**Data
de
Nas
cime
nto:** 20/07/1970

Experiência Profissional:

Denys Marc Ferrez é graduado em administração de empresas e pós-graduado em corporate finance. Possui experiência como diretor de relações com investidores da Redecard (administradora de cartões de crédito), em 2008, tendo ainda atuado por 10 anos na tesouraria e relações com investidores da Aracruz (setor de celulose) e 5 anos na PricewaterhouseCoopers (empresa de auditoria independente). Foi admitido como diretor Administrativo e Financeiro da JSL S.A. em 2008 e em 2009 passou a cumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores. Atualmente é Vice-Presidente Executivo de Finanças Corporativas e Diretor de Relações com Investidores da Simpar e também ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração na Companhia e nas empresas JSL, Movida e Automob e compõe os respectivos Comitês Financeiros. O Sr. Denys não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	20/05/2026	2 anos			20/05/2026	16/01/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

FABIO ALBUQUERQUE MARQUES VELLOSO

CPF:

040.916.268-07

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Engenheiro

Data de Nascimento:

12/06/1960

Experiência Profissional:

O Sr. Fabio Albuquerque Marques Velloso é graduado em engenharia elétrica e Pós-Graduado em Administração de Empresas. Possui especializações em Logística e em Fabricação de Celulose. Construiu sua carreira no setor de celulose e papel, tendo trabalhado por 11 anos na Cenibra (setor de celulose), por 12 anos na Aracruz (setor de celulose) e por 12 anos na Companhia. Atualmente atua como consultor na Companhia.

O Sr. Fabio Albuquerque Marques Velloso declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/05/2026	2 anos	Comitê de Ética e Conformidade		20/05/2026	24/05/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

FERNANDO ANTONIO
SIMÕES FILHO

CPF:

329.852.458-18

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Empresário

Data de Nascimento:

12/02/1987

Experiência Profissional:

O Sr. Fernando Simões Filho é Bacharel em direito pela UMC, Certificado em Ciências Holísticas e Economia para a Transição pela Schumacher College e Certificação Internacional em Negócios Sociais pela ESPM e Yunus Social Business, com MBA na Fundação Dom Cabral e com curso para Conselheiro de Administração pelo IBGC. Atuou por 10 anos na SIMPAR S.A. (ex - JSL S.A.), passando por áreas operacionais e corporativas. Atualmente é Sócio-Diretor na Bemtevi Investimento Social, membro do Conselho Consultivo da Black Jaguar Foundation, membro do Conselho Deliberativo do Sistema B Brasil e na SIMPAR S.A. é membro do Conselho de Administração e lidera os 5 Comitês de Sustentabilidade das empresas do Grupo.

O Sr. Fernando Antonio Simões Filho declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/05/2026	2 anos	Comitê de Sustentabilidade		20/05/2026	15/01/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

JULIANA SÁ VIEIRA
BAIARDI

CPF:

930.530.705-10

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Engenheira

Data de Nascimento:

14/02/1974

Experiência Profissional:

A Sra. Juliana Baiardi é graduada em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia e possui MBA pela Columbia Business School, em Nova York. A Sra. Juliana Baiardi trabalhou no Dresdner Bank no Brasil no setor de Project Finance de 1997 a 1999. Ela também trabalhou 10 anos no JP Morgan nas áreas de Investment Banking na América Latina e Private Equity. A Sra. Juliana Baiardi entrou no Grupo Novonor em agosto de 2011 e atuou como Diretora de Logística da OTP de agosto de 2011 a fevereiro de 2016, Diretora Financeira da Odebrecht Ambiental de fevereiro de 2016 a setembro de 2016, Diretora Presidente da Odebrecht Ambiental de setembro de 2016 a abril de 2017, Diretora Presidente da OTP de maio de 2017 a maio de 2019 e Diretora Presidente da Atvos de maio de 2019 a fevereiro de 2021. De abril de 2021 a junho de 2022, foi assessora do presidente da Novonor, e de junho de 2022 a outubro de 2023 foi Líder de Negócios-Participações da Novonor. Além disso, a Sra. Juliana é conselheira de administração da Braskem S.A. e foi vice-presidente do Conselho de Administração da Odebrecht Engenharia e Construção de outubro de 2019 até junho de 2022. A Sra. Juliana Baiardi ingressou no Grupo SIMPAR em 02/10/2024 e foi eleita Diretora Vice-Presidente Executiva de Planejamento e Gestão da Companhia em 07/11/2024. A Sra. Juliana Baiardi declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	20/05/2026	2 anos			20/05/2026	18/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome:

LEONARDO JOSÉ DA SILVA NEVES GONZAGA

CPF:

071.082.207-33

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Contador

Data de Nascimento:

25/02/1977

Experiência Profissional:

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, com MBA em Finanças Corporativas pelo IBMEC, Certificação CFG pela ANBIMA e Certificação de Conselheiro Fiscal pelo IBGC. Profissional com mais de 26 anos de experiência, ingressou em 2004 no BNDES, tendo ocupado função Executiva por cerca de 12 anos e 6 meses na Área de Controladoria da instituição. Há cerca de 8 anos e 6 meses, trabalha no acompanhamento de empresas investidas do Sistema BNDES (Área de Mercado de Capitais, Investimentos e Participações – AMC), tendo atuado por mais de 4 anos como membro de Comitê de Auditoria de várias empresas da carteira da BNDESPAR (Nortec Química S.A. e Biomm S.A.), inclusive no papel de Coordenador de Comitê. Foi Conselheiro Fiscal suplente em Energisa (2023/2024) e em Brasileira (2024), além de membro efetivo do Comitê de Finanças e Investimento da Tupy S.A. (2024/2025). Atualmente, encontra-se no terceiro mandato como Conselheiro Fiscal Suplente em Embraer (vigência até AGO 2027).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	17/06/2026	3 anos			17/06/2026	17/06/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

MARCO ANTONIO NAHUM

CPF:

264.770.928-91

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Desembargador Aposentado

Data de Nascimento:

13/12/1943

Experiência Profissional:

Marco Nahum é bacharel em direito e mestre em direito das Relações Sociais. Foi Juiz de Direito do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo e Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e, foi Professor de Direito Penal e Processual Penal. O Dr. Marco Nahum, foi membro do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM, gestão 2005/2006 e presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM, gestão 2003/2004. É autor de livro e artigos na área jurídica, além de palestrante em inúmeros Simpósios e Congressos.

O Sr. Marco Antonio Nahum declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/05/2026	2 anos	Comitê de Ética e Conformidade		20/05/2026	24/05/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: MARIA FERNANDA TEIXEIRA

CPF: 765.087.908-97

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administra
dora de
Empresas

**Data
de
Nas
cime
nto:** 10/08/1952

Experiência Profissional:

Maria Fernanda Teixeira é bacharel em administração pela Universidade Metodista, com cursos de Executive leadership na INSEAD, "How to have efficient Boards & Board members" na Harvard Business School, Organizational Digital Transformation no MIT, Leadership at Global economy em Thunderbird, dentre outros. A Sra. Maria Fernanda trabalhou na General Motors do Brasil entre 1975 e 1985, onde liderou diversas áreas de tecnologia da informação. Entre 1985 e 2006 foi Vice-Presidente Comercial e Vice-Presidente de Operações para América Latina da EDS - Electronic Data Systems. Posteriormente, foi Presidente América Latina do ICT Group Corporation, entre 2007 e 2009, quando assumiu os cargos de Presidente First Data Brasil, Vice-Presidente Senior e Vice-Presidente de Operações da América Latina da First Data Corporation, onde trabalhou entre 2009 e 2015. A Sra. Maria Fernanda Teixeira teve uma carreira de mais de 30 anos em multinacionais chegando ao C-Level das maiores empresas de tecnologia e meios de pagamento do mundo. Foi premiada pela Forbes como a Mulher Executiva mais influente em Negócios e Tecnologia. É Conselheira de empresas como, Amcham, Claranet Technology, Raia Drogasil, Grupo Moura, Magazine Luiza, Simpar, Vamos, World Bank Council on Gender and Development, Inter-American Dialogue for Américas, Presidente do Conselho da Pérola, Co-fundadora e Conselheira do Grupo Mulheres do Brasil. A Sra. Maria Fernanda não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	31/05/2023	5 anos			31/05/2023	31/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:RODRIGO ARAUJO DE FARIA

CPF:110.511.857-69

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Administra
dor de
Empresas

**Data
de
Nas
cime
nto:**13/12/1984

Experiência Profissional:

Bacharel em Administração Pública e de Empresas pela FGV/EBAPE e MBA em Finanças pela FIA, com passagem pela University of La Verne (EUA). Iniciou a carreira em 2008 na área de Relações com Investidores da TIM Participações, e posteriormente passou por Contax, Oi e CSU CardSystem. Entre 2011 e 2013, foi analista sell-side no Banco Fator, com cobertura dos setores de Educação, Telecomunicações, Mídia & Tecnologia, Serviços Financeiros e Transportes. Em 2018, assumiu a gerência de RI da Unidas/Locamerica e de 2020 a 2025 atuou como analista buy-side na SulAmérica Investimentos. Em 2025, ingressou na Vamos como Diretor Executivo de Relações com Investidores e em 2026 assumiu a posição de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Interino.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	18/08/2026	20/05/2028			07/08/2026	18/08/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome:

TARCILA REIS CORREA

CPF:

176.122.698-30

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Empresária

Data de Nascimento:

09/05/1974

Experiência Profissional:

Tarcila Reis Ursini é economista pela FEA/USP, advogada pela PUC/SP e mestre em Desenvolvimento e Direito pela Kings College, London, UK. Tarcila iniciou sua carreira como advogada, com experiências de trabalho no Brasil, Espanha e Inglaterra. Foi advogada associada ao Machado, Meyer, Sendancz e Opice na área societária e de M&A. Desde 2000 trabalha em estratégia, governança e inovação para a sustentabilidade, assessorando organizações dos mais diversos setores, portes e culturas. É Conselheira formada pelo IBGC, Conselheira independente de empresas, de negócios com impacto socioambiental e de organizações da sociedade civil, em organizações tais como Duratex AS, Banco Santander Brasil, Grupo Baumgart, JSL S.A. Movida Participações S.A. e Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. Foi membro do Conselho de Stakeholders Internacional da GRI (Global Reporting Initiative- Holanda), Conselheira suplente no ISE da B3. É membro da Comissão de Estudos de Inovação e da Comissão de Sustentabilidade do IBGC, membro da WCD - Women Corporate Directors (IFC/IBGC/KPMG) e é professora da pós graduação em gestão socioambiental da FIA. A Sra. Tarcila Reis Correa declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/05/2026	2 anos	Comitê de Sustentabilidade		20/05/2026	15/01/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

VINICIUS JOSÉ ZIVERI RALIO

CPF:

263.359.078-01

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Advogado

Data de Nascimento:

15/04/1978

Experiência Profissional:

O Sr. Vinícius José Zivieri Ralio é graduado em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes, Pós-Graduado em Direito Civil pela FMU e em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Ex-Professor Universitário. Desde 2008 é o responsável pelo Departamento Jurídico da Companhia.

O Sr. Vinicius José Ziveri Ralio declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/05/2026	2 anos	Comitê de Ética e Conformidade		20/05/2026	24/05/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
Administrador do emissor ou controlada				
FERNANDO ANTONIO SIMÕES	088.366.618-90	VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.	23.373.000/0001-32	
Presidente do Conselho de Administração; e membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Simpar S.A.	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
FERNANDO ANTONIO SIMÕES FILHO	329.852.458-18	SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Membro do Comitê Financeiro e de Sustentabilidade da Simpar S.A. e membro do Comitê de Sustentabilidade da Vamos.	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
N/A				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2023			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO ANTONIO SIMÕES	088.366.618-90	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20		
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Possui 52% das ações emitidas pela JSP Holding S.A., controladora direta da Simpar S.A.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO ANTONIO SIMÕES FILHO	329.852.458-18	Subordinação	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20		
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Comitê Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
DENYS MARC FERREZ	009.018.327-40	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração e Comitê Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20		
Diretor de Relações com Investidores e Comitê Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2024			
Administrador do Emissor			
FERNANDO ANTONIO SIMÕES	088.366.618-90	Subordinação	Controlador Direto
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20		
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Possui 52% das ações emitidas pela JSP Holding S.A., controladora direta da Simpar S.A.			
Administrador do Emissor			
DENYS MARC FERREZ	009.018.327-40	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração e Comitê Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20		
Diretor de Relações com Investidores e Comitê Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
FERNANDO ANTONIO SIMÕES FILHO	329.852.458-18	Subordinação	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20		
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Comitê Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2025			
<u>Administrador do Emissor</u>			
DENYS MARC FERREZ	009.018.327-40	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração e Comitê Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20		
Diretor de Relações com Investidores e Comitê Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO ANTONIO SIMÕES	088.366.618-90	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20		
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
JULIANA SÁ VIEIRA BAIARDI	930.530.705-10	Subordinação	Controlador Direto
Membro Independente do Conselho de Administração e Comitê Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20		
Diretora Vice-Presidente Executiva de Planejamento e Gestão	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA FERNANDA TEIXEIRA	765.087.908-97	Subordinação	Controlador Direto
Membro independente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIMPAR S.A.	07.415.333/0001-20		
Membro do Comitê de Auditoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Simpar S.A., controladora da Companhia, mantém duas apólices de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores primária e secundária (D&O), com vigência de 13/06/2025 a 13/06/2026, que abrangem também todas as suas controladas e seus respectivos administradores, incluindo a Companhia e os seus administradores. O D&O prevê o pagamento ou reembolso de despesas até o valor total máximo de USD 100.000.000,00.

A apólice de seguro contratada possui coberturas para processos ou procedimentos administrativos, arbitrais e/ou judiciais; processos judiciais ou arbitrais movidos pela própria Companhia ou por suas controladas ou subsidiárias contra seus respectivos administradores; e cobertura para processos judiciais movidos por um administrador contra outro administrador, também no valor total máximo de USD 100.000.000,00.

A apólice de seguro contratada não possui cobertura para pagamento de multas e penalidades impostas aos administradores. O valor do prêmio pago em relação ao D&O totaliza USD 265.586,14.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 Outras informações relevantes

Data da Assembleia	Matérias da Ordem do Dia	Quórum de Instalação	2ª Convocação
29/04/2026	AGO: Contas de 2025 e destinação do lucro. AGE: Remuneração, alteração e consolidação do Estatuto.	77,25%	Não
28/04/2025	AGO: Contas de 2024, destinação do lucro, eleição do Conselho. AGE: Remuneração, alteração e consolidação do Estatuto.	73,45%	Não
22/11/2024	AGE: (i) Inclusão do art. 43 (Comitê Independente), (ii) declaração de dividendos in natura (ações da Vamos Concessionárias), (iii) aprovação da cisão parcial e incorporação da parcela cindida pela Vamos Concessionárias, (iv) laudos de avaliação, (v) redução do capital social, (vi) alteração do art. 5º do Estatuto, (vii) consolidação e autorização para implementação.	78,24%	Não
25/04/2024	AGO: Contas de 2023, destinação do lucro. AGE: Remuneração, alteração e consolidação do Estatuto.	76,71% (AGO) / 76,73% (AGE)	Não
31/05/2023	AGE: Ratificação da aquisição da HM Comércio, cisão parcial e versão da parcela cindida, alteração do Estatuto.	78,85%	Não
28/04/2023	AGO: Contas de 2022, destinação do lucro, eleição do Conselho. AGE: Remuneração, alteração e consolidação do Estatuto.	86,5% (AGO) / 85,92% (AGE)	Não
28/04/2022	AGO: Contas de 2021, destinação do lucro. AGE: Remuneração, alteração e consolidação do Estatuto, incorporação da Borgato Serviços Agrícolas S.A., ratificação da empresa avaliadora e laudos.	83,64% (AGO) / 83,01% (AGE)	Não

Processo nº 0315594-41.2015.8.05.0001.	
a. juízo	7ª Vara da Fazenda Pública – Salvador.
b. instância	1ª Instância.
c. data de instauração	01/06/2015
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado da Bahia. Réu: JSL S.A., Fernando Antonio Simões, LM Transportes Serviços e Comercio Ltda. E outros.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.023.664,20 (quatro milhões, vinte e três mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos) Valor atribuído à causa pelo autor. Não é possível, nesta fase processual, aferir o valor do efetivo risco envolvido.

7.8 Outras informações relevantes

f. principais fatos	Trata-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado da Bahia ("MP") para discutir suposto ato de improbidade administrativa praticado pela Companhia e outras 27 pessoas, referente a um processo licitatório. O MP, em linhas gerais, alega a existência de uma organização de pessoas que agiram para fraudar diversas licitações relacionadas à Polícia Militar do Estado da Bahia, em benefício de empresas participantes. A Companhia foi mencionada em uma única licitação por ela vencida, referente a um contrato de venda de frota para a Polícia Militar do Estado da Bahia, com o fornecimento e manutenção, por 30 meses, de um total de 191 viaturas ("Contrato"). Alega-se, resumidamente, que esse processo licitatório teria sido fraudado de modo a favorecer a contratação da Companhia e, ainda, que funcionários da Companhia, teriam oferecido valores a outra pessoa, também acusada no processo, para que ele atuasse para agilizar o processo de pagamento pelo Estado da Bahia das várias parcelas vencidas e não pagas, uma vez que o Estado da Bahia não havia realizado desde o início da execução do Contrato qualquer um dos pagamentos nele previstos. A Companhia e o Sr. Fernando Antonio Simões apresentaram defesa prévia e rejeitaram todas as alegações e acusações apresentadas pelo MP, negando veementemente que tenham praticado qualquer conduta que possa ser considerada ilegal. Dentre outros aspectos, destacam-se: (i) a ação não especificou qual teria sido a conduta supostamente praticada pelo Sr. Fernando, incluído no processo por, na ocasião, ser Diretor Vice- presidente da Companhia; (ii) os elementos probatórios colhidos na investigação referem-se a fatos não relacionados à licitação e teriam ocorrido posteriormente ao encerramento do processo licitatório e da celebração do respectivo contrato administrativo; (iii) referidos elementos são nulos, em decorrência de violação às garantias individuais e aos procedimentos legais; (iv) não há como aceitar a alegação de que o edital da licitação teria sido dirigido à Companhia, visto que, em sua versão original, havia a exigência de que a empresa líder de eventuais consórcios licitantes tivesse obrigatoriamente sede no estado da Bahia (desde a sua constituição a Companhia é sediada no Estado de São Paulo); (v) tal exigência, manifestamente restritiva quanto à participação no certame, somente foi excluída do edital porque houve intervenção da Procuradoria Geral do Estado; (vi) a Companhia atendeu integralmente o objeto do contrato firmado com o Estado da Bahia no período de 16/01/2009 a 14/09/2010, o que incluiu o fornecimento da frota de veículos da polícia militar que foi pactuada (com a respectiva transferência da posse e propriedade ao Estado da Bahia) e a prestação de serviços de gestão e manutenção dessa frota, com fornecimento de mão de obra e de todos os itens necessários aos veículos (manutenção preventiva, corretiva e avarias), a despeito de o Estado da Bahia não ter honrado os devidos pagamentos. Além disso, importante registrar que (i) o valor do Contrato teve redução de 10% em referência à cotação inicial do objeto da licitação feita pelo órgão licitante; (ii) na época dos fatos, o valor do faturamento do Contrato representava 0,5% do faturamento da Companhia; e (iii) mais de 90% do faturamento da Companhia decorria de serviços prestados no setor privado. O processo está na fase inicial, aguardando a notificação de todos os réus para apresentação de defesa prévia.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não há decisões.
h. estágio do processo	O processo está na fase inicial, aguardando a notificação de todos os réus para apresentação de defesa prévia.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Trata-se de Ação Civil Pública envolvendo membro da administração, de forma que os possíveis impactos em caso de perda estão descritos no item "j" abaixo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa, suspensão/invalidação do contrato discutido, restrições ao exercício de atividades e/ou recebimento de benefícios junto ao Poder Público.

Processo nº 0015304-72.2013.8.26.0361.

a. Juízo	Vara da Fazenda Pública - Foro de Mogi das Cruzes.
b. Instância	2ª Instância.
c. Data de instauração	30/09/2013.
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo. Réu: Junji Abe; Fernando Antonio Simões; Antonio Alexandre Eroles e outros.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 3.000.000,00. (Valor atribuído à causa. Não é possível, nesta fase processual,

7.8 Outras informações relevantes

envolvidos	aferir o valor do efetivo risco envolvido).
f. Principais fatos	Trata -se de Ação Civil Pública que discute o contrato de concessão dos serviços de transporte público coletivo urbano de Mogi das Cruzes. O Ministério Público ("MP") ajuizou Ação de Responsabilidade Civil por Ato de Improbidade Administrativa com base em gravação de conversa mantida unicamente entre representantes da empresa Eroles, que na ocasião explorava os serviços de transporte público coletivo de Mogi das Cruzes a título de permissão, com o então prefeito municipal. Nesta conversa, supostamente teria sido prometido pagamento de quantia ao então prefeito em troca de favorecimento das empresas Júlio Simões Transportes e Serviços Ltda. (denominação anterior da JSL S.A.) e Mito na Concorrência Pública 05 -5/2003. O MP ajuizou ação em face desses interlocutores, dos membros da Comissão de Licitação, de outros servidores públicos municipais, da JSL S.A. e do seu então diretor Vice -Presidente, Sr. Fernando Antônio Simões, alegando direcionamento da licitação para as empresas Mito, pertencente à família Eroles, e JSL S.A. O pedido liminar para determinar a indisponibilidade de bens dos Requeridos foi indeferido pelo juiz, que, em síntese, fundamentou que (i) os integrantes da família Eroles apresentaram representação ao MP após a cassação do contrato de concessão dos serviços de transporte público da empresa Mito; (ii) "presume-se a raiva e o rancor de quem perde uma permissão para explorar um lucrativo ramo de serviço e vê o patrimônio ruir"; (iii) a conversa gravada é dos integrantes da família Eroles; e (iv) inexistem provas que envolvam a JSL S.A. O Sr. Fernando Antônio Simões e a JSL S.A. apresentaram defesa preliminar em que refutam veementemente as alegações do MP, sob diversos argumentos, incluindo os que fundamentaram a decisão de indeferimento da liminar, dentre os quais: (i) a ação está prescrita; (ii) a família Eroles explorava há 70 anos os serviços de transporte público coletivo de Mogi das Cruzes, mediante permissão, com monopólio e sem licitação; (iii) não houve promessa e/ou pagamento de qualquer valor pela JSL S.A. e seu representante legal para ser beneficiada na licitação; (iv) o processo licitatório – sabidamente complexo no transporte público coletivo – teve início em 1997, sofrendo várias intercorrências, e somente em 2003, seis anos depois (em 29/09/2003) é que foi expedido o edital definitivo, contemplando as exigências e recomendações feitas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; (v) a divisão do objeto da licitação em dois lotes estava prevista desde o ano de 1998, conforme sugestão da Comissão de Licitação, validada pelo Tribunal de Contas; (vi) a ação é baseada em declaração unilateral da família Eroles, em suposta conversa que não teve participação de qualquer pessoa vinculada à JSL S.A.; (vii) a delação feita pela família Eroles ocorreu após quatro dias da cassação pela Prefeitura Municipal, do contrato de concessão dos serviços de transporte público coletivo que a Mito detinha; (viii) o próprio delator, Alexandre Eroles, ao prestar depoimento no Inquérito Civil afirmou que não sabe se a JSL S.A. efetuou qualquer pagamento supostamente solicitado pelo ex -prefeito; (ix) a empresa Mito, que o MP alega ter sido constituída exclusivamente para participar da licitação, existe desde 1973; (x) o não atendimento da exigência de certificação ISO 9002, constante do edital da licitação, ao contrário do alegado pelo MP, não impedia a participação das empresas que não a dispunham; (xi) houve efetiva competição na licitação entre as cinco empresas participantes; e (xii) não há qualquer vício, nulidade ou incorreção no processo licitatório no que diz respeito à JSL S.A., conforme manifestação inclusive do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ao analisar o processo licitatório em questão. Após o recebimento da petição inicial, o Sr. Fernando Antonio Simões e a JSL S.A. apresentaram contestação refutando todas as alegações apresentadas pelo Ministério Público e requerendo a improcedência da ação. Em 19/05/2025 foi proferida sentença de extinção do processo por prescrição, com base na Lei 14.230/21. O Ministério Público interpôs recurso de apelação, o qual já foi julgado pelo E. Tribunal de Justiça, reformando a sentença para afastar a extinção do processo com base na prescrição interfases, determinando-se o prosseguimento do feito. A JSL S.A. e o Sr. Fernando Antonio Simões interpuuseram Embargos de Declaração, os quais aguardam julgamento.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 19/05/2025 foi proferida sentença de extinção do processo por prescrição, com base na Lei 14.230/21. O Ministério Público interpôs Recurso de Apelação, o qual já foi julgado pelo E. Tribunal de Justiça, reformando a sentença para afastar a extinção do processo com base na prescrição interfases, determinando-se o prosseguimento do feito.
h. Estágio do processo	O processo encontra-se em fase recursal, após prolação de sentença de extinção.
i. Chance de perda	Remoto.

7.8 Outras informações relevantes

j. Critério para relevância	A reputação da Companhia poderá ser negativamente afetada, o que pode gerar efeito material adverso sobre seus resultados e, eventualmente, na composição da administração.
k. Impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa, suspensão/invalidação dos contratos discutidos, restrições ao exercício de atividades e/ou recebimento de benefícios junto ao Poder Público.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 *Remuneração: descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos*

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política formalizada de remuneração dos executivos e conselheiros da Companhia e suas subsidiárias, aprovada por meio de reunião do Conselho de Administração realizada no dia 24 de janeiro de 2020 (“**Política de Remuneração**”).

A Política de Remuneração está disponível no seguinte link da rede mundial de computadores da Companhia: <http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/>.

A prática de remuneração da Companhia possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Determinada a remuneração global pela Assembleia Geral, o conselho de administração será responsável por deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio conselho de administração e da diretoria, bem como dos comitês de assessoramento. O conselho de administração se baseia nas faixas salariais da tabela salarial já definida em pesquisa, seguindo de acordo com o peso da posição que o executivo irá exercer dentro da Companhia. O conselho de administração reavalia anualmente os parâmetros da remuneração dos administradores para realizar as devidas adequações, caso necessário, com base em pesquisas de mercado.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A fixação da remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração em bases de mercado, considera a complexidade, sofisticação e desafios inerentes aos negócios da Companhia, respeitada a verba global anual para remuneração dos administradores aprovada pela Assembleia Geral. A remuneração dos administradores procura seguir os padrões de mercado

8.1 Política ou prática de remuneração

para profissionais com experiência semelhante em empresas dos setores em que a Companhia atua e coerente com seu tamanho e relevância no mercado, sendo reajustada com base nos padrões de remuneração de tais setores.

Adotamos estratégias de remuneração e benefícios que variam de acordo com a área de atuação e com parâmetros de mercado. Periodicamente, verificamos esses parâmetros por meio de:

- Participação em pesquisas realizadas em âmbito nacional, comparados às empresas de mesmo porte financeiro, a fim de comparar nossas práticas de remuneração com o mercado, buscando a equalização dentro da média de mercado; e
- Participação em fóruns especializados em remuneração e benefícios para conhecer as tendências do mercado no que tange às práticas atuais de remuneração e benefícios.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia no mínimo anualmente a adequação da Política de Remuneração e, principalmente, a atualização e/ou aplicabilidade da prática adotada.

(c) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Conselho de Administração: Os membros do Conselho de Administração recebem pró-labore fixo mensal e fazem jus ao reembolso de despesas com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável ou benefícios.

Diretoria: Os Diretores (estatutários e executivos) recebem pró-labore fixo mensal, remuneração variável (PLR), ajuda de custo para cobertura de despesas inerentes ao trabalho (como, por exemplo, deslocamento, viagens, moradia, entre outros), plano de opção de compra de ações, prêmios extraordinários pontuais por desempenhos diferenciados, bem como benefícios que incluem assistência médica, vale refeição, vale alimentação; checkup anual e seguro de vida.

Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal, quando instalado, receberá a remuneração prevista na legislação – isto é, a remuneração não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. O Conselho Fiscal da Companhia funciona em caráter não permanente, não estando instalado, sendo que sua remuneração será decidida em Assembleia Geral que deliberar por sua instalação.

Comitês: Os membros do Comitê de Auditoria e do Comitê ESG recebem pró-labore fixo mensal

8.1 Política ou prática de remuneração

e fazem jus ao reembolso de despesas com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto. Os membros do Comitê de Auditoria e do Comitê ESG não fazem jus a remuneração variável ou benefícios. Os membros dos demais Comitês não são remunerados.

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os administradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia.

Para o curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado, possibilitando, assim, a atração de talentos para a empresa, em condições competitivas com seus pares. Para o médio e longo prazo, a Companhia estuda reter profissionais qualificados por meio de remuneração variável baseada em performances individuais e da Companhia.

- **sua proporção na remuneração total nos três últimos exercícios sociais**

2025

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	49,27%	39,67%	11,06%	100%
Diretoria Executiva	66,74%	3,99%	29,27%	100%
Comitês	100%	0,00%	0,00%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

2024

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	57,11%	42,89%	0,00%	100%
Diretoria Executiva	82,45%	11,62%	5,94%	100%
Comitês	100%	0,00%	0,00%	100%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%

8.1 Política ou prática de remuneração

2023

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	41,53%	33,94%	24,53%	100,00%
Diretoria Executiva	72,34%	13,87%	13,80%	100%
Comitês	100%	0,00%	0,00%	100%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. A Assembleia Geral de Acionistas também é competente para aprovar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, nos termos do Artigo 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

O valor da remuneração da Diretoria é calculado de acordo com pesquisas de práticas de mercado realizadas em âmbito nacional e participação em fóruns especializados em remuneração e benefícios, conforme indicado acima, sendo que o valor da remuneração dos administradores pode ser reajustado anualmente mediante negociação entre a Companhia e o administrador.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Os principais indicadores de desempenho levados em consideração são a Receita Bruta, EBITDA, Lucro Líquido, ROIC, NPS, turn-over, entre outros.

Entre os indicadores de desempenho relacionados a questões ASG estão: Carbon Free, Percentual de aproveitamento da coleta de resíduos sólidos, acompanhamento para recertificação B.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

O modelo e a composição da remuneração têm o objetivo de refletir as responsabilidades dos cargos ocupados pelos administradores da Companhia, as práticas de mercado e seu nível de competitividade, de forma a atender as necessidades estratégicas da Companhia e atrair, reter e motivar profissionais, levando sempre em consideração a meritocracia.

8.1 Política ou prática de remuneração

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável, uma vez que todos os membros são remunerados.

(d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração suportada pelas controladores da Companhia estão detalhadas no item 8.19.

(e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na data deste Formulário, não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4		9,00
Nº de membros remunerados	5	4		9,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.716.000,00	4.391.280,00		6.107.280,00
Benefícios direto e indireto	0,00	126.720,00		126.720,00
Participações em comitês	168.000,00	0,00		168.000,00
Outros	0,00	1.140.000,00		1.140.000,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de ajuda de custo aos Diretores no exercício da função.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	3.425.470,00		3.425.470,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	15.052.976,41		15.052.976,41
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de prêmios extraordinários.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	979.553,59		979.553,59
Observação		Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	1.884.000,00	25.116.000,00		27.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4		9,00
Nº de membros remunerados	5	4		9,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.732.833,33	4.472.435,87		6.205.269,20
Benefícios direto e indireto	0,00	100.633,51		100.633,51
Participações em comitês	168.000,00	0,00		168.000,00
Outros	0,00	1.145.000,00		1.145.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de ajuda de custo aos Diretores no exercício da função.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	2.356.452,93		2.356.452,93
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	2.247.067,80		2.247.067,80
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de prêmios extraordinários.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.283.915,40		1.283.915,40
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	1.900.833,33	11.605.505,51		13.506.338,84

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4,08	1	10,08
Nº de membros remunerados	5	4,08	1	10,08
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.820.000,00	4.626.202,56	111.012,33	6.557.214,89
Benefícios direto e indireto	0,00	110.021,58	0,00	110.021,58
Participações em comitês	168.000,00	0,00	0,00	168.000,00
Outros	0,00	1.049.000,00	0,00	1.049.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de ajuda de custo aos Diretores no exercício da função.	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.038.720,00	0,00	2.038.720,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.306.805,39	0,00	2.306.805,39
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de prêmios extraordinários.	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.988.000,00	10.130.749,53	111.012,33	12.229.761,86

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,08	3,00	12,08
Nº de membros remunerados	5,00	4,08	3,00	12,08
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.684.000,00	4.311.322,86	317.491,50	6.312.814,36
Benefícios direto e indireto	0,00	119.185,33	0,00	119.185,33
Participações em comitês	160.000,00	0,00	0,00	160.000,00
Outros	0,00	800.800,00	0,00	800.800,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de ajuda de custo aos Diretores no exercício da função.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.795.900,00	0,00	2.795.900,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.479.044,92	0,00	1.479.044,92
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de prêmios extraordinários.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.089.311,36	0,00	3.089.311,36
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.844.000,00	12.595.564,47	317.491,50	14.757.055,97

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5	4		9,00
N° de membros remunerados	0	4		4,00
Esclarecimento	N/A			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00			0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.790.618,00		4.790.618,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3.421.870,00		3.421.870,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00			0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5	4		9,00
N° de membros remunerados	0	4		4,00
Esclarecimento	N/A			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.790.618,00		4.790.618,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3.421.870,00		3.421.870,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2.356.452,93		2.356.452,93

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5	4,08	1	10,08
N° de membros remunerados	0	4,08	0	4,08
Esclarecimento	N/A		N/A	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.481.638,00	0,00	4.481.638,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3.201.170,00	0,00	3.201.170,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2.038.720,00	0,00	2.038.720,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,08	3	12,08
Nº de membros remunerados	0,00	4,08	0,00	4,08
Esclarecimento	-		-	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.457.466,89	0,00	4.457.466,89
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3.183.904,92	0,00	3.183.904,92
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4- Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais

b. data de aprovação e órgão responsável

A Companhia possui 3 planos de remuneração baseada em ações, que serão detalhados a seguir. Os Planos conferem aos seus participantes a possibilidade de serem acionistas da Simpar, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Simpar e/ou a Companhia, conforme o caso. Além disso, considerando os prazos de “vesting” das opções, os Planos também contribuem para promover a retenção dos Beneficiários na Companhia e/ou nas sociedades sob seu controle, conforme o caso.

A Companhia possui uma política de valorização do mérito individual dos empregados, com base na obtenção de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. Os Planos constituem instrumentos incentivadores do bom desempenho individual e do comprometimento com metas empresariais.

Os Planos alinham os interesses de administradores, Companhia e acionistas por meio de benefícios de acordo com a performance das ações da Companhia. Por meio dos Planos, buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos nossos executivos e empregados, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo. Ademais, os Planos visam possibilitar a Companhia obter e manter os serviços de executivos de alto nível, oferecendo a tais executivos, como vantagem adicional, se tornarem acionistas da mesma, nos termos e condições previstos nos Planos.

Plano de Opção

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou, em 25 de fevereiro de 2019, o Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia para seus administradores, empregados, prestadores de serviços, bem como de outras sociedades sob o seu controle.

O Plano de Opção tem por objetivo: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Simpar; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle; e (c) possibilitar à Companhia, atrair e manter a ela vinculados administradores e empregados.

Em 31 de dezembro de 2024, não havia programas aprovados no âmbito do Plano de Opção e nem opções outorgadas.

Plano de Ações Restritas

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou, em 25 de fevereiro de 2019, o Plano de Ações Restritas e Matching que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações restritas e ações matching, na medida em que os Beneficiários designem uma parcela de seu bônus para recebimento de ações de emissão da Companhia.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O Plano de Ações Restritas tem por objetivo permitir que os Beneficiários recebam (i) Ações Restritas e, (ii) conforme aplicável, Ações Matching, na medida em que os Beneficiários, dentre outras condições, designem uma parcela de seu Bônus para recebimento de Ações Próprias.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

A Companhia tem um Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Vamos (“**ILP**”). Aprovado em Reunião do Conselho de Administração em 19 de outubro de 2021. São elegíveis para participar do ILP os administradores e empregados da Companhia, os administradores (ou equivalentes) e empregados de suas controladas. Os valores de ILP fixados para os participantes serão convertidos em “Ações Virtuais Restritas”, com base na cotação média (ponderada pelo volume de negociação) das ações SIMH3 entre os dias 01/12 do ano anterior à Data de Concessão e 31/01 da Data de Concessão, conforme item “j” abaixo (“**Data de Concessão**”).

O ILP tem por objetivo primordial manter na Companhia e nas empresas por ela controladas, direta ou indiretamente, e para elas atrair, pessoal altamente qualificado e alinhados com às estratégias e resultados da Companhia.

O ILP integra o elemento de remuneração de longo prazo da Companhia, uma vez que o prazo para o pagamento do incentivo apenas se dá em um horizonte de 4 anos. Além disso, os Participantes somente adquirirão o direito ao recebimento do ILP se satisfeitas determinadas condições resolutivas, as quais envolvem o atendimento de metas de performance do Participante e sua permanência como empregado ou administrador da Companhia.

Outro elemento que alinha o interesse de longo prazo é a vinculação do pagamento dos valores de ILP ao valor de mercado das ações da Companhia, uma vez que o montante do pagamento é obtido mediante a conversão das Ações Virtuais em moeda nacional (R\$) com base na cotação média (ponderada pelo volume de negociação) das ações SIMH3 entre os dias 10/03 e 10/04 do ano do prazo de exercício apontados no item “j” abaixo.

c. Número máximo de ações abrangidas

Plano de Opção e Plano de Ações Restritas

Podem ser outorgadas aos seus participantes, opções de compra de ações ou entregues Ações Restritas, Ações Próprias ou Ações Matching, de forma conjunta, sobre um número de ações que não exceda 5% do total das ações de emissão da Companhia.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Com relação ao ILP, não há efetiva entrega de ações da Companhia aos participantes.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Vide alínea “f” acima.

e. Condições de aquisição de ações

Plano de Opção

As opções poderão ser exercidas desde que atendidas as exigências e condições previstas no Plano de Opção e nos respectivos Contratos, e desde que respeitado o prazo mínimo de 12 meses a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano de Ações Restritas

As Ações Restritas serão entregues como pagamento de 35% do valor da remuneração variável auferida do beneficiário, líquido de tributos. O beneficiário poderá solicitar que uma parcela adicional da remuneração variável seja paga por meio da entregue de Ações Restritas (Ações Matching ou Ações Próprias).

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Não aplicável. Uma vez apurado, o valor devido aos executivos no âmbito do ILP é pago em espécie.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Opção

A opção poderá ser exercida conforme preço a ser determinado pelo nosso Conselho de Administração, respeitado o preço mínimo do valor patrimonial por ação da Companhia, com base no último balanço aprovado da Companhia.

Plano de Ações Restritas

O valor em reais da remuneração variável, líquido de tributos, auferida pelo beneficiário será dividido pela média da cotação das ações de emissão da Companhia ponderada pelo volume de negociação nos 30 pregões em que as ações tenham sido negociadas na B3 imediatamente anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às Ações Restritas, desconsiderando-se as frações.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Não aplicável.

g. Critérios para fixação do prazo de exercício

Plano de Opção

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opção somente poderão ser exercidas, total ou parcialmente após o prazo mínimo de 12 meses a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção.

Plano de Ações Restritas

Não há prazo de exercício.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Não há prazo de exercício. No entanto, o Participante terá o direito de receber o valor correspondente às Ações Virtuais Restritas nas proporções especificadas a seguir: (i) 25% em até 12 meses da concessão; (ii) 25% em até 24 meses da Concessão. (iii) 25% em até 36 meses da concessão; e (iv) 25% em até 48 meses da concessão. Por meio do escalonamento do recebimento do incentivo, a Companhia procura assegurar que os Participantes atuem com vistas à obtenção de resultados de médio e longo prazos para a Companhia.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

h. Forma de liquidação

Plano de Opção

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários em dinheiro, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração.

Plano de Ações Restrita

Líquides mediante entrega de Ações Restritas, Ações Matching ou Ações Próprias.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

O ILP será liquidado em dinheiro.

i. Restrições à transferência das ações

Plano de Opção

Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos dos Planos não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação integral do débito do Beneficiário para com a Companhia. Adicionalmente, observado o disposto nas condições previstas no Contrato, o Beneficiário se compromete, de forma irrevogável e irretroatável, a não vender, ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar a terceiros as Ações adquiridas em razão do exercício das Opções, sem antes oferecer as referidas Ações à Companhia.

Plano de Ações Restrita

O Conselho de Administração poderá estabelecer restrições à transferência das Ações Restritas, Ações Próprias e Ações Matching, bem como estabelecer direito de preferência, preço e condições para sua recompra, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos do titular tenham sido originados do Plano. Todas as transferências de ações restritas determinadas pelo Plano pressupõem à respectiva concordância dos Beneficiários.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Não aplicável.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano de Opção

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano de Opção.

Plano de Ações Restrita

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito de receber Ações Restritas, Ações Próprias e Ações Matching sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de Ações Restritas por parte dos Beneficiários.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Nas hipóteses de dissolução e liquidação da Companhia, o ILP e os direitos com base nele concedidos e ainda não auferidos serão automaticamente extintos.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de Opção

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, as opções não exercíveis caducarão automaticamente, enquanto as opções exercíveis poderão ser exercidas em prazos predeterminados conforme previsto no Contrato de Opção correspondente. No caso de desligamento por justa causa, as opções, sejam elas exercíveis ou não exercíveis, caducarão automaticamente, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao beneficiário ou a seus sucessores.

Plano de Ações Restrita

Na hipótese de desligamento de Beneficiário, este (i) fará jus ao recebimento das Ações Restritas e Ações Próprias cujo direito ao recebimento já seja aplicável mais que ainda não lhe tenham sido entregues, e (ii) não fará jus ao recebimento das Ações Matching que ainda não lhe tenham sido entregues.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Nas hipóteses de aposentadoria ou de desligamento do Participante por iniciativa própria ou da Companhia, bem como em razão de morte ou invalidez permanente, antes da data da liquidação do ILP, o Participante não fará jus a quaisquer pagamentos de ILP, ressalvada deliberação diversa do Conselho de Administração.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5	4,08		9,08
N° de membros remunerados	0	4,08		4,08
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A		0,00
Esclarecimento	N/A			----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	4,08	3,00	12,08
N° de membros remunerados	0,00	0	0	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	0,00%	N/A	0,00
Esclarecimento	N/A	N/A	Não houve remuneração	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 – Outorga de opções de compra de ações

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores nos últimos três exercícios sociais, bem como não há previsão de outorga para o exercício social corrente.

8.7 Opções em aberto

8.7 – Opções em aberto

Não havia opções de compra de ações em aberto no exercício social encerrado em 31/12/2025.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 – Opções exercidas

Não havia opções de compra de ações em aberto nos últimos três exercícios sociais e, portanto, não houve exercício.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 – Ações entregues

PREVISÃO 2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0	4,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,06%

2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	4,00
Nº de membros remunerados	0	4,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,04%

2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	4,08
Nº de membros remunerados	0	4,08
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,02%

2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	4,08
Nº de membros remunerados	0	4,08
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,02%

8.10 Outorga de ações

8.10 – Outorga de ações

PREVISÃO 2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,0	4,0
Nº de membros remunerados	0	4,0
Data de outorga	N/A	10/04/2026
Quantidade de ações outorgadas	N/A	345.059
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	10/04/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 3,63
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 1.250.847,47

2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	0	5,00
Data de outorga	N/A	11/04/2025
Quantidade de ações outorgadas	N/A	602.382
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	11/04/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 6,70
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 4.038.904,32

8.10 Outorga de ações

2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,08
Nº de membros remunerados	0	4,08
Data de outorga	N/A	25/04/2024
Quantidade de ações outorgadas	N/A	161.412
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	25/04/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 9,26
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 1.494.675,12

2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	4,08
Nº de membros remunerados	0	4,08
Data de outorga	N/A	25/04/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	269.016
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	25/04/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 12,28
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 3.303.511,36

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	5,00	4,00	
N° de membros remunerados	0,00	4,00	
N° de ações	0	743.659	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	4,50	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	4,85	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-260.280,65	
Esclarecimento	N/A		

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	5,00	4,08	1,00
N° de membros remunerados	0,00	4,08	0,00
N° de ações	0	201.042	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	25,63	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	6,15	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	3.916.298,16	0,00
Esclarecimento	N/A		N/A

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	5,00	4,08	3,00
N° de membros remunerados	0,00	4,08	0,00
N° de ações	0	269.016	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	12,28	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	13,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-193.691,52	0,00
Esclarecimento	N/A		N/A

8.12 Precificação das ações/opções

8.12– Precificação das ações/opções

(a) Metodologia de precificação:

Por ser um plano baseado em ações (*phantom shares*), o valor das ações é a média da cotação das ações da Vamos na B3, ponderada pelo volume de negociação entre os dias 01/12/2024 à 31/01/2025.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos e taxa de juros livre de risco:

Preço Médio Ponderado: os programas são calculados com base na média da cotação das ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação de 01/12/2024 à 31/01/2025.

Preço de Exercício das Ações: preço da ação calculado conforme acima.

Volatilidade esperada, prazo de vida, dividendos e taxa de juros livre de risco - conforme planilha abaixo:

Programa	Ano de outorga	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
01/2025	2025	1	4,88	6,26	36,7%	6,38%	2,22%	5 anos	30/04/2025 a 30/04/2026	30/04/2026
01/2025	2025	2	4,88	6,13	36,7%	7,25%	2,22%	5 anos	30/04/2025 a 30/04/2027	30/04/2027
01/2025	2025	3	4,88	5,99	36,7%	8,19%	2,22%	5 anos	30/04/2025 a 30/04/2028	30/04/2028
01/2025	2025	4	4,88	5,86	36,7%	8,89%	2,22%	5 anos	30/04/2025 a 30/04/2029	30/04/2029

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, dado que o modelo não permite o exercício antecipado sem autorização do nosso Conselho de Administração, e este será responsável por definir métodos e premissas para incorporar os efeitos esperados de eventual exercício antecipado.

(d) Forma de determinação da volatilidade

A volatilidade esperada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações da VAMOS na B3.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, todas as características já estão descritas acima.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 – Participações detidas por órgão

Sociedade	Conselho de Administração	%	Diretoria Estatutária ¹	%
SIMPAR S.A.	323.185.267	37,02%	0	0,00%
VAMOS	251.385.490	23,25%	30.028	0,00%
Vamos Seminovos S.A.	39.572.796	23,25%	4.727	0,00%

¹ De forma a evitar duplicidade, no caso de um administrador ser membro do conselho de administração e da diretoria estatutária, os valores correspondentes são indicados como conselho de administração.

8.14 Planos de previdência

8.14 – Planos de previdência

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer plano de previdência em vigor para os administradores da Companhia.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Nº de membros	4	4,08	4,08	5	5	5	3
Nº de membros remunerados	4	4,08	4,08	5	5	5	3
Valor da maior remuneraçãoReal	4.911.008,00	5.054.580,00	6.661.531,00	480.000,00	480.000,00	480.000,00	105.831,00
Valor da menor remuneraçãoReal	1.731.738,00	1.583.147,00	2.134.061,00	300.000,00	346.667,00	300.000,00	105.831,00
Valor médio da remuneraçãoReal	2.901.376,38	2.483.027,00	3.084.628,00	380.167,00	397.600,00	368.800,00	105.831,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.	
31/12/2024	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.	
31/12/2023	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.	
31/12/2024	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.	
31/12/2023	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 – Mecanismos de remuneração/indenização

Exceto pelos benefícios descritos no item 8.1 e do Seguro D&O detalhado no item 7.7, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estructure mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17– Percentual partes relacionadas na remuneração

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Previsão para exercício social corrente (31/12/2026)	25,48%	0,00%	0,00%
Exercício social encerrado em 31/12/2025	25,25%	0,00%	0,00%
Exercício encerrado em 31/12/2024	59,02%	0,00%	0,00%
Exercício encerrado em 31/12/2023	58,57%	0,00%	0,00%

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Exercício Social	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
2026		6.356.134,20		6.356.134,20
2025		6.356.134,20		6.356.134,20
2024		8.915.429,42		8.915.429,42
2023				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)**31/12/2026****Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	29.687.978,00	0,00	0,00	29.687.978,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	2.400.000,00	0,00	0,00	2.400.000,00

Especificação das demais Remunerações	Previsto 2026. Os administradores também ocupam cargos em outras sociedades do Grupo Simpar.

31/12/2025**Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	29.384.842,76	0,00	0,00	29.384.842,76
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	6.639.807,81	0,00	0,00	6.639.807,81

Especificação das demais Remunerações	Os administradores também ocupam cargos em outras sociedades do Grupo Simpar.

31/12/2024**Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	37.796.690,19	0,00	0,00	37.796.690,19
Controladas do emissor	0,00	0,00	2.016.083,01	2.016.083,01
Sociedades sob controle comum	2.000.000,00	76.411,06	0,00	2.076.411,06

Especificação das demais Remunerações	.

31/12/2023**Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	29.007.978,00	0,00	0,00	29.007.978,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	2.700.000,00	0,00	0,00	2.700.000,00

Especificação das demais Remunerações	.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 – Outras informações relevantes

Informações complementares ao Item 8.2.:

O valor total da remuneração dos administradores apresentação das Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras da Companhia compreendem os valores incluem encargos, além dos valores pagos à Diretoria Executiva e Comitês e, portanto, divergem dos valores informados no item 8.2. deste Formulário de Referência.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	002879		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
16/04/2025	01/01/2025		
Descrição dos serviços prestados			
Serviços relacionados à: (i) à auditoria independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Companhia") relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, preparada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB); (ii) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, relativas aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025 preparadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting , emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB; e; (iii) Serviços relacionados a auditoria para a emissão de relatórios de procedimentos previamente acordados.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O montante total da remuneração dos auditores independentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.626 mil (líquidos dos tributos), sendo (a) R\$ 757 mil (líquidos dos tributos), correspondente a honorários de auditoria e outros serviços em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, relativas aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025, conforme descritos nos itens (i) e (ii) acima; e (b) R\$ 869 mil (líquidos dos tributos) de serviços referentes à procedimentos previamente acordados ,conforme descrito no item (iii) acima.			
Justificativa da substituição			
Não aplicável			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável			

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A Companhia adota como procedimentos para garantir a independência na contratação de serviços de auditoria independente e quaisquer tipos de ameaças relacionadas, as seguintes diretrizes: (a) o auditor não deve possuir interesses próprios, de natureza financeira ou outras; (b) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (c) o auditor não deve defender ou promover os interesses de seu cliente; (d) o auditor não deve tornar-se solidário aos interesses de seu cliente devido a relacionamento de longo prazo ou próximo; (e) honorários compatíveis com o porte e complexidade (f) o auditor não será dissuadido de agir objetivamente em decorrência de pressões, incluindo a tentativa de exercício de influência indevida por seu cliente; e (g) o auditor não deve exercer funções relacionadas à administração da Companhia, ou que possam caracterizar a perda da sua objetividade e independência.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes neste item.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	67	248	0	0	0
Não-liderança	361	1.618	0	0	0
TOTAL = 2.294	428	1866	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	1	211	16	86	1	0	0
Não-liderança	13	835	231	885	11	4	0
TOTAL = 2.294	14	1046	247	971	12	4	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	27	247	41
Não-liderança	712	1.050	217
TOTAL = 2.294	739	1297	258

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	29	286	0
Não-liderança	67	1.912	0
TOTAL = 2.294	96	2198	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	6	11	271	23	4
Não-liderança	0	42	54	1.749	119	15
TOTAL = 2.294	0	48	65	2020	142	19

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	4	44	0	0	0
Centro-Oeste	5	60	0	0	0
Sudeste	394	1.626	0	0	0
Sul	22	120	0	0	0
Exterior	3	16	0	0	0
TOTAL = 2.294	428	1866	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	14	11	23	0	0	0
Centro-Oeste	0	29	7	29	0	0	0
Sudeste	13	903	224	864	12	4	0
Sul	1	95	5	41	0	0	0
Exterior	0	5	0	14	0	0	0
TOTAL = 2.294	14	1046	247	971	12	4	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	7	34	7
Centro-Oeste	30	30	5
Sudeste	657	1.130	233
Sul	36	95	11
Exterior	9	8	2
TOTAL = 2.294	739	1297	258

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 – Recursos humanos: descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações

(b) Número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Atividade	31/12/2025					
	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	Total
ADMINISTRATIVO	0	0	0	172	0	172
Total	0	0	0	172	0	172

(c) Índice de rotatividade

31/12/2025
3,37%

10.2 Alterações relevantes

10.2 – Alterações relevantes: comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Em 2025, houve um aumento de 0,13%, representando um acréscimo de 3 colaboradores em relação ao ano anterior.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 – Remuneração : descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

(a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia busca compensar adequadamente a competência e a responsabilidade dos profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. A estratégia dessa política, vinculada aos objetivos e estratégias organizacionais, visa (i) o alinhamento às melhores práticas de mercado, verificadas por meio de pesquisas periódicas considerando empresas de mesmo porte e atividades semelhantes, (ii) atrair e reter profissionais, e (iii) refletir as responsabilidades, atribuições e complexidade das funções ocupadas pelos funcionários. O salário dos empregados é calculado na forma da lei e com base nos acordos coletivos de sindicatos de classe com os quais mantém relacionamento e sua remuneração é composta por salário base e, dependendo do cargo, bônus, baseado em um múltiplo de 0 a no máximo 14 salários, que pode variar de acordo com as responsabilidades e a atividade desempenhada.

(b) Política de benefícios

A Companhia tem como política promover o bem-estar de seus empregados. Entre os benefícios oferecidos aos seus empregados estão: convênio com faculdades, convênio farmácia, subsídio parcial a plano odontológico e convênio médico, vale refeição, vale transporte e plano de participação nos lucros.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

Informações já prestadas no item 8.4.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
4.911.008,00	61.978,60	79,24
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 – Sindicatos: descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia acredita ter um bom relacionamento com seus empregados e com os sindicatos que os representam, de forma que não houve greves ou paralizações nos últimos 3 exercícios.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 10.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto a realização de transações com partes relacionadas

A “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse” (“Política de Partes Relacionadas”), aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 15 de janeiro de 2021, visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado (conforme definição da própria Política de Partes Relacionadas), prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

A Política de Partes Relacionadas define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

Toda e qualquer operação ou conjunto de operações cujo valor supere o menor dos seguintes valores: (i) R\$50.000.000,00 ou (ii) 1% do ativo total da Companhia (“Montante Relevante”) envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada, deverá ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos desta Política. O valor do ativo total deve ser apurado com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas pela Companhia.

O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Companhia tem como função descrita no seu Regimento Interno avaliar e monitorar juntamente com a administração e área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações.

A Assembleia Geral deverá, nos termos do artigo 122, inciso x, da Lei das Sociedades por Ações, aprovar a celebração de Transações com Partes Relacionadas que envolvam a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado.

As demais operações com Partes Relacionadas que envolverem montante inferior ao Montante Relevante deverão ser previamente aprovadas somente pela Diretoria da Companhia.

A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente pelo website da Companhia (<https://ri.grupovamos.com.br/>), bem como no website da CVM.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
JSL S.A.	01/11/2024	399.891.631,38	10.953.774,00	399.891.631,38	18/08/2021 a 22/12/2032	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de veículos desmobilizados. O montante constitui o valor total do contrato até o vencimento.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula contratual					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
JSL S.A.	31/12/2025	1.631.252,00	13.302.644,00	1.631.252,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Custo sobre serviço com frete, reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas, tais como folha de pagamento, aluguel e outros serviços tomados. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada um possui valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Custo sobre serviço com frete, reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas, tais como folha de pagamento, aluguel e outros serviços tomados					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Sinal Serv de Integ Indus	31/12/2025	30.850,00	30.387,00	30.850,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada um possui valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Quick Logística Ltda	31/12/2025	21.621,00	26.074,00	21.621,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Custos e despesas com mão de obra profissional para serviços de frete e reembolso de despesas diversos. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de transações entre partes relacioandas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fadel Transportes e Losgistica LTDA.	01/09/2025	114.359.197,37	4.318.704,00	114.359.197,37	01/09/2025 a 01/10/2030	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de veículos desmobilizados. O montante constitui o valor total do contrato até o vencimento.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula contratual					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Transportes Marvel Ltda.	01/04/2025	24.624.600,00	1.612.278,00	24.624.600,00	01/04/2025 a 31/03/2030	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de veículos desmobilizados. O montante constitui o valor total do contrato até o vencimento.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula contratual					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Original Veículos	31/12/2025	198.440,00	490.980,00	198.440,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Intermediação de vendas de ativos. Informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de transações entre partes relacioandas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Original Xangai	30/06/2024	16.404,00	5.333,00	16.404,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	A presente transação consiste na compra peças e serviços/manutenção da Original Xangai. Considerando que o serviço/venda possui valor variável, visto que cada serviço possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Custo com serviços e compra de peças e acessórios para manutenção de veículos.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Transportes Rodomeu	01/07/2024	28.373.102,35	1.178.238,00	28.373.102,35	01/07/2024 a 18/11/2031	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de veículos desmobilizados. O montante constitui o valor total do contrato até o vencimento.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula contratual					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fazenda São Judas	01/03/2023	52.296.886,12	2.449.689,00	52.296.886,12	01/03/2023 a 10/10/2030	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de veículos desmobilizados. O montante constitui o valor total do contrato até o vencimento.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula contratual					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Truckpad Tecnologia	31/12/2025	20.000,00	39.493,00	20.000,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas, tais como folha de pagamento, aluguel e outros serviços tomados. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados durante o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de transações entre partes relacionadas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Automob Participações	01/04/2024	0,00	1.833.227,00	0,00	01/04/2024 a 01/04/2029	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de veículos desmobilizados. O montante constitui o valor total do contrato até o vencimento.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula contratual					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vamos Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda.	31/12/2025	2.315.126,00	188.425,00	2.315.126,00	01/04/2024 a 01/04/2029	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada um possui valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula contratual					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Transrio Caminhões	09/07/2024	397.303,11	7.493.030,00	397.303,11	09/07/2024 a 08/07/2029	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de veículos desmobilizados. O montante constitui o valor total do contrato até o vencimento.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula contratual					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Transrio Caminhões	31/12/2025	19.291.540,00	24.750.867,00	19.291.540,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas, tais como folha de pagamento, aluguel e outros serviços tomados. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados durante o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de transações entre partes relacionadas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Tiete Veiculos	31/12/2025	3.978,00	27.113,00	3.978,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas, tais como folha de pagamento, aluguel e outros serviços tomados. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados durante o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de transações entre partes relacionadas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
DHL Distribuidora de Peças e Serviços	31/12/2025	10.040,00	0,00	10.040,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas, tais como folha de pagamento, aluguel e outros serviços tomados. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados durante o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de transações entre partes relacionadas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ciclus Ambiental	17/08/2018	436.616,02	0,00	436.616,02	17/08/2018 a 09/02/2027	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de veículos desmobilizados. O montante constitui o valor total do contrato até o vencimento.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula contratual					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ciclus Ambiental	31/12/2025	33.036,00	0,00	33.036,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas, tais como folha de pagamento, aluguel e outros serviços tomados. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados durante o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de transações entre partes relacionadas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BBC Pagamentos	31/12/2025	148.008.227,98	143.606.000,00	148.008.227,98	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Valor referente a contratos de cessão de direitos creditórios futuros decorrentes de contratos de locação de máquinas, veículos e equipamentos firmados com seus clientes. O montante constitui o valor total do contrato até o vencimento.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas cartão corporativo.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Transportes Rodomeu	31/12/2025	47.557,00	0,00	47.557,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas, tais como folha de pagamento, aluguel e outros serviços tomados. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados durante o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de transações entre partes relacionadas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Transportes Marvel Ltda.	31/12/2025	1.631.252,00	0,00	1.631.252,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas, tais como folha de pagamento, aluguel e outros serviços tomados. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados durante o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de transações entre partes relacionadas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fadel Transportes e Losgistica LTDA.	31/12/2025	9.163.359,00	0,00	9.163.359,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Compra e venda de veículos, máquinas e equipamentos. Informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Venda de ativos utilizados na prestação de serviço					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fadel Transportes e Losgistica LTDA.	31/12/2025	18.715.280,00	0,00	18.715.280,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Custo coma venda de veículos, máquinas e equipamentos. Informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Venda de ativos utilizados na prestação de serviço					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fadel Transportes e Losgistica LTDA.	31/12/2025	1.653.029,00	0,00	1.653.029,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas, tais como folha de pagamento, aluguel e outros serviços tomados. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, info					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de transações entre partes relacionadas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fadel Transportes e Losgistica LTDA.	31/12/2025	11.673.452,00	0,00	11.673.452,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Venda de peças e acessórios. Informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Venda de peças e acessórios					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fazenda São Judas	31/12/2025	58.000,00	0,00	58.000,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Venda de veículos, peças e acessórios. Informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Venda de ativos utilizados na prestação de serviço					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fazenda São Judas	31/12/2025	683.806,00	0,00	683.806,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Reembolsos de custos diversos transacionadas entre as empresas relacionadas, tais custos de multas e avarias. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido durante o ano de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de transações entre partes relacionadas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fazenda São Judas	31/12/2025	45.000,00	0,00	45.000,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Comissão e intermediação de vendas de ativos. Informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de transações entre partes relacionadas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IC Transportes Ltda	12/09/2023	23.198.753,93	1.059.364,00	23.198.753,93	12/09/2023 a 13/01/2028	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de veículos desmobilizados. O montante constitui o valor total do contrato até o vencimento.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula contratual					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IC Transportes Ltda	31/12/2025	354.118,00	0,00	354.118,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas, tais como folha de pagamento, aluguel e outros serviços tomados. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados durante o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de transações entre partes relacionadas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CS Brasil	31/12/2025	2.153.756,00	18.202,35	2.153.756,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas ou equipamentos. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada um possui valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CS Brasil	31/12/2025	1.344.003,00	0,00	1.344.003,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Intermediação de vendas de ativos. Informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Comissão sobre a intermediação na vendas de veículos e maquinas.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CS Brasil	31/12/2025	1.010.974,00	447.373,00	1.010.974,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas, tais como folha de pagamento, aluguel e outros serviços tomados. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados durante o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de transações entre partes relacionadas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CS Brasil Frotas Ltda.	02/08/2023	26.081.405,11	150.278,00	26.081.405,11	02/08/2023 a 26/03/2031	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de veículos desmobilizados. O montante constitui o valor total do contrato até o vencimento.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula contratual					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CS Brasil Frotas Ltda.	31/12/2025	1.019.374,00	292.035,00	1.019.374,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas, tais como folha de pagamento, aluguel e outros serviços tomados. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados durante o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de transações entre partes relacionadas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mogi Mob Transp Pass	31/12/2025	351.333,00	140,00	351.333,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas ou equipamentos. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada um possui valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mogi Mob Transp Pass	31/12/2025	4.610,00	2.974,00	4.610,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Custos com a compra de peças de manutenção. Informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Custo com a compra de peças para manutenção de veículos					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mogi Mob Transp Pass	31/12/2025	328.000,00	0,00	328.000,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Intermediação de vendas de ativos. Informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Comissão sobre a intermediação na vendas de veículos e maquinas.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vamos Máquinas	31/12/2025	2.283.011,00	155.502,00	2.283.011,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas ou equipamentos. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada um possui valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vamos Máquinas	31/12/2025	494.225,00	38.350,00	494.225,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Custo com manutenção de veículos. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada um possui valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Custo com serviços e compra de peças e acessórios para manutenção de veículos.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vamos Máquinas	31/12/2025	475.023,00	0,00	475.023,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Receita com a venda de ativoss utilizados na prestação de serviços. Informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Venda de ativos utilizados na prestação de serviço					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Automob Participações	31/12/2025	21.621,00	2.162.422,00	240.515,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas, tais como folha de pagamento, aluguel e outros serviços tomados. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados durante o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de transações entre partes relacionadas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vamos Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda.	31/12/2025	131.970,00	677.417,00	131.970,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Compra e Venda de veículos, peças e acessórios. Informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Custo com serviços e compra de peças e acessórios para manutenção de veículos.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
HM Com Man Empilhadeiras	31/12/2025	1.834.107,00	2.716.528,00	1.834.107,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos. O montante do negócio constitui o valor total do contrato até o vencimento em 2031 e o montante correspondente as transação ocorridos durante o ano de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
HM Com Man Empilhadeiras	31/12/2025	4.463.776,00	3.114.061,00	4.463.776,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	A presente transação consiste na compra peças e serviços/manutenção da HM Comércio. Considerando que o serviço/venda possui valor variável, visto que cada serviço possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Custo de contratação de serviços e compra de peças e acessórios.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Agrolog Transportadora	31/12/2025	1.365.269,00	165.420,00	1.365.269,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada um possui valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Transrio Caminhões	31/12/2025	654.575,00	0,00	654.575,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Venda de veículos, peças e acessórios. Informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Venda de peças e acessórios e ativos utilizados na prestação de serviço					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Transrio Caminhões	31/12/2025	745.960,00	0,00	745.960,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Compra e venda de veículos, máquinas e equipamentos. Informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Compra e venda de veículos desmobilizados					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ponto Veículos	31/12/2025	2.480.191,00	1.257.045,00	2.480.191,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Intermediação de vendas de ativos. Informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Comissão sobre a intermediação na vendas de veículos e maquinas.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ponto Veículos	31/12/2025	94.132,00	0,00	94.132,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	A presente transação consiste na compra peças e serviço. Considerando que o serviço/venda possui valor variável, visto que cada serviço possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Custo de contratação de serviços e compra de peças e acessórios.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Original Veículos	31/12/2025	91.558,00	14.353,39	91.558,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	A presente transação consiste na compra peças e serviço. Considerando que o serviço/venda possui valor variável, visto que cada serviço possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Custo de contratação de serviços e compra de peças e acessórios.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Original Tokyo	31/12/2025	4.170,00	0,00	4.170,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	A presente transação consiste na compra peças e serviço. Considerando que o serviço/venda possui valor variável, visto que cada serviço possui um valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Custo de contratação de serviços e compra de peças e acessórios.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Saga Provence	31/12/2025	180.127,00	90.063,00	180.127	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Intermediação de vendas de ativos. Informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Comissão sobre a intermediação na vendas de veículos e maquinas.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Maqmob	31/12/2025	913.500,00	130.073,00	913.500,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Intermediação de vendas de ativos. Informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Comissão sobre a intermediação na vendas de veículos e maquinas.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Maqmob	31/12/2025	44.453,00	0,00	44.453,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas, tais como folha de pagamento, aluguel e outros serviços tomados. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados durante o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de transações entre partes relacionadas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Maqmob	31/12/2025	50.302,00	35.176,00	50.302,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada um possui valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Movida Participações S.A	31/12/2025	4.919.562,00	967.033,00	4.919.562,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Custo com contratação de serviço de locação de veículos da empresa relacionada Movida Participações para locação e sublocação, respectivamente, aos clientes da Vamos e intermediação para remoção de veículos (Guincho). Como os serviços possuem valor variável, pois cada transação possui valor próprio/não há valor fixo, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Contratação de serviço de locação de veículos e intermediação de remoção veicular					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Movida Participações S.A	31/12/2025	332.946,00	0,00	332.946,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas diversas transacionadas entre as empresas relacionadas, tais como folha de pagamento, aluguel e outros serviços tomados. Considerando que não existe um valor fixo para pagamento ou recebimento de reembolsos entre as companhias, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados durante o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de transações entre partes relacionadas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Sat Rastreamento	31/12/2025	14.217.873,00	1.522.894,00	14.217.873,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Custo/Despesa na contratação de serviços de guincho para remoção de veículos da Vamos e rastreamento, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Custo com contratação de serviço de Guincho e rastreamento.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BBC Banco	31/12/2025	3.952.175,00	4.266.087,00	3.952.175,00	Indeterminado	4%
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Comissão e intermediação de vendas de ativos. Informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Comissão sobre a intermediação na vendas de veículos e maquinas.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BBC Banco	31/12/2025	1.876.891,00	451.668,00	1.876.891,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Compra e venda de veículos, máquinas e equipamentos. Informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Venda de Maquinário utilizado na prestação de serviço.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pronto Express Logistica SA	27/11/2023	1.043.069,00	40.381,00	1.043.069,00	27/11/2023 A 01/01/2027	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de veículos desmobilizados. O montante constitui o valor total do contrato até o vencimento.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula contratual					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
SIMPAR S.A.	05/08/2020	1.732.384,00	843.919,00	1.732.384,00	Indeterminado	1%
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Transação financeira vinculada à captação de recursos por meio de dívida, na qual a controladora Simpar atua como garantidora (fiadora) da obrigação assumida. Como os serviços possuem valor variável, pois cada transação possui valor próprio/não há valor fixo, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Garantia fidejussória (fiança)					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
SIMPAR S.A	05/08/2020	1.376.034,00	843.919,00	1.376.034,00	Indeterminado	
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	A transação consiste em reembolso de despesas aos gastos compartilhados da estrutura administrativa e BackOffice (controladoria, recursos humanos, auditoria interna, controles internos etc.) da Simpar. Como os serviços possuem valor variável, pois cada transação possui valor próprio/não há valor fixo, informamos como montante envolvido todos os valores movimentados no período findo em 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas, conforme previsto Contrato de Compartilhamento descrito no item 11.3 deste Formulário de Referência. Considerando que o serviço possui valor variável, visto que cada um possui valor próprio e que não há valor fixo da transação, informamos como montante envolvido os valores transacionados em 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ciclus Amazônia	22/03/2024	95.111.224,32	2.687.244,00	95.111.224,32	24/08/2024 a 24/08/2029	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de veículos desmobilizados. O montante constitui o valor total do contrato até o vencimento.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula contratual					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
JSL S.A.	06/01/2026	2.776.314,93	10.544.082,00	2.776.314,93	06/01/2026 a 09/01/2033	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de veículos desmobilizados. O montante constitui o valor total do contrato até o vencimento.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula contratual					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CS Brasil Frotas Ltda.	04/02/2026	149.430,05	909.500,00	14.943.005,00	04/02/2026 a 04/07/2029	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de veículos desmobilizados. O montante constitui o valor total do contrato até o vencimento.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula contratual					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CS Brasil	02/04/2026	16.762.666,67	1.023.074,00	16.762.666,67	02/4/2026 a 28/03/2031	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de veículos desmobilizados. O montante constitui o valor total do contrato até o vencimento.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula contratual					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fadel Transportes e Losgistica LTDA.	06/01/2026	1.370.800,00	4.402.664,00	1.370.800,00	06/01/2026 a 05/01/2031	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de veículos desmobilizados. O montante constitui o valor total do contrato até o vencimento.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula contratual					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fazenda São Judas	06/01/2026	1.845.100,00	2.073.775,00	1.845.100,00	06/01/2026 a 31/12/2031	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de veículos desmobilizados. O montante constitui o valor total do contrato até o vencimento.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula contratual					
Natureza e razão para a operação	Serviço de locação de caminhões, maquinários e equipamentos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 – Itens “n” e “o”

(n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

As transações com partes relacionadas apontadas no item 11.2 acima foram aprovadas pelos órgãos competentes, quando da sua celebração, nos termos da Política de Transação com Partes Relacionadas.

Ainda, a Companhia reforça que observa as práticas exigidas pela legislação com relação à conflito de interesse e seus administradores agiram no melhor interesse da Companhia quando tais transações foram contratadas.

(o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações descritas no item 11.2 são realizadas no âmbito do curso normal das operações da Companhia e podem ser divididas, essencialmente, em (i) compartilhamento de despesa, (ii) outras despesas diversas em razão de transações administrativas intragrupo, (iii) prestação de serviços/locação de veículos, máquinas e equipamentos, (iv) compra e venda de veículos, máquinas e equipamentos, (v) outras transações financeiras.

Abaixo apresentamos o caráter comutativo ou pagamento compensatório adequado de cada grupo de transação:

(i) Compartilhamento de despesas

A Companhia é parte de um Contrato de Compartilhamento de despesas que regula o compartilhamento de áreas estruturadas de atividades corporativas, bem como mão de obra especializada, infraestrutura, ferramentas, tecnologias e recursos atualizados, bem como os valores exatos que cada companhia do Grupo Simpar deve pagar em razão de tal compartilhamento.

Esse tipo de contrato é usual e benéfico para companhias do mesmo conglomerado econômico, na medida que reduz os custos e despesas administrativas para as entidades envolvidas.

O rateio é feito de forma proporcional à utilização da estrutura administrativa e operacional de cada companhia, considerando as companhias que participam do sistema de rateio, baseado em critérios objetivos de utilização e conforme orçamento projetado e realizado para cada exercício social.

Ainda, é apresentado um Relatório de Despesas detalhado, que deve ser confirmado pelas companhias do mesmo Grupo Econômico, e o pagamento do valor especificado deve ser realizado em 30 dias do recebimento do relatório.

Eventuais atrasos no reembolso das despesas comuns deverão ser efetuados com multa moratória de 2% e juros de 1% ao mês calculados de forma *pro-rata temporis*.

O Contrato de Compartilhamento de Despesas está descrito no item 11.3 deste Formulário de Referência.

(ii) Outras despesas

A Companhia recebe ou transfere, conforme o caso, os valores referentes aos serviços administrativos prestados ou despesas operacionais e administrativas incorridas por ela ou por outras companhias do mesmo Grupo Econômico.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

São despesas relacionadas a folha de pagamento, locação de carros e outros serviços tomados. No caso do aluguel de veículos, máquinas e equipamentos ou prestação de serviços, de modo a adotar em condições de mercado praticadas junto a companhias de porte e risco de crédito similar ao da contraparte relacionadas.

As condições de mercado são verificadas por meio de pesquisas de mercado realizadas periodicamente. Esse tipo de transação é usual e benéfica para companhias do mesmo conglomerado econômico, na medida que reduz os custos e despesas administrativas para as entidades envolvidas e garante a sinergia do Grupo Econômico.

(iii) Prestação de Serviços/Locação de Veículos, Máquinas e Equipamentos

A Companhia contrata serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos com partes relacionadas em condições de mercado praticadas por companhias de porte e risco de crédito similar ao da contraparte.

As condições de mercado são verificadas por meio de pesquisas de mercado realizadas periodicamente.

(iv) Venda de Veículos, Máquinas e Equipamentos

As vendas de veículos, máquinas e equipamentos entre partes relacionadas foram realizadas nos mesmos termos e condições de transações com terceiros não relacionados a Companhia, tendo sido seguidas as políticas de preços usualmente adotadas pela Companhia, incluindo, mas não se limitando, a consultas à tabela FIPE.

(v) Cessão de Crédito

A cessão de crédito é feita por meio da aquisição de determinados créditos junto ao banco BBC. As condições da aquisição, incluindo desconto do valor de face e forma de pagamento, refletem a conjuntura econômica vigente e as condições praticadas por outros bancos, à época da transação.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 – Outras informações relevantes transações com partes relacionadas

Acordo Comercial

A Companhia celebrou com o Grupo Simpar Acordo Comercial e Outras Avenças (“Acordo”) para regular os procedimentos relacionados à adesão das partes às compras de ativos negociadas pela outra parte junto a terceiros (“Fornecedor”), bem como a venda de ativos usados.

A parte que pretender realizar uma compra de ativos novos junto a determinado Fornecedor poderá, a seu exclusivo critério, notificar previamente a outra parte, que poderá aderir à compra, observadas as mesmas condições de compra para todas as partes.

Adicionalmente, as companhias poderão realizar as aquisições por meio de uma controlada, ou vice-versa, observadas as condições previstas no Acordo, ativos utilizados pela respectiva companhia em seu segmento de locação.

O preço mínimo de venda ou compra dos ativos objeto do Acordo deverá corresponder ao preço médio de mercado, praticado pela respectiva companhia nos 60 dias anteriores ao recebimento da Intenção de Venda ou, alternativamente, mediante referência de mercado, observada a Política de Transações com Partes Relacionadas.

As aquisições ou vendas de ativos estipuladas no Acordo poderão ser realizadas diretamente pela própria Simpar ou por meio de quaisquer de suas controladas.

O Acordo prevê ainda uma cláusula de não concorrência entre as partes, de acordo com a qual a companhia se obriga a não exercer atividades que tiverem como principal escopo a locação de caminhões, máquinas e equipamentos com adição de condutor, a locação de veículos ao setor público, com ou sem condutor, e, ainda, a locação de veículos leves de longo prazo (acima de doze meses) com adição de condutor e/ou que tenha oficinas e operações dedicadas e exclusivas.

O contrato terá prazo de vigência de 10 anos, podendo ser renovado automaticamente por iguais períodos sucessivos caso nenhuma das partes se manifeste em sentido contrário com trinta dias de antecedência ao término do Acordo.

Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa

A Companhia é parte de um Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa (“Contrato”) do Grupo Simpar para regular o compartilhamento de áreas estruturadas de atividades corporativas, bem como mão de obra especializada, infraestrutura, ferramentas, tecnologias e recursos atualizados (“Estrutura Administrativa”) para o atendimento e retaguarda de necessidades comuns relacionadas às atividades de ambas não consideradas atividades fim (“Atividades Compartilhadas”).

As Atividades Compartilhadas compreenderão atividades relacionadas às áreas administrativas, de gestão de ativos, controladoria, diretoria, jurídico, recursos humanos, serviços, suprimentos e tecnologia da informação, o qual poderá ser aditado de tempos em tempo para alterar o escopo das Atividades Compartilhadas ou os critérios de rateio dos custos.

O total de custos relacionados às Atividades Compartilhadas serão alocados às partes com base em custos reais e pro rata à utilização dos serviços por cada parte. Tais custos não deverão exceder, no agregado para cada uma das partes, o valor correspondente a 1% de

11.3 Outras informações relevantes

sua receita líquida, salvo mediante aprovação por maioria de votos dos membros independentes dos Conselhos de Administração da parte respectiva.

O Contrato possuirá prazo de vigência de cinco anos, podendo ser renovado automaticamente por iguais períodos sucessivos caso nenhuma das partes se manifeste em sentido contrário.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
15/05/2026		1.168.794.260,67
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
1.221.826.865	0	1.221.826.865

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
15/05/2026		1.168.794.260,67
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
1.221.826.865	0	1.221.826.865

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
15/05/2026		1.168.794.260,67
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
1.221.826.865	0	1.221.826.865

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
13/08/2021		0,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
2.778.173.135	0	2.778.173.135

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiados:

Não aplicável.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	4ª Emissão de Debêntures Simples, Não conversíveis em Ações, quirografária, em até três séries.
Data de emissão	15/10/2021
Data de vencimento	15/10/2031
Quantidade	2.000.000
Valor nominal global R\$	2.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	2.044.767.759,47
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o §1º do artigo 3º da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	i. Hipóteses de resgate: A Emissora poderá: (i) em relação às Debêntures da Primeira Série, a partir de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de outubro de 2026 (inclusive), e (ii) em relação às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série, a partir de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de outubro de 2027 (inclusive), resgatar a totalidade das Debêntures da respectiva Série, por meio de envio de comunicado à totalidade dos titulares das Debêntures da respectiva Série, com cópia para o Agente Fiduciário, ou de publicação de comunicado aos titulares das Debêntures da respectiva Série, nos termos da Cláusula 6.18 da Escritura de Emissão, com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do evento ("Resgate Antecipado Facultativo"), informando: (i) a data em que será realizado o Resgate Antecipado Facultativo, que deverá ser um Dia Útil e a qual série(s) ele se relaciona; (ii) a forma de cálculo do valor do Resgate Antecipado Facultativo; (iii) o percentual do prêmio a ser aplicado, que não poderá ser negativo; e (iv) qualquer outra informação relevante para os titulares das Debêntures da respectiva série. ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: Cálculo referente a cláusula 7 – resgate antecipado facultativo total, amortização extraordinária, oferta de resgate antecipado e aquisição facultativa: $\text{Prêmio} = \text{VR} \text{ (referente ao valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário)} \times 0,55\% \times (\text{d (quantidade de dias úteis)} / 252)$.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: O vencimento da 1ª Série ocorre em 15 de outubro de 2028, o vencimento da 2ª Série em 15 de outubro de 2031 e o vencimento da 3ª Série em 15 de outubro de 2031.

ii. Juros: Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures da Primeira Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, limitado a 2,40% (dois inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série" ou "Remuneração da Primeira Série"). A 2ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures da Segunda Série, desde a respectiva Data da Primeira Subscrição e Integralização ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive) até a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série em questão ou data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um eventual Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido), o que ocorrer primeiro ("Período de Capitalização da Segunda Série" e, em conjunto com o Período de Capitalização da Primeira Série, o "Período de Capitalização"). A 3ª Série. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série incidirão juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, limitados ao maior valor entre (a) 6,80% (seis inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (b) a taxa interna de retorno das Notas do Tesouro Nacional – Série B, com vencimento em 2030 ("NTN-B"), apurada de acordo com a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na Internet (<http://www.anbima.com.br>) na mesma data de realização do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo), acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (tal maior valor a "Remuneração das Debêntures da Terceira Série" ou "Remuneração da Terceira Série", quando referida em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série ou Remuneração da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série ou Remuneração da Segunda Série, a "Remuneração").

iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografário. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas na Escritura de Emissão, incluindo: o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.

Outras características relevantes

Seu saldo, conforme o caso, será amortizado em 3 parcelas, sendo a primeira parcela (33,3333%) paga em 15 de outubro de 2026, a segunda parcela (50,0000%) paga em 15 de outubro de 2027 e a terceira parcela (100,0000%) na data de vencimento. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou seu saldo será amortizado em 3 parcelas, sendo a primeira parcela (33,3333%) paga em 15 de outubro de 2029, a segunda parcela paga (50,0000%) em 15 de outubro de 2030 e a terceira parcela (100,0000%) paga na data de vencimento. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Série ou seu saldo será amortizado em 3 parcelas, sendo a primeira parcela (33,3333%) paga em 15 de outubro de 2029.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão de Debêntures simples (CRA V), não Conversíveis em Ações, quirografia, em até duas séri
Data de emissão	15/05/2022
Data de vencimento	15/05/2037
Quantidade	600.000
Valor nominal global R\$	600.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	553.840.385,92
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	i. Hipóteses de resgate: A Debenturista deverá notificar, por meio de publicação de aviso no jornal que publica suas informações, os Titulares de CRA, em até 5 (cinco) Dias Úteis previamente ao respectivo pagamento, informando: (i) a data em que o pagamento antecipado será realizado, (ii) o valor do pagamento antecipado, que deverá, em qualquer caso, equivaler ao Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração das Debêntures devida e não paga, calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e eventuais Encargos Moratórios (conforme abaixo definidos) devidos pela Companhia, incidentes até a respectiva data de apuração ("Valor de Resgate"), sem o pagamento de multas ou prêmios de qualquer natureza. ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: O resgate antecipado no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, o valor a ser pago à Debenturista será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures que tiverem aderido à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado acrescido (a) da Remuneração aplicável sobre as Debêntures que serão objeto de resgate antecipado, calculada pra rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido à Debenturista, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo; e (c) dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias referentes às Debêntures a serem resgatas, se houver.
Características dos valores mobiliários de dívida	i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: 15/05/2037. ii. Juros: O vencimento para a primeira série ocorrerá em 14 de maio de 2032, e, da segunda série o vencimento ocorrerá em 14 de maio de 2037. A remuneração é IPCA+6,5473% a.a. para o a primeira série, e, IPCA+6,9739% a.a. para a segunda série.iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografário. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas na Escritura de Emissão, incluindo: o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos). e EBITDA Adicionado/Despesa Financeira Líquida" maior ou igual a 2,0 (dois inteiros).vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	A 5ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries, com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido em 08 de abril de 2022. A quantidade emitida foi de 600.000 (seiscentas mil) debêntures, todas com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), perfazendo um montante de total de R\$ 600.000 mil. A Emissão insere-se no contexto de uma operação de securitização dos Direitos Creditórios do Agronegócio. A primeira série totaliza R\$ 303.642 mil, e, a segunda série totaliza R\$ 296.358 mil.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures simples, não Conversíveis em Ações, quirografária, em até duas séries.
Data de emissão	20/08/2019
Data de vencimento	20/08/2026
Quantidade	800.000
Valor nominal global R\$	800.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	174.219.157,38
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	O plano de distribuição pública seguirá o procedimento e os limites estabelecidos pela Instrução CVM 476. Para tanto, as Debêntures somente poderão ser negociadas em mercados regulamentados depois de decorridos 90 dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos investidores, e apenas poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos na ICVM 539/2013.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	i. Hipóteses de resgate: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, (i) a partir de 20 de agosto de 2022 as Debêntures da Primeira Série; e (ii) a partir de 20 de agosto de 2024 as Debêntures da Segunda Série. ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: O valor do resgate será o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização da (s) respectiva(s) Série(s) ou a Data de Pagamento de Remuneração da(s) respectiva(s) Série(s) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio de resgate correspondente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano.
Características dos valores mobiliários de dívida	i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: 20/08/2026. ii. Juros: As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread, a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em qualquer caso, limitada a 1,80% ao ano. As Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread, a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em qualquer caso, limitada a 2,25% ao ano. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografária. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas na Escritura de Emissão, incluindo: o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.
Outras características relevantes	Tal operação compreende a emissão de 800.000 debêntures, de valor nominal unitário de R\$1.000,00. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou seu saldo, conforme o caso, será amortizado em 2 parcelas, sendo a primeira parcela (50,0000%) paga em 20 de agosto de 2023 e a segunda parcela paga na data de vencimento. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou seu saldo será amortizado em 3 parcelas, sendo a primeira parcela (33,3333%) paga em 20 de agosto de 2024, a segunda parcela paga (50,0000%) em 20 de agosto de 2025 e a terceira parcela (100,0000%) paga na data de vencimento. A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério realizar a amortização extraordinária limitada a 98% do Valor Nominal Unitário. O valor a ser pago em relação às Debêntures objeto da Amortização Extraordinária será o percentual do Valor Nominal Unitário ou seu saldo, acrescido da respectiva Remuneração e de prêmio de resgate correspondente a 0,40%. A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da 1ªPrimeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, sendo vedada a oferta facultativa de resgate antecipado parcial das Debêntures da respectiva Série, endereçada a todos os Debenturistas da 1ª Série e/ou Debenturistas da 2ª Série, assegurada a igualdade de condições a todos os referidos Debenturistas.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão de Debêntures simples, não Conversíveis em Ações, quirografária, em até três séries.
Data de emissão	15/06/2021
Data de vencimento	15/06/2031
Quantidade	1.000.000
Valor nominal global R\$	1.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	943.548.479,12
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os coordenadores poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	i. Hipóteses de resgate: A Emissora poderá: (i) em relação às Debêntures da Primeira Série, a partir de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de junho de 2026 (inclusive), e (ii) em relação às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série, a partir de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de junho de 2027 (inclusive). ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: O valor do resgate será o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização da (s) respectiva(s) Série(s) ou a Data de Pagamento de Remuneração da(s) respectiva(s) Série(s) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio de resgate correspondente a 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: O vencimento da 1ª Série ocorre em 15 de junho de 2029, o vencimento da 2ª Série em 15 de junho de 2031 e o vencimento da 3ª Série em 15 de junho de 2031. ii. Juros: As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread, a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em qualquer caso, limitada a 2,40% ao ano. As Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread, a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em qualquer caso, limitada a 2,75% ao ano. As Debêntures da Terceira Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread, a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em qualquer caso, limitada a 2,25% ao ano. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografário. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas na Escritura de Emissão, incluindo: o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.
Outras características relevantes	O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou seu saldo, conforme o caso, será amortizado em 3 parcelas, sendo a primeira parcela (33,3333%) paga em 15 de junho de 2027, a segunda parcela (50,0000%) paga em 15 de junho de 2028 e a terceira parcela (100,0000%) na data de vencimento. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou seu saldo será amortizado em 3 parcelas, sendo a primeira parcela (33,3333%) paga em 15 de junho de 2029, a segunda parcela paga (50,0000%) em 15 de junho de 2030 e a terceira parcela (100,0000%) paga na data de vencimento. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série ou seu saldo será amortizado em 3 parcelas, sendo a primeira parcela (33,3333%) paga em 15 de junho de 2029, a segunda parcela paga (50,0000%) em 15 de junho de 2030 e a terceira parcela (100,0000%) paga na data de vencimento. As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	6ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária.
Data de emissão	15/01/2023
Data de vencimento	14/01/2030
Quantidade	937.500
Valor nominal global R\$	650.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	739.753.028,91
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures serão objeto de colocação privada.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate

- i. Hipóteses de resgate: A Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, em conjunto ou individualmente por série ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), devendo a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado proposta pela Emissora ser dirigida à Debenturista, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA.
- ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: Por ocasião da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, a Debenturista fará jus ao pagamento (a) com relação às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, do Valor Nominal Unitário, e (b) com relação às Debêntures da Terceira Série, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série, acrescido: (i) da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a respectiva primeira Data de Integralização ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, bem como, se for o caso, (ii) de prêmio de resgate, que, caso exista, não poderá ser negativo, e (iii) se for o caso, dos Encargos Moratórios devidos e não pagos, até a data do referido resgate.

Características dos valores mobiliários de dívida

- i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: As Debêntures da Primeira Série terão vencimento em 14 de janeiro de 2028 e As Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série terão vencimento em 14 de janeiro de 2030. ii. Juros: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread), a ser definida no Procedimento de Bookbuilding dos CRA, em qualquer caso, limitada a 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread), a ser definida no Procedimento de Bookbuilding, em qualquer caso, limitada a 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a determinado percentual, a ser definido do acordo com o Procedimento de Bookbuilding dos CRA, sendo tal percentual limitado ao que for maior entre: (i) o percentual correspondente à taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 2030, baseada na cotação indicativa do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de Bookbuilding dos CRA, divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>), acrescida exponencialmente de spread de 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 6,80% (seis inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografária. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas na Escritura de Emissão, incluindo: (i) operações de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia, observado que não será vencimento antecipado se a cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação por ações) cumprir os requisitos estipulados na Escritura de Emissão; e (ii) o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos), sendo que o Índice Financeiro a ser mantido pela Companhia será alterado automaticamente para 4x (quatro inteiros), a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

- Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	1ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial
Data de emissão	03/12/2021
Data de vencimento	03/12/2028
Quantidade	140
Valor nominal global R\$	500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	506.625.580,81
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Promissórias somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados, desde que decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 (“Período de Restrição”), e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º, parágrafo 1º da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	i. Hipóteses de resgate: A Emissora poderá, mediante deliberação pelos órgãos competentes, realizar oferta de resgate antecipado das Notas Promissórias endereçada a todos os titulares de Notas Promissórias, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares de Notas Promissórias igualdade de condições para aceitar a oferta de resgate antecipado das Notas Promissórias de sua titularidade. O resgate antecipado poderá ser realizado a partir do 5º (quinto) ano contado da Data de Emissão, mediante prêmio de pré-pagamento de 0,55% ao ano, multiplicado pelo prazo remanescente. ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: Resgate antecipado facultativo total, amortização extraordinária, oferta de resgate antecipado e aquisição facultativa: Prêmio = VR (referente ao valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário) x 0,55% x (d (quantidade de dias úteis)/252).

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: 1ª Série - A 1ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 30.966.955,60 e vencimento em 03/06/2022. 2ª Série - A 2ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 32.989.910,50 e vencimento em 03/12/2022. 3ª Série - A 3ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 29.344.195,00 e vencimento em 03/06/2023. 4ª Série - A 4ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 25.887.214,60 e vencimento em 03/12/2023. 5ª Série - A 5ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 23.901.065,70 e vencimento em 03/06/2024. 6ª Série - A 6ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 23.962.591,80 e vencimento em 03/12/2024. 7ª Série - A 7ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 21.189.269,80 e vencimento em 03/06/2025. 8ª Série - A 8ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 20.931.145,10 e vencimento em 03/12/2025. 9ª Série - A 9ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 18.508.669,00 e vencimento em 03/06/2026. 10ª Série - A 10ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 102.689.956,90 e vencimento em 03/12/2026. 11ª Série - A 11ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 10.827.563,00 e vencimento em 03/06/2027. 12ª Série - A 12ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 84.632.787,90 e vencimento em 03/12/2027. 13ª Série - A 13ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 4.864.412,00 e vencimento em 03/06/2028. 14ª Série - A 14ª Série da Emissão de Nota Promissória Comercial teve o valor total de R\$ 69.304.263,10 e vencimento em 03/12/2028. ii. Juros: 1ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 2ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 3ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 4ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 5ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 6ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 7ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 8ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 9ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 10ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 11ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 12ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 13ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. 14ª Série - juros remuneratórios correspondentes à 100% da Taxa DI + 2,40% a.a. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: N/A. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas na Escritura de Emissão, incluindo: o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

A eventual alteração de direitos assegurados por tal valor mobiliário só pode ser realizada mediante aprovação dos titulares de Notas Promissórias por meio de votação em Assembleia de Titulares de Notas Promissórias, conforme condições previstas na Cártula.

Outras características relevantes

Não há outras características relevantes.

Valor mobiliário

Debêntures

Identificação do valor mobiliário

7ª Emissão de Debêntures simples,não Conversíveis em Ações, da espécie quirografária,em série única.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de emissão	15/06/2023
Data de vencimento	15/06/2028
Quantidade	250.000
Valor nominal global R\$	250.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	249.779.117,76
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures serão objeto de distribuição pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM nº 30.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	i. Hipóteses de resgate: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não o resgate das Debêntures por eles detidas. ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou da Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, e demais encargos devidos e não pagos até a data do regate decorrente da Oferta de Resgate Antecipado e, se for o caso, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.
Características dos valores mobiliários de dívida	i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: 15/06/2028. ii. Juros: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) equivalente a 2,1700% (dois inteiros e dezessete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografária. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas na Escritura de Emissão, incluindo: (i) operações de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia, observado que não será vencimento antecipado se a cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação por ações) cumprir os requisitos estipulados na Escritura de Emissão; e (ii) o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Consolidado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos), sendo que o Índice Financeiro a ser mantido pela Companhia será alterado automaticamente para 4x (quatro inteiros), a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.
Valor mobiliário	Nota Comercial

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Nota Promissória Comercial
Data de emissão	21/06/2023
Data de vencimento	21/06/2028
Quantidade	750.000
Valor nominal global R\$	750.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	742.289.182,35
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos do artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160, a negociação das Notas Comerciais no mercado secundário (i) a Investidores Profissionais poderá ocorrer sem prazo de restrição a partir da data de encerramento da Oferta por meio da divulgação do anúncio de encerramento da Oferta, nos termos do “Anexo M” referido no artigo 76 da Resolução CVM 160 (“Anúncio de Encerramento da Oferta”); (ii) a investidores qualificados, conforme definido no artigo 12 da Resolução CVM 30 (“Investidores Qualificados”), somente poderá ocorrer após decorridos 6 (seis) meses da data de divulgação do Anúncio de Encerramento da Oferta; e (iii) ao público investidor em geral somente poderá ocorrer após decorrido 1 (um) ano contado da data de divulgação do Anúncio de Encerramento da Oferta, observada a Data de Vencimento.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	i. Hipóteses de resgate: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Notas Comerciais, endereçada a todos os Titulares das Notas Comerciais, sendo assegurado a todos os Titulares das Notas Comerciais igualdade de condições para aceitar o resgate das Notas Comerciais por eles detidas. ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: O valor a ser pago aos Titulares das Notas Comerciais será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais a serem resgatadas, acrescido (ii) da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Notas Comerciais objeto da Oferta de Resgate Antecipado, e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado e (iii) se for o caso, aplicando-se sobre o valor total dos itens (i) e (ii) acima um prêmio informado pela Emitente na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: 21/06/2028. ii. Juros: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) de 2,85% (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: N/A. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As Notas Comerciais estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas no Termo de Emissão, incluindo: (i) operações de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia, observado que não será vencimento antecipado se a cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) cumprir com qualquer dos requisitos do Termo de Emissão; e (ii) o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita no Termo de Emissão: “Dívida Financeira Líquida/EBITDA Consolidado” menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos), até que haja instrumentos relacionados aos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emitente que compõem a sua Dívida Financeira Líquida e nos quais a Emitente tenha assumido a obrigação da manutenção do Índice Financeiro igual ou inferior a 3,75x (três inteiros e setenta e cinco centésimos), sendo que o Índice Financeiro será alterado automaticamente para 4x (quatro inteiros) a partir do momento que não haja mais Instrumentos com Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros), conforme declaração prestada pela Emitente, ao Agente Fiduciário, mediante solicitação deste. vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

A eventual alteração de direitos assegurados por tal valor mobiliário só pode ser realizada mediante aprovação dos titulares de Notas Comerciais por meio de votação em Assembleia de Titulares de Notas Comerciais, conforme condições previstas no Termo de Emissão.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	8ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária
Data de emissão	16/11/2023
Data de vencimento	14/11/2033
Quantidade	700.000
Valor nominal global R\$	700.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	699.716.123,01
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A oferta facultativa de resgate antecipado proposta pela emissora deverá ser dirigida à debenturista, com cópia para o agente fiduciário dos CRA. A comunicação deverá descrever a data efetiva para o resgate objeto que coincidirá com o pagamento do valor da oferta facultativa de resgate antecipado. Por ocasião da oferta facultativa de resgate antecipado, a debenturista fará jus ao pagamento do valor nominal unitário para a primeira e segunda série, e, com relação às debêntures da terceira série, o valor nominal unitário atualizado será acrescido da remuneração respectiva, calculada pro rata temporis, dede a respectiva primeira data de integralização ou a respectiva data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate objeto da oferta facultativa de resgate antecipado, bem como, se for o caso, de prêmio de resgate, caso exista, não poderá ser negativo, e for o caso, dos encargos moratórios devidos e não pagos, até a data do referido resgate.
Características dos valores mobiliários de dívida	ii. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série terão o vencimento em 15/11/2023 e a Debêntures da Terceira Série terá o vencimento em 15/11/2033. ii. Juros: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 12,05% (doze inteiros e cinco centessimo por cento) prefixado, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Sobre o Valor Nominal Unitário da Debêntures da Segunda Série , incidirão juros remuneratórios correspondentes a 6,5494% (seis inteiros e quinquagessimo quarto centessimo por cento) + IPCA, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias uteis. Sobre o Valor Nominal Unitário da Debêntures da Terceira Série , incidirão juros remuneratórios correspondentes a 6,8453% (seis inteiros e octagêssimo quarto centessimo por cento) + IPCA, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias uteis. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografária. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas na Escritura de Emissão, incluindo: (i) operações de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia, observado que não será vencimento antecipado se a cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação por ações) cumprir os requisitos estipulados na Escritura de Emissão; e (ii) o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos), sendo que o Índice Financeiro a ser mantido pela Companhia será alterado automaticamente para 4x (quatro inteiros), a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.
Outras características relevantes	O Índice Financeiro a ser mantido pela Emissora deverá ser igual ou inferior a 3,75x (três inteiros e setenta e cinco centésimos); e O Índice Financeiro a ser mantido pela Emissora será alterado automaticamente para 4x (quatro inteiros), a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros).

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	9ª Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Espécie Quirografária
Data de emissão	20/12/2023
Data de vencimento	20/12/2028
Quantidade	550.000

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor nominal global R\$	550.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	549.466.279,59
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, em rito automático de registro de distribuição, foram objeto de distribuição pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 30 ("Investidores Profissionais"), estando, portanto, sujeita ao rito automático de registro de distribuição de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos termos do artigo 26, inciso V, item "a", e do artigo 27 da Resolução CVM 160, e do artigo 19 da Lei de Valores Mobiliários.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 30º (trigésimo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 20 de junho de 2026, inclusive, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada de forma pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, mais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total e de prêmio equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, calculada de forma pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total").
Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: 15/12/2028. ii. Juros: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) equivalente a 2,35% (dois inteiros e trigessimo quinto centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografária. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas na Escritura de Emissão, incluindo: (i) operações de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia, observado que não será vencimento antecipado se a cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação por ações) cumprir os requisitos estipulados na Escritura de Emissão; e (ii) o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Consolidado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos), sendo que o Índice Financeiro a ser mantido pela Companhia será alterado automaticamente para 4x (quatro inteiros), a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	a. o Índice Financeiro a ser mantido pela Emissora deverá ser igual ou inferior a 3,75x (três inteiros e setenta e cinco centésimos); e b. o Índice Financeiro a ser mantido pela Emissora será alterado automaticamente para 4x (quatro inteiros), a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros).
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	10ª Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Espécie Quirografária
Data de emissão	21/02/2024
Data de vencimento	21/02/2029
Quantidade	500.000
Valor nominal global R\$	500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	521.373.541,38
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, em rito automático de registro de distribuição, da Emissora, nos termos da Lei de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 (“Oferta”) foi objeto de distribuição pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 30 (“Investidores Profissionais”), estando, portanto, sujeita ao rito automático de registro de distribuição de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos termos do artigo 26, inciso V, item “a”, e do artigo 27 da Resolução CVM 160, e do artigo 19 da Lei de Valores Mobiliários.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 5.20 desta Escritura de Emissão, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário e à B3, com, pelo menos, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total, que deverá ser um Dia Útil; (b) a menção de que o valor correspondente ao pagamento será o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (i) de Remuneração, calculada conforme prevista na Cláusula 5.22.1. acima, (ii) de Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: 21/02/2029. ii. Juros: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) equivalente a 2,35% (dois inteiros e trigessimo quinto centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografária. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas na Escritura de Emissão, incluindo: (i) operações de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia, observado que não será vencimento antecipado se a cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação por ações) cumprir os requisitos estipulados na Escritura de Emissão; e (ii) o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Consolidado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos), sendo que o Índice Financeiro a ser mantido pela Companhia será alterado automaticamente para 4x (quatro inteiros), a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.

Outras características relevantes

- a. O Índice Financeiro a ser mantido pela Emissora deverá ser igual ou inferior a 3,75x (três inteiros e setenta e cinco centésimos); e
- b. O Índice Financeiro a ser mantido pela Emissora será alterado automaticamente para 4x (quatro inteiros), a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros).

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	11ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária
Data de emissão	19/06/2024
Data de vencimento	25/06/2029
Quantidade	1.050.000
Valor nominal global R\$	1.050.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.039.601.451,17
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, em rito automático de registro de distribuição, foram objeto de distribuição pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 30 ("Investidores Profissionais"), estando, portanto, sujeita ao rito automático de registro de distribuição de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos termos do artigo 26, inciso V, item "a", e do artigo 27 da Resolução CVM 160, e do artigo 19 da Lei de Valores Mobiliários.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 5.20 desta Escritura de Emissão, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário e à B3, com, pelo menos, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total, que deverá ser um Dia Útil; (b) a menção de que o valor correspondente ao pagamento será o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (i) de Remuneração, calculada conforme prevista na Cláusula 5.22.1. acima, (ii) de Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: 25/06/2029. ii. Juros: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) equivalente a 2,35% (dois inteiros e trigessimo quinto centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: N/A. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografária. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado, conforme indicadas na Escritura de Emissão, incluindo: (i) operações de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia, observado que não será vencimento antecipado se a cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação por ações) cumprir os requisitos estipulados na Escritura de Emissão; e (ii) o não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Consolidado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos), sendo que o Índice Financeiro a ser mantido pela Companhia será alterado automaticamente para 4x (quatro inteiros), a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.
Outras características relevantes	c. O Índice Financeiro a ser mantido pela Emissora deverá ser igual ou inferior a 3,75x (três inteiros e setenta e cinco centésimos); e d. O Índice Financeiro a ser mantido pela Emissora será alterado automaticamente para 4x (quatro inteiros), a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros)

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	12ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária
Data de emissão	24/07/2025
Data de vencimento	22/03/2028
Quantidade	1.498.008
Valor nominal global R\$	1.498.008.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.498.008.000,00

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A 12ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, para distribuição pública, em rito automático de registro de distribuição, foram objeto de distribuição pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 30 (“Investidores Profissionais”), estando, portanto, sujeita ao rito automático de registro de distribuição de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos termos do artigo 26, inciso V, item “a”, e do artigo 27 da Resolução CVM 160, e do artigo 19 da Lei de Valores Mobiliários.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Oferta de Resgate Antecipado Facultativo por meio de comunicação individual enviada aos Debenturistas e à B3 ou por meio de publicação, nos termos da Cláusula 4.19, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário (“Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado”) com no mínimo 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, a qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo, (i) o prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (ii) a forma e o prazo de manifestação à Emissora pelo Debenturista, caso este opte pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo; (iii) a data efetiva para o resgate antecipado, que deverá ser um Dia Útil; e (iv) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelo Debenturista e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios de acordo com a tabela abaixo, ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, calculado de forma linear, calculado conforme fórmula abaixo (“Remuneração da Primeira Série”), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento de Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até a respectiva Data de Pagamento de Remuneração, exclusive. PERÍODO DE CAPITALIZAÇÃO TAXA APLICÁVEL INÍCIO FINAL primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série (inclusive) 22 de setembro de 2025 (exclusive) 8,9088% 22 de setembro de 2025 (inclusive) 20 de março de 2026 (exclusive) 7,2041% 20 de março de 2026 (inclusive) 22 de setembro de 2026 (exclusive) 7,0588% 22 de setembro de 2026 (inclusive) 22 de março de 2027 (exclusive) 7,1300% 22 de março de 2027 (inclusive) 22 de setembro de 2027 (exclusive) 7,2021% 22 de setembro de 2027 (inclusive) Data de Vencimento 7,1300%

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

(ii) caso ocorra: (a) a dissolução, a liquidação ou a extinção da Emissora, exceto se em decorrência de uma Reorganização Societária Autorizada (conforme definido abaixo); (b) a decretação de falência da Emissora; (c) o pedido de autofalência, por parte da Emissora; (d) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, no prazo legal ou no respectivo prazo previsto na citação; ou (e) a apresentação de pedido e/ou de plano de recuperação extrajudicial a seus credores (independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano), por parte da Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, conforme deliberação dos Debenturistas em sede de Assembleia Geral de Debenturistas convocada com esse fim; (iii) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (iv) invalidade, nulidade, ineficácia e/ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão, de qualquer de suas respectivas disposições, neste último caso, que afetem de maneira relevante os direitos dos Debenturistas, declarada em decisão judicial, exceto se obtido efeito suspensivo em sede recursal; e/ou (v) cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Emissora, observado que não será considerado um evento de vencimento antecipado se a cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação por ações) cumprir com qualquer dos requisitos a seguir, de forma não-cumulativa: (a) for previamente autorizado pelos Debenturistas; ou (b) tais operações não implicarem alteração do Controle da Emissora; (c) for realizada entre Emissora e Controladas; ou (d) transferência ou contribuição de ações de emissão da Emissora e de titularidade da Simpar S.A. para sociedade de participação ou fundo de investimento controlado exclusivamente pelo atual Controlador da Emissora, nessa hipótese desde que não resulte em alteração do Controle; ou (d) for assegurado aos Debenturistas o direito de resgate das Debêntures, nos termos previstos no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que, para fins de esclarecimento, no caso dos itens (b) e (c) acima, não será assegurado aos Debenturistas o direito de resgate das Debêntures nos termos do art. 231 da Lei das Sociedades por Ações. Para fins dessa Escritura de Emissão, “Controle” possui a definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações. , a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.

Valor mobiliário

Debêntures

Identificação do valor mobiliário

13ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária

Data de emissão

20/09/2025

Data de vencimento

20/09/2030

Quantidade

600.000

Valor nominal global R\$

600.000.000,00

Saldo Devedor em Aberto

600.000.000,00

Restrição a circulação

Sim

Descrição da restrição

A 13ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, em rito automático de registro de distribuição, objeto de distribuição pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 30 (“Investidores Profissionais”), estando, portanto, sujeita ao rito automático de registro de distribuição de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos termos do artigo 26, inciso V, item “a”, e do artigo 27 da Resolução CVM 160, e do artigo 19 da Lei de Valores Mobiliários.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Oferta de Resgate Antecipado Facultativo por meio de comunicação individual enviada aos Debenturistas e à B3 ou por meio de publicação, nos termos da Cláusula 4.19, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário (“Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado”) com no mínimo 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, a qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo, (i) o prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (ii) a forma e o prazo de manifestação à Emissora pelo Debenturista, caso este opte pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo; (iii) a data efetiva para o resgate antecipado, que deverá ser um Dia Útil; e (iv) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelo Debenturista e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios de acordo com a tabela abaixo, ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, calculado de forma linear, calculado conforme fórmula abaixo (“Remuneração da Primeira Série”), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento de Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até a respectiva Data de Pagamento de Remuneração, exclusive. Datas de Pagamento da Remuneração 20 de março de 2026 20 de setembro de 2026 20 de março de 2027 20 de setembro de 2027 20 de março de 2028 20 de setembro de 2028 20 de março de 2029 20 de setembro de 2029 20 de março de 2030

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

(ii) caso ocorra: (a) a dissolução, a liquidação ou a extinção da Emissora, exceto se em decorrência de uma Reorganização Societária Autorizada (conforme definido abaixo); (b) a decretação de falência da Emissora; (c) o pedido de autofalência, por parte da Emissora; (d) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, no prazo legal ou no respectivo prazo previsto na citação; ou (e) a apresentação de pedido e/ou de plano de recuperação extrajudicial a seus credores (independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano), por parte da Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, conforme deliberação dos Debenturistas em sede de Assembleia Geral de Debenturistas convocada com esse fim; (iii) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;(iv) invalidade, nulidade, ineficácia e/ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão, de qualquer de suas respectivas disposições, neste último caso, que afetem de maneira relevante os direitos dos Debenturistas, declarada em decisão judicial, exceto se obtido efeito suspensivo em sede recursal; e/ou(v)cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Emissora, observado que não será considerado um evento de vencimento antecipado se a cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação por ações) cumprir com qualquer dos requisitos a seguir, de forma não-cumulativa: (a) for previamente autorizado pelos Debenturistas; ou (b) tais operações não implicarem alteração do Controle da Emissora; (c) for realizada entre Emissora e Controladas; ou (d) transferência ou contribuição de ações de emissão da Emissora e de titularidade da Simpar S.A. para sociedade de participação ou fundo de investimento controlado exclusivamente pelo atual Controlador da Emissora, nessa hipótese desde que não resulte em alteração do Controle; ou (d) for assegurado aos Debenturistas o direito de resgate das Debêntures, nos termos previstos no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que, para fins de esclarecimento, no caso dos itens (b) e (c) acima, não será assegurado aos Debenturistas o direito de resgate das Debêntures nos termos do art. 231 da Lei das Sociedades por Ações. Para fins dessa Escritura de Emissão, “Controle” possui a definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações. , a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.

Valor mobiliário

Debêntures

Identificação do valor mobiliário

14ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária

Data de emissão

15/12/2025

Data de vencimento

20/01/2032

Quantidade

1.603.800

Valor nominal global R\$

1.603.800.000,00

Saldo Devedor em Aberto

1.603.800.000,00

Restrição a circulação

Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrição da restrição	A 14ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, em rito automático de registro de distribuição, objeto de distribuição pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 30 ("Investidores Profissionais"), estando, portanto, sujeita ao rito automático de registro de distribuição de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos termos do artigo 26, inciso V, item "a", e do artigo 27 da Resolução CVM 160, e do artigo 19 da Lei de Valores Mobiliários.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Oferta de Resgate Antecipado Facultativo por meio de comunicação individual enviada aos Debenturistas e à B3 ou por meio de publicação, nos termos da Cláusula 4.19, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário ("Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado") com no mínimo 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, a qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo, (i) o prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (ii) a forma e o prazo de manifestação à Emissora pelo Debenturista, caso este opte pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo; (iii) a data efetiva para o resgate antecipado, que deverá ser um Dia Útil; e (iv) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelo Debenturista e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios de acordo com a tabela abaixo, ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, calculado de forma linear, calculado conforme fórmula abaixo ("Remuneração da Primeira Série"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento de Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até a respectiva Data de Pagamento de Remuneração, exclusive. Datas de Pagamento da Remuneração 21/07/2026 20/01/2027 20/07/2027 20/01/2028 20/07/2028 22/01/2029 23/07/2029 22/01/2030 22/07/2030

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

caso ocorra: (a) a dissolução, a liquidação ou a extinção da Emissora, exceto se em decorrência de uma Reorganização Societária Autorizada (conforme definido abaixo); (b) a decretação de falência da Emissora; (c) o pedido de autofalência, por parte da Emissora; (d) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, no prazo legal ou no respectivo prazo previsto na citação; ou (e) a apresentação de pedido e/ou de plano de recuperação extrajudicial a seus credores (independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano), por parte da Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, conforme deliberação dos Debenturistas em sede de Assembleia Geral de Debenturistas convocada com esse fim; (iii) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;(iv) invalidade, nulidade, ineficácia e/ou inexecutibilidade desta Escritura de Emissão, de qualquer de suas respectivas disposições, neste último caso, que afetem de maneira relevante os direitos dos Debenturistas, declarada em decisão judicial, exceto se obtido efeito suspensivo em sede recursal; e/ou(v)cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Emissora, observado que não será considerado um evento de vencimento antecipado se a cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação por ações) cumprir com qualquer dos requisitos a seguir, de forma não-cumulativa: (a) for previamente autorizado pelos Debenturistas; ou (b) tais operações não implicarem alteração do Controle da Emissora; (c) for realizada entre Emissora e Controladas; ou (d) transferência ou contribuição de ações de emissão da Emissora e de titularidade da Simpar S.A. para sociedade de participação ou fundo de investimento controlado exclusivamente pelo atual Controlador da Emissora, nessa hipótese desde que não resulte em alteração do Controle; ou (d) for assegurado aos Debenturistas o direito de resgate das Debêntures, nos termos previstos no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que, para fins de esclarecimento, no caso dos itens (b) e (c) acima, não será assegurado aos Debenturistas o direito de resgate das Debêntures nos termos do art. 231 da Lei das Sociedades por Ações. Para fins dessa Escritura de Emissão, “Controle” possui a definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações. , a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	15ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária
Data de emissão	20/03/2026
Data de vencimento	20/09/2031
Quantidade	500.000
Valor nominal global R\$	500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A 15 emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, em rito automático de registro de distribuição, objeto de distribuição pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 30 (“Investidores Profissionais”), estando, portanto, sujeita ao rito automático de registro de distribuição de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos termos do artigo 26, inciso V, item “a”, e do artigo 27 da Resolução CVM 160, e do artigo 19 da Lei de Valores Mobiliários.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Oferta de Resgate Antecipado Facultativo por meio de comunicação individual enviada aos Debenturistas e à B3 ou por meio de publicação, nos termos da Cláusula 4.19, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário (“Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado”) com no mínimo 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, a qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo, (i) o prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (ii) a forma e o prazo de manifestação à Emissora pelo Debenturista, caso este opte pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo; (iii) a data efetiva para o resgate antecipado, que deverá ser um Dia Útil; e (iv) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelo Debenturista e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão CDI + 2,17% a.a. sob o juro remuneratório de acordo com a tabela abaixo, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias corridos, calculado de forma exponencial, calculado conforme fórmula abaixo (“Remuneração da Primeira Série”), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento de Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até a respectiva Data de Pagamento de Remuneração, exclusive.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Caso ocorra: (a) a dissolução, a liquidação ou a extinção da Emissora, exceto se em decorrência de uma Reorganização Societária Autorizada (conforme definido abaixo); (b) a decretação de falência da Emissora; (c) o pedido de autofalência, por parte da Emissora; (d) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, no prazo legal ou no respectivo prazo previsto na citação; ou (e) a apresentação de pedido e/ou de plano de recuperação extrajudicial a seus credores (independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano), por parte da Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, conforme deliberação dos Debenturistas em sede de Assembleia Geral de Debenturistas convocada com esse fim; (iii) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (iv) invalidade, nulidade, ineficácia e/ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão, de qualquer de suas respectivas disposições, neste último caso, que afetem de maneira relevante os direitos dos Debenturistas, declarada em decisão judicial, exceto se obtido efeito suspensivo em sede recursal; e/ou (v) cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Emissora, observado que não será considerado um evento de vencimento antecipado se a cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação por ações) cumprir com qualquer dos requisitos a seguir, de forma não-cumulativa: (a) for previamente autorizado pelos Debenturistas; ou (b) tais operações não implicarem alteração do Controle da Emissora; (c) for realizada entre Emissora e Controladas; ou (d) transferência ou contribuição de ações de emissão da Emissora e de titularidade da Simpar S.A. para sociedade de participação ou fundo de investimento controlado exclusivamente pelo atual Controlador da Emissora, nessa hipótese desde que não resulte em alteração do Controle; ou (d) for assegurado aos Debenturistas o direito de resgate das Debêntures, nos termos previstos no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que, para fins de esclarecimento, no caso dos itens (b) e (c) acima, não será assegurado aos Debenturistas o direito de resgate das Debêntures nos termos do art. 231 da Lei das Sociedades por Ações. Para fins dessa Escritura de Emissão, "Controle" possui a definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações. , a partir do momento em que não mais estiverem em vigor Instrumentos nos quais a Emissora tenha assumido a obrigação da manutenção de Índice Financeiro menor que 4x (quatro inteiros). vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Nota Comercial	0	0	1
Debêntures	10689	3001	27

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As debêntures de emissão da Companhia são admitidas à negociação na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Ainda, as ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3, sob o código VAMO3 e fazem parte do índice Ibovespa.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Segunda Emissão de Debêntures

Os recursos obtidos pela Companhia por meio da 2ª emissão de debêntures foram destinados para reforço de liquidez, alongamento no perfil de dívida da Companhia (inclusive por meio de quitações de dívidas) e gestão de caixa para financiar a renovação e expansão da frota de veículos, na gestão ordinária de seus negócios.

Terceira Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora, por meio da 3ª emissão de debêntures foram integralmente utilizados para reforço de caixa e capital.

Quinta Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 5ª Emissão foram destinados pela Companhia, para a aquisição das máquinas e implementos agrícolas, inclusive veículos, e de sua simultânea locação a eles, para emprego exclusivamente nas atividades de produção de produtos e insumos agropecuários.

Sexta Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 6ª Emissão foram destinados pela Companhia, para a aquisição das máquinas e implementos agrícolas, inclusive veículos, e de sua simultânea locação a eles, para emprego exclusivamente nas atividades de produção de produtos e insumos agropecuários.

Sétima Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 7ª Emissão foram destinados pela Companhia para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos e de sua simultânea locação a eles.

Follow-on (2023)

A totalidade dos recursos líquidos provenientes da Oferta Restrita foram destinados para o crescimento orgânico com a aquisição de caminhões e máquinas.

Oitava Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 8ª Emissão foram destinados pela Companhia para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos e de sua simultânea locação a eles.

Nona Emissão de Debêntures

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 9ª Emissão foram destinados pela Companhia para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos e de sua simultânea locação a eles.

Décima Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 10ª Emissão foram destinados pela Companhia para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos e de sua simultânea locação a eles.

Décima Primeira Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 11ª foram destinados para fins corporativos gerais, incluindo, mas não se limitando a capital de giro, gestão de caixa e reforço de liquidez.

Décima Segunda Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 12ª foram destinados para fins corporativos gerais, incluindo, mas não se limitando a capital de giro, gestão de caixa e reforço de liquidez.

Décima Terceira Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 13ª foram destinados para fins corporativos gerais, incluindo, mas não se limitando a capital de giro, gestão de caixa e reforço de liquidez.

Décima Quarta Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 14ª foram destinados para fins corporativos gerais, incluindo, mas não se limitando a capital de giro, gestão de caixa e reforço de liquidez.

Décima Quinta Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 15ª foram destinados para fins corporativos gerais, incluindo, liquidação parcial da Sétima Emissão de Debêntures, mas não se limitando a capital de giro, gestão de caixa e reforço de liquidez.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve qualquer desvio relevante entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos da oferta.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

c) *Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios*

Não aplicável uma vez que não houve qualquer desvio.

d) *Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição*

Não houve qualquer desvio relevante entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos da oferta.

e) *Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios*

Não aplicável uma vez que não houve qualquer desvio.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Outras informações relevantes

Em 15 de novembro de 2019, a Companhia emitiu certificados de direitos creditórios do agronegócio no valor de R\$98.036.000, os quais serviram de lastro para a 23ª emissão de CRA da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Nesse sentido, apresentamos abaixo as principais características acerca do CRA:

Valor Mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª série da 23ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Data de emissão	15/11/2019
Data de Vencimento	16/11/2026
Quantidade (unidades)	220.000
Valor nominal global (Reais)	R\$220 000.000,00
Saldo devedor em aberto (31/12/2025)	R\$ 35.634.014,25
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os certificados de recebíveis do agronegócio foram oferecidos apenas a investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Nos termos do Termo de Securitização, o resgate antecipado total deverá ser realizado em algumas hipóteses, como por exemplo a ocorrência de evento de vencimento dos certificados de direitos creditórios do agronegócio.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRA, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios de 7,60% ao ano (1ª série) e de 8,00% ao ano (2ª série), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	N/A

12.9 Outras informações relevantes

Em 12 de junho de 2020, a Companhia emitiu certificados de direitos creditórios do agronegócio no valor de R\$500.000.000, os quais serviram de lastro para a 54ª emissão de CRA da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Nesse sentido, apresentamos abaixo as principais características acerca do CRA:

Valor Mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio da 1ª série da 54ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Data de emissão	12/06/2020
Data de Vencimento	15/06/2027
Quantidade (unidades)	500.000
Valor nominal global (Reais)	R\$500 000.000,00
Saldo devedor em aberto (31/12/2025)	R\$ 418.880.849,43
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os certificados de recebíveis do agronegócio foram oferecidos apenas a investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Nos termos do Termo de Securitização, o resgate antecipado total deverá ser realizado em algumas hipóteses, como por exemplo a ocorrência de evento de vencimento dos certificados de direitos creditórios do agronegócio.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRA, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios de IPCA +5,7% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	N/A

12.9 Outras informações relevantes

Em 23 de novembro de 2020, a Companhia emitiu certificados de direitos creditórios do agronegócio no valor de R\$400.000.000, os quais serviram de lastro para a 81ª emissão de CRA da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Nesse sentido, apresentamos abaixo as principais características acerca do CRA:

Valor Mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio da 81ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Data de emissão	23/11/2020
Data de Vencimento	18/11/2030
Quantidade (unidades)	400.000
Valor nominal global (Reais)	R\$400 000.000,00
Saldo devedor em aberto (31/12/2025)	R\$ 450.411.793,06
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os certificados de recebíveis do agronegócio foram oferecidos apenas a investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Nos termos do Termo de Securitização, o resgate antecipado total deverá ser realizado em algumas hipóteses, como por exemplo a ocorrência de evento de vencimento dos certificados de direitos creditórios do agronegócio.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRA, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios de 5,7% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	N/A

12.9 Outras informações relevantes

Em 15 de janeiro de 2023, a Companhia emitiu certificados de direitos creditórios do agronegócio no valor de R\$650.000.000, os quais serviram de lastro para a 233ª emissão de CRA da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Nesse sentido, apresentamos abaixo as principais características acerca do CRA:

Valor Mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio da 233ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Data de emissão	15/01/2023
Data de Vencimento	14/01/2030
Quantidade (unidades)	650.000
Valor nominal global (Reais)	R\$650 000.000,00
Saldo devedor em aberto (31/12/2025)	R\$ 808.350.438,01
Restrição a circulação	Não
Descrição da restrição	N/A
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A oferta facultativa de resgate antecipado proposta pela emissora deverá ser dirigida à debenturista, com cópia para o agente fiduciário dos CRA. A comunicação deverá descrever a data efetiva para o resgate objeto que coincidirá com o pagamento do valor da oferta facultativa de resgate antecipado. Por ocasião da oferta facultativa de resgate antecipado, a debenturista fará jus ao pagamento do valor nominal unitário para a primeira e segunda série, e, com relação às debêntures da terceira série, o valor nominal unitário atualizado será acrescido da remuneração respectiva, calculada pro rata temporis, desde a respectiva primeira data de integralização ou a respectiva data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate objeto da oferta facultativa de resgate antecipado, bem como, se for o caso, de prêmio de resgate, caso exista, não poderá ser negativo, e for o caso, dos encargos moratórios devidos e não pagos, até a data do referido resgate.
Características dos valores mobiliários de dívida	Em 15 de janeiro de 2023, ocorreu a emissão da 6ª (sexta) emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em até 3 (três) séries, para colocação privada, da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S/A. o valor nominal unitário é de R\$ 1.000,00 (mil reais). Os CRA serão distribuídos por meio de oferta pública de distribuição, em regime misto de: (i) garantia firme de colocação para o montante de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais); O vencimento para a primeira série ocorrerá em 14 de janeiro de 2028, e, as debêntures da segunda e terceira séries terão vencimento em 14 de janeiro de 2030. A remuneração é CDI+0,90% a.a. para a primeira série, CDI+1,20% a.a. para a segunda série, e, IPCA+7,1638% para a terceira série
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.

12.9 Outras informações relevantes

Em 16 de novembro de 2023, a Companhia emitiu certificados de direitos creditórios do agronegócio no valor de R\$650.000.000, os quais serviram de lastro para a 296ª emissão de CRA da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Nesse sentido, apresentamos abaixo as principais características acerca do CRA:

Valor Mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio da 296ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Data de emissão	16/11/2023
Data de Vencimento	16/11/2033
Quantidade (unidades)	700.000
Valor nominal global (Reais)	R\$700 000.000,00
Saldo devedor em aberto (31/12/2025)	R\$ 683.655.284,63
Restrição a circulação	Não
Descrição da restrição	N/A
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A oferta facultativa de resgate antecipado proposta pela emissora deverá ser dirigida à debenturista, com cópia para o agente fiduciário dos CRA. A comunicação deverá descrever a data efetiva para o resgate objeto que coincidirá com o pagamento do valor da oferta facultativa de resgate antecipado. Por ocasião da oferta facultativa de resgate antecipado, a debenturista fará jus ao pagamento do valor nominal unitário para a primeira e segunda série, e, com relação às debêntures da terceira série, o valor nominal unitário atualizado será acrescido da remuneração respectiva, calculada pro rata temporis, de a respectiva primeira data de integralização ou a respectiva data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate objeto da oferta facultativa de resgate antecipado, bem como, se for o caso, de prêmio de resgate, caso exista, não poderá ser negativo, e for o caso, dos encargos moratórios devidos e não pagos, até a data do referido resgate.
Características dos valores mobiliários de dívida	Em 15 de janeiro de 2023, ocorreu a emissão da 6ª (sexta) emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, para colocação privada, da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S/A. o valor nominal unitário é de R\$ 1.000,00 (mil reais). Os CRA serão distribuídos por meio de oferta pública de distribuição, em regime misto de: (i) garantia firme de colocação para o montante de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais); O vencimento para a primeira e a segunda séries terão vencimento em 18 de novembro de 2030, e, a terceira série terá o vencimento em 16 de novembro de 2033. A remuneração é IPCA + 6,8453% a.a. para a primeira série, IPCA + 6,5494% a.a. para a segunda série, e, PREFIXADO 12,05% a.a. para a terceira série.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.
Outras características relevantes	Não atendimento do índice financeiro a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos).

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Christian Hahn da Silva	Diretor Presidente	Alterado	
José Cezário Menezes de Barros Sobrinho	Diretor de Relações com Investidores	Substituído	

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO

CHRISTIAN HAHN DA SILVA, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 046.253.396-42, na qualidade de Diretor Presidente da **VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.**, sociedade por ações inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 23.373.000/0001-32, com foro e sede na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04530-001 (“**Companhia**”), declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

CHRISTIAN HAHN DA SILVA
Diretor Presidente

VAMOS - ITEM 13 1 Declaração Diretor Presidente - Christian 28
05 2026 pdf

Código do documento 5d49b08c-0969-4add-88f1-9fb8436354b7



Assinaturas



CHRISTIAN HAHN DA SILVA:04625339642

Certificado Digital

christian.silva@automob.com.br

Assinou



Tamiris Oliveira Costa da Silva

tamiris.silva@grupovamos.com.br

Aprovou



Eventos do documento

28 May 2026, 18:34:31

Documento 5d49b08c-0969-4add-88f1-9fb8436354b7 **criado** por JULIANA ABREU RIO TINTO DE MATOS (3ccd1511-3bfb-44e2-ac96-5742a9e87f44). Email:juliana.matos@grupovamos.com.br. - DATE_ATOM: 2026-05-28T18:34:31-03:00

28 May 2026, 18:41:57

Assinaturas **iniciadas** por JULIANA ABREU RIO TINTO DE MATOS (3ccd1511-3bfb-44e2-ac96-5742a9e87f44). Email:juliana.matos@grupovamos.com.br. - DATE_ATOM: 2026-05-28T18:41:57-03:00

29 May 2026, 14:48:35

TAMIRIS OLIVEIRA COSTA DA SILVA **Aprovou** (7172044c-079d-4210-8e80-20352723d4da) - Email:tamiris.silva@grupovamos.com.br - IP: 200.231.12.66 (200.231.12.66 porta: 7560) - Documento de identificação informado: 395.621.188-00 - DATE_ATOM: 2026-05-29T14:48:35-03:00

29 May 2026, 18:41:22

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - CHRISTIAN HAHN DA SILVA:04625339642 **Assinou** Email: christian.silva@automob.com.br. IP: 201.63.214.98 (201-63-214-98.customer.tdatabrasil.net.br porta: 40052). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SyngularID Multipla,CN=CHRISTIAN HAHN DA SILVA:04625339642. - DATE_ATOM: 2026-05-29T18:41:22-03:00

Hash do documento original

(SHA256):9df828565c237240a40a2502df87441faa63d66edf072295db59a02989f77999

(SHA512):f68c8eb3f8524642f992de0642cd26cdd078d92647cbf6f644945c0beb69f59cb0eb183e0b4edc46edcb2d815b9aa8930ae1d0ce69640549238c77b662bcf73c

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

13.1 Declaração do diretor presidente



3 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 29 de May de 2026, 18:42:38



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO

JOSÉ CEZÁRIO MENEZES DE BARROS SOBRINHO, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 499.791.165-87, na qualidade de Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores da **VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.**, sociedade por ações inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 23.373.000/0001-32, com foro e sede na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04530-001 (“**Companhia**”), declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato **verdadeiro**, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

JOSÉ CEZÁRIO MENEZES DE BARROS SOBRINHO

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

VAMOS FRE 2026 - item 13 1 - José Cezário vf pdf

Código do documento 83ee46fa-e849-4f36-9710-e82a0d7924ad



Assinaturas



JOSE CEZARIO MENEZES DE BARROS SOBRINHO:49979116587

Certificado Digital

jcezario@grupovamos.com.br

Assinou



Tamiris Oliveira Costa da Silva

tamiris.silva@grupovamos.com.br

Aprovou



Eventos do documento

27 May 2026, 14:08:30

Documento 83ee46fa-e849-4f36-9710-e82a0d7924ad **criado** por JULIANA ABREU RIO TINTO DE MATOS (3ccd1511-3bfb-44e2-ac96-5742a9e87f44). Email:juliana.matos@grupovamos.com.br. - DATE_ATOM: 2026-05-27T14:08:30-03:00

27 May 2026, 14:13:52

Assinaturas **iniciadas** por JULIANA ABREU RIO TINTO DE MATOS (3ccd1511-3bfb-44e2-ac96-5742a9e87f44). Email: juliana.matos@grupovamos.com.br. - DATE_ATOM: 2026-05-27T14:13:52-03:00

29 May 2026, 11:49:51

TAMIRIS OLIVEIRA COSTA DA SILVA **Aprovou** (7172044c-079d-4210-8e80-20352723d4da) - Email: tamiris.silva@grupovamos.com.br - IP: 200.231.12.66 (200.231.12.66 porta: 29978) - Documento de identificação informado: 395.621.188-00 - DATE ATOM: 2026-05-29T11:49:51-03:00

29 May 2026, 17:42:53

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JOSE CEZARIO MENEZES DE BARROS
SOBRINHO:49979116587 **Assinou** Email: jcezario@grupovamos.com.br. IP: 200.231.12.66 (200.231.12.66 porta: 9918). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SyngularID Multipla,CN=JOSE CEZARIO MENEZES DE BARROS SOBRINHO:49979116587. - DATE ATOM: 2026-05-29T17:42:53-03:00

Hash do documento original

(SHA256):68e06ffe712e35685a84152ca8ec0ea3a46e91209e292a7a4f4fa6fba52c3ebd

(SHA512):7ebd93fb48a316ae7749a415e13790bf1151d412f89b054de75665dcfc6145479ff79f7436708dd5078f6387e7de4a3f8e2c44776d93953d1e4d29232e9d6fd8

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores



3 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 29 de May de 2026, 17:45:03



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Rodrigo Araujo de Faria	Diretor de Relações com Investidores

Histórico dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Versão do FRE Entregue
Christian Hahn da Silva	Diretor Presidente	V1 - V4
José Cezário Menezes de Barros Sobrinho	Diretor de Relações com Investidores	V1 - V3
Rodrigo Araujo de Faria	Diretor de Relações com Investidores	V4 - V4

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO

RODRIGO ARAUJO DE FARIA, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 110.511.857-69, na qualidade de Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores Interino da **VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.**, sociedade por ações inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 23.373.000/0001-32, com foro e sede na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04530-001 (“**Companhia**”), declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato **verdadeiro**, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

RODRIGO ARAUJO DE FARIA

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores Interino



2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 19 de August de 2026, 17:55:10



VAMOS FRE 2026 - item 13 2 - Rodrigo Faria vf pdf

Código do documento fea8cc30-3efa-4da3-8eac-95a3b37bf732



Assinaturas



RODRIGO ARAUJO DE FARIA:11051185769
Certificado Digital
rodrigo.faria@grupovamos.com.br
Assinou

Eventos do documento

16 Aug 2026, 19:40:15

Documento fea8cc30-3efa-4da3-8eac-95a3b37bf732 **criado** por JULIANA ABREU RIO TINTO DE MATOS (3ccd1511-3bfb-44e2-ac96-5742a9e87f44). Email:juliana.matos@grupovamos.com.br. - DATE_ATOM: 2026-08-16T19:40:15-03:00

16 Aug 2026, 19:43:48

Assinaturas **iniciadas** por JULIANA ABREU RIO TINTO DE MATOS (3ccd1511-3bfb-44e2-ac96-5742a9e87f44). Email:juliana.matos@grupovamos.com.br. - DATE_ATOM: 2026-08-16T19:43:48-03:00

19 Aug 2026, 17:49:58

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - RODRIGO ARAUJO DE FARIA:11051185769 **Assinou**
Email: rodrigo.faria@grupovamos.com.br. IP: 200.231.12.66 (200.231.12.66 porta: 60092). Dados do Certificado:
C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Autoridade Certificadora SDI,CN=RODRIGO ARAUJO DE FARIA:11051185769. -
DATE_ATOM: 2026-08-19T17:49:58-03:00

Hash do documento original

(SHA256):9d44722ef67065dd9f95b5b0ba016d372cfe72591ba1a8b6e0e40f171a5c7554

(SHA512):d51650c0f9b32debac45090835651a4ad6ec585962979c9e6f01a723d7ae0c923aa8c4b30cffbbb27473290028ae072ff9137b234e5a76ae394d01543a02b81a

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.